CENTRO FEDERAL DE EDUCÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

BÁRBARA BRAGA PENIDO LIMA

AFFONSO PENNA E OS REPERTÓRIOS DO ENGRANDECIMENTO MINEIRO (1874-1906)

BELO HORIZONTE (MG)

2016

LIMA, Bárbara Braga Penido.
L732a Affonso Penna e os repertórios do engrandecimento mineiro: (1874-1906) / Bárbara Braga Penido Lima – 26/09/2016.
269 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica
Orientador: Irlen Antônio Gonçalves.
Coorientador: James William Goodwin Júnior.
Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Pena, Afonso, 1847-1909 – Teses. 2. Ferrovias – Brasil – 1874-1906 – Teses. 3. Ensino profissional – Minas Gerais – História – Teses. I. Gonçalves, Irlen Antônio. II. Goodwin Júnior, James William. III. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. IV. Título.

CDD 378.013981

Elaboração da ficha catalográfica pela Biblioteca - Campus II/ CEFET-MG

BÁRBARA BRAGA PENIDO LIMA

AFFONSO PENNA E OS REPERTÓRIOS DO ENGRANDECIMENTO MINEIRO: (1874-1906)

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação *stricto senso* de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves

Co-orientador: Prof. Dr. James William Goodwin Júnior

BELO HORIZONTE (MG)

2016

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC n°. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Bárbara Braga Penido Lima

Affonso Penna e os repertórios do engrandecimento mineiro: (1874-1906)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 26 de setembro de 2016, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves - Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. James William Goodwin Júnior
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Ao Alexandre, vulgo menino Grilo, ao
Rodrigo e ao Fernando com afeto.

À Maria Inês, avó, matrona da família e
exemplo de bravura na lida com a vida.
À Juliene, mãe, que está aprendendo a
construir sua própria história.

Agradecimentos

Para suportar e prosseguir nos [des]caminhos desta pesquisa agradeço, primeiramente, a Deus e aos Guias Espirituais, seus mensageiros de luz, por fortalecerem e sustentarem minha fé nesta jornada. Percorrer os itinerários da vida acadêmica não foi fácil, muitos foram os desafios encontrados durante a construção deste trabalho. Produzir uma dissertação, apresentando aprofundada discussão teórico-metodológica, conforme às exigências do rigor acadêmico, significou caminhar numa estrada árdua, em que, muitas vezes, tive de confrontar minhas limitações. Nem todas, confesso, pude vencer. A permanência neste trajeto só se tornou mais suportável por meio da alegria que encontrei dentro de um terreiro, dentro da Umbanda.

Aproveitando este momento, em que posso fugir da sisudez da escrita acadêmica, gostaria de agradecer àqueles que participaram, ainda que indiretamente, desta minha jornada. A escolha pela vida acadêmica não se faz sem um alto custo pessoal, cujos reflexos foram sentidos por todos que partilham comigo dessa experiência que é viver: a família e os amigos. Inegável o fato de me furtar dos compromissos alegres, das inúmeras confraternizações, dos momentos de descanso e de lazer nestes últimos dois anos. Por compreenderem minhas ausências em prol dos estudos e me ampararem nas frustrações, angústias e decepções neste período, devoto a todos vocês minha imensa gratidão.

Aos meus pais e irmãos agradeço por todo apoio, afeto e incentivo. Fernando, Rodrigo e Alexandre, a loucura de cada um de vocês transformou muitas de minhas aflições em piadas, brincadeiras e gargalhadas. Retiraram meu foco dos estudos em momentos cruciais para demonstrarem o valor do descanso, da bagunça, das rotineiras brigas entre irmãos, revelando o que há de melhor em nossa convivência: o companheirismo. Aos três, o meu afeto.

Aos meus avós, “Vó Inês”, “seu” Raimundo e “dona” Terezinha, por todo carinho minha gratidão. Aos meus tios e tias, primos e primas, obrigada por sempre torcerem por mim. Às minhas madrinhas, Edilene e Luanna, obrigada pelo incentivo e pelo incondicional apoio. Luanna, madrinha de meu segundo batismo, obrigada pela amizade fraterna, pelos conselhos, pelas revisões textuais, pela companhia gastronômica e conversas regadas ao vinho e à alegria.

Registro minha gratidão e carinho ao Thiago, que tanto me ajudou, incentivou e compreendeu minhas ausências e o “cansaço” das horas perdidas entre textos e escritas. Obrigada pelo carinho, nas “horas de descuido”, pela atenção e ternura. É uma felicidade compartilhar o resultado deste texto com você.

Aos incontáveis amigos, que tanto me estimularam, me alegraram nos momentos mais difíceis e compreenderam minhas faltas, expresso minha total gratidão. Embaraçoso é mencionar todos que me acompanharam até aqui, sem o risco de omitir algum nome.

Agradeço aos amigos do "Sagradinha", especialmente à Annelise e a Bárbara (Santana), amizades de longa data.

No Cefet/MG, não constituímos uma turma, mas uma segunda família. Agradeço a todos vocês, Maíra, Aline, Alison, Gabriela, Moara, Bárbara (Sica), Júlia, Tereza, Maysa, Ivan e André, pela alegria de compartilhar essa amizade tão bonita. Já peço desculpas, se me esqueci de alguém.

Parceria de longa data, agradeço a Ana Carolina Vaz pelas oportunidades concedidas dentro da Temporis Consultoria e ao Hugo, Bianca e Nattália por tornaram o trabalho ainda mais prazeroso e enriquecedor.

Destaco ainda a amizade, a torcida e os conselhos do Adriano Toledo, agradável surpresa que o Seminário de Diamantina me proporcionou.

Ingressar no Cefet significa criar laços de amizade que dificilmente se desatarão. O que de fato ocorreu quando retornei à minha antiga "casa" como aluna do mestrado. Aos amigos dessa turma registro meus agradecimentos e afeto; em especial: Maria Cristina, Reisla, Iara, Bruna, Adeli, Suryam, Renato e Liliane, com vocês partilhei as alegrias e as agonias da vida de mestranda. Obrigada pelo apoio, pelo companheirismo, pelas discussões e divagações teóricas, pelos divertidos momentos que dividimos em sala de aula e, principalmente, fora dela.

Aos amigos do Portal Reflexos de Luz minha gratidão e afeto, especialmente pelo carinho, orações e pela alegria dos nossos encontros às segundas e sextas-feiras. Eustáquio, padrinho adotivo, obrigada pela torcida, pela amizade e pelas boas risadas durante nossos momentos de prosa.

Ao professor Irlen Antônio Gonçalves registro meus agradecimentos pela orientação competente e atenciosa, pela bagagem teórica partilhada e pela camaradagem que permitiu a realização deste trabalho de uma maneira [quase] tranquila. Ao professor James Goodwin Júnior registro meus agradecimentos pelos cinco anos de orientação, pelo conhecimento repartido e pela amizade construída neste período. Aos meus orientadores minha gratidão pelo estímulo à vida acadêmica e pelo constante incentivo em superar minhas limitações intelectuais. Com paciência e amizade, vocês contribuíram para a construção deste texto.

Agradeço o prof. José Geraldo e a prof. Carla Chamon que, por meio dos pareceres, dos comentários e sugestões, tornaram este texto mais rico. Vocês auxiliaram na construção de minhas reflexões sobre a teoria e a metodologia a serem utilizadas no decorrer deste trabalho.

Ao Fábio, da Coordenação de Mestrado, meus agradecimentos pelo atendimento sempre prestativo.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro agradeço pela solicitude e pela atenção que sempre me atenderam, desde minhas primeiras visitas iniciadas em 2011.

Agradeço à toda equipe da diretoria, Marco e Simone, à equipe da coordenação pedagógica, Alessandra e Carol, e à equipe de professores, especialmente o Helvécio, e funcionários da Escola Estadual Professor Caetano Azerado, pela compreensão, apoio e incentivo. O auxílio de vocês foi importante para a realização deste trabalho.

Este texto, portanto, foi escrito no plural, resultado da participação de muitos professores, amigos, colegas de trabalho e familiares, que tanto contribuíram para minha formação como pesquisadora e, principalmente, pessoal.

Por todos vocês que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada, minha gratidão. É pertinente dizer que, em relação aos deslizes e defeitos que certamente existem nesta pesquisa são de exclusiva responsabilidade desta autora.

Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. Daí vem que, enquanto o telégrafo nos dava notícias tão graves como a taxa francesa, sobre a falta de filhos e o suicídio do chefe de polícia paraguaio, cousas que entram pelos olhos, eu apertei os meus para ver cousas miúdas, cousas que escapam ao maior número, cousas de míopes. A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam.

Machado de Assis[1].

[1] ASSIS, Machado de. *A Semana II*. São Paulo: Editora Globo, 1997, p.133.

Resumo

A proposta é tomar o político Affonso Penna como sujeito desse estudo, por meio da reconstituição de sua trajetória profissional e intelectual, no período de 1874 a 1906, buscando discutir os repertórios de seus discursos, compreender o horizonte de expectativas referente às noções de progresso associadas a um projeto de modernidade, segundo as perspectivas de Affonso Penna sobre os projetos de instalação de ferrovias e os programas educacionais que procurava instituir no Estado. Pretende analisar de que modo as locomotivas e as instituições escolares, especialmente as de formação profissional, foram pensadas pelo eminente político como instrumento para atingir o progresso, por meio do desenvolvimento econômico e social. A expansão ferroviária, durante o início da República, foi uma das principais preocupações dos políticos mineiros, em especial de Affonso Penna, considerada como meio de acesso rápido ao progresso, por promover o desenvolvimento econômico e social. As estradas de ferro, além de serem percebidas como argumento para o avanço social por onde passavam, proporcionavam a integração das diferentes regiões do território mineiro e possibilitavam a descoberta e o aproveitamento econômico das potencialidades que se acreditava existir em diversos lugares. Eram as indutoras do progresso material e cultural, pois promoviam a penetração da cultura urbana no interior. Os discursos dos políticos mineiros, ao longo de todo o século XIX e início do século XX, sugeriram a articulação entre educação e desenvolvimento econômico. Os discursos de Affonso Penna serviram para demonstrar a trajetória da organização do ensino profissional durante as duas primeiras décadas da República, voltados para o progresso mineiro, por meio da instrução pública e formação do trabalhador. Ao considerar a produção intelectual de Affonso Penna e suas práticas políticas, verificam-se as relações de aproximação e distanciamento de suas ideias com aquelas percebidas na cena política mineira, relacionadas às perspectivas do engrandecimento mineiro – alcançado por meio do ensino profissional e da instalação de estradas de ferro, entre outros fatores. Ao exercer o papel político, atuando ao mesmo tempo como intelectual, Affonso Penna apropriou-se de modelos, métodos e projetos, selecionando o que deveria e como deveria ser veiculado na política para o engrandecimento mineiro.

Palavras-chave: Affonso Penna, Ferrovia, Instrução Profissional

ABSTRACT

This study proposes to assume the politician Affonso Penna as its the subject through the reconstitution of his professional and intellectual trajectory from 1874 to 1906, aiming at discussing his speeches repertoire, understanding the horizons of expectancies concerning his progress notions associated to a modernity project, according to Affonso Penna's perspectives about projects for railways and educational programs installations which he intended to institute in the State. It intends to analyze the way in which the locomotives and the educational institutions, specially the vocational schools, were thought by the eminent politician as an instrument to achieve progress through the economical and social development. The railway expansion during the beginning of the Republic, was one of the main worries of the Minas Gerais State politicians, specially Affonso Penna, considered as a fast means to progress because it promoted the economical and social development. The railroads, besides being perceived as an argument for the social advance wherever they went through, they provided the integration of the different regions of the Minas Gerais State territory and enabled the discovery and the best economical use of the potentialities which they believed to exist in many places. They were the fomenters of the material and cultural progress for they promoted the insertion of the urban culture in the countryside. The Minas Gerais State politician's discourses, along the 19th and beginning of 20th century, suggested the articulation between education and economical development. Affonso Penna's discourses served to demonstrate the trajectory of the vocational schooling during the first two decades of the Republic, aimed at the progress of the people of Minas Gerais State, through public education and worker's formation. When considering the intellectual production of Affonso Penna and his political practices, one can see the relation between the closeness and distancing of his ideas and those perceived in the Minas Gerais State political scene, related to growth perspectives of the state – achieve by vocational schooling and railroads installation, among other factors. As practicing the political role, acting as the same time as a scholar, Affonso Penna took models, methods and projects, selecting what should be and how it should be divulged in the politics for the growth of Minas Gerais State people.

Keywords: Affonso Penna, Railways, Professional Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Presidente Affonso Augusto Moreira Penna.....66

FIGURA 02: O jovem Affonso Penna..... 69

FIGURA 03: Retrato de Affonso Penna..... 98

FIGURA 04: Belo Horizonte: Affonso Penna, familiares e políticos..... 101

FIGURA 05: Planta geral da Cidade de Minas.....102

FIGURA 06: Posse presidencialista de Affonso Penna e Nilo Peçanha.....106

FIGURA 07: Visita de Affonso Penna ao Rio Grande do Sul.....107

FIGURA 08: Visita de Affonso Penna ao Ceará.....108

FIGURA 09: Caricatura sobre o Jardim de Infância.....108

FIGURA 10: O Gabinete Affonso Penna.....109

FIGURA 11: A família Affonso Penna em Belo Horizonte.....113

FIGURA 12: Túmulo de Affonso Penna.....114

FIGURA 13: A máquina Rocket.....134

FIGURA 14: Estação de Ferro de Porto Novo do Cunha.....160

FIGURA 15: Mapa das ferrovias da Leopoldina em 1898.....161

FIGURA 16: Estação Ferroviária de Visconde de Rio Branco.....162

FIGURA 17: Carro presidencial da Sorocabana com o presidente Affonso Penna.....174

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Desenvolvimento mundial dos caminhos de ferro em quilômetros.....135

TABELA 02: Malha ferroviária brasileira, 1854-1912.....144

TABELA 03: Movimento de Mercadorias da Cia. E.F. Leopoldina (1891-1908).....162

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....16
1. O itinerário da pesquisa.....16
2. O desdobramento de uma ideia.....21
3. Conceito ou ideia: progresso, civilização e modernidade.....33
4. Os discursos políticos como espaço de experiência.....43
5. Progresso: Civilização e Modernização, Ciência e Técnica.....47
6. A divisão dos capítulos.....65

CAPÍTULO 01

Affonso Penna: de Monarquista à expoente da República.....67
1.1. Affonso Augusto Moreira Penna.....69
1.1.1. A família e o Colégio do Caraça: bases da educação moral.....69
1.1.2. A Academia de Direito: o início de uma formação intelectual e política.....74
1.1.3. O prelúdio do homem político.....80
1.1.4. A força da Conciliação.....88
1.1.5. Um nome de talento e prestígio para a Presidência do Estado.....98
1.1.6. Um Conselheiro Imperial na Presidência da República.....107
1.2. O político intelectual e a mobilização de repertórios.....116
1.2.1. O político intelectual.....116
1.2.2. Affonso Penna: traçando um perfil intelectual.....120
1.2.3. Affonso Penna e a mobilização de repertórios.....127

CAPÍTULO 02

A E.F. Leopoldina: quimera do progresso mineiro?.....133
2.1. O trem – símbolo e *leitmotiv* do progresso.....134
2.2. Os primórdios da ferrovia no Brasil.....142
2.3 A Era Ferroviária em Minas Gerais.....148
2.4. A Companhia Estrada de Ferro Leopoldina.....157

CAPÍTULO 03

O engrandecimento mineiro: a instrução pública e profissional.....179

3.1. A Instrução Profissional no Brasil do século XIX e início do século XX.....181

3.2 A Instrução Profissional em Minas Gerais do século XIX e início do século XX.....185

3.3. Affonso Penna e a Instrução Profissional em Minas Gerais.....194

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....212

BIBLIOGRAFIA.....222

Corpus Documental.....222

Referências Bibliográficas.....224

INTRODUÇÃO

Pensar não é sair da caverna nem substituir a incerteza das sombras pelos contornos nítidos das próprias coisas, a claridade vacilante de uma chama pela luz do verdadeiro Sol. É entrar no Labirinto ao passo que se poderia ter ficado "estendido entre as flores, voltado para o céu". É perder-se em galerias que só existem porque as cavamos incansavelmente, girar no fundo de um beco cujo acesso se fechou atrás de nossos passos – até que essa rotação, inexplicavelmente, abra, na parede, fendas por onde passar. (CASTORIADIS, 1987, p.10)

1. O itinerário da pesquisa

O interesse em pesquisar o repertório de ideias sobre instrução profissional e a instalação das ferrovias, associadas ao projeto de progresso pensado por Affonso Augusto Moreira Penna,[2] não surgiu de imediato. Este estudo derivou do projeto de iniciação científica "O Progresso, as Palavras e a Política: Ciência, Técnica e Trabalho no Congresso Mineiro da Primeira República (1891-1910) ", iniciado em meados de 2011 sob a orientação do prof. Dr. James William Goodwin Jr., do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.[3] Aquela pesquisa pretendeu analisar a construção dos discursos sobre o progresso, a ciência e a técnica e suas implicações no ambiente político durante o período de 1891 a 1910. Foi um trabalho gratificante e profícuo, a primeira etapa de um longo itinerário até a conclusão desta dissertação.

As consultas aos Anais do Senado Mineiro, aos Anais do Congresso Mineiro e no acervo do Arquivo Público Mineiro revelaram meu interesse pela História Política, uma das vertentes da pesquisa historiográfica. Os discursos políticos analisados foram entendidos como incorporados ao "mundo atlântico capitalista, perpassado por ideias, representações e valores que circularam entre a Europa e a América, lidos de modo *sui generis*" pelos políticos locais e apreendidos conforme a especificidade de seus interesses (GOODWIN Jr., 2015, p.17). Podemos utilizar a análise de René Rémond para pensar o Congresso Mineiro, a partir da seguinte afirmativa:

> a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política; é também o principal

[2] O nome do político Affonso Penna tem sido grafado com apenas uma letra *f* e uma letra *n* ou com apenas uma letra *f* e duas letras *n*. Ao observar sua assinatura no Caraça e na Tese de Doutorado na Faculdade de Direito do Largo de São Paulo, percebi que sua assinatura constava com duas letras *f* e duas letras *n*, sendo esta a grafia de seu nome mantida ao longo desta pesquisa.

[3] Financiado pela FAPEMIG (SHA - APQ-04478-10).

> objeto das competições. [...] O Estado jamais passa de instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas expressão da relação de forças. (RÉMOND, 2003, p.20)

A competição pelo poder e as relações de forças dentro desse ambiente demonstraram a diversidade dos pensamentos dos políticos mineiros, que pode ser atribuída às suas respectivas origens regionais e vinculações ideológicas. Segundo Fábio de Almeida Castilho, os políticos mineiros revelaram-se divididos, com interesses definidos em cada zona do território mineiro (CASTILHO, 2009, p.05). John Wirth analisa a divisão política de Minas Gerais utilizando fontes do governo estadual. O autor afirma que, nos anos iniciais da República, o estado compreendia sete grandes regiões econômicas: Norte, Sul, Leste, Oeste, Central, Mata e Triângulo (WIRTH, 1982, p.12). Minas Gerais, desse modo, constituía-se de várias regiões sem articulação econômica, mas interligadas por uma unidade política e administrativa (PAULA, 2006, p.72).

John Wirth avaliou como o Estado percebia sua distribuição produtiva, na época, e quais consequências essa conjuntura impactava nas relações entre os políticos mineiros. Ele considerava Minas Gerais composta de diversas regiões com características sociais e econômicas bastante diferenciadas entre si. Esse conjunto, segundo sua assertiva, estava sujeito às forças que, eventualmente, poderiam levar ao separatismo e à desagregação do Estado. O autor, portanto, caracterizou esse cenário de *Mosaico Mineiro*, ao assinalar que

> aquelas regiões que fariam parte daquele "todo", se articulavam muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política e administrativa que integravam (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Zona da Mata com o Rio de Janeiro). (WIRTH, 1982, p.25)

O desenvolvimento econômico dessas zonas, desarticulado e descontínuo, ocorrido em processos temporais diferentes, incidiria diretamente na organização da política mineira. Era um "arquipélago de regiões distintas e isoladas entre si, uma miscelânea de partes esgarçadas, mergulhadas em historicidades fundamentalmente divergentes" (GOODWIN Jr., 2015, p.17-18). As disputas encetadas neste cenário ocorreram nos espaços dedicados à administração pública: a Assembleia Provincial e, após a instalação da República, o Congresso Legislativo de Minas Gerais tornaram-se locais de embates, por meio do uso da retórica discursiva, na qual cada congressista expunha e advogava suas ideias como estratégias para atingir o progresso mineiro. Tais lugares, enquanto espaços da ação política e do discurso, eram, portanto, espaços de contingência. As propostas para alcançar o engrandecimento mineiro, diferentes entre si,

eram apresentadas por meio da argumentação política, que despontava como arma necessária para persuasão do público ouvinte.

Hannah Arendt afirma que a persuasão era o modo específico da fala política. Segundo a autora, "acreditava-se que a arte mais alta e verdadeiramente política era a retórica, a arte de persuadir" (WAGNER, 2002, p.34). De acordo com Nicola Abbagnano, o objetivo de uma argumentação não consiste em afirmar uma verdade ou demonstrar deduções lógicas, mas "suscitar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que são apresentadas à sua aprovação" (ABBAGNANO, 2015, p.89). Logo, os políticos precisavam usar de artifícios discursivos para convencer seus pares sobre a importância da aprovação e execução de seus projetos. Era preciso utilizar da linguagem e das ideias compartilhadas na cena política do Estado para conseguir o apoio do público ao seu discurso. Cada político, ao subir à tribuna, buscava persuadir seus ouvintes adaptando suas palavras e gestos conforme as expectativas do público. Nicola Abbagnano elucida que essa adaptação consiste "fundamentalmente no fato de que o orador pode escolher como ponto de partida do seu raciocínio apenas teses admitidas por aqueles aos quais se dirige" (ABBAGNANO, 2015, p.89).

Os discursos políticos demonstraram, conforme a proposição de James William Goodwin Jr., que "subjaz um padrão comum do que seria uma cidade moderna, cujo progresso deveria se concretizar em melhoramentos urbanos" (GOODWIN Jr., 2015, p.251). A análise sobre a proposição dos "melhoramentos urbanos" e a instalação de equipamentos tecnológicos para o aprimoramento da produção econômica, revelou que dois assuntos sobressaíram em relação a outras temáticas, sendo abordados com significativa frequência nas sessões plenárias: as ferrovias e a instrução profissional, interpretadas como estratégias para o engrandecimento de Minas Gerais. Nos discursos dos políticos, de modo geral, essas temáticas apareciam geralmente associadas aos projetos de progresso que eles buscavam construir em solo mineiro. O Estado, por consequência, teve um aumento de suas atribuições na proporção em que era aprovada a ampliação do domínio da ação política, a partir da instituição do regime republicano.

Percebemos que cada discurso designava um significado diferente ao ideal de progresso, que tanto era defendido. As explanações, os embates retóricos e os repertórios apropriados e produzidos, usando o vocábulo progresso inscrito no raciocínio da argumentação, legitimavam discursos e projetos que se referiam à condução da economia, da saúde pública, da instalação de ferrovias, da instrução pública e da própria estruturação do quadro administrativo burocrático do governo. Os políticos revelaram, sob o viés dos enunciados do progresso, objetivos e programas díspares para o desenvolvimento econômico e social mineiro. Observamos que utilizavam diferentes alegações em sua fala na busca de um padrão de

modernidade a ser atingido. Esse padrão, de modo geral, era vislumbrado em sociedades da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América, eleitas como modelos a serem seguidos.

No decorrer do trabalho de iniciação científica, verificamos a constante presença de um senador que vinha à tribuna advogar, na maior parte das vezes, em defesa da necessidade do estabelecimento de instituições de ensino profissional e da regulamentação da ampliação das vias férreas, em especial da condução dos negócios da Companhia de Estrada de Ferro Leopoldina. Tratava-se de Affonso Augusto Moreira Penna, que entendia estes dois assuntos como argumentos para alcançar o engrandecimento mineiro. Sua dedicação à causa dos problemas gerados pela Companhia Leopoldina lhe rendeu a alcunha de *incansável*, na fala do senador Silviano Brandão (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.600). Ao perquirir sobre sua trajetória, tornou-se evidente para nós sua importância para a história política mineira e nacional: foi o único membro do Conselho Ministerial do Imperador D. Pedro II a ser eleito Presidente da República do Brasil e o primeiro mineiro a ocupar este cargo.

Affonso Penna considerava que a expansão da rede ferroviária e a instalação de escolas profissionais estavam relacionadas ao discurso do progresso, percebidos como elementos promotores do desenvolvimento socioeconômico do estado. No afã do esforço modernizador empreendido pelos políticos mineiros, assim como pelos políticos nacionais, a ideia de progresso era bastante manipulada na época. Como princípio ideológico, essa representação circulava na cena política nacional, marcando sua adesão ao modo de vida burguês-capitalista: um meio de inserção do país no concerto das nações modernas.

A leitura das atas das sessões do Congresso Mineiro e das Mensagens dos Presidentes do Estado mostrou que os vocábulos “progresso” e “modernidade” eram comumente evocados nos discursos políticos para defender programas direcionados ao desenvolvimento econômico e social do Estado; conforme elucida a dissertação de Pedro Geraldo Pádua, que analisa os sentidos atribuídos ao termo “progresso” pelos presidentes do Estado (PÁDUA, 2012). Apesar das divergências políticas, os discursos dispunham de uma noção partilhada sobre a busca de uma “modernidade que se impunha menos como opção” e mais como um percurso a ser obrigatoriamente percorrido (SCHWARCZ, 2012, p.19). Essa trajetória compreende os processos de desenvolvimento social e econômico, materializados na dinâmica comercial, na produção e aquisição de tecnologias e na proximidade da organização da sociedade baseada nos valores dos núcleos civilizados.

Pertencer ao concerto das nações modernas, para os políticos mineiros, correspondia à participação nos benefícios do progresso e do desenvolvimento técnico e econômico (GOODWIN Jr., 2015, p.62). Para Affonso Penna, as ferrovias e a instrução profissional

significavam os elementos necessários para promover a modernização do Estado e que compreendiam o rompimento com o passado, sendo a racionalidade moderna o fator de superação, inserindo Minas Gerais na corrida rumo ao progresso. A análise de seus discursos permitiu observar a presença de acepções conservadoras e de um horizonte de expectativas ancorado em matizes de pensamento de modernidade. A convivência entre a diversidade de suas ideias demonstrava a ambivalência desses elementos, considerados meios condicionantes para alcançar o progresso.

Para Affonso Penna, como para outros políticos mineiros, como Virgílio Martins de Mello Franco, o desenvolvimento de Minas Gerias adquiria a feição de uma transformação lenta e gradual, que deveria ser organizada pelo poder público. Desse modo, o modelo desenvolvimentista que se inscreveu na prática política de Affonso Penna corresponde à definição de modernidade conservadora apresentada por Otávio Dulci (1999). Seu pensamento desenvolvimentista estava articulado às ideias de progresso, modernidade e civilização – presentes e circulantes no mundo ocidental. Portanto, Affonso Penna assumiu importante papel no cenário político mineiro como produtor de repertórios de práticas e discursos modernizantes, que visavam o progresso mineiro por meio de programas vinculados à expansão da rede ferroviária e à formação técnica do trabalhador.

Essas temáticas, somadas a outras preocupações relacionadas ao progresso mineiro, foram defendidas nos diversos postos que ocupou durante sua trajetória política. Ao eleger-se presidente da República, Affonso Penna teria oportunidade de executar parte de seus projetos referentes às ferrovias e ao ensino profissional. Contudo, ele faleceu antes de terminar seu mandato de presidente nacional e concretizar seus projetos de governo. A relação entre a sua trajetória política e intelectual e os programas de ampliação da rede ferroviária e de instalação do ensino profissional no Estado mineiro demonstrou projetos associados às ideias de progresso que integraram parte de seu repertório político como justificativa para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais, na qual foram percebidas lacunas que fustigaram nossas indagações.

Desvendar esses hiatos significou o início do processo de pesquisa que culminaria nesta dissertação. Assim, foi necessário conhecer o que já havia sido construído e produzido e, em sequência, procurar o que ainda não foi realizado. A procura de referências e dados sobre sua trajetória política e intelectual resultou em número insuficiente de trabalhos relativos à sua figura política, bastante prestigiada entre seus pares. Isto posto, dedicamos nossas buscas a um número considerável de produções acadêmicas, algumas de difícil acesso. O ofício desenvolvia-se no intuito de conhecer a conjuntura da produção de um saber específico: o pensamento

político e intelectual de Affonso Penna, construído na confluência das ideias de progresso e de modernidade.

Tomar o pensamento político e intelectual de Affonso Penna como objeto de pesquisa implicou construir uma narrativa historiográfica, cuja problematização se fez no diálogo e encontro com outras narrativas, com conceitos e categorias interpretativas e com as fontes documentais examinadas. Este trabalho, portanto, insere-se na linha de pesquisa Ciência, Tecnologia e Trabalho: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas, do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG. Está vinculado ao Programa de Pesquisa Educação e Formação Profissional, coordenado pelo prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves, segundo o eixo 1, Intelectuais e Legisladores: o Projeto de Educação Republicana.

2. O desdobramento de uma ideia

Esta dissertação apresenta a narrativa historiográfica construída no diálogo e na intersecção das categorias interpretativas da História Política, História Intelectual e História da Educação. As investigações referentes à história do ensino profissional no Estado Mineiro integram uma das abordagens da história da Educação. Adotamos como ponto de partida a apreensão e análise de uma visão, expressa por alguns políticos do final do século XIX e início do século XX, que considerava a instrução pública e a instrução profissional como estratégias e argumentos para o progresso mineiro. A solução para o suposto *atraso* de Minas Gerais, de acordo com o pensamento político dessa época (DULCI, 1999), encontrava-se na formação técnica e profissional da população tomada como argumento de modernização e desenvolvimento da economia.[4]

Ao adotar a História Política e a História Intelectual como referenciais teórico-metodológicos, podemos asseverar que esta pesquisa integra um cenário vasto e diversificado de estudos direcionados à observação da atuação dos políticos nacionais, entre o final do século

[4] Para alcançar o progresso econômico e social, os políticos mineiros partilhavam a ideia de retirar o Estado de sua situação de atraso, assinalada pela crença na estagnação econômica e demográfica de Minas Gerais. Otavio Soares Dulci afirma que a concepção de atraso estava vinculada à comparação com a imagem do passado de riqueza e prestígio, durante a exploração aurífera. Essa percepção também estava ligada à equiparação do avanço econômico vivenciado por outras regiões do país, especialmente São Paulo. Para John Wirth, Minas Gerais não experimentou um período de estagnação, mas sim um crescimento descontínuo e moderado (WIRTH, 1982). Na asserção de Otávio Dulci, "o contraste entre esse crescimento moderado e a mais rápida expansão de outras áreas" é que definiria a ideia de declínio mineiro em relação ao cenário nacional, corrente nas declarações e textos produzidos pelos grupos dirigentes do estado mineiro (DULCI, 1999, p.38-39). Após o declínio da atividade aurífera, a economia de Minas passou por processo de diversificação de suas bases produtivas, voltada especialmente para o abastecimento interno.

XIX e início do século XX. Assim, procuro evidenciar a importância dessa atuação para a proposição e implementação de projetos que caracterizam os ideais de *Brasil Moderno*. Tomar a História Política como aporte significa entender o político e intelectual Affonso Penna circunscrito ao espaço temporal que viveu.

Conforme Francisco Falcon, "a história política privilegiou o papel das ideias como síntese de pensamentos, hábitos, motivações e visões de mundo de grupos sociais de certas épocas" (FALCON, 1997, p.105-106). René Rémond ressalta a relevância da instância política e de sua consonante autonomia, em suas deliberações, dos interesses econômicos, mantendo certa margem de manobra que lhe permite tomar decisões relativamente livre de pressões corporativas (RÉMOND, 1994 *apud* CASTILHO, 2009, p.01).

O estudo das iniciativas, programas e instituições políticas permite inferir como as decisões foram tomadas e projetos instituídos – de forma deliberada e racional – para organizar a vida pública em busca do desenvolvimento econômico e social (HIMMLFARB, 2013, p.209). Decisões, legislações, debates e projetos refletem o rastro do pensamento e das oscilações dos movimentos das ideias no período analisado (RÉMOND, 2003), especialmente relacionados às ferrovias, como parte integrante de um projeto desenvolvimentista, e à instrução pública e profissional, como elemento primordial para a modernização social e econômica do Estado.

Importa destacar que tecer a identidade política e intelectual de Affonso Penna, um exercício complexo e árduo, significa perscrutar "um campo privilegiado onde serão procuradas as chaves para a explicação de um fenômeno social" (MITRE, 2003, p.44). O que se pretende demonstrar é a trajetória de Affonso Penna como chave de leitura de sua inserção no mundo intelectual e político, influenciado pelas ideias de progresso, modernidade e civilização, entre o final do século XIX e início do século XX. Desse modo, de acordo com Carla Chamon, falar em chave de leitura corresponde a referir-se a elementos que permitem uma possível construção e compreensão de Affonso Penna: é discutir sobre o jogo de relações que serviu de suporte para suas práticas e representações, "sem querer transformar as condições necessárias de leitura de sua trajetória em condições suficientes de sua existência" (CHAMON, 2005, p.23).

Sob essa perspectiva, é importante esclarecer seu lugar político no debate sobre o desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais, que na sua acepção seria fomentado pelo sistema ferroviário e de instrução pública, no qual podemos observar as "relações entre o particular e aquilo identificado com o geral e o universal" (VEIGA, 2002, p.31). Cornelius Castoriadis dá sustentação a essa assertiva ao afirmar que a melhor maneira para entender um sujeito histórico pressupõe a abordagem do indivíduo em seu singular. Conforme o autor, essa

análise busca "reencontrar no isto individual o que ultrapassa o indivíduo e representa nele o universal" (CASTORIADIS, 1987, p.54).

Procuramos, nesta pesquisa, compreender o político Affonso Penna por meio da reconstituição de sua trajetória profissional e intelectual, no período de 1874 a 1906. Ao analisar os repertórios utilizados em seus discursos, buscamos compreender como seu pensamento associava a organização do ensino profissional e a instalação das estradas de ferro em Minas Gerais à promoção do engrandecimento mineiro. Busco elucidar o horizonte de expectativas referente às ideias de progresso articuladas a um projeto de modernidade, segundo as perspectivas de Affonso Penna sobre o programa de ensino público e profissional que defendia na política mineira. Pretendo entender de que modo as instituições escolares, especialmente as de formação profissional, foram pensadas pelos políticos mineiros como argumento político para atingir o progresso, promovendo o desenvolvimento econômico e social.

Entre 1874 e 1891, focamos nossa observação na trajetória intelectual de Affonso Penna, a partir da avaliação das obras e dos discursos produzidos e de seu entendimento sobre as ideias de progresso, ciência e técnica. Entre o período de 1891 a 1906, sua atuação política foi examinada por meio dos discursos e das atividades relativos aos projetos de instrução profissional e instalação das ferrovias no Estado. Destaco que não pretendi avaliar se suas práticas obtiveram ou não sucesso, porém, investigar a construção de seu pensamento sobre o progresso mineiro, por meio da instituição da instrução profissional e das estradas de ferro. Essa análise me permitiu compreender a relação entre suas ações legislativas e os repertórios de ideias circulantes em seu espaço social, apreendidos e produzidos nas tramas de seus discursos.

É evidente a importância de esmiuçar as práticas discursivas, referentes às ideias sobre progresso, associadas à sua trajetória biográfica, na qual exerceu uma pluralidade de papéis dentro de uma conjuntura social definida (ARFUCH, 2010, p.11). Este raciocínio concorda com a asserção de Hannah Arendt, ao indicar que "a política repousa sobre um fato: a pluralidade do humano" (ARENDT, 1995, p.31). A verificação dos diversos deslocamentos realizados pelo político mineiro, nos postos que ocupou nos quadros dirigentes do período Imperial e Republicano, revelou transformações pessoais, intelectuais e políticas.

A partir do itinerário entre os espaços público e privado, a sociabilidade mundana e a atuação pública, procuro construir seu perfil. A afirmativa de Antonio Mitre sobre o estudo da biografia humana é elucidativa ao indicar que "o que nos sucede de uma ponta à outra [entre o nascimento e a morte], é passível de inventário pessoal, sempre que a imagem do vivido, latente nos labirintos da alma ou patente nos sulcos do corpo, compareça à luz da consciência"

(MITRE, 2003, p.12). Para Leonor Arfuch, a tessitura da narrativa do privado, essa esfera da intimidade, corresponderia à outra face de um "espaço público que se afirmava na dimensão dupla do social e do político" (ARFUCH, 2010, p.36).

A biografia de Affonso Penna possibilitou identificar sua trajetória, permeada por momentos de coexistência entre o inovador e o tradicional, o ético e o moral (FANQUIN, 2007, p.01). A formação de seu pensamento intelectual, político e econômico constituiu, conforme a proposição de Marcos Fábio Martins Oliveira, no fazer e refazer da experiência por meio da qual o indivíduo constrói suas concepções sobre quaisquer assuntos (OLIVEIRA, 2012, p.60). O político mineiro apresenta sua subjetividade privada relacionada, desde o início, ao espaço público.[5] Affonso Penna, nesse sentido, foi percebido como fruto de seu tempo (FEBVRE, 1977, p.159).

Porém, o político mineiro não foi interpretado apenas como espectador e sujeito às ideias e influências de seu círculo histórico-social. Para investigar seu pensamento político e intelectual, é preciso considerar sua capacidade de fazer escolhas, incutindo sua marca pessoal na sociedade política. Tais marcas correspondem aos projetos políticos apresentados e, se possível, executados nos governos de que participou. Gilberto Velho afirma que os projetos individuais, ainda que se manifestem de modos diversificados, estão imbricados a uma realidade sociocultural específica. Percebidos como ação social, esses projetos não compreendem um fenômeno puramente subjetivo. Para o autor, são constituídos por um amálgama de experiências, inscritas histórica e culturalmente, projetadas na noção de indivíduo e nos paradigmas culturais existentes (VELHO, 1994, p.27). [6]

O projeto político concebido como ação social, segundo Geovanni Levi, deriva de "uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa [...], oferece muitas possibilidades de interpretações e

[5] Conforme elucidação de Marcus Aurelio Taborda de Oliveira, o espaço público não se confunde com a sua dimensão estatal. O autor, ao analisar o pensamento de Gilson Leandro Queluz (1994), afirma que "é da tradição do pensamento social brasileiro reivindicar que aquilo que é público estivesse fundamentalmente radicado no âmbito do Estado, sobretudo pela necessidade de financiamento e ordenamento" (OLIVEIRA, 2014, p.44). Assim, instrução pública, sanitarismo, higienismo, urbanização, industrialização, entre outras temáticas, estiveram presentes nos discursos de diversos políticos e intelectuais, evocados enquanto ocupavam diferentes postos do Estado, ao longo do engendramento do Brasil como nação independente, que procurava se modernizar e ingressar na senda do progresso (OLIVEIRA, 2014, p.44). Neste trabalho, entendemos por espaço público o ambiente que se inscreve numa trama de relações de poder; isto é, lugares de produção de normatização e controle social, marcados pelos debates, disputas e embates políticos: Assembleia Provincial de Minas Gerias, Congresso Mineiro do Estado de Minas Gerais e Presidência do Estado de Minas Gerais (GONÇALVES, 2012, p.43).

[6] Para Gilberto Velho, um projeto contém uma dimensão política quando corresponde ao interesse de um determinado grupo, "embora não se esgote a esse nível, pois a viabilidade política propriamente dependerá de sua eficácia em mapear e dar sentido às emoções e sentimentos individuais" (VELHO, 1994, p.33). Destarte, torna-se possível apontar grupos que, por meio de suas trajetórias e posição social, apresentam condições de difundir seus projetos.

liberdades pessoais" (LEVI, 1992, p.135). Ao considerar a ação social como integrante da identidade individual, é preciso perquirir sobre a formação dessa identidade. No caso de Affonso Penna, um importante aspecto de sua formação está ligado às instituições escolares que frequentou. Entretanto, ressalta-se que "a formação escolar, incluindo o curso superior e tudo o que ele significa em termos de aprendizado e relações sociais, não é suficiente para mapear a formação de um dado indivíduo" (OLIVEIRA, 2012, p.16).

É necessário mensurar a relação homem-mundo, fundamentada na noção de que o sujeito não se define pela acumulação progressiva dos saberes. A produção de seu conhecimento deriva das reflexões sobre a realidade que lhe cerca, compreendida na materialidade do cotidiano, nas concepções imaginárias e simbólicas da sociedade à qual pertence. Tais reflexões são fruto dos espaços de experiência percorridos, ao longo do tempo, e dos horizontes de expectativas vislumbrados por Affonso Penna. Avaliar seus discursos depreende relativizar e historicizar os significados impregnados nos textos que produziu e nas ideias que mobilizou em seus repertórios. Desse modo, situar esses discursos em meio à conjuntura histórica, social e cultural do político corresponde a percorrer os espaços e as experiências que vivenciou.

Conforme a definição empregada por Reinhart Koselleck (2006), a *experiência* e a *expectativa* são duas categorias históricas que entrelaçam *passado* e *futuro*. Para o autor, são categorias interpretativas complementares, visto que a experiência cria espaços para um certo horizonte de expectativas. Conforme José Carlos Reis, o tempo não pode ser cortado tal qual o espaço, dividindo em lados diferentes passado e futuro. O autor reforça que "o passado continua agindo depois da mudança, por mais radical que essa tenha sido; mas a mudança pode alterar bastante o passado, dependendo de sua profundidade" (REIS, 2006, p.15). Destaca-se que uma experiência ou o próprio registro de uma experiência referindo a um passado remoto pode produzir, em outra época, expectativas relacionadas ao futuro. O campo da experiência vivida não se restringe à experiência pessoal. O vivido, isto é, a experiência alheia, pode ser apreendida pelo outro como experiência própria para definição de projetos, de horizontes de expectativas (KOSELLECK, 2006, p.46-47).[7]

[7] Reinhart Koselleck não afirma que a história é tutora do futuro e traz em si um ensinamento rígido sobre o passado. Segundo sua obra, a história ou o conhecimento histórico apresenta possibilidades que podem ser reavaliadas para compor as ações do presente e do futuro (KOSELLECK, 2006, p.47). Conforme o autor, "a história era uma espécie de cadinho de experiências instrutivas, da qual se podia extrair ensinamentos" (KOSELLECK, 2006, p.80). Portanto, "passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência" (KOSELLECK, 2006, p.310). Em sua análise, a diferença entre experiência e expectativa, na era moderna, aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências realizadas até então (KOSELLECK, 2006, p.314).

Compreende-se por espaço de experiência as vivências de Affonso Penna na Academia de Direito de São Paulo, na Assembleia Provincial, no Congresso Mineiro, na Presidência do Estado e na Presidência do país, entre outros cargos ocupados na administração pública, locais onde produziu seus discursos, os quais descortinavam seus anseios, suas angústias, suas esperanças e seus desejos. Foram locais de produção dos repertórios mobilizados na relação entre o passado e o futuro, vivenciados pelo político mineiro. Como um dos intérpretes da conjuntura político-econômica de Minas Gerias, a partir das considerações realizadas por José Carlos Reis, podemos considerar que Affonso Penna valoriza o espaço da experiência mineira; sua história e tradição, o que o Estado já foi e ainda é e também valoriza o horizonte de expectativa, o que Minas Gerias deseja ser e ainda não é (REIS, 2006, p.15).

A noção de horizonte de expectativas servirá de instrumento para compreender as expectativas expressas nos discursos de Affonso Penna referentes aos projetos de instalação de ferrovias e instrução profissional no Estado. Para Koselleck, o horizonte de expectativas dirige-se a um novo futuro, corresponde às experiências que romperiam com as repetições do passado. Por expectativas, portanto, entende-se todo um universo de sensações e antecipações, alusivas ao porvir. O autor afirma que esta noção está ligada aos medos e esperanças, ansiedades e desejos, apatias e certezas, inquietudes e confianças – tudo aquilo que as emoções humanas descortinam sobre o futuro (KOSELLECK, 2006).

Ao considerar a história do indivíduo como uma história de autocriação, baseada na relação espaço de experiência e horizonte de expectativa, entendemos que "nem tudo pode ser reencontrado no presente como o indivíduo é sempre levado mais adiante do que ele é, ele só pode reencontrar-se voltando mais para trás de onde está atualmente" (CASTORIADIS, 1987, p.66). Assim, para compreender as ideias e os valores centrais de sua proposta sobre a instrução profissional e ampliação da rede ferroviária, foram privilegiados os lugares de sociabilidade nos quais ela foi elaborada (MACHADO, 2010, p.20).

Affonso Penna foi analisado como integrante do mesmo lugar social que os demais políticos mineiros, segundo a proposição de Angela de Castro Gomes. Para a autora, o lugar social é entendido como local de constituição de uma rede de contatos, permeado por relações afetivas (de aproximação e/ou rejeição), por meio da convivência entre pares (GOMES, 2004, p.53). A rede organizacional estabelece um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, situa o sujeito num mundo cultural e lhe permite interpretar o mundo político e social de seu

tempo. A autora trabalha a noção de lugar de sociabilidade a partir de uma dimensão dupla, que pode ser verificada segundo o excerto abaixo:[8]

> De um lado, aquela contida na ideia de "rede", que remete às estruturas organizacionais, mais ou menos formais, tendo como ponto nodal o fato de se constituírem em lugares de aprendizado e de trocas intelectuais, indicando a dinâmica do movimento de fermentação e circulação de ideias. De outro, aquela contida no que a literatura especializada chama de "microclimas", que estão secretados nessas redes de sociabilidade intelectual, envolvendo as relações pessoais e profissionais de seus participantes. Ou seja, se os espaços de sociabilidade são "geográficos", são também "afetivos", neles se podendo e devendo captar não só os vínculos de amizade/cumplicidade e de competição/hostilidade, como igualmente a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades ou grupos especiais. Trata-se de pensar em uma espécie de "ecossistema", onde amores, ódios, projetos, ideais e ilusões se chocam, fazendo parte da organização da vida relacional. (GOMES, 1999, p.20)

Ao analisar os padrões e as dinâmicas da sociedade em rede, conforme Manuel Castells e Gustavo Cardoso, percebemos sua dimensão de definição das políticas públicas instituídas. Para os autores, a sociedade em rede revela-se sob diferentes características, segundo sua cultura, a natureza de suas instituições e sua trajetória histórica (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p.17). A sociedade em rede pertence a espaços geográficos e afetivos, capaz de delinear um campo intelectual com suas particularidades próprias, abrigando "as estruturas organizacionais de que dispõe, [...] quanto aos tipos de laços e sensibilidades desenvolvidas" entre seus membros (MACHADO, 2010, p.20). Destaca-se que a sociedade em rede compreende "as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos" (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p.17).

A indagação sobre a formação do conhecimento na conjuntura social demonstrou o papel dos intelectuais, indissociáveis das formas de intervenção na organização social. Segundo Vinícius Machado, "a seleção dos referidos lugares de sociabilidade se fundamentou no conhecimento prévio de que por meio deles seria possível significar a proposta" de desenvolvimento mineiro, por meio dos programas direcionados para o fomento da economia, a partir da instalação da rede ferroviária e da organização da instrução pública e profissional no estado (MACHADO, 2010, p.21).

[8] Angela de Castro Gomes trabalha o conceito a partir de TREBITSCH, Michel. *Avant-propos*: la chapelle, le clan et le microcosme. Les Cahiers de L'IHTP (20), mai 1992; e SIRINELLI, Jean François. *Le hasard ou la necessité*: une historie em chantier: I' historie des intellectuels. Vingtième Siècle: Revue d'Historie (9), jan./maio 1986 (*apud* MACHADO, 2010, p.20).

Manuel Castells e Gustavo Cardoso reforçam essa perspectiva ao afirmarem que "sociedades específicas em contextos específicos podem atingir os seus objetivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade" (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p.19). Essa revolução tecnológica compreende, conforme elucida Eric Hobsbawm, o avanço da produção material e da comunicação (HOBSBAWM, 2011). As locomotivas expressaram um dos maiores símbolos desse movimento, vitrines do progresso e da tecnologia, ao encurtarem distâncias e facilitarem a rede de comunicações (HOBSBAWM, 1996). A instrução pública, por sua vez, sofreu alterações em sua estrutura escolar, visando a ampliação e aprofundamento do ensino voltado para conhecimentos técnicos e profissionais em detrimento ao humanismo. A sociedade se modernizava conforme a evolução da engenhosidade do conhecimento humano direcionado à ampliação da produtividade material. Era preciso treinar os trabalhadores das novas indústrias, cuja base do conhecimento advinha do cientificismo (HOBSBAWM, 1996).

Compreender as redes de sociabilidade mineira equivale a entender os diferentes espaços, tempos e redes de relações que Affonso Penna percorreu para construir seu pensamento intelectual e elaborar seus projetos. Nesse sentido, "os intelectuais, ao mesmo tempo, inserem-se no campo cultural mais abrangente do qual são contemporâneos, e nele procuram demarcar fronteiras capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas" (GOMES, 1999, p.11). O trabalho de Affonso Penna em Minas Gerais foi percebido mediante avaliação do percurso dos lugares sociais e das redes de sociabilidade que vivenciou. Pois os fatos políticos não são autoexplicativos, eles pressupõem a análise de outras dimensões da realidade histórica. É pertinente afirmar que nosso propósito, com este trabalho, não é de produzir o acesso à verdade sobre a trajetória de Affonso Penna, mas sim trazer a público, conforme José Murilo de Carvalho, "mais mediadores do conhecimento da história – os documentos" (CARVALHO, 2004, p.98). Desse modo, sua biografia permite vislumbrar possíveis caracterizações de seu pensamento intelectual, inserido numa conjuntura de ideias, que eram compartilhadas pelos grupos dominantes nacionais e de várias partes do mundo.

As fontes analisadas constituíram um *corpus* documental diversificado, composto pelos Anais da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais (1874-1889); Anais do Senado Mineiro do Estado de Minas Gerais (1891-1906); as mensagens presidenciais de Affonso Penna, quando Presidente[9] do Estado de Minas Gerais, e as mensagens presidenciais,

[9] O título de presidente para o cargo da direção do executivo estadual compreende-se como uma das referências ao regime federalista – sob forte influência da constituição norte-americana – implantado no Brasil, com a proclamação da República. A alteração do regime tornou o "Estado unitário então existente em República

quando Presidente da República; Anais do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais (1903); os discursos produzidos durante sua atuação na política mineira e nacional; publicações em jornais; e publicações referentes ao político Affonso Penna. A documentação foi localizada, em sua maioria, no Arquivo Público Mineiro e nos *sites* da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Digital do Senado e da Biblioteca da Presidência da República.

Essa documentação foi considerada como fonte "que, por excelência, seria o testemunho de uma época, escrito se possível no momento do acontecimento", como observou Febvre.[10] Para Gertrude Himmelfarb, "assim como os documentos são o legado do passado ao historiador, são também o legado do passado ao presente" (HIMMELFARB *apud* NOVAIS; SILVA, 2013, p.212). Dominick Lacapra define os textos entendidos como fontes para a História Intelectual, segundo as abordagens mais densas, percebidos como pertencentes a gêneros fronteiriços em constante diálogo entre si, como eventos históricos em si mesmos ou como desencadeadores de outros eventos (LACAPRA, 1992, p.430-431).

Ao utilizar atas, anais, discursos, livros e artigos produzidos por ou sobre Affonso Penna como fontes, procuramos entender a complexidade da relação entre o texto e aquilo que lhe é exterior. A utilização de fontes discursivas indica, segundo Antonio Mitre, que o registro dos fatos históricos é insuficiente. Em seu raciocínio, ainda que tais registros sejam verdadeiros em si mesmos, "criam representações falsas quando não se enraízam na semântica da cultura que lhes confere verossimilitude" (MITRE, 2003, p.61). Isto posto, é difícil isolar ou explicar as ideias expostas nas fontes com uma pureza prática imediata, uma vez que a linguagem caracteriza o discurso permeado de insinuações, intenções e representações (POCOCK, 2013, p.37). As fontes, destarte, cessam de sua função de *repositório da verdade* para serem vistas

Federativa, com a transformação das antigas províncias em Estados (art. 2º da Constituição de 1891); adotou-se o governo presidencialista", entre outras mudanças (CAVALCANTI, 2012, p.313). Os Estados, nesse sentido, respeitando a Constituição Federal, podiam se autogerir em relação aos âmbitos dos poderes federal, executivo e judiciário. Conforme Hebe Mattos, "a Constituição sancionada em 1891 consagra o presidencialismo, com mandato de quatro anos, e o federalismo, com grande autonomia para os estados, que teriam constituição própria, forças públicas armadas, capacidade de contrair empréstimos internacionais e justiças estaduais específicas, ainda que subordinadas a uma legislação unificada e à Justiça Federal" (MATTOS, 2012, p.91-91). Destaca-se a reflexão de Nina Trícia Disconzi Rodrigues, na qual afirma o federalismo como uma ideia anterior à República, descrevendo que no processo histórico brasileiro, os diversos conflitos anteriores à Proclamação da República formaram a etimologia do federalismo no país. Para a autora, "assim, conforme ponto de vista definido nessas páginas, não se pode dizer que ele surgiu apenas com a República, em virtude da história de lutas ter sido duramente contida entre as províncias e o centro. Sendo assim, pode-se dizer que, ao longo da nossa história, foi consolidada uma cultura federalista, que explodiu no crepúsculo do Império, quando já havia solo fértil para tal empreitada" (RODRIGUES, 2010, p.105).

[10] Para Lucien Febvre o testemunho de época, apreendido como fonte, é um dos elementos que protege contra o anacronismo psicológico (DUBY, 1961, p.938).

como documento, "registro humano das vivências de certos grupos em certos lugares num certo tempo" (GOODWIN Jr., 2015, p.103).

Além do uso dos discursos, mensagens, cartas e documentos produzidos por Affonso Penna, ao longo da pesquisa serão evocados discursos e mensagens de seus pares no intuito de confrontar e verificar a correlação de ideias mobilizadas nas redes de sociabilidade que constituiu. Caso o leitor perceba certa abundância nas reproduções de excertos documentais, recorro à mesma explicação fornecida por Francisco Foot Hardman, em sua obra que investiga outras construções da modernidade no Brasil:

> Tenho consciência do relativo excesso documental presente nos textos seguintes deste trabalho. Tentei suavizá-lo ao máximo; mas o peso das fontes persiste. Não sei se seria mesmo inevitável; confesso que deriva em grande parte de uma obsessão renitente que ainda teima em roubar-me preciosas horas de sono. Gosto de viajar por textos esquivos e documentos perdidos; quisera trazê-los todos de volta à tona de nossa desrazão. Não posso; trago pelo menos alguns, vivendo a angústia imensa pelos outros que lá quedaram, esquecidos nos tonéis de tão estranhos tempos. (HARDMAN, 2005, p.139)

Pelas fontes consultadas, a presente pesquisa apresenta-se como documental e bibliográfica (ALMEIDA, GUINDANI, SÁ-SILVA, 2009). Para compor o embasamento historiográfico deste trabalho, foi preciso perscrutar as produções acadêmicas de diferentes campos desse conhecimento, uma vez que este trabalho se encontra na fronteira de diversas abordagens historiográficas. Mapear e refletir sobre as dissertações, teses, livros e artigos encontrados revelou ser um verdadeiro desafio dada a quantidade de trabalhos encontrados sobre a História da Educação em Minas Gerais, História Política e Intelectual.

A análise da legislação de instrução pública e, em especial, dos discursos do político Affonso Penna permitiram recuperar a constituição do ensino público e profissional no Estado de Minas Gerais. Perquirir sobre as mudanças vislumbradas nas Leis e Regulamentos, nos debates e discursos da elite dirigente,[11] significa tentar estabelecer quais intervenções foram realizadas pelo governo mineiro, no âmbito da educação, entre o final do século XIX e o início do século XX. A legislação e os discursos, nesse sentido, podem ser considerados como linguagem e prática social, uma vez que

[11] O conceito de elites, formulado por José Murilo de Carvalho (2013, p.17) refere-se aos grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas como de outros grupos de elites, de acordo com o critério de posição. Sob perspectiva semelhante, Claudia Viscardi (2012) definiu as elites políticas mineiras segundo os indivíduos que ocupavam cargos no Executivo e no Legislativo estadual e federal na Primeira República. Para Otavio Dulci, "a elite política e a elite agrária remontam a uma estrutura socioeconômica tradicional, em que predominavam as atividades rurais" (1999, p.107). Neste trabalho, o conceito de elite será utilizado para designar os ocupantes tanto dos cargos eletivos quanto das ocupações da administração pública no cenário mineiro e nacional.

> produzir a legislação como corpus documental significa enfocá-la em suas várias dimensões. [...] uma crítica às concepções mecanicistas da legislação, que grosso modo, a entendem como campo de expressão e imposição, única e exclusivamente, dos interesses das classes dominantes; em seguida, creio que permitiria suspender a legislação naquilo que, me parece, ela tem de mais fascinante: a sua dinamicidade; e, finalmente, abriria mais uma possibilidade de inter-relacionar, no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico, as quais, atravessadas pela legislação, vão desde a política educacional até as práticas da sala de aula. (FARIA FILHO, 1998, p.98-99)

Explorar a lei, os relatórios de província, as mensagens presidenciais do Estado, os discursos e debates dos políticos mineiros, significou revelar as dificuldades de concretização e execução dos projetos de instrução pública, assim como as possíveis soluções apontadas pela elite dirigente de Minas Gerais (ANDRADE, 2007, p.22-23). A análise desses textos permite verificar o debate sobre o ensino público que a legislação trazia no seu conjunto de reformas, entendidas como expressão das determinações legais e resultado da dinâmica do jogo político presente na cena mineira (ANDRADE, 2007, p.23).

Destaco que não uso o termo educação ao longo deste texto para não incorrer em anacronismo, pois a análise dos termos *educação* e *instrução*, segundo suas perspectivas lexicográficas, evidenciou a diferenciação de seus sentidos no repertório utilizado pelos políticos. Conforme os estudos realizados por Irlen Antônio Gonçalves sobre a formação do trabalhador republicano, *educação* significa "o ato de educar a pessoa nos aspectos relacionados à direção da vontade e da moral, notadamente, com vistas à formação de costumes e culturas próprias de uma dada sociedade, que estabelece regras de costumes, de boas maneiras e de viver". O autor indicou que *instrução*, segundo o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva, de 1891, designa que "a ação de instruir; corresponde ao ensino, à educação literária, a tudo que pode instruir, aos conhecimentos adquiridos, ao saber" (GONÇALVES, 2012, p.23). Portanto, a educação compreende o ato de criar mais geral, relacionada à transmissão de valores morais, enquanto a instrução, ainda como meio de conduzir a educação, estaria ligada aos aprendizados adquiridos na escola (GONÇALVES, 2012).

O vocábulo educação foi usado normalmente para definir o aprendizado moral dos sujeitos suscetíveis aos processos de escolarização organizados pelo Estado. O termo instrução era utilizado para designar a atividade escolar. Considerando que os repertórios de ideias circulavam entre os políticos mineiros, essa afirmação pode ser confirmada nas palavras do senador Joaquim Candido da Costa Senna:

> A educação, todos sabem, consiste em certos hábitos morais e físicos que se impõem às crianças, logo que atingem ao uso da razão; esta pertence principalmente à família. A instrução, porém Sr. Presidente, que chamamos primária, deve e deve sempre correr por conta do Estado, porque é essa instrução que abre aos meninos as portas de seus direitos, deveres e interesses; é esta instrução que é a destinada a fazer do menino um cidadão. O Estado, a meu ver, é obrigado a dar às crianças um mínimo de instrução, um mínimo que lhe é indispensável à compreensão de seus direitos, de seus deveres e de seus próprios interesses. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1892, p.188-189)[12]

Com o objetivo de visualizar Affonso Penna no e a partir do texto, identificar suas ideias e projetos na tessitura dos discursos, recorri aos procedimentos de leitura exaustiva, para apreensão qualitativa dos dados, referentes às noções de progresso, ciência e técnica, presentes nos projetos de educação e formação técnica do trabalhador e de instalação das ferrovias. Ressalto, portanto, que não se deve considerar tais fontes de pesquisas neutras e imparciais, uma vez que emitem juízos de valor gerados no interior do processo histórico.

A análise do discurso, logo, contribui para o entendimento do pensamento dos políticos mineiros, especialmente de Affonso Penna, sobre suas perspectivas em relação à ampliação da rede ferroviária e à institucionalização da instrução para a formação do trabalhador. Destaca-se que os discursos, as mensagens presidenciais e toda a documentação produzida por e sobre Affonso Penna revelam, além do balanço de seu trabalho como político, a abordagem sobre os principais temas relacionados ao ideário de progresso da época. A leitura dessa documentação demonstra que sua produção foi elaborada conforme as ações e estratégias em defesa do engrandecimento mineiro, na qual se expressavam crenças, esperanças e projeções para inserção de Minas Gerais no rol das nações modernas.

Segundo Pedro Pádua, a ideia de modernidade compreendia a passagem do conhecimento humano contemplativo para um saber predominantemente operativo, "em que a ciência e a tecnologia têm um papel central" (PÁDUA, 2012, p.14). Eric Hobsbawm reforça, em suas reflexões sobre o avanço do conhecimento científico a partir do século XVIII, que "a ciência se beneficiou tremendamente com o surpreendente estímulo dado à educação científica e técnica" (HOBSBAWM, 1996, p.429). Nesse sentido, a noção de progresso estava relacionada ao desenvolvimento material e econômico, "baseado na agricultura, na indústria e na pecuária", no solo mineiro. Observamos que este desenvolvimento compreendia o principal objetivo dos políticos mineiros. A formação profissional foi uma das principais estratégias utilizadas para considerar as falas de Affonso Penna como representativas de parte do pensamento circulante dos lugares sociais que perpassou e ocupando um lugar de destaque na argumentação política (PÁDUA, 2012).

[12] A grafia das palavras foi atualizada, possibilitando maior legibilidade do texto.

3. Conceito ou ideia: *progresso, civilização e modernidade*

Para avançarmos nesta pesquisa é preciso definir como o vocábulo progresso será interpretado ao longo deste trabalho. As ideias de progresso foram consideradas como fio condutor para análise dos discursos e mensagens produzidos por Affonso Penna. Eram de grande valia para os políticos, que delas faziam "o esteio de uma visão de mundo triunfante e otimista" (PESAVENTO, 1997b, p.29). Para André Nunes de Azevedo, a definição da ideia de progresso pela historiografia brasileira, até a década de 1980, seguiu o paradigma estabelecido por Gilberto Freire, cuja reflexão indicava o progresso como ideologia de dominação das elites (AZEVEDO, 2003, p.21). [13]

Reinhart Koselleck, em seu estudo sobre a história dos conceitos, afirma que estes não podem ser considerados *a priori*, mas avaliados segundo sua realidade social e histórica, dentro de um conjunto de experiências compartilhadas (KOSELLECK, 2006). Ao teorizar a história dos conceitos, o autor pretende compreender o emprego de determinados termos relevantes do ponto de vista social e político, imbricados em suas especificidades históricas (KOSELLECK, 2006, p.103). Ao voltar-se para o estudo das experiências históricas e a constituição das redes de sentido, o autor afirma que os conceitos adquirem caráter polissêmico, compreendendo uma multiplicidade de significados, capazes de transcender seu contexto original, sua temporalidade e espaço. Essa assertiva vai ao encontro da proposição de Marc Bloch: "para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário" (BLOCH, 2001, p.59).

Os conceitos seriam utilizados como resoluções, produções de sentido destinadas a orientar os agentes da história diante de uma experiência. De acordo com a análise de Alexandre Avelar, Daniel Faria e Mateus Pereira, "os conceitos criam horizontes, interferindo na experiência. Não se trata aqui de uma relação dialética, mas de algo mais complexo: uma rede bastante sutil de interações entre diferentes níveis da realidade" (AVELAR; FARIA; PEREIRA, 2012, p.16). Desse modo, conhecer a forma como esses conceitos foram apropriados, modificados e mobilizados na prática política pode auxiliar na interpretação do espaço de experiência, onde eles foram manipulados.

Importa ressaltar que, como no estudo elaborado por Pedro Pádua, pretendemos discutir o vocábulo progresso com os "termos que lhe são intimamente ligados", no intuito de entender quais foram os usos e os significados que esse vocábulo foi assumindo no discurso

[13] Esta ideia é mais desenvolvida em FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

político mineiro (PÁDUA, 2012, p.16-18). As palavras ou vocábulos sofrem alterações de sentido segundo as mudanças nas necessidades humanas. Nesse sentido, vocábulos adquirem novos sentidos, perdem seu significado original ou simplesmente caem em desuso. Os vocábulos são compreendidos, portanto, como elementos constituintes da realidade, não apenas sua expressão. É pertinente a colocação de Quentin Skinner ao propor que

> a ideia de que um vocabulário, uma rede conceitual, não é um mero ornamento para ação; pelo contrário, trata-se de algo que constitui, num determinado momento, o que é pensado como possível ou impossível, o que deve ser feito ou evitado. [...] As ideias não seriam, assim, uma tentativa de organizar experiências, mas armas forjadas para a intervenção num conflito. O vocabulário seria como que o conjunto de regras que criam um terreno para embates da história: portanto, o vocabulário como um contexto pragmático. (AVELAR; FARIA; PEREIRA, 2012, p.16)

Ao refletir sobre o modo como o vocábulo progresso é mobilizado nos discursos e mensagens do político Affonso Penna, percebemos que o referido termo adquire sentido equivalente ao significado de ideia. Podemos interpretar os vocábulos "ideia" e "conceito" como sinônimos; pois ambos carregam e expressam uma polissemia e complexidade de significados. Entretanto, no decorrer deste trabalho usaremos o vocábulo "ideia" para remeter à noção de progresso, por considerarmos que este último melhor caracteriza a circularidade e a mobilização do vocábulo "progresso" nos discursos políticos, correlacionado a um amálgama de sentidos.

O termo progresso surge como uma ideia na argumentação dos políticos mineiros, usada em seus embates, debates e disputas no plano discursivo. Assim como Pedro Pádua (2012), para justificar a utilização do vocábulo ideia como sinônimo de conceito, recorro à definição estabelecida pelos autores Hilton Japiassú e Danilo Marcondes, para ambos os termos:

> **Conceito** (do latim *conceptum*: pensamento, ideia): [...] noção abstrata ou ideia geral, designando seja um objeto suposto único (ex.: o conceito de Deus), seja uma classe de objetos (ex.: o conceito de cão) [...]. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p.48)
> **Ideia** (do latim e do grego: visão): A ideia é, em um sentido geral, uma representação mental, imagem, pensamento, conceito ou noção que temos acerca de algo [...]. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p.35)

Também é pertinente considerar as proposições trazidas por Nicola Abbagnano, para os significados destes vocábulos:

> **Conceito** (gr. *Xóyoç,* lat. *Conceptus;* in.*Concept;* fr. *Concept;* al. *Begriff,* it. *Conceito).* Em geral, todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, esse termo tem significado

> generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual etc. Pode-se ter um conceito de mesa tanto quanto do número 3, de homem tanto quanto de Deus, de gênero e espécie tanto quanto de uma realidade individual, como p. ex. de um período histórico ou de uma instituição histórica (o "Renascimento" ou o "Feudalismo"). Embora o Conceito seja normalmente indicado por um nome não é o nome, já que diferentes nomes podem exprimir o mesmo Conceito ou diferentes conceitos podem ser indicados, por equívoco, pelo mesmo nome. O conceito, além disso, não é um elemento simples ou indivisível, mas pode ser constituído por um conjunto de técnicas simbólicas extremamente complexas, como é o caso das teorias científicas que também podem ser chamadas de conceito (o conceito da relatividade, o conceito de evolução etc.). O Conceito tão pouco se refere necessariamente a coisas ou fatos reais, pois pode haver Conceito de coisas inexistentes ou passadas, cuja existência não é verificável nem tem um sentido específico. Enfim, o alegado caráter de *universalidade subjetiva* ou validade intersubjetiva do Conceito na realidade é simplesmente a sua *comunicabilidade* de signo linguístico: a função primeira e fundamental do conceito é a mesma da linguagem: a comunicação. (ABBAGNANO, 2015, p.194-195)
>
> **Ideia** (gr. iôéa; lat. *Idea;* in. *Idea;* fr. *Idée;* al. *Idee;* it. *Idea).* Esse termo foi empregado com dois significados fundamentalmente diferentes: 1º como a espécie única e imutável numa multiplicidade de objetos; 2º como um objeto qualquer do pensamento humano, ou seja, como representação em geral. No primeiro significado, essa palavra é empregada por Platão e Aristóteles, pelos escolásticos, por Kant e outros. No segundo significado, foi empregada por Descartes, pelos empiristas, por boa parte dos filósofos modernos e costuma ser usada nas línguas modernas. [...] No segundo significado, Ideia significa representação em geral. Esse significado já se encontra na tradição literária (p. ex., em MONTAIGNE, Essais, II, 4), mas Descartes introduziu-o na linguagem filosófica, entendendo por Ideia o *objeto interno* do pensamento em geral. Nesse sentido, afirma que por Ideia se entende "a forma de um pensamento, por meio de cuja imediata percepção estou ciente desse pensamento" (*Resp*. II, def.2). Isso significa que a Ideia expressa aquele caráter fundamental do pensamento ao qual ele se torna imediatamente ciente de si mesmo. Para Descartes, toda Ideia tem, em primeiro lugar, uma realidade como ato do pensamento, e essa realidade é puramente subjetiva ou mental. Mas, em segundo lugar, tem também uma realidade que Descartes denominou escolasticamente de *objetiva*, porquanto representa um objeto: neste sentido as Ideias são "quadros" ou "imagens" das coisas (*Méd*. III). [...] Espinosa, por sua vez, entendia por Ideia "o conceito formado pela mente enquanto pensa", e preferia a palavra "conceito" a "percepção" porque a percepção parece indicar a passividade da mente diante do objeto, enquanto o conceito exprime sua atividade (*Et*., II, def.3). [...] Para Locke, assim como para Descartes, a Ideia é o objeto imediato do pensamento: Ideia é "aquilo que o homem encontra em seu espírito enquanto pensa" (*Ensaio*, II, 1,1). [...] Contudo, há um significado no qual a palavra ideia (aliás, a única usada na linguagem comum) continua distinguindo-se de "representação": é aquele graças ao qual, tanto na linguagem comum quanto na filosófica, ela indica o aspecto de antecipação e projeção da atividade humana, ou, como diz Dewey, uma *possibilidade*: "Uma Ideia é, acima de tudo, uma antecipação de alguma coisa que pode acontecer: ela marca uma possibilidade" (*Logic*, II, 6; trad. it., p.164). (ABBAGNANO, 2015, p.608-611)

Para avaliar os discursos políticos relacionados à ideia de progresso, ressalto a assertiva de Francisco Falcon que, ao referir-se ao pensamento de Quentin Skinner, propõe que

> os conceitos ou as *ideias* não se esgotam uma vez (re)conhecido o seu significado; é necessário saber quem os maneja e com quais objetivos, o que só é possível através do (re)conhecimento dos vocábulos políticos e sociais da respectiva época ou período histórico, a fim de que seja possível situar os "textos" no seu campo específico de "ação" ou de atividade intelectual. (SKINNER, 1991 apud FALCON, 1997, p.147).

Cornelius Castoriadis descreve o vocábulo progresso aplicado à ciência moderna como "problemático – exceto no sentido do poder – fazer técnico –, mas seu desenvolvimento esmagador – e auto esmagador – é manifesto" (CASTORIADIS, 1997, p.47). Reinhart Koselleck afirma que a ideia de progresso revela complexidade em seu uso, devido à multiplicidade de maneiras que é empregada nos discursos políticos e intelectuais circulantes no mundo ocidental. Conforme o autor,

> o progresso descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e da experiência tradicional, natural e prognosticável, o qual, por força de sua dinâmica, provoca por sua vez novos prognósticos, transnaturais e de longo prazo. O futuro desse progresso é caracterizado por dois momentos: por um lado, pela aceleração que se põe a nossa frente, por outro lado, pelo seu caráter desconhecido. Pois o tempo que se acelera em si mesmo, isto é, a nossa própria história, abrevia os campos da experiência, rouba-lhes sua continuidade, pondo repetidamente em cena mais material desconhecido, de modo que mesmo o presente, frente à complexidade desse conteúdo desconhecido, escapa em direção ao não experimentável. (KOSELLECK, 2006, p.36)

Para Eric Hobsbawm, "o progresso seria medido pela curva ascendente de tudo o que pudesse ser medido, ou que os homens escolhessem medir" (HOBSBAWM, 2011, p.50). O homem passava a ter domínio cada vez maior sobre a natureza, por meio de suas conquistas no campo da ciência e da técnica. Segundo o autor, "era na tecnologia e na sua consequência mais óbvia, o crescimento da produção material e da comunicação que o progresso era mais evidente" (HOBSBAWM, 2011, p.51). Logo, o século XIX foi uma época efervescente em todos os aspectos, percebido como *o tempo da religião do progresso*, no qual a maquinaria moderna era predominantemente movida a vapor – depois, eletricidade – e feita de ferro e aço:

> A difusão da eletrificação, o uso do vapor como força-motriz dos mais diferentes equipamentos, a urbanização intensa com todos os seus aparelhos e aparatos, transformaram a forma de viver e pensar de grande parte da população europeia e dos EUA e, gradativamente, do planeta. O comércio parecia diminuir as distâncias através dos oceanos; navios a vapor, locomotivas e bondes remodelavam a noção de espaço pelo aumento da velocidade. (GOODWIN Jr., 2015, p.82)

De modo geral, compreende-se a ideia de progresso, considerando o avanço das teorias de Spencer e de Comte durante o século XIX, vinculada às ideias de ciência e técnica como fatores de transformação social (CARVALHO, 1998, p.109). Este termo apresenta forte conotação teleológica ao indicar um caminho a ser seguido, apontar aspirações para alcançar os ideais de civilização e modernidade, projetados por sociedades direcionadas para um objetivo comum (LIMA; GOODWIN Jr., 2014, p.06). Paolo Rossi entende o progresso segundo a ideia de uma lei de temporalidade universal, constituindo uma meta a ser perseguida

correspondente ao adiantamento da civilização, ao desenvolvimento e ao crescimento do saber técnico e científico (ROSSI, 2000).

Pedro Pádua, ao analisar os discursos dos Presidentes do Estado de Minas Gerais entre 1891 e 1930, buscou interpretar os diversos sentidos da ideia de progresso, a partir de sua identificação. Ao considerar os agentes dos discursos analisados como parceiros, o autor entende que os grupos políticos mineiros compartilhavam um vocabulário comum, estavam sujeitos a regras comuns, sendo assim reunidos numa tradição cultural, o que permite que se entendam e se reconheçam uns aos outros (PÁDUA, 2012, p.25). Os estudos desse pesquisador indicaram que o termo progresso, utilizado por Affonso Penna e seus pares, apresentou uma gama variada de significados e sentidos correlatos, destacando-se os termos adiantamento, aperfeiçoamento, desenvolvimento, melhoramento e avanço.

A partir da constatação de Francisco Falcon, verificamos que o vocábulo progresso aparece associado ou articulado aos termos *civilização* e *modernidade* nos discursos políticos. Modernidade, progresso e civilização significam, tanto "no ideário positivista quanto na maioria das formulações da época, corolários mútuos e noções intercambiáveis" (NEVES, 2010, p.33). Assim, é pertinente delimitar a definição que será empregada ao entendimento desses verbetes evocados nas argumentações políticas em defesa dos projetos de progresso mineiro. De acordo com Sandra Jatahy Pesavento, essas ideias circularam no mundo ocidental, considerando que o recorte temporal sobre o final do século XIX e início do século XX compreende o epicentro do fenômeno da modernidade (PESAVENTO, 1997b, p.26).

O termo civilização apresenta um significado moral, surgido na França no século XVIII. Nesse sentido, ser civilizado era ser bom, urbano, culto e educado; ou seja, era o aprimoramento intelectual e, sobretudo, moral da sociedade. Para os iluministas, a civilização era uma característica cultural que se contrapunha à ideia de violência, de barbárie, de selvageria. A ideia de civilização é compreendida como uma categoria que distingue núcleos sociais considerados culturalmente superiores (K.V. SILVA; M.H.SILVA; 2009, p.59). Para João Feres Júnior e Maria Elisa Noronha de Sá, essa ideia serviu para "distinguir, separar e diferenciar povos, nações, grupos humanos e mesmo indivíduos, hierarquizando-os do ponto de vista material e, não raro, moral" (FERES Jr.; NORONHA DE SÁ, 2014, p.210).

O ideal de civilização apresentava um sentido de estágio e organização social, em oposição à ideia de barbárie. Todas as nações desejosas de ingressar na seara do progresso almejavam adequar-se ao modelo de sociedade civilizada, determinado pelo grau de urbanidade, cultura e educação – tomado como referência nas sociedades europeias e nas dos

EUA (K.V. SILVA; M.H.SILVA; 2009, p.59). Nicola Abbagnano apresenta o seguinte significado para esse vocábulo:

> **Civilização** (in.*Civilization*; fr. *Civilisation*; al. *Zivilisation*; it. *Civilitá*). No uso comum, esse termo designa as formas mais elevadas da vida de um povo, isto é, a religião, a arte, a ciência etc., consideradas como indicadores do grau de formação humana ou espiritual alcançada pelo povo. Como subordem, fala-se de "Civilização da técnica", em cuja expressão a especificação implica que não se trata da "Civilização" sem adjetivos. Está claro que essa noção se baseia na preferência atribuída a certos valores. Em primeiro lugar, privilegiam-se certas formas de atividade ou de experiência humana; em segundo lugar, privilegiam-se os grupos humanos nos quais tais formas de experiência e de atividade são mais favorecidas. (ABBAGNANO, 2015, p.168)

Entre o final do século XIX e início do século XX a ideia de civilidade ou civilização produzia um modelo cultural, que constituiu uma referência padrão a partir da qual outros povos e nações foram considerados mais ou menos próximos da civilização ou da barbárie. Desse modo, Roger Chartier afirma que a

> Civilidade se insere numa série de adjetivos designando as virtudes mundanas visíveis nas cidades/urbes (...) honesto, polido, cortês, gracioso, afável, bem-educado, tratável, sociável. Esse conjunto de palavras vizinhas desenham um mesmo espaço de civilidade/urbanidade (...) onde conta, antes de tudo, a aparência das maneiras de ser. (CHARTIER, 2004, p.46)

Para James William Goodwin Jr., participar do rol das nações civilizadas significava, "além do intercâmbio econômico ou da importação de tecnologias, os esforços em adequar-se à civilização europeia, especialmente por parte das elites locais das recém-independentes nações latino-americanas" (GOODWIN Jr., 2015, p.47). O discurso do senador Afrânio de Mello Franco, na 8ª sessão ordinária do Senado Mineiro, de 17 de julho de 1891, fornece um vislumbre do pensamento político mineiro sobre o assunto:

> Na vida social vimos que, quando um grupo étnico é mais desenvolvido de que outro e consegue pelo progresso colocar-se em posição superior, torna-se uma espécie de modelo ao qual todos procuram imitar. Eis porque nos EUA e na Alemanha encontramos uma legislação com todas as tendências para a uniformidade. Assim os povos caminham para a unificação pela cópia das instituições semelhantes, e não pela expansão de autonomia da personalidade humana. Esta é uma fase mais adiantada da civilização, a que havemos de chegar. Vamos nos colocar no ponto de partida em que nos achamos, considerando o povo como ele é atualmente, segundo suas condições e seu estado de desenvolvimento. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.95)

Destaca-se, portanto, a afirmação de Marco Pamplona, sobre a cobiça das elites dirigentes do Brasil pelos valores e comportamentos europeus. Segundo o autor, para obter essa

postura de civilidade, "fazia-se mister o recurso à ação do Estado. Apenas a coerção civilizacional poderia se encarregar da modificação dos modos considerados bárbaros e incivilizados da população" (PAMPLONA, 2010, p.91). A adequação dos comportamentos aos preceitos civilizados correspondia também à preparação dos sujeitos à experiência da modernidade. Conforme a colocação de Andréa Casa Nova Maia,

> a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado. As sociedades históricas, mesmo que não tenham percebido no momento em que viveram a amplitude das mutações que vivenciaram, experimentaram o sentimento moderno e forjaram o vocabulário da modernidade nas grandes viragens de sua história. O moderno aparece relacionado ao mesmo tempo à tomada de consciência de uma ruptura com o passado e aos seus semelhantes novo e (o substantivo) progresso. (MAIA, 2009, p.38)

Antonio Mitre, por sua vez, indica que o significado da clássica dicotomia civilização/barbárie tem sido reduzido ao enfrentamento que trava o espírito da modernidade europeia, acolhido nos países latino-americanos, e a tradição desses lugares, sedimentada sobretudo nas províncias do interior (MITRE, 2003, p.49). Segundo o autor, civilização e barbárie denominam realidades culturais definidas e contrapostas, a exemplo da Europa e da América, respectivamente, que ganham contornos idiossincráticos (MITRE, 2003, p.29). Empregando recurso metafórico, ele define tais contornos idiossincráticos da seguinte maneira:

> O espelho, por sua qualidade reflexiva, tem sido utilizado com frequência como um recurso analógico para expressar o processo de constituição de identidades coletivas. Os povos – diz-se – têm o costume de mirar-se em outras culturas, e é contra esse horizonte que acabam apreendendo sua própria idiossincrasia. No entanto, bem vistas as coisas, o espelho não parece ser a metáfora adequada para captar o sentido dessa experiência. No processo de auto definição cultural, as sociedades reconhecem em suas vizinhas o que elas mesmas não são, enquanto o espelho faz exatamente o contrário ao refletir positivamente os objetos que incidem sobre sua superfície, oferecendo-nos, como assinala [Umberto] Eco, uma duplicação perfeita, embora invertida, do "campo estimulante". É certo que a percepção que uma determinada sociedade tem de outra nada mais é, às vezes, que um fenômeno projetivo, um ato de exorcismo através do qual procura afugentar seus próprios fantasmas, e diz mais sobre ela do que sobra a cultura aludida. (MITRE, 2003, p.29)

Por consequência, a ideia de civilização concebe universos físicos, culturais e historicamente diferenciados, que situados face a face exprimem uma dualidade irredutível. A ponderação de Antonio Mitre, neste caso, é explicativa ao afirmar que

> os vínculos existentes entre as categorias de civilização e barbárie não são de natureza antitética e excludente e que o recurso fácil de as considerar como a representação cristalizada de culturas contrapostas, atribuindo-lhes, ademais, conotações de ordem moral [...]. As ideias de civilização e barbárie, que inicialmente mostram-se

> antagônicas, acabam encontrando-se numa relação simbiótica através da qual se exibem dois flancos de uma realidade contraditória e indivisível: o processo da constituição da modernidade [...]. A essa altura, tais categorias já não designam espaços geográficos ou sociais, tampouco períodos históricos definidos, senão princípios que enraízam no foro interior da consciência individual e coletiva e que, sob o impacto desestruturante da modernidade, articulam-se numa relação conflitiva. (MITRE, 2003, p.49)

Marshall Berman também se aproxima dessa ideia, em seu estudo sobre a modernidade, como pode ser constatado no seguinte excerto:

> Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização. [...] à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas (BERMAN, 2011, p.26).

Apresentando o mesmo radical, as ideias de moderno, modernidade e modernização evidenciam sentidos singulares em realidades históricas e sociais específicas. Logo, essas ideias não podem ser "apreendidas como se encarnassem uma racionalidade única, como se fossem fruto de uma espécie de espiral hermenêutica" (VALLE; HAMDAN; DAROS, 2014, p.11). Ressalto que as ideias de "modernização" e de "modernidade" foram compreendidas como polissêmicas, percebidas a partir de sua "identificação com diferentes conceitos que determinavam suas feições e operações em diferentes momentos do processo histórico". A definição dessas ideias implica a sua delimitação temporal, circunscrita "em uma situação histórica e cultural específica, de forma a favorecer sua percepção e seu entendimento acarretados por relações contextuais" (CARVALHO, 2012, p.32). Depreende-se que a ideia de modernização, entre os séculos XIX e XX, conforme Marcus Vinicius Corrêa Carvalho,

> encampou ideias, práticas, representações e projetos de modernidade apropriados de maneira ideológica e aplicados, pragmaticamente, na tentativa de equiparar povos e nações que, em contextos históricos específicos, eram tomados como modulares do que seja a modernidade, em termos econômicos, políticos e/ou sociais. (CARVALHO, 2012, p.26)

Desde o século XVIII, o conceito de modernismo era semelhante à ideia de industrialismo, pois modernizar-se significava industrializar-se (EVERDELL, 2000).[14] Um dos

[14] Luiz Antônio Cunha afirma que o "industrialismo consistia na atribuição à indústria de sinônimo de progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização. Seus adeptos esperavam que a indústria

principais elementos dessa representação de modernidade corresponderia à "presença de máquinas e equipamentos resultantes do desenvolvimento industrial, artefatos tecnológicos entendidos como *sinais visíveis de civilização*" (GOODWIN Jr., 2015, p.25). Reinhart Koselleck (2006) aponta o tempo moderno como uma construção cultural, mas baseado em expectativas de ruptura. Nesse sentido, o século XIX figurava como uma conjuntura de transformações em múltiplas escalas, tendo a experiência da modernidade

> por arauto a figura da máquina, materialização do progresso, do avanço da técnica e do engenho humano, [que] instalaria na sociedade a crescente fascinação pelo novo, pela recente descoberta, pelo invento atraente, pelo engenho fantástico, insuspeitado até então pelos homens de outras épocas. (PESAVENTO, 1997b, p.29)

A modernidade, nesse sentido, associava-se às tendências de pensamento baseadas nas novas concepções científicas da época. A ciência moderna seria percebida como a maior diretriz para os caminhos do progresso, propulsora das conquistas sociais, econômicas e culturais. Helena Bomeny indica que a ciência "fornecia o argumento central da legitimidade, tanto da crítica aos padrões convencionais, quanto da eleição de políticas públicas e de novos procedimentos" (BOMENY, 1993, p.28). O cientificismo impregnou os repertórios de ideias, os diagnósticos e as formulações distintas dos projetos de nação presentes nas disputas políticas do final do século XIX e início do século XX.

Margarida de Souza Neves afirma que estas ideias estavam subordinadas à construção e à manutenção da ordem, missão primordial do Estado. Na sua interpretação, o avanço que se almejava realizar só poderia ser possível quanto melhor a administração pública fosse secundada por "homens de *sciencia*, uma vez que uma ciência especial é, por definição, competência de especialistas" (NEVES, 2010, p.33). No caso brasileiro, os homens de ciência corresponderiam aos sujeitos que aderiram às ideias em voga no período: o spencerismo, o darwinismo, o positivismo, o evolucionismo, o racionalismo, o sanitarismo, o determinismo, o utilitarismo, entre outras. Os políticos, ao se auto identificarem como homens de ciências, apreenderam e difundiram estas ideias, de maneira seletiva e deliberada, em seus projetos direcionados ao progresso nacional.

Andréa Casa Nova Maia indica, nesse sentido, que o critério econômico foi percebido como elemento primordial para a introdução da modernidade no Brasil. Conforme a autora,

---

conduzisse o Brasil ao nível das nações civilizadas, pois ela levaria o país a possuir aqueles atributos, próprios dos países da Europa e dos Estados Unidos. Só a indústria poderia resolver os problemas econômicos que afligiam o Brasil, pois só ela seria capaz de propiciar o desenvolvimento das forças produtivas, estabilizar a economia e levar ao progresso" (CUNHA, 2005, p.14-15).

> no complexo da economia moderna, a modernidade só seria possível através da mecanização, ou melhor, da industrialização. Com este primado do econômico e esta definição de modernidade pela abstração, dois novos conceitos entram em jogo na oposição antigo/moderno. Em primeiro lugar, com a economia, o "moderno" é posto em relação, não com o "progresso" em geral, mas com o "desenvolvimentismo" ou, em um sentido mais restrito, segundo alguns economistas liberais, com o "crescimento". De qualquer maneira, é relevante considerar, para a definição de modernidade, um de seus elementos fundamentais, que é a própria pressão que os progressos materiais exercem sobre as culturas, contribuindo para transformá-las. O critério econômico da modernidade passa a ser entendido como um progresso da mentalidade. (MAIA, 2009, p.40-41)

A partir destas considerações, procedemos a análise dos vocábulos progresso, civilização e modernidade evocados nas mensagens e discursos políticos de Affonso Penna em defesa de seus projetos de engrandecimento, principalmente aos articulados à expansão da rede ferroviária e à criação de estabelecimentos de formação profissional. Segundo James William Goodwin Jr., os discursos derivam de uma produção social, pois incorporam "em si valores e ideias correntes de sua época, privilegiando temas e escolhendo objetos que têm sentido para o momento em que são apresentados". Ainda segundo o autor, isto significa que o discurso produzido em sociedade resulta de uma obra coletiva, "insere-se num trabalho de grupo", "é feito para ser ouvido ou lido, recebido enfim, por um ou vários grupos sociais" (GOODWIN Jr., 2015, p.26). Especificamente, o discurso sobre o progresso remetia a ideias que "derivavam das experiências da sociedade europeia ocidental, que se tornavam referências mundiais na esteira da expansão capitalista" (GOODWIN Jr., 2015, p.83).

De acordo com Irlen Antônio Gonçalves, o discurso político como ação social está inserido num espaço público, permeado por tensões referentes às tramas de relação de poder (GONÇALVES, 2012, p.15). Os políticos mineiros não formaram um grupo coeso, homogêneo e organizado; ao contrário, seus discursos, em diversos momentos, sustentaram opiniões divergentes. As argumentações, as estratégias retóricas, o plano político discursivo, assim, foi percebido circunscrito a um ambiente de experiências compartilhadas, onde formas de pensar e agir estão imbricadas a práticas e redes sociais, sendo marcado por discordâncias, embates e disputas sobre a ideia de progresso e seu significado.

As esferas do poder, isto é, a Assembleia Provincial, o Senado Mineiro, o Congresso Mineiro e a Presidência do Estado e da República foram concebidas neste trabalho como lugares da articulação do social e de sua representação; ambientes produtores de discursos que

comandavam os sistemas de representação de sua época (GONÇALVES, 2012, p.68).[15] Para Pedro Pádua, nestes lugares se abordavam "os principais temas em questão na época", que "não se resumem a relatos de realizações passadas", mas também expressam as crenças, esperanças e projetos de seus integrantes para a inserção de Minas Gerais no caminho do Progresso (PÁDUA, 2012, p.108). Portanto, os discursos mobilizaram repertórios sobre as ideias de progresso, civilização e modernidade, que foram apreendidas, elaboradas, reelaboradas e difundidas, perpassando um ou mais espaços de experiências.

4. Os discursos políticos como espaço de experiência

Avaliar os discursos de Affonso Penna compreende relativizar e historicizar os significados impregnados nos textos que produziu e nos conceitos e ideias que mobilizou em seus repertórios. Situar seus discursos em meio à conjuntura histórica, social e cultural do político corresponde a percorrer os espaços e as experiências que vivenciou. Desse modo, consideramos que os lugares sociais perpassados por Affonso Penna são apreensíveis por meio de uma série de linguagens historicamente constituídas: cada contexto linguístico indica uma conjuntura política, social e histórica, "no interior da qual a própria linguagem se situa" (POCOCK, 2013, p.37).

De acordo com Carlos Piovezani, o discurso político é marcado por encontros e confrontos entre os sujeitos, "estabelecidos direta ou indiretamente pelo que é dito nos grupos e campos de uma sociedade. Em sentido amplo e restrito, a política não se encerra na fala, mas começa por ela" (PIOVEZANI, 2015, p.291). John Greville Pocock estabelece que os atores das discussões políticas são percebidos como agentes históricos, "reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos linguísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem

[15] Por representação compreendemos a definição expressa conforme a elucidação de Roger Chartier. Para o autor as representações sociais comportam códigos, razões, finalidades e destinatários particulares. Sua proposição, expressa no seguinte excerto, fornece o entendimento necessário no qual percebemos o significado de representação: "As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais" (CHARTIER, 1990, p.17).

uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada de seu debate" (POCOCK, 2013, p.25).

Irlen Antônio Gonçalves, em diapasão, fornece importante descrição sobre o discurso:

> O discurso é o pronunciamento oral ou escrito, elaborado com uma série de significados que expressam a maneira de pensar e de agir de um indivíduo dirigindo-se ao outro e dele a um grupo de indivíduos. Nele se encontram os elementos simbólicos comunicacionais. O argumentário é o conjunto dos argumentos constitutivo do discurso. E o gesto é a expressão da forma como o discurso será manifestado, seja com movimentos corporais, caso ocorra na oralidade, seja pelo uso de uma linguagem ou de um repertório argumentativo expresso com variados sentimentos, intenções, analogias e metáforas, tais como as maneiras de se comunicar por meio de correspondências escritas que vão variar de acordo com a relação estabelecida entre quem comunica e quem receberá a comunicação. (GONÇALVES, 2012, p.13)

Estudar o discurso político significa perscrutar fatos históricos, visando inferir a presença de diversas tramas linguísticas nas quais o discurso foi entrelaçado em determinados momentos. É necessário examinar o discurso político além do estatuto legal das instituições, averiguando a particularidade de seu funcionamento, o que compreende investigar as condições por meio das quais os sujeitos interagem politicamente. A partir dessa investigação é possível definir o imaginário político, sendo a ideia de imaginário entendida segundo a asserção de Sandra Jatahy Pesavento:

> Toda sociedade elabora para si um sistema de representação coletiva, constituída de ideias-imagens que formam como que um esquema de referência para a vida e a compreensão do mundo. Este imaginário social, assim constituído, dá legitimidade à ordem vigente, orienta condutas, pauta e hierarquiza valores, estabelece metas e constrói mitos. (PESAVENTO, 1997b, p.14).

A análise do discurso contribui para o entendimento do imaginário dos políticos sobre como a criação de uma rede ferroviária e da instrução profissional assinalavam importantes projetos desenvolvimentistas no estado mineiro. Assim, procuramos apresentar a descrição do cenário mineiro, em suas imbricações históricas, políticas e sociais, em concordância com a proposição de John Greville Pocock. Para o autor,

> a interpretação de um texto, portanto, jamais pode resignar-se a uma leitura "vertical" da obra, como se o seu autor constituísse um depósito hermeticamente fechado de todos os sentidos da mesma. Ela deve, isso sim, situá-los (o texto e a obra) dentro de um conjunto mais amplo de "convenções" ou "questões paradigmáticas" ou modos de enfrentar essas questões, comuns a vários autores mais ou menos contemporâneos – uma comunidade de "falantes" de uma linguagem política, que a atualiza através de suas intervenções particulares. (POCOCK, 2013, p.11)

Para esclarecer como as ideias sobre progresso, ciência e técnica foram percebidas, apreendidas e mobilizadas no período é necessário observar como as linguagens sancionaram determinados vocábulos como integrantes do universo do discurso político, "e que tipos de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso" (POCOCK, 2013, p.31). As tramas discursivas correspondem, consoante a variedade de linguagens em que o debate político pode se desdobrar, a "ações – *atos de fala*, para usar o termo da filosofia contemporânea –, para reagir a fatos passados (geralmente ações humanas), modificar fatos presentes ou criar fatos futuros" (POCOCK, 2013, p.09).

Ao considerar o discurso político como uma atividade que utiliza uma série de linguagens e modos de enunciação oriundos de diferentes campos do saber, ressaltamos a eloquência e a retórica como um dos elementos mais característicos da argumentação discursiva (PEREIRA, 2015, p.68). Na cena política mineira, entre o fim do século XIX e início do século XX, a eloquência e a retórica são características marcantes daqueles que buscam sobressair nos debates políticos. Essas características revelam a utilidade e pertinência deliberativas, capazes de introduzir formas de distinção social ou de legitimidade que servem eficazmente aos interesses dos agentes políticos (PEREIRA, 2015, p.69).

O discurso, desse modo, apresenta uma narrativa construída segundo condições históricas e sociais específicas, sendo uma representação do imaginário social de um grupo de interlocutores, ao qual seu autor pertence. Segundo Patrick Charaudeau, os discursos políticos se inscrevem em uma prática social, mobilizados num ambiente coletivo, permeados pelas relações de poder nele circunscritos (CHARAUDEAU, 2013, p.16). Destaca-se que o espaço público, conferido aos atos políticos, não corresponde necessariamente ao espaço geográfico, embora, por vezes, os dois possam coincidir. Heterogêneo, pertencente a diferentes grupos, o discurso é fragmentado em diversos espaços de discussão, de persuasão, de decisão, que ora se recortam, ora se confundem, ora se opõem; percebidos como universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado (CHARAUDEAU, 2013).

Ressalto que os vocábulos e as ideias usados no discurso não possuem sentidos fixos; isto é, seus significados derivam da interpretação e posição ideológica do enunciante e do receptor. Conforme John Pocock,

> Quanto mais complexo, e até mesmo quanto mais contraditório o contexto linguístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir, e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto linguístico e induzam modificações e transformações no interior dele. Neste ponto, a história do pensamento político torna-se uma história da fala e do discurso. [...] Definido o discurso político como um discurso que se serve de uma série

> de “linguagens” e modos de argumentação provenientes de diversas origens, estaremos comprometidos com a suposição da presença de uma série dessas estruturas paradigmáticas, distribuindo e definindo a autoridade de diversas maneiras e a qualquer momento. Disso se segue – o que, de qualquer forma é quase evidente – que a linguagem política é por natureza ambivalente. [...] Mas disso ainda se segue – o que é quase, mas não exatamente, a mesma coisa – que qualquer texto ou enunciação em um discurso político sofisticado é, por natureza, polivalente. (POCOCK, 2013, p.28-32)

Eni Orlandi indica que não há discurso que não se relacione com outros. Conforme a autora, os sentidos derivam das relações que constituem: “um discurso aponta para outros que o sustentam” (ORLANDI, 2009, p.39). Conforme sua proposição, o discurso compreende a mediação entre o homem e a realidade natural e social, que possibilita “tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2009, p.15). Para Kalina Silva e Maciel Silva, um dos principais elementos do discurso corresponde aos significados históricos presentes no imaginário de quem o elabora (SILVA, K.; SILVA, M., 2009, p.15).

Desse modo, cada discurso corresponde a uma representação da sociedade na qual seu autor está inserido. Sandra Jatahy Pesavento, ao referir-se à sociedade do final do século XIX e início do século XX, afirma que os relatos, “inseridos no contexto de mudança do período, nos fornecem um panorama que pode captar o *espírito da época*” (PESAVENTO, 1997a, p.29). Ao comparar seu estudo sobre a caracterização da definição de crônica, pode-se considerar, por analogia, a noção de discurso como

> uma narrativa por excelência, apropriada para o estudo do imaginário de uma época, entendendo nesta designação não só o sistema de ideias e imagens que toda comunidade constrói para si, mas também, um conjunto de significados de que esta representação coletiva é portadora. (PESAVENTO, 1997a, p.34).

Percebendo a vivência política como espaço de experiência, destaca-se que “todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força, e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem” (CHARAUDEAU, 2013, p.54). Desse modo, observar os discursos produzidos na cena política mineira significa observar as múltiplas relações constituídas entre as ideias de Affonso Penna, expoentes das principais noções de progresso e desenvolvimento econômico e social da época, e as produções discursivas de seus pares; isto é, as produções discursivas da elite dirigente mineira e nacional.

Interpretar esses discursos significa considerar como o pensamento sobre a expansão das redes ferroviárias e a instituição da instrução pública, especialmente de formação

profissional, integravam os ideais de progresso e modernidade. A argumentação política foi percebida em seu lugar social como capacidade cultural, contendo apropriações, reapropriações e produções de ideias, organizadas segundo os projetos que visavam o engrandecimento mineiro. Ao situá-la na estrutura de relações de poder da sociedade à qual pertence, percebe-se que os discursos produzidos, os modos de pensar e agir, estão em íntima conexão com a conjuntura histórica, social e cultural de seu lugar de origem. Isto posto, as ideias são parte do todo social e se constituem juntamente a ele. Elas se engendram no interior do processo histórico e são constitutivas dele (CAPELATO, 1989, p.17).

Essas noções integram um diverso repertório de ideias mobilizadas por Affonso Penna, assim como os demais políticos mineiros, que procuravam inserir Minas Gerais no rol das nações modernas. Como ambientes de enunciação, argumentação e debates, a Assembleia Provincial de Minas Gerias, o Congresso Legislativo e a Presidência do Estado foram considerados lugares de produção e organização do Estado mineiro. Nestes espaços percebeu-se a produção e execução dos projetos legislativos, destacando-se os relativos à instalação de ferrovias, compreendidas como um dos elementos primordiais do desenvolvimento econômico e do progresso mineiro, e à educação e formação profissional, onde se promovia a normatização da instrução, cujo objetivo seria tornar a criança, o jovem e o adulto trabalhadores cidadãos (GONÇALVES, 2012, p.17).

Affonso Penna pertenceu a uma cena cultural e intelectual heterogênea, marcada pelo amálgama das ideias circulantes do período, cujos referenciais remetiam à modernidade experimentada na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. Essas noções, díspares sob muitos aspectos, compartilhavam certas semelhanças nos diferentes discursos em que estiveram presentes, conferindo certa unidade ao ideário cultural das elites dirigentes do período: foram conduzidas nos meandros do pensamento político pelo ideal de progresso. Para conhecer como Affonso Penna concebeu a expansão das vias férreas e a criação de instituições de formação profissional associadas ao projeto de desenvolvimento mineiro, é preciso compreender como o progresso foi percebido em seu lugar sócio-histórico.

5. Progresso: Civilização e Modernização, Ciência e Técnica

Desde, ao menos, a era pombalina, desenvolveu-se no pensamento das elites políticas brasileiras uma preocupação com o "progresso". Segundo José Murilo de Carvalho, essa ideia "tem longas raízes" na tradição luso-brasileira desde o século XVIII, conforme as perspectivas de despotismo ilustrado que assinalavam a intervenção do Estado como elemento primordial

para instituir o progresso (CARVALHO, 1998, p.95). À época, tais ideias constituíram diferentes repertórios sobre o progresso, que circularam em diversos países da Europa Ocidental: "o despotismo esclarecido foi o modelo preferido de entrada dos países europeus economicamente atrasados na era do capital das luzes" (HARDMAN, 2005, p.87); também parece ter sido o repertório adotado nas antigas colônias ibéricas do continente americano. Desse modo, a compreensão da ideia de progresso trabalhada neste texto deriva do pensamento iluminista. Conforme essa perspectiva,

> o progresso tornou-se ideia chave da civilização ocidental apenas no século XVIII, a força desencadeadora de uma trajetória ininterrupta de desenvolvimento para as sociedades humanas. Impregnados desse conceito, muitos pensadores imaginaram que a história humana, doravante orientada pela razão, se moveria no sentido de uma trajetória ascendente de desenvolvimento. Misturava-se a essa crença a concepção de que o aperfeiçoamento sem limites da ciência e das técnicas desencadearia efeito semelhante no plano moral. O progressismo difundiu-se entre reformadores sociais e políticos do século XIX, possuídos por uma confiança excessiva na possibilidade de reforma total da sociedade. Para a humanidade, agora livre da superstição e orientada pela razão, descortinava-se uma nova era de avanços irrepresáveis. (LOPES; MARTINS, 2006, p.20).

A partir da segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX, a ideia de progresso foi dominante no Ocidente (CARVALHO, 1998). A doutrina do progresso acabou se incorporando à filosofia do século XVIII e se convertendo em um credo, "cujos constantes avanços tecnocientíficos ratificaram ao criar produtos e serviços que se transformavam em objeto de desejo" e símbolos desse ideal de desenvolvimento (DUPAS, 2006, p.13). Roberto Carlos da Costa indica que, se o século XVIII ficou conhecido como o *Século das Luzes*, o que lhe sucedeu foi celebrado como o *Século das Ciências*. De acordo com o autor, "o século XIX viu-se a si próprio como um momento especial da história da humanidade; marco em que o mundo assiste deslumbrado à sucessão de invenções e de novidades tecnológicas trazidas pelo progresso" (COSTA, 2007, p.20).

O aprimoramento dos campos de saberes da ciência, durante o século XIX, em função das novas descobertas na física, na biologia, na química e na engenharia mecânica contribuiu para a vinculação do conceito de progresso ao desenvolvimento científico e tecnológico (CARVALHO, 1998, 108-109). Sobre a ideia de progresso nos sistemas de pensamento, James William Goodwin Jr. sugere que esta procurava

> explicar a natureza (o evolucionismo de Darwin e todas as teorias correlatas ou concorrentes), a história (o positivismo de Comte, o marxismo), o comportamento das pessoas (frenologia de Cesare Lombroso; a antropologia criminal) e mesmo a geopolítica e o relacionamento entre as nações. A noção de progresso acompanhava

> o espírito liberal-capitalista ao afirmar a singularidade de cada povo da terra – e, portanto, suas diferenças, critérios para classificação, avaliação e hierarquização. As ideias de "livre concorrência" assim como da "sobrevivência dos mais aptos" eram utilizadas de forma determinista e teleológica. (GOODWIN Jr., 2015, p.46-47)

A ideia de progresso, destarte, circulava no mundo ocidental, sendo adotada em diversos países. Essa circularidade pode ser explicada segundo a tese dos *inevitáveis empréstimos culturais*, elaborada por Peter Burke (1997), que toma por mito a ideia da existência de uma cultura pura, não contaminada por influências externas. José Murilo de Carvalho destaca que os próprios *founding fathers* estadunidenses procuraram "inspiração em ideias e instituições da Antiguidade, da Renascença, da Inglaterra e da França contemporâneas. A Revolução Francesa, por sua vez, tivera nos clássicos e no exemplo americano pontos de referência" (CARVALHO, 1998, p.90).

Importa ressaltar que, para Peter Burke, "os séculos XIX e XX foram sem dúvida o período em que os empréstimos culturais foram mais frequentes, mais intensos e mais controversos" (BURKE, 1997). Desse modo, segundo o autor, as ideias transitam entre sociedades sem, necessariamente, terem definidos seus locais de origem; isto é, são apreendidas e compartilhadas tanto por países como os Estados Unidos, França e Inglaterra, quanto por países como o Brasil. Nesse circuito, há culturas *financiadoras* que exportam padrões a serem seguidos por culturas *emprestadoras*. Desse modo, "o fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isto não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade em particular" (CARVALHO, 1998, p.90).

O pensamento de Antonio Mitre também corrobora com essa explicação, ao propor que "os ideais ilustrados não têm pátria. Indo além de quaisquer sentimentos paroquiais, e às vezes aproveitando-se dos mesmos, a razão civilizada encontra caminhos para realizar-se" (MITRE, 2003, p.48). Compartilhadas no mundo ocidental, portanto, as ideias de civilização e modernidade, a partir dessa época, passaram a ser associadas ao projeto de progresso; pois "a modernidade teria se iniciado com a revolução industrial e as inovações tecnológicas" (BONNY, 2004, p.34).

Os países se mobilizavam, por meio da crença em atingir um projeto de progresso, para se adequar aos padrões de modernidade e civilização, vislumbrados nas transformações culturais e materiais. Ingressar na senda do progresso corresponderia ao país ser dotado de máquinas novas, inovadores processos e aparatos tecnológicos. Nesse sentido, destacam-se as exposições universais da segunda metade do século XIX e princípios do século XX, que constituem, certamente, um dos veios mais férteis para o estudo da ideologia articulada à

imagem do progresso (HARDMAN, 2005, p.63). Conforme Sandra Pesavento, as "exposições funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos novos tempos e como vitrine da exibição dos inventos e mercadorias postas à disposição do mundo pelo sistema de fábrica" (PESAVENTO, 1997b, p.14).

À época, a modernidade e a tecnologia tornaram-se objetos de desejo de parte da elite dirigente dos países latino-americanos. Desse modo, formando um conjunto multifacetado, as ideias de progresso foram incorporadas à realidade brasileira a partir de uma seleção do que poderia ser aproveitado, de acordo com as concepções de seus intérpretes sobre o estágio do país, em termos culturais, econômicos etc. Alguns políticos, desse modo, articularam o discurso do progresso à propaganda republicana, entendida como um avanço no processo de modernização do país. Ancorados em parâmetros de uma ideia de progresso associada à cultura ocidental e ao evolucionismo cultural, existia um sentimento contrário a rupturas revolucionários, pois vários políticos defendiam que as alterações na sociedade deveriam ser realizadas conforme o estágio cultural da realidade nacional.

O discurso do progresso no cenário político, nesse sentido, torna-se amplo e, por vezes, contraditório. Podemos observar, como exemplo, a consideração de que a condição cultural do Brasil seria um entrave ao processo modernizador vinculado à alteração do regime político, conforme preconizado pelos políticos republicanos. Isto está claro na carta de Affonso Penna dirigida ao Tenente Miranda, chefe político de Conceição da Serra, Minas Gerais, em 1872, a respeito da adesão de parte dos políticos ao Republicanismo:

> Mas no Brasil a República é, por enquanto, impossível. Faltam ao povo as qualidades necessárias para uma forma de governo tão adiantada. Aonde o civismo para aceitar contente a parte de responsabilidade que a cada um cabe? Onde a ilustração para compreender os árduos deveres do cidadão? Infelizmente, é impossível negá-lo, o nosso povo vive na mais profunda ignorância. (*apud* LACOMBE, 1986, p.44)

Affonso Penna não recusa o discurso do progresso nem o regime republicano. Entretanto, destaca que certas atribuições políticas, a exemplo das elencadas em seu discurso, são próprias de sociedades culturalmente adiantadas. Segundo sua perspectiva, uma das características que definiriam uma sociedade civilizada seria o nível de instrução da população, tornando-a apta a aceitar novas transformações em sua organização. Affonso Penna entende que a participação popular na vida política é um estágio avançado de progresso, sendo possibilitada por meio da instrução pública; fato que afirma em sua reflexão sobre a realidade nacional, pois, conforme suas palavras, "a falta de educação política, que é tão sensível entre

nós, faz com que o povo não acompanhe com toda atenção os negócios públicos" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.316).

Para Affonso Penna, o progresso também pode ser percebido nos equipamentos tecnológicos que passaram a integrar o território mineiro e nacional. Além de advertir sobre a importância da instrução para o desenvolvimento social e econômico, argumenta que as ferrovias assumem um importante fator de progresso para o país. Desse modo, em seu discurso, podemos analisar que o político mineiro comparava o avanço vivenciado no país e em Minas Gerais segundo a expansão da rede ferroviária e a instalação dos telégrafos:

> Nós devemos ser um pouco mais justos com os progressos de nosso país, quando se compara o estado de coisas do tempo de nossa infância com o que hoje se passa, notam-se diferenças admiráveis. As estradas de ferro ainda, há vinte anos, não tocaram no solo mineiro e hoje em extensa zona está ligada a Capital Federal e a São Paulo. O telégrafo já toca em Diamantina e vai brevemente demandar as paragens do São Francisco. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1981-1892, p.217. Grifos nossos.)

A opção governamental de se construir um Brasil, recém-independente, sobre as bases dos ideais de civilização e modernidade ocidentais fortaleceram a presença das ideias de progresso nos discursos das elites dirigentes, relacionadas ao desenvolvimento da indústria, melhoria e ampliação das vias de transporte e instituição da instrução profissional. Essa afirmação pode ser confirmada na mensagem do Presidente da Província de Minas Gerais em 1828:

> Tudo vence a inteligência e a mão do homem civilizado. A França, Inglaterra, Alemanha, e quase toda a Europa, centro agora das ciências, artes, e indústria, comércio e civilização, estavam há alguns séculos submersas em barbárie e bruteza. Sim, nossas diligências poderão [...] por estradas [...] presentemente intransitáveis, traspassar com pontes rios [...], arrancar das entranhas dos montes prenhes de todos os metais [...]; melhorar a agricultura [...], animar a indústria, dilatar o comércio, extirpar abusos que impedem o andamento dos negócios úteis; aligeirar com inventos, e maquinaria o peso dos trabalhos, multiplicando as potências produtivas, aumentar progressivamente os capitais, e a par deles a população; verificar o gérmen dos talentos com que a natureza dotou os nossos concidadãos; e exercitar a instrução pública, na razão direta da qual se promove a civilização, grandeza, e opulência dos Estados. (João José Lopes Mendes Ribeiro, 1828, *apud* LAGES, 2013, p.17).

Participar do rol das nações civilizadas era uma das metas dos políticos mineiros e nacionais, desde antes de 1822.[16] A civilidade era considerada uma virtude europeia, pela qual

[16] Conforme José Murilo de Carvalho, ideias e instituições norte-americanas e europeias já tinham sido adaptadas por políticos imperiais. Antes mesmo da independência do país, rebeliões coloniais tinham-se inspirado na revolução americana e na revolução francesa (CARVALHO, 1998, p.90).

predominaria o comportamento de polidez, educação e boas maneiras. Buscar o *status* de sociedade civilizada significava promover o ignorante, por meio da urbanização e da educação, ao estado civil; isto é, viver ordenadamente sob a égide das leis e da moral cristã (FÉRES JÚNIOR; NORONHA DE SÁ, 2014, p.214). Rita Cristina Lages afirma que, após a proclamação da Independência, a elite dirigente brasileira desenhava um projeto de modernização da sociedade, cujas referências eram os núcleos sociais da Europa (LAGES, 2014, p.65). O seguinte excerto de Ilmar Rohloff de Mattos expõe o comportamento dessa elite nacional, que buscava no estrangeiro os repertórios necessários para organizar o novo Estado:

> No parlamento, nas casas, nos pasquins e até mesmo nas ruas e praças públicas, aqueles que pretendiam dirigir os destinos de uma sociedade que julgava ter completado sua emancipação da tutela metropolitana, expunham suas ideias e seus programas, procuravam viver seus sonhos e utopias, expressavam seus temores e angústias. Servindo-se de imagens e conceitos cunhados em países distantes, buscavam referências para a compreensão do quadro em que se moviam, assim como procuravam ser semelhantes às nações que se apresentavam como portadoras de uma civilização. (MATTOS, 1987, p.01)

A busca pelo progresso, evidentemente, passou a tornar-se cada vez mais relevante no Brasil, principalmente após 1850. A partir desta época, com a consolidação do regime monárquico, o fim das rebeliões e do tráfico negreiro, com o consequente incremento dos negócios com a Inglaterra, o país teve um significativo desenvolvimento econômico por meio da produção cafeeira. O progresso econômico foi acompanhado pelo crescimento de centros urbanos, pela expansão da rede ferroviária, pelo uso do telégrafo e o uso de maquinários na incipiente indústria de transformação – incrementando a atividade comercial (CARVALHO, 2002). A elite nacional vislumbrava nos exemplos de França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Áustria, Holanda e Suíça padrões a serem tomados como paradigmas dos caminhos para a modernização. Raimundo Faoro demonstra essa ideia:

> O país europeizava-se, para escândalo de muitos, iniciando um período de progresso rápido, progresso conscientemente provocado, sob moldes ingleses. O vestuário, a alimentação e a mobília mostram, no ingênuo deslumbramento, a subversão dos hábitos lusos, vagarosamente rompidos com valores culturais que a presença europeia infiltrava, juntamente com as mercadorias importadas. [...] Ao Estado, a realidade mais ativa da estrutura social, coube o papel de intermediar o impacto estrangeiro, reduzindo-o à temperatura e à velocidade nativas. (FAORO, 2012, p.457).

O progresso havia se tornado o *leitmotiv* da busca pelos processos civilizatórios, que resultaram em esforços para adequar-se aos padrões culturais da Europa Ocidental, especialmente Inglaterra e França. A condição de proximidade ou distância desses padrões

difundia a imagem de civilização ou barbárie das sociedades. O excerto de Eric Hobsbawm é explicativo ao identificar que a procura do *status* de civilização ainda estava, também, presente em sociedades da Europa:

> Por volta de 1880, predominavam no mundo "desenvolvido" países ou regiões em que a maioria da população masculina e, cada vez mais, feminina era alfabetizada; onde a vida política, econômica e intelectual, de maneira geral, havia se emancipado da tutela das religiões antigas, baluartes do tradicionalismo e da superstição; e que praticamente monopolizavam o tipo de ciência que era cada vez mais essencial à tecnologia moderna. No final dos anos 1870, qualquer país ou região da Europa que contasse com uma maioria de analfabetos quase certamente podia ser classificada como não desenvolvida ou atrasada, e vice-versa. (HOBSBAWM, 2011, p.48).

Esse desenvolvimento compreendia uma série de rupturas sociais que assinalavam o ideal de modernidade. Esse processo não somente revelou o que seria o século XIX como demonstrou alcançar diversas sociedades, de acordo com suas singularidades econômicas e sociais. Utilizando ainda as considerações de Eric Hobsbawm sobre o assunto, observamos a seguinte explicação:

> O que definia o século XIX era a mudança: mudança em termos de e em função dos objetivos das regiões dinâmicas do litoral do Atlântico Norte, que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial. Com algumas exceções marginais e cada vez menos importantes, todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam, ao menos perifericamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial. (HOBSBAWM, 2011, p.50).

O progresso e a modernização almejados tinham seus referenciais nas experiências dos núcleos sociais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América. Desejava-se aproximar das concepções de progresso técnico, científico e social vigentes nesses lugares – percebidos como modelos mundiais na "esteira da expansão capitalista". Desse modo, Paris, Viena, Londres e Nova York, entre outras, eram as *cidades-síntese desse novo mundo que surgia* (GOODWIN Jr., 2015, p.83). Modelos e vitrines de uma imagem do progresso, essas cidades foram locais de produção de aparatos tecnológicos associados a um ideal de modernidade.

É pertinente ressaltar que a presença da influência cultural dos Estados Unidos da América tornou-se mais forte no Brasil a partir de 1870, como pode ser percebido no seguinte excerto do Manifesto do Partido Republicano: "Somos da América e queremos ser americanos" (CARVALHO, 1998; ALONSO, 2002). Apesar da nítida influência dos EUA nestas ideias, é necessário indicar que a República era entendida como um regime "natural" da América, o "novo mundo", onde os países vizinhos do Brasil já adotavam esse modelo de governo, em contraposição à monarquia, instituição do "velho mundo europeu". José Murilo de Carvalho,

ao analisar o Manifesto Republicano de 1870, destaca a presença desta ideia na corrente política nacional. Segundo o autor, o manifesto, em um de seus argumentos, apontava para o isolamento do Brasil na América, pois "a América era a República" (CARVALHO, 2011, p.146).

A busca pelo progresso também pode ser compreendida como equivalente à busca pelo desenvolvimento econômico, especialmente o desenvolvimento ligado ao industrialismo. Percebemos a alusão ao modelo de desenvolvimento apregoado nos EUA, por meio da afirmação de que

> o americanismo no Brasil pode ser interpretado em sua função de dar status a determinados fatos institucionais; ou ainda, como discurso que pretendeu dar a determinadas ideias o status de pertencentes à modernidade e ao progresso.
> [...] A credibilidade que o progresso material dos Estados Unidos da América outorgava ao país fez com que se tornassem modelo a ser seguido. [...] A questão era o progresso técnico e material: cidades agitadas, indústrias bem desenvolvidas, máquinas e invenções de todos os tipos abrindo novas possibilidades de vida. [...] Se há admiração pela industriosidade americana e pelos resultados por ela produzidos, certamente é porque eles estão em sintonia com um determinado horizonte de futuro a que se deseja alcançar. (SILVA, 2015, p.73-87).

Carla Simone Chamon assinala que, nesta época, "a influência norte-americana já pode ser notada em duas esferas de grande importância para o país": a esfera política e a esfera educacional (CHAMON, 2005, p.170-171). Nesse sentido, assim como modelos civilizatórios europeus, podemos auferir que o americanismo, enquanto discurso, já estava articulado em território nacional ao final do século XIX. Importa destacar que, a partir da instalação da república, haverá ainda maior predomínio das ideias culturais vindas dos EUA a inspirar o pensamento da elite dirigente brasileira.

Portanto, as ideias, tomadas de empréstimo a diversos núcleos sociais da Europa e dos EUA, corresponderam a repertórios apreendidos e circulantes na cena política mineira. Isto posto, não houve uma assimilação ou cópia automática dos padrões culturais estrangeiros, mas sim uma seleção do que poderia ser aproveitado e adaptado à realidade nacional. De acordo com Angela Alonso, esses repertórios sofreram apropriações por parte das elites políticas nacionais, tendo seus usos redefinidos (ALONSO, 2002, p.392). Não havia unidade no movimento intelectual em torno dessas ideias; diferentes grupos as apreendiam e as adotavam de acordo com um lugar social. Sua produção e reprodução em situações particulares definia novos prismas de pensamento e de ação no campo da política – sem que isso significasse descompasso ou inadequação à realidade (CAPELATO, 1989).

As ideias de progresso, articuladas às percepções de modernidade e de civilização, eram utilizadas pelos diversos grupos políticos nacionais, com uma gama variada de sentidos,

correspondentes aos seus respectivos lugares histórico-sociais. De maneira geral, essa ideia, tanto no cenário nacional quanto no cenário mineiro, estava comumente associada à ciência como critério de verdade, às ideias evolucionistas de Spencer, ao desenvolvimento econômico ligado à produção industrial, aos serviços prestados pela administração pública na área dos transportes, da saúde e da instrução pública. O estudo específico do cenário político mineiro sugere a mesma consideração sobre as ideias e usos relativos a este termo.

Segundo Francisco Foot Hardman, a ideia de indústria era exacerbadamente abrangente e flexível "para abrigar as atividades agrícolas, desde que receptivas aos aperfeiçoamentos técnicos" (HARDMAN, 2005, p.85). Destaca-se que a agricultura, em Minas Gerais, era percebida por parte significativa do grupo político como maior fonte de riqueza, ainda que estivessem presentes indústrias manufatureiras em seus discursos e projetos ligados ao aprimoramento das atividades produtivas. Podemos observar essa ideia no discurso de Affonso Penna, em referência à necessidade de organizar a força de trabalho agrícola após a manumissão:

> A nossa lavoura, já antes do 13 de maio, lutava com dificuldades, e estas subiram de ponto, depois que se desorganizou o trabalho sobre que ela repousava. Ora, quando falece a lavoura, fonte primária da riqueza, todas as outras indústrias periclitam, o comércio definha, a indústria manufatureira não pode ter desenvolvimento, porque a indústria da agricultura é a alma *mater* sobre que repousam todas as outras. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.208)

O progresso econômico estava relacionado não somente ao aumento da produção, mas também às vias de transporte e comunicação, utilizadas como meios de escoamento da produção. As noções de progresso relacionadas às vias de comunicação afirmaram a importância da ferrovia como chave para o desenvolvimento econômico e social. Na acepção dos políticos nacionais, as estradas de ferro seriam responsáveis pela integração do território e traziam consigo um universo singular de representações articuladas à ideia de modernização (OLIVEIRA, 2009). A locomotiva encarnava a concretização do significado de progresso material pelo mundo e sua instalação no Brasil correspondia à inserção do país no processo mundial de modernização.

O trem figurava como uma das "máquinas-símbolo do progresso material oitocentista, e da possibilidade de um sistema de comunicação e transporte a envolver todo o mundo" (GOODWIN Jr., 2015, p.86). Conforme Francisco Foot-Hardman, a concepção das elites nacionais assinala a ideia de que a ferrovia seria capaz de conectar qualquer região à "nova paisagem do cosmopolitismo: eis o desafio lançado aos técnicos, engenheiros e outros

empreendedores das classes dominantes brasileiras na segunda metade do século XIX" (HARDMAN, 2005, p.95). As ferrovias, portanto, estiveram presentes nos discursos dos políticos nacionais e mineiros, compreendidas como um dos elementos-chave para o desenvolvimento econômico e social. Seriam as locomotivas a via mais rápida e, por que não, concreta de se alcançar o progresso.

Desse modo, tendo em vista o engrandecimento de Minas Gerais, Affonso Penna foi um dos maiores defensores da instalação das estradas de ferro no território mineiro. Em todas as instâncias da administração pública onde atuou, ele defendeu construção de ferrovias como elemento fomentador do desenvolvimento econômico e fio condutor do progresso. As locomotivas, além de transportar produtos ou interligar regiões distantes, conduziam para o interior os valores da modernidade e os padrões de civilização, irradiados pelas cidades urbanizadas. Havia forte associação entre o discurso do progresso e o discurso da criação de vias férreas, caracterizadas como índice do estágio de desenvolvimento de uma sociedade. Era preciso expandir as ferrovias em solo mineiro, posto ser corrente a crença de que

> O futuro de Minas está incontestavelmente ligado ao desenvolvimento das vias de comunicação, a facilidade de transportes, e, portanto, cumpre animar às empresas de estradas de ferro para que elas levem seus trilhos aos lugares mais longínquos, mas isto em termos, porque não podemos levar esse objeto ao ponto de fecharmos os olhos e deixar que as empresas violem cotidianamente suas obrigações, sacrificando os interesses da lavoura e de todas as indústrias de nosso Estado. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro 1891-1892, p.202).

A defesa da difusão da rede ferroviária não estava resguardada apenas no discurso dos políticos nacionais e mineiros. Considerada imagem do progresso por onde passasse, também era esperada ansiosamente pelos moradores de cidades longínquas das capitais. Podemos citar, por exemplo, a notícia da chegada do trem à cidade de Rio Novo, MG, publicada pelo jornal *O Pharol*, de Juiz de Fora, em 06 de março de 1888:

> [...] o resfolgar do Pégaso do progresso nos exprimiu ainda a adesão, a simpatia e o desejo ardente à nossa causa, revelados pela vizinha e culta Juiz de Fora, que, representada pela suma de sua sociedade, nos vinha dizer: Rio Novo! Desperta do sono mórbido em que te exaures e vem receber o ósculo do trabalho inteligente e profícuo, que faz a minha glória! [...] Confraternizemo-nos e associemo-nos à laboriosa e gentil Juiz de Fora, imitando o seu raro exemplo de amar o progresso. (APUD GOODWIN Jr., 2015, p.281)

Junto à instalação de estradas de ferro, a organização da instrução pública e, especialmente, da instrução profissional também foi pensada como um dos caminhos para o desenvolvimento econômico e social, sob a perspectiva do progresso mineiro. A instrução,

compreendida como fator de civilização e progresso, tinha por objetivo construir uma nova sociedade "adequada" aos novos costumes; isto é, ao imperativo do comportamento moderno. O progresso estaria relacionado ao avanço da cultura intelectual por meio da difusão do ensino primário e instituição do ensino profissional; percebidos no imaginário político como instrumentos que possibilitariam a transformação social. Essa ideia é percebida por Irlen Antônio Gonçalves e Vera Lúcia Nogueira, que indicam a relação entre as propostas educativas e de instrução e as propostas de constituição de uma nação civilizada e moderna (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2012).

Ademais, desde o Império, discutia-se na cena política a necessidade de prover instrução pública, criar boas leis e incentivar a imigração, entre outras medidas vinculadas ao propósito do progresso. Tais medidas correspondiam a programas políticos direcionados ao desafio de constituir no Brasil uma nação.[17] De acordo com Lucia Lippi Oliveira, em terras brasileiras, durante quase todo o século XIX, "a nação foi pensada como resultado da política do Estado na manutenção da unidade entre diferentes áreas isoladas e, mais tarde, como integração entre tais áreas no todo nacional" (OLIVEIRA, 2010, p.46). Nesse sentido, "a afirmação do Estado e a construção da Nação estavam intimamente relacionados à capacidade de fazer valer, no Império brasileiro, o império da lei" (INÁCIO; ROSA; SALES; FARIA FILHO, 2006, p.08).

A instrução pública, no pensamento político, resolveria esta questão, sendo destinada à população pobre e livre. O ensino foi destaque nos debates políticos mineiros como maneira de garantir a ordem social. Porém, este ensino era restrito às classes dominantes, confirmando o caráter excludente da nação que se projetava construir. A escolarização só seria permitida enquanto não fossem colocadas "em risco as formas tradicionais de submetimento da maioria ao jugo e à exploração da elite imperial" (INÁCIO; ROSA; SALES; FARIA FILHO, 2006, p.09). Além do fato do tempo direcionado à escolarização dos pobres não comprometer o tempo destinado ao seu trabalho, é pertinente destacar que não se pretendia arregimentar a população escrava do Brasil para os bancos escolares.

Apesar do escravismo ser percebido como entrave aos projetos de progresso e de civilização do Brasil, a partir de 1870, foram poucas as exceções de renome político que incorporaram os escravos aos discursos civilizatórios. Affonso Penna, ligado ao seu partido,

[17] Por nação compreende-se uma entidade moral no sentido pleno do termo, do qual emanam conceitos importantes e específicos como nacionalidade, que se compõe de um conjunto de traços morais que dão uma fisionomia especial a ela e ao patriotismo, amálgama indefinível de sentimentos de simpatia recíproca de amor às mesmas tradições, de aspirações de grandeza futura, de unidade e permanência de uma personalidade coletiva (AZAMBUJA, 1999, p.35).

não foi uma delas – chegou a adotar postura contrária à abolição sem indenização aos proprietários, temeroso das consequências que isso poderia trazer à economia. Porém, foi um constante defensor da instituição da instrução pública e da imigração[18] como meios de alcançar o progresso social e econômico.

Uma das principais preocupações do governo imperial era promover a organização do Estado em suas características administrativas, políticas e judiciais, com objetivo de garantir a manutenção da ordem e a unidade das províncias do país recém-constituído. A formação da nação foi pauta dos interesses brasileiros desde as primeiras décadas do período Imperial, percebida, por exemplo, no trabalho do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Com a República, foi necessário reelaborar esta ideia de nação e sua formação. A situação da ocupação profissional da população mineira, à época, indicou aos republicanos o desafio que deveria ser encarado quanto à formação do trabalhador, sobretudo quanto aos desafios da escolarização das profissões.

A instrução pública e a educação moral do povo e a formação técnica, percebidas como meios de aprimorar a produção e promover os avanços almejados tanto na economia nacional quanto na economia mineira, estiveram presentes apenas no plano discursivo. Foram poucas as instituições criadas neste âmbito durante o Império. Importa destacar que, após a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, foi preciso integrar a massa de libertos a esse discurso, uma vez que era divulgada entre as elites dirigentes a ideia de que a manumissão resultaria em desordens sociais. Esse temor, que permaneceria durante os primeiros anos do regime republicano, é elucidado por Marco Pamplona:

> Primeiro, porque *nivelara* todas as classes de um dia para o outro. Isso iria, naturalmente, provocar mudanças nas profissões e costumes, cujas consequências eram imprevisíveis. Segundo, porque os libertos eram considerados *despreparados* para a vida em sociedade, a escravidão não lhes havia conferido nenhuma das noções consideradas civilizadas e de justiça. Além disso, eles não conheciam o respeito pela propriedade e pela liberdade. As elites criam que a libertação tinha trazido a esses indivíduos apenas a *oportunidade para tornarem-se ociosos, para roubar*, etc.
> Vistos como pessoas desprovidas de qualquer código moral, que trouxeram do cativeiro apenas os *vícios* da condição pregressa, os libertos não podiam tornar-se cidadãos plenos em apenas alguns meses. Cabia ao governo – pensavam as elites – reprimir esses *vícios*, para que não colocassem em perigo a ordem pública. Em outras

[18] Conforme Eric Hobsbawm, "nas repúblicas da América Latina, ideólogos e políticos, inspirados nas revoluções que haviam transformado a Europa e os EUA, pensaram que o progresso de seus países dependia da 'arianização'– ou seja, do 'branqueamento' progressivo do povo através do casamento inter-racial (Brasil) ou de um verdadeiro repovoamento por europeus brancos importados (Argentina). Suas classes dirigentes eram, por certo, brancas – ou ao menos assim se consideravam – e os sobrenomes ibéricos dos descendentes de europeus eram e ainda são desproporcionalmente frequentes nos integrantes de suas elites políticas" (HOBSBAWM, 2011, p.59). Para saber mais, ver Mônica Ribeiro de Oliveira (1991), Jair de Souza Ramos (1996), Iraci Salles (1986), Lilia Moritz Schwarcz (2012), Geralda Seyferth (1996).

> palavras, cabia *endireitá-los*, e isso era responsabilidade da *sociedade civilizada*. (PAMPLONA, 2010, p.93-94)

Ione Ribeiro Valle propõe leitura semelhante ao afirmar que a confiança no "alargamento do leque de oportunidades escolares não apenas amplie as habilidades humanas úteis à economia, mas também torne os indivíduos e as sociedades melhores e mais civilizados" (VALLE, 2014, p.17). Conforme esse pensamento, o ensino torna-se um meio de regulação social, constituindo "uma das faces do processo de socialização: não se trata apenas de integrar o indivíduo, é necessário regulá-lo, isto é, uniformizar e harmonizar seus comportamentos, limitar a amplitude de seus desejos e moderar suas paixões" (VALLE, 2014, p.22). O Estado, travestido na ideia de pátria, portava-se como o árbitro fundamental entre a família e a humanidade, executando "a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social" (CARVALHO, 1998, p.89).

Participar do rol das nações civilizadas, portanto, compreendia, entre outras estratégias, organizar a instrução pública e profissional, ao inculcar na população o imperativo das leis – especialmente após a instalação do regime republicano – e a valorização do trabalho. Era o imperativo do progresso, cuja prerrogativa seria alcançar o padrão de civilização e o padrão de modernidade. Do ponto de vista ideológico, a proclamação da República no Brasil significou a intensificação da procura pela modernidade, "que não era singular, mas plural, pois diferentes eram os projetos de modernização que se articularam e entraram em disputa" (GOMES, 2010, p.11).

A República no Brasil se apresentou como um receptáculo de todo tipo de utopia e projeção, "alardeando promessas de igualdade e cidadania – uma modernidade que se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável" (SHWARCZ, 2012, p.19). Os projetos de progresso, civilização e modernização foram perseguidos ainda com mais entusiasmo no regime republicano (GOODWIN Jr., 2015, p.53), associados ao ideal de branqueamento da raça e adoção dos costumes europeus e à revitalização das cidades e supressão das inúmeras doenças tropicais que assolavam o Brasil (COSTA; SCHWARCZ, 2000). Para André Nunes de Azevedo, nesta época, a ideia de progresso foi pensada como "uma melhoria constante projetada adiante no âmbito do desenvolvimento material da sociedade" (AZEVEDO, 2003, p.305).

Claudia Viscardi, por sua vez, afirmou que a nova ordem política inaugurada no Brasil oferecia a oportunidade de uma recriação da vida nacional, difundida pela "própria ideia de República, com sua potencialidade democrática, a que se acrescentavam a instituição do sistema federativo, a separação entre o Estado e a Igreja Católica e a adoção do princípio de sufrágio

universal" (VISCARDI, 2012, p.15). Conforme Francisco Foot Hardman, "o Brasil que se exibe em 1889 é o da ética burguesa clássica, que valoriza a *liberdade na ordem*, o *trabalho na paz*. O progresso que se atesta por todos os cantos do país é 'incessante, sério, profundo'" (HARDMAN, 2005, p.106).

A preocupação com a manutenção do equilíbrio social era uma constante entre os políticos mineiros e nacionais, sendo corrente a crença no ideal do ordenamento da sociedade como um dos propulsores para o seu desenvolvimento econômico. A ideia de ordem, assim, tornou-se mote da bandeira nacional. Sua aplicação era entendida como condição da possibilidade do progresso. Nos dizeres do senador Afrânio de Mello Franco, na 3ª sessão ordinária de 09 de julho de 1891, o progresso deveria ser alcançado dentro de uma ordem estabelecida na sociedade, de modo "lento e contínuo" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.95). Affonso Penna também percebia na instituição da ordem pública elemento primordial para manutenção da estabilidade social.

Alcançar o progresso de modo "lento e contínuo" correspondia ao desejo de incutir às massas, especialmente aos libertos, uma nova postura social, voltada para a valorização do trabalho e ensino das noções rudimentares de "cidadania". Conforme a análise dos debates do Congresso Mineiro, ficou evidente que, para os políticos que o compunham, havia a necessidade de difundir o conhecimento sobre as leis, os códigos de posturas e higiene, por exemplo, entre os brasileiros. A questão do trabalho era ainda mais complexa devido à herança de marginalização social deixada pelos anos de escravidão. De acordo com Luiz Antônio Cunha,

> a vigência de relações escravistas de produção no Brasil, desde os tempos da Colônia, funcionou sempre como desincentivo para que a força de trabalho livre se orientasse para o artesanato e a manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tecelões, confeiteiros e em vários outros ofícios afugentava os homens livres, empenhados em marcar sua distinção da condição de escravo, o que era da maior importância diante da tendência dos senhores/empregadores de ver todo o trabalhador como *coisa sua*. (CUNHA, 2005, p.09)

Lúcio Kowarick também fornece uma importante descrição sobre essa conjuntura, de acordo com a seguinte afirmação:

> Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela "escola do trabalho", sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata é que qualquer trabalho manual passa a ser considerado como coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante. (KOWARICK, 1987, p.47-48)

Os políticos mineiros atentaram para essas questões, ao perceberem a necessidade de desenvolver a economia e a sociedade, a fim de ingressar no quadro das sociedades civilizadas. Por intermédio de uma ação política coordenada e da expansão regulatória do governo do Estado, empregaram medidas ora centralizadoras ora liberais, com intuito de trazer Minas Gerais para o caminho do progresso, da civilização e da ordem – percebida como manutenção da estabilidade social e política (FERES Jr.; NORONHA DE SÁ, 2014, p.219-220). Para Eliana de Freitas Dutra, o discurso civilizatório, além de "influenciar a erudição, o pensamento social, a imaginação política, coage à adoção de diretivas políticas, de um padrão de valores e de práticas sociais" (DUTRA, 2005, p.200).

Os políticos mineiros, de modo geral, concebiam o progresso como o desenvolvimento da produção material, por meio do aprimoramento dos métodos agrícolas e do incentivo à criação de indústrias. De acordo com Pedro Pádua, o principal significado da ideia de progresso, circulante na cena política mineira, estava relacionado ao desenvolvimento material e econômico, baseado na agricultura, na indústria e na pecuária. Acrescentada a este pensamento, a instrução pública e a formação profissional foram imaginadas como panaceias, segundo a crença na força do ensino profissional, como viabilizador ou como vetor, como afirma Bernstein, para produzir, na consciência da criança, do jovem e do adulto, o trabalhador requerido pelos princípios produtivos sob a égide do capitalismo. [19]

A organização da instrução pública, como parte de um projeto de disciplinamento e ordenamento da sociedade, estava presente nos discursos dos políticos mineiros. Era necessário garantir a continuidade produtiva e desvincular a imagem negativa do trabalho manual, associado ao trabalho realizado por cativos. Essas ideias articularam o discurso do trabalho como um dos caminhos para o progresso. Como exemplo, o discurso do senador Affonso Penna é elucidativo sobre a importância concedida às instituições de formação profissional no imaginário político mineiro. Ao sugerir a relevância da criação de institutos de formação profissional, especialmente ligados ao ensino agrícola, manifestou sua compreensão quanto às necessidades econômicas mineiras:

[19] A escola é considerada de fundamental importância, pois atua como vetor responsável pela integração de múltiplas referências culturais às quais compete estabelecer as normas e os valores determinantes da representação que a sociedade faz de si mesma, bem como das referências que, além de darem respostas às crises, às angústias e aos problemas da sociedade, desempenham o papel dominante, criando espaços férteis para a geração de determinada cultura. O conceito de vetor, portanto, possibilitará compreender "as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, e normas, de crenças que partilham" (BERNSTEIN, 1998, p.363).

> Acredito que outros institutos congêneres hão de ser criados pelo Congresso Mineiro, porque nós não precisamos de educação literária: precisamos, antes de tudo, de instrução profissional e técnica. (*Apoiados*). As condições do Estado Mineiro são as mais apropriadas para o desenvolvimento da lavoura e das indústrias; mas estas principais fontes de riqueza, não se poderão desenvolver convenientemente, enquanto não criarmos institutos, que formem cidadãos com a instrução precisa para explorá-las. (Affonso Penna. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.296).

De modo geral, tais práticas visavam suprimir o relativo atraso econômico e social em que se encontrava Minas Gerais (DULCI, 1999). O Estado assumia a responsabilidade, nesse sentido, de promover o desenvolvimento econômico e social. Entretanto, é válido considerarmos a ressalva feita por James William Goodwin Jr quanto ao perfil do governo no regime republicano, ao afirmar que

> a consolidação de uma ordem político-social interna, com o predomínio das elites conservadoras ligadas ao café, criou as condições para a implementação de um projeto para o país baseado na unificação territorial, na construção de uma identidade nacional, na estruturação de uma hierarquia excludente e na modernização tecnológica. (GOODWIN Jr., 2015, p.53)

Ao comparar a organização econômica e social do Brasil Império com a conjuntura econômica e social vigentes no período republicano, percebemos que poucas alterações foram realizadas no país, a partir da proclamação da República. Conforme Cláudia Viscardi, "os fatores de continuidade sobrepujaram os fatores de mudança, e o que seria uma refundação tornou-se recomposição de elites, pelo alto. A República foi, em grande medida, novo rótulo para uma velha garrafa" (VISCARDI, 2012, p.15). Os diversos grupos políticos e sociais, nesse ínterim, entraram em disputas e embates pelo domínio do poder público e econômico, acarretando uma reacomodação ou redefinição de seus lugares, quando não criavam novos espaços para si, na hierarquia social.

Lilia Moritz Schwarcz destaca que, no Brasil, a ideia de modernização combinou-se ao pensamento tradicional. Para a autora, enquanto os engenheiros converteram-se "em símbolos máximos da modernidade", "práticas rituais legadas dos tempos da escravidão" permaneciam no comportamento e ideário dos grupos sociais dirigentes (SCHWARCZ, 2012, p.22). José Murilo de Carvalho sustenta essa proposição, ao inferir que a "tradição foi suficientemente forte para manter os valores de uma sociedade rural, patriarcal, hierárquica". Ainda segundo esse autor, "a modernidade ela mesma assumiu feições que a distinguiam do modelo clássico representado pela experiência anglo-saxônica" (CARVALHO, 1998, p.107).

Embora fosse comum o esforço dos governos em instituir projetos que visavam o progresso e a modernização, percebemos que as propostas conservadoras tinham o objetivo de

manter a continuidade de certos grupos sociais no poder público e econômico. O progresso, tão vislumbrado nos discursos políticos, apresentava uma face sociocultural excludente, de acordo com José Murilo de Carvalho, da população brasileira (CARVALHO, 1998). Assim, o sentido da modernidade, fenômeno do pensamento desenvolvimentista da época, poderia apregoar um discurso parcial, ambíguo ou simplesmente reacionário (CARVALHO, 1998, p.112).

A permanência dos políticos do Império na estrutura de poder da República contribuiu para que práticas conservadoras convivessem com medidas compreendidas como progressistas. A sociedade tradicional ainda estava presente na sociedade moderna que se formava. À proporção que esse processo de transição entre uma sociedade e outra aumentava, percebia-se o declínio da tradição e a ascensão da modernidade (DULCI, 1999, p.20). Ao final do século XIX e início do século XX, Minas Gerais vivenciou uma modernização relativa, em que ora sobressaíram as características da tradição conservadora, ora as características das práticas sociais modernas nos projetos legislativos instituídos pelo Congresso Mineiro.

Raimundo Faoro afirma que o sistema político se

> assenta sobre a tradição, teimosa na sua permanência de quatro séculos, triturando, nos dentes da engrenagem, velhas ideias importadas, teorias assimiladas de atropelo e tendências modernizadoras, avidamente imitadas da França e da Inglaterra. Mas a tradição não se alimenta apenas da inércia, senão de fatores ativos, em movimento e renovação, mas incapazes de alterar os dados do enigma histórico. Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos. Nação, povo, agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania. (FAORO, 2012, p.445)

A administração pública, paulatinamente, assumia a responsabilidade pelos projetos financeiros, de suporte ou de investimento direto, para o desenvolvimento do comércio, da indústria, de construção, sanitarismo e instrução pública em seus estados. Otávio Dulci afirmou que o Estado intervia diretamente no fomento da economia, pois acreditava-se que "o atraso não seria recuperado confiando-se apenas na 'mão invisível'" do mercado" (DULCI, 1999, p.33). Nessa conjuntura, o Estado tinha por função coordenar os "agentes privados, apoiando-os em suas atividades e dirigindo-os para os objetivos modernizantes que se tinha em vista" (DULCI, 2005, p.130).

De acordo com Otavio Dulci, vencer este suposto atraso significava, além do mais, a preservação da autonomia nacional em face das pressões econômicas externas. A implantação de projetos de progresso feita pelas esferas do poder público caracterizava-se, de acordo com o autor, como processo de *modernização conservadora*. Ele afirma que o modelo central do modelo de modernização conservadora é a *primazia de fatores políticos sobre fatores de*

mercado (DULCI, 1999, p.26). A intervenção do Estado garantia o controle autoritário dos setores subalternos, contribuindo para a exploração intensiva da força de trabalho, tanto no campo quanto na cidade (DULCI, 1999, p.25). O poder público, desse modo, arbitrava e dirigia as elites nos negócios econômicos.

Affonso Penna caracterizou a permanência da tradição na modernidade que se inaugurava com a Proclamação da República. Político renomado no Império, prosseguiu atuando na República, utilizando tanto medidas progressistas quanto alternativas conservadoras. O Estado exercia papel predominante em relação à iniciativa individual: associadas ao discurso do progresso, o que vigorou no período foram políticas conservadoras e patrimonialistas (CARVALHO, 2005).

Para Affonso Penna o "progresso material foi sempre interpretado como condição primeira para superar-se o atraso e elevar o país a grande potência mundial" (CAPELATO, 1989, p.29). Associado à noção de modernização e desenvolvimento, o discurso do progresso apresentava um sentido específico na linguagem do período, mas com amplas possibilidades traduzidas nos projetos e debates políticos da cena mineira. Affonso Penna defendeu a ideia de Progresso como chave dos problemas socioeconômicos – dirigindo suas ações políticas, com destaque, no âmbito da instalação e expansão de redes ferroviárias e da instituição da instrução pública, especialmente de formação do trabalhador.

Articulando projetos de melhoria dos transportes e de instrução profissional, procurava fomentar a indústria e civilizar a população mineira – prerrogativas para alcançar o desejado *engrandecimento mineiro*. Para definição de seu pensamento e de seus projetos políticos, Affonso Penna apropriou-se dos modelos dos núcleos sociais civilizados como experiência própria, mas sem reproduzir o que foi apreendido. A partir de sua experiência, como intelectual e político, seus projetos referentes ao ensino profissional expressam um horizonte de expectativas sobre o progresso do Estado. Portanto, as produções feitas por ou referentes a Affonso Penna serão utilizadas para entender os repertórios apreendidos, reproduzidos e produzidos sobre o ensino profissional e as estradas de ferro, entendidas como argumentos para alcançar o progresso mineiro, mobilizados nas suas relações sociais dentro do jogo político.

6. – A divisão dos capítulos

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos a trajetória biográfica de Affonso Penna, imbricada à cena política, cultural e intelectual de Minas Gerais. Buscamos analisar seu percurso na vida política em relação aos acontecimentos políticos e econômicos do país e do território mineiro. Na tentativa de tecer seu perfil intelectual, pretendemos avaliar os repertórios apreendidos, reproduzidos, produzidos e mobilizados pelo político mineiro em seu lugar social. Buscamos caracterizar, nesse sentido, seu ideário desenvolvimentista vinculado à expansão da rede ferroviária e à instituição do ensino profissional em Minas Gerais, como argumentos promotores do engrandecimento mineiro.

No segundo capítulo, procuramos analisar a expansão da rede ferroviária no solo mineiro como argumento para o desenvolvimento socioeconômico do estado. Desse modo, nossa reflexão é construída a partir da trajetória da criação das ferrovias no mundo e como este equipamento assumiu, no pensamento mineiro, o papel de fator de modernização do Estado. Buscamos entender como se estabeleceram as linhas ferroviárias no território e qual o posicionamento de Affonso Penna sobre esse projeto e, também, quais projetos de expansão ferroviária foram defendidos por ele. Ao considerarmos o horizonte de expectativas gerado sobre as ferrovias, buscamos relacionar o ideário político, especialmente às expectativas de Affonso Penna, e o contraste com a realidade deste empreendimento no estado. Nosso objetivo é compreender os embates discursivos realizados em torno da construção da rede ferroviária em Minas Gerais, como argumento de progresso e modernização do estado.

No terceiro capítulo, pretendemos compreender como a instrução pública, especialmente a instrução profissional, também foi interpretada como um dos principais argumentos para o progresso mineiro. Buscamos refletir, a partir dos discursos e projetos defendidos por Affonso Penna, em que circunstâncias a organização da instrução pública e profissional foi idealizada para ser aplicada em solo mineiro. Ao analisar o pensamento de Affonso Penna sobre essa temática, temos por objetivo perquirir quais repertórios foram apreendidos, mobilizados, reproduzidos e produzidos em sua argumentação discursiva.

A partir destas considerações, esta obra compreende uma leitura dividida, estrategicamente, em dois blocos, articulados entre si de diferentes maneiras, conforme o percurso da leitura empreendido. O primeiro bloco é composto apenas pelo primeiro capítulo, no qual apresentamos a narrativa biográfica de Affonso Penna. A tessitura de sua trajetória nos permite perscrutar a formação de seu pensamento político e econômico, suas expectativas sobre

o engrandecimento mineiro, associadas às ideias de progresso. Affonso Penna utiliza em sua retórica política os sentidos apropriados acerca das ideias de progresso para suas propostas de projetos de instalação da rede ferroviária mineira e organização da instrução pública e profissional no Estado. Assim, buscamos traçar seu perfil intelectual como sujeito que se preocupa com os rumos da modernização política, econômica e social de Minas Gerais.

O segundo bloco contém os capítulos dois e três desta dissertação, referentes às temáticas da instalação das ferrovias e organização da instrução profissional no território mineiro. Pretendemos interpretar e compreender, conforme a definição de José Carlos Reis, como tais projetos foram pensados pelo político mineiro. Para o autor, "interpretação" e "compreensão" correspondem a "reconstruções temporais parciais, múltiplas, relativas, não definitivas e aos mesmo tempo racionais, não-subjetivas e não relativistas". Conforme elucida, interpretar significa dar sentido a um mundo histórico específico em uma determinada época; e compreender é, considerando "essa atribuição de sentido, autolocalizar-se no tempo, retendo, articulando e integrando suas próprias dimensões temporais" (REIS, 2006, p. 10).

Ao final, apresentamos nossas considerações sobre como percebemos a utilização de argumentos sobre estes assuntos dentro da lógica desenvolvimentista do pensamento da época. Buscamos avaliar como o pensamento de Affonso Penna pode ser situado na cena política mineira, ancorado nas ideias de engrandecimento mineiro. Nosso esforço consiste em compreender, dialogar e mediar o diálogo entre as ideias de Affonso Penna e a de seus pares, que estavam presentes nas suas redes de sociabilidade, contribuíram para sua formação como intelectual e como influenciaram o debate sobre a instalação de ferrovias e a organização da instrução profissional. Ao refletirmos sobre a trajetória de Affonso Penna, perpetramos um trabalho de interpretação de seu horizonte de expectativas sobre a modernização da política e economia mineira e as experiências, realizações, angústias e decepções, de seu percurso.

Capítulo 01

Affonso Penna: de Monarquista à expoente da República



Figura 01: Presidente Affonso Augusto Moreira Penna. Retrato em Preto e Branco. Sem data. Coleção Personalidades. Arquivo Público Mineiro.

***V**iva o douto, o civil Presidente*
***I**mortal, no porvir, seu renome,*
***V**iverá, sem que outro lhe tome,*
***A** direita do – herói Tiradentes,*

***O**stentando, de Minas na história,*

***G**alardões memoráveis de glória.*
***R**ompem – Bravos! Do paço à choupana*
***A** teus feitos que a história comenta;*
***N**ova fase ditosa arrebenta*
***D**a mãe Pátria que a ti canta hosana,*

***A**clamando teu nome – o primeiro*
***F**undador do progresso mineiro.*
***F**estejamos com grata emoção*
***O** convênio feliz que assinaste,*
***N**ímio ato em que tu proclamaste:*
***S**pírito Santo tu és o nosso irmão!*
***O** estandarte da paz hasteemos*

***A**braçados, avante, marchemos!"*
***U**surpador ninguém pode essa fama,*
***G**ranjeada com honra e civismo*
***U**mbrellada por nobre heroísmo*
***S**ancionando teus atos, proclama,*
***T**iradentes em teu nome assomora,*
***O**stentando o ideal que sonhava!*

***M**uitos anos mantenhas em Minas*
***O**s destinos dos nós do Poder [sic],*
***R**epreendendo com teu proceder*
***E**sses homens que, em lutas ferinas*
***I**nsensatos maculam as mãos,*
***R**evolvendo-as em sangue de irmãos.*
***A**rvoremos da Paz a bandeira!*

***P**ois, em quanto, lá fora, as metralhas*
***E**rguem negros troféus de mortalhas*
***N**ossa não vai singrando altaneira!...*
***N**obre gente, era – avante, voemos*
***A**o progresso, ei – avante, marchemos!*

Aurélio Lara[20]

[20]Jornal *Tribuna do povo*, 05 de março de 1894 (*apud* ARNAUT, 1997). Esclarecemos que no poema se expressam duas importantes atitudes de Affonso Penna, durante seu governo na presidência do Estado Mineiro, referentes à tentativa de apaziguamento dos conflitos e demarcação de fronteiras entre Minas Gerais e Espírito Santo e ao fato de ter tornado o território mineiro neutro durante a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, aberto asilar foragidos políticos, mas permanecendo em apoio ao governo federal.

Este capítulo busca trazer ao leitor a história biográfica de Affonso Augusto Moreira Penna, percorrendo sua trajetória sob os aspectos intelectuais e políticos, imbricados à realidade histórico-social que viveu. Mais do que dar testemunho sobre as experiências de Affonso Penna, pretendemos analisar como essas experiências construíram seu pensamento intelectual e, por conseguinte, seus projetos e ações políticas. Nesse sentido, tentamos problematizar sua caracterização como intelectual e refletir sobre seu ideário desenvolvimentista, mirando os repertórios mobilizados, produzidos e reproduzidos em seu lugar social. Consideramos que a apreensão de sua carreira permita submergir, na suposta linearidade dos acontecimentos, o lugar de enunciação de sua fala no conjunto dos discursos produzidos nos debates políticos entre o final do século XIX e início do século XX. Esses discursos encontram-se inseridos na circulação de repertórios na cena política mineira e nacional da época. Defini-lo como intelectual significa tentar percebê-lo em meio ao movimento em prol da modernização do Estado, promovido por políticos – que se julgavam no papel de intelectuais – que defendiam a intervenção do governo na articulação das forças sociais.

Nesse sentido, nosso objetivo neste capítulo consiste em compreender Affonso Penna por meio de suas vivências num ambiente amalgamado por diferentes ideias, circulantes no espaço marcado pelo entrelaçamento da cultura político-jurídica e do ideário do progresso. Por transitar em diferentes tempos e lugares sociais, inscrito em determinadas redes de sociabilidade, Affonso Penna detinha diversas competências, constituídas por diferentes saberes e culturas, que utilizava no exercício de seu papel político, para intervir na sociedade. Ao privilegiar o espaço biográfico nesta primeira parte, pretendemos, ao longo do texto, perquirir as nuances e intencionalidades subjacentes nos seus discursos e na sua atuação no processo de transição política do período imperial ao republicano. Procuramos, dessa maneira, discutir o deslocamento do pensamento do político mineiro que, monarquista declarado, ocupou importantes cargos no regime republicano. Assim, aliado a importantes políticos e inserido no debate econômico da época, Affonso Penna contribuiu para a formulação, propagação e implementação de um projeto político cujo objetivo era a modernização da economia mineira; percebendo, em sua argumentação, na expansão da rede ferroviária e na instalação de instituições de formação profissional em Minas Gerais, os meios necessários para o engrandecimento mineiro. Analisar seu trabalho político significa conhecer uma das dimensões políticas do projeto de desenvolvimentismo mineiro, projeto reforçado no ideário político com o advento do regime republicano. Portanto, *ecce homo*!

1. Affonso Augusto Moreira Penna

1.1.1. A família e o Colégio do Caraça: bases da educação moral.

Respeitado como uma das figuras políticas eminentes de sua época (CARVALHO, 2013, p.44), Affonso Augusto Moreira Penna nasceu em 30 novembro de 1847, na cidade de Santa Bárbara do Mato Dentro, Minas Gerais.[21] O sétimo dos doze filhos do imigrante português trasmontano Domingos José Teixeira Pena[22], natural de São Salvador da Ribeira de Penna, e filho primogênito de Ana Moreira Teixeira Penna, esposa de suas segundas núpcias, foi criado para seguir os passos de seu pai, tornar-se fazendeiro e minerador (GUEDES, 1977, p.09). Domingos foi Major da Guarda Nacional (VALADARES, 1978) e possuidor de grande número de escravos. Envolveu-se com a política da região, ligando-se ao potentado local por meio do matrimônio com Ana Moreira. Sua esposa, filha do lusitano José Gonçalves Moreira, vinha de uma importante família, detentora do controle político sobre a cidade de Santa Bárbara e região (LACOMBE, 1986, p.10).

Domingos, devido à sua riqueza, ofereceu à esposa e aos filhos uma vida opulenta para os padrões da época, vivendo num grande casarão colonial da cidade,[23] chegou a ocupar o cargo de deputado pela província mineira. De acordo com Balmaceda Guedes, Domingos afirmava-se republicano e a favor da libertação dos escravos. Quando interpelado pelo filho o motivo de não libertar os seus, teria respondido: "se o fizer, sozinho, não encontrarei braços para o trabalho, mesmo pagando" (GUEDES, 1977, p.12-13). Em relação à sua mãe, Ana Moreira, destaca-se a religiosidade católica como forte característica de sua personalidade.

Durante a infância, a diversão do menino, sempre acompanhado pela escrava Ambrosina, eram os jogos de peteca, as pescarias e os banhos no rio (GUEDES, 1977).

[21]Atual município de Santa Bárbara.

[22]Domingos José Teixeira Pena, conforme Américo Lacombe, migrou para Santa Bárbara no início do século XIX devido à "febre" do ouro. Domingos era filho de Manuel José Teixeira de Almeida, senhor da Casa de Touça Boa e de Maria José dos Prazeres de Carvalho Machado Pena, da Casa do Fundo da Aldeia (Freguesia de São Salvador Ribeiro de Pena). Sobre a família paterna de Affonso Penna, podemos destacar que seus parentes portugueses, da casa de Touça Boa, foram posteriormente elevados a barões de Ribeiro da Pena (LACOMBE, 1986, p.09).

[23]Atualmente, a "Casa Grande", localizada no complexo do Centro Histórico de Santa Bárbara, sedia o Memorial Affonso Penna (inaugurado em 13 de junho de 2009). Suas características e tipologia arquitetônicas datam possivelmente do século XVIII, com particularidades marcantes do início do século XIX, como janelas com vergas em madeira alteadas, porão habitável, janelas em guilhotina e vidro, um número considerável de aberturas e pé direito alto (ALMEIDA, 2010).

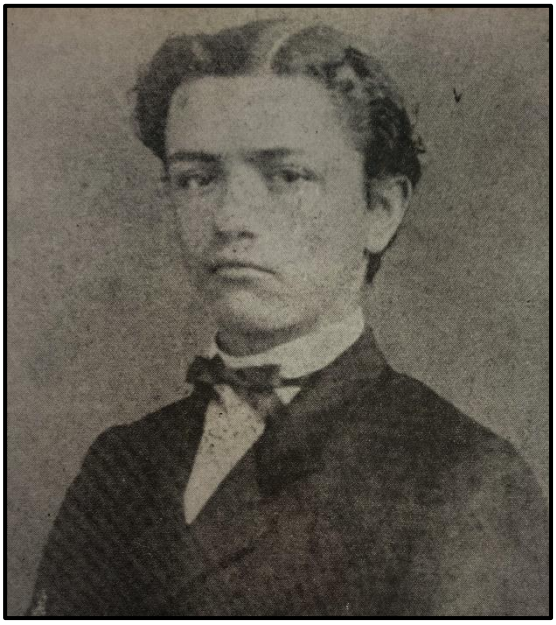


Figura 02: O jovem Affonso Penna. Retrato de família (LACOMBE, 1986).

A infância em Santa Bárbara esteve sempre presente na memória de Affonso Penna, que futuramente escreveria sobre suas memórias pueris, durante tratamento terapêutico na estação de Águas Virtuosas, atual cidade de Lambari, em 1897. Em seu diário, destaca-se a seguinte narrativa, permeada pela linguagem poética:

> Em uma laranjeira cantava suave e saudoso o sabiá. Parei para ouvi-lo e meu pensamento voou para minha casa em Santa Bárbara, onde sob o ar balsâmico da flor da laranjeira ouvi tantas vezes, junto dos meus, o canto triste do rouxinol brasileiro. Que saudades tenho desses belos tempos! Não conhece a felicidade quem não bebeu o ar dos campos e só tem vivido a vida agitada e tumultuosa das grandes cidades. Nesses centros falta-me o ar, sinto-me asfixiado. (LACOMBE, 1986, p.08)

A família de Affonso Penna, desse modo, integrava, juntamente com outros importantes troncos familiares mineiros, uma rede de parentesco que detinha o poder político-econômico em Minas Gerais. Cid Rebelo Horta afirmou que a história política mineira se relaciona à história de suas grandes famílias, "que fazem o jogo da cena política desde a Colônia" (HORTA, 1956, p.59). Constituíram uma verdadeira "cadeia de círculos familiares, ou parentelas, cujos membros ora se sucedem nas tarefas de chefia local e regional, ora se alternam. É a constelação governamental de Minas Gerais" (HORTA, 1956, p.59). O casamento entre membros provenientes das elites, políticas e/ou agrárias, permitia obter o suporte necessário às candidaturas políticas e ao preenchimento de vagas na administração pública e,

concomitantemente, possibilitava estabelecer e expandir uma rede de relações no poder político e na administração pública (CANÊDO, 2011). [24]

Alguns troncos familiares sobressaem no estado mineiro: Silva Xavier, Rezende, Peixoto de Melo, Aires Gomes, Barbosa Lage-Oliveira Lopes, Vilhena-Valadão, Xavier da Veiga, Ribeiro-Oliveira-Penna, Rodrigues Velho-Campos, Horta, Bueno Brandão, Monteiro de Barros, Nogueira da Gama Cerqueira, Magalhães Sales, Martins, Vaz de Melo-Bernardes, Martins da Costa, Melo Franco, Sá-Oliveira Fortes, entre outros (HORTA, 1956, p.62-87). Estes troncos familiares tinham em comum o *senhorio da terra*, formando oligarquias rurais. Desse modo, as disputas políticas se encerravam em disputas familiares; pois liberais e conservadores representavam, afinal, a classe dominante do patriarcado rural (liberal ou conservador) de seu respectivo distrito (HORTA, 1956, p.52-53). Esses troncos familiares formavam agremiações político-partidárias que, no âmbito municipal, eram consideradas como instrumentos diretos do poder político (RESENDE, 1982, p.17).

Ao fazer a genealogia da política mineira, Rebelo Horta demonstrou que 33 dos 55 Presidentes da Província e 80% dos governadores republicanos pertenceram a esses troncos familiares (HORTA, 1956). As *famílias governamentais* constituíam uma oligarquia bem estruturada, segundo regras claramente definidas, o que permitiu sua sobrevivência na ocupação de cargos da administração pública, apesar da mudança de regime político encetada a partir de 1889. Affonso Penna, então, participava de uma tradicional dinastia política, os Ribeiro-Oliveira-Pena, que surgiu no cenário da Assembleia Provincial e na Câmara Geral nas primeiras décadas do século XIX. Durante o período Imperial, Cid Rebelo Horta apontou que "mais de duas dezenas de membros" deste tronco familiar ingressaram nas câmaras políticas (HORTA, 1956, p.74).

Aos sete anos, o menino passou a receber as primeiras lições de instrução formal (aritmética, história, português e geografia) de dois preceptores, Raimundo Faria e Quitéria Ramos, contratados por seu pai (GUEDES, 1977). Era comum entre as elites brasileiras do século XIX a instrução ser ministrada no recinto doméstico, como prática amplamente reconhecida e aceita para o ensino de seus filhos – considerada também como um distintivo de posição social (MENDONÇA, 2005, p.18). José Anchieta da Silva indica que Affonso Penna, desde tenra idade, durante suas férias, passou a acompanhar o pai pelas encostas auríferas do

[24]A título de exemplificação, Affonso Penna retrata a sua futura esposa segundo suas origens familiares em carta aos pais, datada de 16 de setembro de 1874: "Dada a distância que nos separa e as dificuldades de comunicação, decidi-me pedir a mão da senhorita Maria Guilhermina de Oliveira Penna, filha do Visconde de Carandaí, descendente do marquês do Paraná e irmã do senador Feliciano Penna. Descrever seus méritos e virtudes, julgo desnecessário, levando-se em conta sua linhagem" (*apud* GUEDES, 1977, p.34).

"Brumado, nos costados da serra do Caraça e em São Gonçalo do Rio Abaixo" (SILVA, 2012, p.179). Nesse período, já se revelava espirituoso ao conflitar com Benedito, capataz de seu pai, sobre os maus tratos dados aos escravos. Por sua ordem, ficou estabelecido que na mineração de sua família, as escravas grávidas, a partir do sexto mês, não fariam outro trabalho, exceto o de cozinhar e de lavar roupa (GUEDES, 1977, p.13).

O talento para as letras, percebido pelos primeiros professores, foi acentuado durante os anos que estudou no Colégio e Seminário do Caraça, onde iniciou seus estudos aos 12 anos, junto com seus irmãos, em 1859, sob a matrícula de número 149.[25] Amoroso Lima fornece uma interessante descrição sobre a forma pela qual os jovens eram instruídos no colégio, cuja base do ensino estava fundamentada em elementos da tradição e do humanismo, que pode ser vista no seguinte excerto:

> A educação mineira [...] é menos obra de arte que obra da natureza. Não é uma técnica, é uma tradição. Passa de pais a filhos, com a naturalidade das transmissões hereditárias. Basta dizer que o paradigma da mais autêntica educação mineira já data de mais de um século. Vamos encontrá-lo, a meu ver, no regulamento do velho Colégio do Caraça. [...] Deixou na tradição um falso renome de pedagogia draconiana, quando é, ao contrário, um modelo de verdadeiro humanismo pedagógico, em que a autoridade harmoniosamente se combina com a personalidade e a suavidade. [...] A preocupação com cada aluno em particular, e o respeito às suas liberdades e preferências já eram consignados nesse memorável documento:
> "Convém muito conhecer o gênio e o caráter de cada (aluno) para com prudência tratar bem a todos; pois o que agrada ao melancólico e perturbado, muitas vezes não agrada ao de gênio alegre e vice-versa" (Cap. 3º, nº 13).
> E assim por diante, numa admirável compreensão do que seja a verdadeira educação. (LIMA, 1946, p.125)

José Ferreira Carrato representa a formação do caráter dos alunos que frequentaram o Colégio do Caraça da seguinte maneira:

> O forte dos ex-alunos caracenses é o bacharelismo... uma sólida formação humanística constante do melhor domínio da arte de falar e escrever bem, fundamentada em estudos intensivos de retórica, do latim e da língua pátria. Mais latim do que tudo

[25]Situado na Serra do Espinhaço, próximo à cidade de Santa Bárbara, o Colégio do Caraça foi fundado pela Congregação Lazarista em 1820 e fechado em 1912, e seu ensino enfatizava as humanidades. Considerado como uma casa de excelência para formação de jovens, representava um *modus operandi* de formação da juventude abastada que a ele recorria, a elite mineira e brasileira (ANDRADE, 2000). De acordo com Jorge da Cunha Pereira Filho, o Colégio passou por três fases distintas em sua direção: primeiro, esteve sob a direção de padres lazaristas portugueses, de 1820 a 1854; depois de padres franceses, de 1854 a 1903; e, por fim, de padres brasileiros, desde 1903 até os dias de hoje (PEREIRA FILHO, 1992, p.42). Segundo Mariza Guerra de Andrade, a instituição de ensino tinha por objetivo moldar o caráter, estruturar a personalidade e incutir a fé e os valores cristãos – afora o ensino das humanidades e de cultura geral. Para a autora, o colégio buscava produzir sujeitos com competências e sensibilidades necessárias à atuação na manutenção e reprodução da ordem social. Logo, a promoção social, provocada por meio da educação humanística ministrada pelo colégio, significava uma maneira de diferenciação e de destaque cuja finalidade seria assumir a responsabilidade da direção política, social e espiritual da sociedade (ANDRADE, 2000).

> mais. O resultado desta mentalidade é um sujeito profundamente convicto de suas crenças religiosas, severo até à dureza moral, mas temperando convicções com certa bonomia quase dialética, o que não falta o respeito pelas convicções alheias; geralmente excelente conversador, muito bom orador, escrevendo com fluência e elegância; o formalismo um tanto frio de sua formação não permite que faça boa poesia, embora possa, às vezes, versejar bem em latim. Teórico e livresco, raramente será um técnico, a não ser por inclinação natural, como foi o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. (CARRATO, 1963, p.54)

A descrição, contudo, não expressa os rigores disciplinares que foram uma constante do Colégio Caraça. Segundo José Ferreira Carrato, o Seminário e Colégio do Caraça seguiram, assim como as instituições lazaristas, o padrão dos colégios jesuítas, que submetia os alunos a condições de intimidação, objetivando, por meio de uma educação severa, formar o sujeito homem, tendo em vista operar as transformações de comportamento (CARRATO, 1963). A rígida disciplina dos alunos consistia na regulação dos horários reservados à alimentação, ao estudo, ao descanso e à oração: eram moldados por uma disciplina rígida, moralista e de vigilância ininterrupta (CORRÊA, 2009, p.31, 63). Isto posto, eram comuns as repreensões públicas; castigos, sendo recorrente o uso da palmatória; imposição de clausura e silêncio entre alunos; leituras e notas e de concursos; e expulsões (CORRÊA, 2009, p.65).

Ao final de seu tempo como aluno, o jovem Affonso Penna foi educado pelo renomado Padre Miguel Maria Sípolis. A formação caracense repercutiu em seu caráter o amor aos clássicos, a intimidade com a língua latina e a religiosidade católica (LACOMBE, 1986, p.15-16).[26] Conforme Marcus Aurelio Oliveira, "a tradição ibérica que marcou a cultura brasileira – com forte acento católico –" empreende a formação do aluno em um processo tutelado (OLIVEIRA, 2014, 45). Laureado pelo Padre Sípolis, observamos a seguinte descrição em seu certificado de conclusão do curso:

> Certifico que o senhor Affonso Augusto Moreira Penna, durante 3 anos que frequentou as aulas de francês, inglês, geografia, história, matemática, aritmética, álgebra e geometria, retórica e filosofia, com aplicação constante e tão notável proveito, que nos exames de todas as ditas faculdades foi aprovado plenamente com louvor e dado por pronto, por voto unânime dos examinadores. Certifico outrossim que o mesmo colegial teve um procedimento exemplar, pelo qual mereceu a estima de seus mestres. Colégio do Caraça, 16 de janeiro de 1864. Padre Miguel Maria Sípolis – Sup. Do Caraça. (SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2009)

[26]Tendo mantido bom relacionamento com todos os padres do Colégio Caraça, Affonso Penna, posteriormente, matriculou quatro de seus doze filhos na instituição para receberem, como ele, suas primeiras lições de humanidades e cultura geral. O Colégio Caraça, portanto, permaneceu como uma instituição destinada à instrução e formação dos filhos das elites mineiras (SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2009).

1.1.2. A Academia de Direito: o início de uma formação intelectual e política.

Em 1866, Affonso Penna dirigiu-se à capital paulista para cursar direito na Faculdade de Direito de São Paulo, localizada no Largo de São Francisco. De sua turma, diversas personalidades se destacaram na vida política e literária do Brasil: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Castro Alves, Américo Brasiliense, Bias Fortes, Salvador de Mendonça, Martin Cabral e Rodrigues Alves (GUEDES, 1977, p.26). Segundo Américo Lacombe, por coincidência Affonso Penna ingressou numa das mais notáveis turmas que passou pela dita Academia (LACOMBE, 1986, p.19). Desse modo, este espaço foi importante para que Affonso Penna firmasse laços de solidariedade que se efetivariam nas relações políticas, comerciais e de foro íntimo da vida social.

A inauguração da Academia de Direito, em 01 de março de 1828, assim como da Academia de Direito de Olinda, fundada no mesmo ano, tinha por objetivo conformar quadros autônomos de atuação e de criar uma *intelligentsia*[27] local destinada a ingressar, futuramente, nos quadros da administração pública (SCHWARCZ, 2012, p.185).[28] No Brasil, assim como em quaisquer nações recém constituídas, havia necessidade de formar a elite que comandaria o país. Conforme Raymundo Faoro, "o sistema prepara escolas para gerar letrados e bacharéis, necessários à burocracia, regulando a educação de acordo com suas exigências sociais" (FAORO, 2012, p.446). O perfil e o modo de formação dessa elite, bacharelesca e humanística, foi uma das influências que a herança burocrática portuguesa legou à elite nacional (HOLANDA, 2013).

[27] Para o vocábulo *intelligentsia*, tomamos a definição empregada por Simon Schwartzman, que a utiliza para se referir ao intelectual num sentido mais restrito. Segundo ele, *intelligentsia* "refere-se a um papel especial desempenhado por pessoas em algumas circunstâncias, qual seja o de tentar formular e difundir amplas interpretações, visões de mundo de seus tempos e sociedades. É típico da *intelligentsia* buscar difundir sua palavra por toda a sociedade, e suas ideias são armas no confronto político para grupos sociais mobilizados e em ascensão" (SCHWARTZMAN, 1987, p.49).

[28]Conforme Lilia Moritz Schwarcz, as academias de direito foram empreendimentos cuja responsabilidade era desenvolver um pensamento próprio e promover uma nova constituição para a nação. Foram criadas com a aprovação do projeto de 31 de agosto de 1826 (convertido em Lei em 11 de agosto de 1827), que versava sobre a instituição de dois centros de estudos de direito no país. Segundo a autora, "depois de vários debates sobre a localização das escolas, definiu-se que as duas sedes visariam atender às diferentes partes do país: a população do Norte contaria com uma escola sediada em Olinda (que em 1854 se transferia para Recife), enquanto a região Sul teria na cidade de São Paulo o seu mais novo centro de estudos jurídicos" (SCHWARCZ, 2012, p.186). A escolha das respectivas localidades para instalação de ambas academias correspondia aos interesses de edificar as universidades em vilas pacatas, onde os alunos estariam comprometidos apenas com os estudos sem as distrações dos grandes centros urbanos, próximas aos centros de poder do Estado. Segundo Sergio Adorno (1988, p.83-84), "se a função da universidade é, enfim, formar uma elite intelectual e cultural à qual seja delegada a condução dos negócios públicos, o controle desse processo de recrutamento e seleção de intelectuais não pode, por essa via, permanecer distante dos centros que potencialmente podem – e devem – fornecer tais categorias sociais". Por isso, a escolha de São Paulo e Recife para sediarem as academias de direito, polos de educação superior no sul e norte do território nacional.

O ensino superior, numa sociedade em que o diploma era um recurso social escasso, símbolo de *status*, lançava seu detentor à carreira política (ALONSO, 2002). O bacharel formava-se para conquistar o cargo político, "para galgar o parlamento, até que o assento no Senado lhe dê o comando partidário e a farda ministerial, pomposa na carruagem solene" (FAORO, 2012, p.448). Assim, a educação superior se concentrava na formação jurídica e era reforçada pelo local comum de formação. Entendemos que a escola não é uma instituição que atua de modo uniforme ao longo do tempo, nem se encontra desconectada das tramas sociais. A análise de Affonso Penna neste espaço só adquire sentido na medida que seu itinerário de formação é historicizado (SOWELL, 2011).

A escola de direito de São Paulo constituiria um dos centros intelectuais do país, produtora predileta de intelectuais a serem recrutados pela burocracia estatal (SCHWARCZ, 2012). Essa instituição, juntamente com outros estabelecimentos do mesmo gênero, assumiu significativo papel na seleção das elites intelectuais. A academia de direito foi forjada no âmbito da rede escolar, integrando mecanismos de restrição ou de ampliação de acesso aos bens culturais impactantes num determinado tempo histórico. O curso de Direito, portanto, pretende transformar o bacharel em burocrata capaz de ocupar qualquer cargo do organismo do Estado; ou seja, torná-lo "homem de Estado" (BARBOSA, 2000, p.85).

Em seu período de estudante, Affonso Penna, junto com Rodrigues Alves, fundou o periódico *Imprensa Acadêmica*, voltado para a discussão de matérias jurídicas e políticas. Conforme Américo Lacombe, a vida universitária se desenvolvia em torno dos jornais, ainda que efêmeros, e dos centros estudantis, lugares promotores dos debates de estudos literários e de ciências jurídicas. Para o autor, os jornais refletiam os debates partidários, nos quais os alunos se filiavam às duas correntes políticas da época: eram *conservadores* ou *liberais* (LACOMBE, 1986, p.20).[29] Antonio Wolkmer destaca que na Academia de São Paulo eram

[29] Segundo a definição de Marco Aurelio Taborda de Oliveira: "Não há consenso na historiografia brasileira sobre as formas de organização ou a *ideologia* de partidos políticos imperiais no Brasil. Em termos gerais, o Partido Conservador surge por volta de 1840 a partir de uma composição entre alguns restauradores liberais e monarquistas. Destes últimos nasceria também o Partido Liberal. Perto de 1860 membros dos dois partidos fundariam o Partido Progressista, embora os dois primeiros permanecessem na cena política brasileira até o início da República, em 1889. Em geral, o Partido Conservador, com forte presença de burocratas no Estado imperial, desejava a centralização política e reformas sociais, com o fim da escravidão e a Lei da Terra. Entre seus membros se encontravam os principais responsáveis pela agricultura de exportação. Do Partido Liberal, por sua vez, faziam parte agricultores que produziam para o mercado interno, profissionais liberais e alguns poucos industriais, bem como os grandes proprietários de terra. Eles defendiam a descentralização do poder e o fortalecimento do poder local ou provincial. Mas no período as composições políticas foram tão flexíveis quanto a apropriação de ideias sobre a participação política e o papel do Estado" (OLIVEIRA, 2014, p.47). Sobre a política partidária imperial, ver José Murilo de Carvalho (2013), Ilmar Rohloff de Mattos (1987), Rodrigo Patto Sá Motta (2008).

constantes as reflexões e militâncias políticas veiculadas no jornalismo e na "ilustração" artística e literária (WOLKMER, 2015, p.97).

O jornal fundado pelo estudante teve vida curta. Affonso Penna colaborou com outros jornais estudantis, destacando-se o jornal *Tribuna Acadêmica*, onde ocupou, junto com Rodrigues Alves, o cargo de redator-chefe. Segundo Balmaceda Guedes, ao contrário dos colegas que só escreviam artigos de ficção para o periódico, Affonso Penna escreveu três estudos consecutivos sobre o problema da imigração no país. Em estudo minucioso, apresentando dados estatísticos, o estudante critica as diretrizes de imigração instituídas pelo governo, propõe soluções e sugere a imigração de alemães, "a que convém a um país agrícola como o nosso" – opondo-se à imigração de portugueses por se dedicarem ao comércio e não à agricultura (GUEDES, 1977, p.28).

Claudia Viscardi indica que poucas cópias restaram desse jornal, mas por meio de alguns de seus artigos remanescentes observa-se a influência sobre o pensamento de Affonso Penna de autores franceses como Victor Hugo, Honoré de Balzac e Émile Zola. Para a autora,

> pela análise de seus trabalhos escolares, percebe-se igualmente em sua formação uma filiação ao jusnaturalismo e uma franca oposição ao positivismo jurídico, discussões muito presentes no contexto da chamada "geração de 1870". Sua oposição ao positivismo derivava de seu arraigado catolicismo e de suas simpatias pela instituição monárquica. Os positivistas brasileiros advogavam a separação entre Estado e Igreja, bem como a instituição de uma república militar no país. Tais plataformas afastaram Afonso Pena do comtismo. (VISCARDI, 2015, p.4028)

Ele também participou da agremiação "Ateneu Paulistano, que visava "o cultivo das letras, a discussão da história do Brasil e o debate político contemporâneo" (VISCARDI, 2015, p.4029). Affonso Penna escreveu uma série de artigos para essa confraria, mas poucos vestígios restaram dessas publicações. Ricardo Marcelo Fonseca afirma que não havia uma divisão entre o conhecimento jurídico *stricto sensu* e o não jurídico; isto é percebido nas produções retóricas e literárias (FONSECA, 2008). Sérgio Adorno indica que a produção do saber ou a profissionalização do bacharel também ocorria extraclasse, independente da relação didática estabelecida entre o corpo docente e o corpo discente. Conforme o autor, a Academia reunia "a militância política, o jornalismo, a literatura, a advocacia e, sobretudo, a ação no interior dos gabinetes" (ADORNO, 1988, p.92).

Affonso Penna, apesar de não ter pertencido à maçonaria, como muitos de seus contemporâneos, integrou a sociedade secreta estudantil chamada *Burschenschaft* ou *Bucha* –

como era conhecida na Academia de Direito.[30] O grupo havia sido criado com objetivo de prestar solidariedade a pessoas que não pudessem custear seus estudos, sendo que importantes líderes políticos do país foram seus integrantes. Conversavam em linguagem secreta, utilizavam de rituais e tratavam-se mutuamente como "*bucheiros*".

A *Burschenschaft* paulista tinha seu ideal de base liberal, abolicionista e republicano. Porém, apesar destes pressupostos, os jovens bucheiros não permaneceram fieis às ideias preconizadas por essa instituição; uma vez que, finda a juventude, muitos de seus membros tornaram-se conservadores e monarquistas (LACOMBE, 1986, p.33). Ressalta-se que Affonso Penna iniciou-se na entidade e permaneceu fiel aos juramentos da *Burschenschaft* paulista até o fim de sua vida. Segundo Américo Lacombe, ele era o chefe da "comunhão geral da Bucha e Rodrigues Alves, chefe do Conselho dos Apóstolos" (LACOMBE, 1986, p.33).

À época, dois movimentos ocuparam o primeiro plano do debate político nacional: o abolicionismo e o republicanismo. Affonso Penna comprometeu-se com o primeiro e recusou o segundo. Conforme Américo Lacombe, o estudante tinha suas ideias fundamentadas no "liberalismo, tal como se apresentava à sua geração, sem atingir a República, e o abolicionismo – tudo isso sobre a base humanística e religiosa que formara no Colégio do Caraça" (LACOMBE, 1986, p.34). Ele se recusou a assinar o Manifesto Republicano de 1870, por achar que o país ainda não estava culturalmente preparado para uma mudança de regime. Como parte dos demais políticos da época, percebia no povo brasileiro a falta de educação necessária para participar de um governo republicano.

As considerações de Affonso Penna apresentadas na carta escrita ao Tenente Miranda, em 17 de janeiro de 1872, descrevem sua concepção sobre a conjectura política e cultural da população brasileira. O seguinte trecho da correspondência é elucidativo, ao demonstrar sua opinião sobre o assunto:

[30]A *Burschenschaft* foi uma associação universitária que surgiu na Alemanha nos primeiros anos do século XIX, inicialmente na cidade de Iena. Logo se tornou um tipo de sociedade comum na maioria das universidades. As *Burschenschaften* receberam esse nome inicialmente, derivadas da palavra *Burse*; isto é, bolsa de estudos, designando o grupo de alunos que eram subsidiados pelo Estado. Em seguida, seu significado se ampliou: o masculino *Bursch*, nomeava indistintamente todos os alunos universitários, e as *Burschenschaften*, quaisquer de suas agremiações (BRITTO, 2015). Conforme Shozo Motoyama, a *Burschenschaft Paulista* ou *Bucha* foi uma sociedade secreta, liberal e filantrópica que defendia ideias liberais e republicanas. A sociedade tinha então uma estrutura bem definida e funcionava sob a liderança de um "chaveiro" (pessoa que detinha maior poder), apoiado por um "Conselho de Apóstolos" e um "Conselho dos Invisíveis" (MOTOYAMA, 2006, p.75). Fundada por Júlio Frank (Johann Julius Gottfried Ludwig Frank), professor de diversas matérias no Curso Anexo da Faculdade de Direito, a *Bucha* visava, principalmente, a proteção dos estudantes de família pobre, oferecendo-lhes apostilas gratuitas, livros e recursos financeiros para sua manutenção. Antonio Augusto Machado de Campos Neto afirma que "a premissa maior e mais importante era a de que toda ação se realizasse em segredo, evitando-se a humilhação aos olhos de seu benfeitor" (CAMPOS NETO, 2003, p.716-717). O autor indica que a *Bucha* "além da filantropia, difundia no perfil daquela sociedade ideias republicanas e abolicionistas. O espírito liberal sempre predominou no seio das Arcadas" (CAMPOS NETO, 2003, p.716-717).

> Muito me ufanaria de prestar adesão franca e sincera à República se estivesse convencido da possibilidade de realizar-se, desde já, essa forma de governo entre nós. Não compreendo que de coração alguém prefira outra qualquer forma de governo a esta; é por, sem dúvida, aquela que se realiza plenamente o governo do povo pelo povo. [...] Muita gente há por aí para quem República e comunismo significam a mesma cousa. Proclamai a República e eles se insurgirão contra ela à mão armada, acreditando defender uma causa santa, a da Família e a da Propriedade. Portanto não posso prestar a adesão que pedis. [...] Declaro-vos, porém, que é convicção minha inabalável estar reservada ao Partido Liberal a gloriosa missão de preparar o país para o governo representativo, em sua pureza. Pela realização de suas ideias, conseguir-se-á acostumar o povo a governar-se. Não faz parte de seu programa dar força e vida ao elemento municipal? Emancipar as províncias da tutela da corte?
> É aí que o povo há de aprender a tomar parte ativa nos públicos negócios – e antes de haver adquirido esse hábito o governo republicano será um impossível. Creio bem servir ao meu país militando nas fileiras do Partido Liberal. Se os acontecimentos vierem dar solene desmentido a esperanças que muito prezo – saberei cumprir meus deveres de cidadão. (*apud* LACOMBE, 1986, p.44-45)

Percebemos, a partir do excerto, que Affonso Penna não recusa o governo republicano, ao contrário chega a considerá-lo uma organização política ideal; mas que deveria ser instalada em momento oportuno. Para ele, os acontecimentos políticos seguiriam sua marcha própria, lenta e contínua, para proporcionar o progresso intelectual e moral da nação brasileira. O político mineiro, próximo às ideias do *darwinismo social* de Herbert Spencer, compreendia que seria necessário preparar a nação brasileira, por meio da instrução pública, para adequá-la às mudanças políticas e econômicas que impactavam o mundo e que, por meio da difusão de informações e ideias, já circulavam no país.

Affonso Penna, formado em 1870, colou grau com Bias Fortes, Francisco de Assis Tavares, Tomé Pires de Ávila e Rui Barbosa. Cinco anos era o tempo necessário para a graduação de bacharel em direito, sendo o curso formado por nove cadeiras. De acordo com Ilka Miglio de Mesquita, nas arcadas das Academias de Direito do Brasil Oitocentista eram ensinadas as seguintes disciplinas: Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia, Direito Pátrio, Direito Civil, Direito Criminal, Direito Público Eclesiástico, Teoria do Processo Criminal, Direito Mercantil e Marítimo, Teoria e Prática do Processo adotado pelas Leis do Império e Economia Política (MESQUITA, 2014, p.204).

Sergio Adorno propõe que essa estrutura curricular, marcada pela ambivalência, buscava produzir "uma elite intelectual aberta à modernidade"; isto é, formar "homens hábeis para serem um dia sábios Magistrados, e peritos Advogados, de que tanto se carece; e outros que possam vir a ser dignos Deputados, e Senadores, e aptos, para ocuparem lugares diplomáticos, e mais empregos do Estado" (ADORNO, 1988, p.95). O bacharel em direito,

socialmente nobilitado por sua formação escolar, objetivava o emprego público "e, por via dele, a carruagem do estamento burocrático, num processo de valorização social decorrente do prestígio do mando político" (FAORO, 2012, p.446). Emprego público e carreira política estavam imbricados num vínculo necessário a serviço do Estado. O autor revela o panorama, no qual a caça ao emprego público é "inquieta, ardente, apaixonada", primeira consequência da ordem burocrática; uma vez que "só ele nobilita, só ele oferece o poder e a glória, só ele eleva, branqueia e decora o nome" (FAORO, 2012, p.448).

Durante o período no curso de direito, os alunos passavam por exames que "previam arguições de pontos escolhidos entre as doutrinas de todas as cadeiras, constituindo-se de teses mais importantes" (MESQUITA, 2014, p.208). Em 1971 Affonso Penna defendeu sua tese de doutoramento, sendo o único aluno a defender tese sobre letra de câmbio.[31] Se considerarmos como Raymundo Faoro, que a taxa de câmbio compreendia um indicador seguro sobre a "doença ou a saúde" do comércio (FAORO, 2012, p.480), podemos perceber como a escolha do tema assinalava suas preocupações político-econômicas, sendo um prelúdio do seu pensamento e ações no período em que participou do governo mineiro e nacional.[32]

A tese de Affonso Penna não pode ser tomada como expressão de um intelectualismo individual. De acordo com José G. Gondra, "as teses apontam para a existência de uma rede complexa de diálogo, seja indiretamente, por meio da formação escolar, seja diretamente pelos autores lidos e indicados" (GONDRA, 2000, p.87). Sua tese de dourado integra, no campo da economia e administração financeira pública, "um projeto de organização de um tipo de saber e suas estratégias e táticas de conquistar legitimidade científica e social" (GONDRA, 2000, p.100).

Para Ilka Miglio de Mesquita, o doutoramento em Ciências Jurídicas e Sociais, à época, correspondia a uma escolha deliberada pelos poucos aprovados segundo os Estatutos de Visconde de Cachoeira para ingressarem na carreira da docência universitária (MESQUITA,

[31]José Anchieta da Silva indicou que a *These de Doutoramento* de Affonso Penna, sobre *Letra de Câmbio*, continha vários enunciados, provenientes de diferentes campos do Direito, utilizados como aportes teóricos e demonstrativos de sua erudição. Profundo conhecedor de latim, seu trabalho apresenta citações a vários autores latinos. Destaca em seu texto as discussões empreendidas por Teixeira de Freitas, crítico do sistema adotado pelo Código Comercial, e que o sistema brasileiro trazia elementos de acordo com a legislação francesa, holandesa e portuguesa (SILVA, 2012, p.180-181).

[32] Francisco Foot Hardman assinala que entre 1860 e 1870 aprofundou-se o debate entre protecionistas e livre-cambistas no tocante ao papel do Estado em relação às manufaturas nacionais (2005). Affonso Penna, por meio de suas perspectivas desenvolvimentistas, buscou analisar e apresentar uma tentativa de solucionar o conflito entre "empresários debilitados ante a concorrência estrangeira, que buscam um porto seguro na proteção estatal; e de outro, representantes da grande agricultura, ciosos da liberdade de comércio, que esconjuram como 'artificial' a produção de manufaturas" (HARDMAN, 2005, p.85).

2014, p.209). Desse modo, Affonso Penna teve de realizar os feitos definidos segundo o Capítulo XIII dos Estatutos, cujas determinações são:

> 1º. Se algum estudante jurista quiser tomar o grau de Doutor, depois de feita a competente formatura, e tendo merecido a aprovação *nemine discrepante*, circunstância esta essencial, defenderá publicamente várias teses escolhidas entre as matérias que aprendeu no Curso Jurídico, as quais serão apresentadas em Congregação, e deverão ser aprovadas por todos os Professores. O Diretor e os Lentes em geral assistirão a este ato, e argumentarão em qualquer das teses que escolherem. Depois disto, assentando a Faculdade, pelo juízo que fizer do ato, que o estudante merece a graduação de Doutor, lhe será conferida sem mais outro exame, pelo Lente que se reputar o primeiro, lavrando-se disto o competente termo em livro separado, e se passará a respectiva carta.
> 2º. As cartas, tanto dos Doutores como dos Bacharéis formados, serão passadas em nome do Diretor, e por ele assinadas, e levarão um selo próprio, que lhe será posto por ordem do Professor que houver dado o grau. (BRASIL, 1977, p.618)

Importa destacar, nesse sentido, a reflexão de Sérgio Adorno sobre o rito de doutoramento na Academia de São Paulo:

> Revestidas de circunspecção, as defesas de teses tinham menos o objetivo de avaliar os progressos verificados na ciência do Direito. O efeito ideológico produzido por essa cerimônia institucional residia em fazer reconhecer, tanto a estudantes quanto a professores, sua filiação comum a uma comunidade que se arvorava quadro dirigente dos destinos intelectuais e políticos da sociedade. (ADORNO, 1988, p.146)

A partir dessas análises, compreendemos que o grau de doutor era um investimento do sujeito na titulação como qualificação para exercer atividades intelectuais e políticas no Império, além do ingresso na carreira da docência. Muitos dos doutores provenientes da Academia de Direito de São Paulo notabilizaram-se "na vida pública como presidentes de província, ministros, conselheiros, deputados, senadores" (MESQUITA, 2014, p.209). Conforme Balmaceda Guedes, terminado o doutorado, Affonso Penna recusou o convite para lecionar na escola onde se formou, preferindo voltar para Minas e iniciar sua carreira de advogado em Santa Bárbara (GUEDES, 1977, p.28).

1.1.3. O prelúdio do homem político

Instalado em Barbacena, Minas Gerais, Affonso Penna ficou conhecido por advogar em defesa de escravos, reafirmando seu pensamento a favor da manumissão. Devido às vinculações políticas de sua família, "não tardou para que ingressasse no Partido Liberal em 1874", sendo eleito deputado provincial no mesmo ano (VISCARDI, 2015, p.4030). Letícia Bicalho Canêdo afirma que sua carreira política teve parte de seu sucesso como consequência

do apadrinhamento que recebeu após casar-se, em 23 de janeiro de 1875, com Maria Guilhermina de Oliveira Pena (CANÊDO, 2011). A jovem era filha do Comendador João Fernandes de Oliveira Pena, Visconde de Carandaí, e sobrinha do Marquês do Paraná, "um dos políticos de maior influência do período imperial".[33]

Durante os anos iniciais de sua carreira política, em 1878, Affonso Penna ingressou na lista de Deputados Gerais da Assembleia Provincial de Minas Gerais. Além de defender os interesses da região onde nascera, atuando na Comissão de Pontes e Estradas em Santa Bárbara, assumia, em discurso, defesa ao abolicionismo, ao criticar o comércio de escravos (LACOMBE, 1986, p.52). Entretanto, era corrente a concepção de que a escravidão se encerraria conforme os preparativos legislativos conduzidos pelo Partido Liberal.

Ressaltamos que seu entendimento abolicionista era bastante complexo, ao considerar que a manumissão imediata acarretasse em danos econômicos irreversíveis para os proprietários. Percebemos um deslocamento em sua percepção sobre a imediata libertação dos escravos, à medida que avançava nos postos governamentais, especialmente após ocupar cargos ligados à administração econômica do país. Para Márcia Regina Naxara, era ideia generalizada entre os políticos nacionais a perspectiva de que "a grande lavoura não sobreviveria à abolição ou que, pelo menos, passaria por uma grande desestruturação" (NAXARA, 1998, p.54). Angela Alonso destaca que desde 1840 "o *boom* da zona cafeeira do Vale do Paraíba engordava a nata do Partido Conservador" (ALONSO, 2007, p.20). Nas fileiras do Partido Liberal também se encontravam políticos ligados à produção cafeeira, que procuravam resolver o problema da abolição por meio da substituição da força de trabalho escravo pela imigração.

Parte significativa dos políticos, comumente, concordava com a assertiva de Henrique de Beaurepaire Rohan, que anunciava o fim da escravidão no transcorrer de 10 anos, sendo que a abolição imediata acarretaria na desorganização produtiva e inviabilizaria a grande lavoura (ROHAN, 1878). Além da preocupação com a crise na lavoura cafeicultora pós-abolição, era preciso organizar a moralização do trabalho como forma de atingir ao progresso. A moralização do trabalho e do trabalhador, nesse sentido, seriam questões resolvidas pela difusão da instrução pública e, em especial, pela instrução profissional. O discurso de Affonso Penna como deputado provincial define sua opinião sobre a situação social de Minas Gerais:

[33] Ricardo Freitas afirma que "no período imperial, o diploma de bacharel em direito era praticamente obrigatório para aquele que pretendesse ingressar na burocracia e/ou fazer carreira política" (FREITAS, 2012, p.362). David Fleischer, ao pesquisar sobre o sistema de recrutamento político em Minas Gerais, afirmou que esse recrutamento compreendia um conjunto de experiências adquiridas que possibilitavam, tanto em termos de aprendizagem como possibilidades eleitorais, a ascensão ao próximo grau na carreira política. Nesse sentido, o bacharel em direito utilizava de sua formação e do exercício de sua profissão como trampolim para ascender na administração e no poder público (FLEISCHER, 1973).

> Triste é o quadro que nos apresenta o Estado, quer no Império, quer na nossa província. A lavoura definha à falta de recursos e de braços para o amanhamento das ubérrimas terras com que felizmente nos dotou a Província. O ignorantismo alça o colo altaneiro. Basta lançar os olhos para o estado da instrução pública entre nós. [...] 1.581.705 crianças sem escolas e professores mal retribuídos e em atraso de pagamento. (LACOMBE, 1986, p.51)

Ao defender a indústria do café como maior rendimento econômico do país, era preciso reorganizar paulatinamente a força de trabalho, sem prejudicar a produtividade da cafeicultura. Para Affonso Penna, segundo discurso de 12 de setembro de 1882, "a indústria do café é o nosso ouro, pois a sua decadência afetará o crédito do Estado e todas as outras indústrias" (LACOMBE, 1986, p.74). Isto posto, colocava-se a favor de indenização após a abolição e da imigração como alternativa mais eficiente para substituição da mão de obra. Para Claudia Viscardi, esse posicionamento se aproximava ao de muitos outros políticos, "especialmente os conservadores, responsáveis pelo progressivo atraso do fim da escravidão" (VISCARDI, 2015, p.4030).

Affonso Pena permaneceu como deputado provincial entre 1874 e 1878, pelo Partido Liberal. Durante o período em que atuou na Assembleia Provincial podemos destacar seus discursos referentes à situação financeira de Minas Gerais, realizados em 1876, revelando sua capacidade e competência administrativa (LACOMBE, 1986, p.49). Em 1877, assumiu uma postura liberal ao criticar a concessão e garantia de juros para fábricas de tecidos, especialmente por considerar a existência de estabelecimentos que não recebiam esse tipo de benefício do Estado. Conforme Américo Lacombe, nesse mesmo ano, Affonso Penna já analisava o desenvolvimento econômico mineiro comparando-o com o de São Paulo, ressaltando a dianteira da economia paulista (LACOMBE, 1986, p.51).

O político também discursou sobre a situação da instrução pública, que considerava ser grave no país. Em seu discurso, afirma que a Argentina, o Chile e o Uruguai estavam à frente do Brasil, que tinha entre um a dois alfabetizados por cem habitantes (LACOMBE, 1986, p.52). Affonso Penna não era o único político que estava no bojo dessa discussão; além dele, percebemos vários de seus pares preocupados com a situação de escassez de instrução pública no país. Thaís Nivia de Lima e Fonseca indica que reflexões e proposições acerca da difusão do ensino tiveram papel fundamental no desenvolvimento de ideias sobre a instrução desejável para os diferentes grupos sociais do Brasil (FONSECA, 2009, p.15).

Os discursos de Affonso Penna referentes ao estado de precariedade da "cultura popular", necessitada de elevação, podem ser associados aos discursos de outros políticos

preocupados com a situação da instrução pública do país, a exemplo do parecer de Rui Barbosa, de 1882 (LACOMBE, 1986, p.52), e do pensamento de André Rebouças, difundido na década de 1870 (NAXARA, 1998, p.57). A Assembleia Provincial de Minas Gerais, tal como outros órgãos das demais províncias, pode ser compreendida como uma "face fundamental do Estado Imperial em nível provincial", onde a discussão sobre o ensino é ressaltada, estruturando a política de instrução pública (SALES, 2008, p.81). O tom pessimista do político mineiro, percebido na comparação das estatísticas de alfabetização entre Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, expressa certa angústia quanto à possibilidade de realização do progresso num país visto como *atrasado* em relação ao *mundo civilizado* (NAXARA, 1998, p.18).

No mundo político, o pensamento de Affonso Penna não se distinguia de seus pares sobre a necessidade de expandir a instrução pública pelo país, uma das prerrogativas para alcançar o progresso, a ordem social e a organização e disciplinamento das forças produtivas. Assim, seu discurso torna-se revelador da tônica dos grupos políticos do período, que afirmava a importância da instrução como argumento para a modernização do país. Márcia Regina Capelari Naxara reforça essa proposição, ao afirmar, em seu estudo, que

> o povo brasileiro, visto por suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto que o que se tinha em vista era alcançar o progresso e a civilização. Tal questionamento acabou levando a uma identificação do brasileiro pela ausência do que se esperava ele pudesse ser, ou seja, por aquilo que lhe faltava. (NAXARA, 1998, p.18)

Com a ascensão política dos liberais no governo imperial, Affonso Pena elegeu-se deputado geral, ocupando o cargo entre 1878 e 1884 e, depois, entre 1886 e 1889. Sua ascensão no Partido Liberal foi facilitada pelo apoio que recebeu de Martinho Campos e de Afonso Celso – duas figuras célebres da política imperial. Apesar de combater o patronato político como mecanismo de ascensão profissional, o jovem valeu-se desses recursos "sob pena de frear suas ambições políticas". Assim, Claudia Viscardi supõe que "talvez tenha sido por essa razão que sempre se recusou a ocupar cargos de direção em partidos políticos" (VISCARDI, 2015, p.4030). No período em que exerceu o cargo de deputado geral, Affonso Penna destacou-se na defesa de reformas eleitorais, com a finalidade de ampliar o número de votantes – a partir da diminuição das exigências de renda necessárias à condição de eleitor. Defendeu, desse modo, a implantação do voto direto e do voto distrital. Apoiou a ampliação da autonomia dos municípios, que compreendia como uma das principais bases de um regime liberal (GUEDES, 1977).

Em 1879 assinou o projeto referente à criação de colônias agrícolas para os *ingênuos* (negros nascidos livres pela Lei do Ventre Livre). Seu trabalho como parlamentar foi se destacando aos poucos, à medida que a tribuna lhe conferia lugar de autoridade na arte da retórica. Conforme o Conde de Afonso Celso, o jovem político,

> era, em começo, mau orador, de dicção difícil, gesticulação epilética. Graças a continuado esforço, corrigiu-se, ganhando desembaraço e sangue frio na tribuna. No fim, apesar da pequena figura trepidante, tornou-se discutidor distinto, desprovido de imaginação, sem elevação de ideias, mas dialético investigador, exercitado em regras burocráticas. Os chamados homens práticos da Assembleia apreciavam os discursos de Affonso Penna, – discursos de peso, diziam. (AFONSO CELSO, 1998, p.70)

A eloquência na fala política, nesse sentido, corresponde a uma demonstração da pertinência deliberativa do político e característica de distinção e legitimidade de sua figura entre seus pares. Para Antonio Wolkmer, os bacharéis em direito detinham, por formação escolar, "o conhecimento e o uso incontinenti do palavreado pomposo, sofisticado e ritualístico" (WOLKMER, 2015, p.115). A gesticulação transforma o discurso num tipo de encenação teatral, visando obter a atenção e a empatia do público ouvinte. Conforme Mônica Yumi Jinzenji, os gestos e outras práticas de comportamento passíveis de observação demonstram que determinados grupos sociais "possuem uma linguagem implícita para simbolizar o(s) modo(s) como apreendem e se posicionam em relação a uma realidade" (JINZENJI, 2012, p.16).

A proposição de Carlos Piovezani sobre a fala pública é esclarecedora, ao indicar que o verbo, o corpo e a voz fundem-se no ato discursivo para transmitir uma mensagem, tornando acalorados os debates políticos. Segundo o autor, o desempenho da oratória é importante porque a "amplitude dos gestos e a intensidade da voz são requeridas pela copresença dos interlocutores no tempo e no espaço. Se a fala, de um lado, e sua recepção, de outro, são simultâneos, a distância que os separa pode ser relativamente grande" (PIOVEZANI, 2015, p.298).

A descrição fornecida pelo Conde de Afonso Celso sobre Affonso Penna informa mais do que sua evolução oratória na tribuna. O político mineiro demonstrou ser exímio conhecedor dos processos legislativos e burocráticos, sobressaindo suas ponderações relacionadas à administração do erário público. Suas observações dirigidas ao orçamento da política econômica imperial apresentavam seu minucioso tino da realidade política social, analisando o jogo de forças em que se inscreviam os partidos Liberal e Conservador no período imperial. Nesse sentido, Affonso Penna, ciente da ascensão do Partido Liberal, alerta a seus correligionários sobre a instabilidade da posição de seu partido. Para ele, o partido

> não fora chamado ao poder com suas próprias forças, pela vitória dos seus programas, porém, expressamente para a reforma eleitoral, estabelecendo a eleição direta, reforma que o próprio Partido Conservador se propusera a realizar. A mudança de situação não fora devida à ação do partido, mas à estratégia do imperador que julgara caber aos liberais defender a bandeira que haviam arvorado. O partido encontrara as forças do governo aniquiladas. "O Brasil está à beira de um abismo", repete mais uma vez, frase que sempre vem à tona na oratória oposicionista até os nossos dias. Para salvá-lo seria preciso carregar nos impostos, impopularizando os liberais perante a Nação. (*apud* LACOMBE, 1986, p.57)

A partir de seu pensamento, podemos divisar sua preocupação com a popularidade do Partido Liberal entre os brasileiros. Para Affonso Penna, o poder político só é concedido aos liberais em períodos de crise, especialmente financeira, uma vez que as instituições mais importantes do governo pertencem ao grupo conservador: o Conselho de Estado, os Tribunais Superiores e a maioria dos políticos no Senado (LACOMBE, 1986, p.59). Seus discursos demonstravam também sua erudição, ao fundamentar sua argumentação em diversos autores, entre clássicos e contemporâneos de sua época, e nos acontecimentos em outros países. Não raro, Affonso Penna usava expressões em latim, que constituíam um marco de distinção e erudição tão caro à época, em suas mensagens, enobrecendo-as (ANDRADE, 2000, p.83). O político mineiro acompanhava, não somente o que se passava no país, mas os eventos no exterior, especialmente na Europa e nos Estados Unidos.

Em 1882, iniciou sua experiência com os cargos do executivo, quando foi Ministro da Guerra no Gabinete Martinho Campos, aos 35 anos de idade. Conde de Afonso Celso, em suas rememorações, destaca que Martinho Campos chamava o próprio gabinete de "meu colégio", porque era composto por homens muito novos: Rodolfo Dantas e Affonso Penna. O gabinete também recebeu a alcunha de canoa em que todos cabiam, sendo conhecido popularmente como a canoa do Pai Martinho (AFONSO CELSO, 1998, p.34).

Em 1883-1884, ocupou o cargo de Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no Gabinete Lafayette. Em relação ao trabalho que executou neste período, podemos assinalar o projeto apresentado em 02 de agosto de 1883, como representante do poder Executivo, que fixava residência aos escravos, aumentando o fundo de emancipação e estabelecendo o imposto de 500 réis por cada escravo. [34] Essa medida aproximava o político

[34] Conforme Lucimar Felisberto dos Santos, o Fundo de Emancipação de Escravos do Império foi um mecanismo, criado pela Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (apelidada de Lei do Ventre Livre), que contribuiu na condução do processo abolicionista sem interferir no direito de propriedade e nas estratégias de luta escrava para desvencilhar do cativeiro. Ao propor a compra de alforria dos escravos, a proposta continha também o intuito de disciplinar a massa de libertos, organizando ordenadamente a sua força de trabalho. Porém, na realidade, configurou uma medida de indenização aos proprietários escravocratas (SANTOS, 2009).

mineiro da proposta do Partido Conservador (e de parte integrante do Partido Liberal, considerando que ambas facções políticas eram compostas por fazendeiros escravocratas) de acabar com a manumissão de forma gradual, sem causar prejuízos aos proprietários. Assim, estava distanciado das antigas ideias abolicionistas mais radicais e ancorado nas ideias de que a libertação dos cativos resultaria em grandes prejuízos à economia nacional.

Sobre sua postura na pasta ministerial, Carl von Koseritz, jornalista alemão, nos fornece a seguinte descrição:

> Penna é um jovem de cerca de 30 anos, mais baixo do que alto [...] figura elegante e fisionomia enérgica. É tão reservado em público como expansivo e amável nos círculos íntimos. Toma muito a sério os deveres de seu cargo e é de uma honradez acima de qualquer dúvida. Pretende-se que o imperador lhe entregou por isto a pasta da Agricultura, apesar de não ser exatamente a sua especialidade. Ele, porém, é aplicado, tem muito boa vontade, estuda as questões e só as resolve depois de madura consideração. (KOSERITZ, 1943, p.84)

Em 1885, foi Ministro do Interior e Justiça, no Gabinete Saraiva. Nesse posto, foi signatário da "Lei dos Sexagenários". Em carta a Francisco de Assis Gonçalves, podemos observar a posição de Affonso Penna, confirmando seu pensamento afinado aos interesses dos grandes latifundiários, que preconizavam um processo lento para estabelecer a manumissão:

> Membro do gabinete que encaminha para a evolução justa e digna a mais ardente questão da atualidade, atendendo aos reclamos da humanidade sem sacrificar os direitos da lavoura e legítimos interesses da organização do trabalho, tenho consciência de haver cumprido o meu dever, incorrendo embora nas iras daqueles que não trepidavam em arrastar o país à ruína certa, sob pretexto de realizar uma ideia generosa. (*apud* LACOMBE, 1986, p.95)

No ano de 1886, podemos ressaltar suas críticas à administração realizada pelo Barão de Cotegipe, chefe do Gabinete Imperial, sobre os contratos de estradas de ferro, construção de açudes, exame do solo do Rio de Janeiro etc. Em sua atuação, reformulou todo o sistema policial, modernizando seus equipamentos e aumentando seus salários (SILVA, 2012, p.181). Affonso Penna também promoveu reformas no sistema penitenciário, melhorando as dependências físicas das prisões conforme os preceitos de segurança e higiene da época. Nesse momento, as discussões sobre a libertação dos escravos estavam cada vez mais acirradas e o movimento abolicionista mais forte, de modo que o foco nos discursos de Affonso Penna tornou-se outro. O seguinte excerto expõe seu pensamento, em discurso de 1887 na Câmara dos Deputados:

> Só se cuida da liberdade dos escravos. Mas para acautelar os perigos que resultarão de ser atirada ao seio da sociedade uma massa de indivíduos com as mais falsas noções de homem livre, nada se tem feito. E, contudo, vemos o país sofrendo com os efeitos econômicos da desorganização do trabalho. A agonia do regime servil conduzia o país a um período de desordem cujo desfecho só poderia ser a abolição total. Fala-se em abolição, diz Penna, mas não em medidas para organização do trabalho. (*apud* LACOMBE, 1986, p.115)

A partir do 13 de maio de 1888, com a abolição da escravatura, este discurso passou a ser associado ao problema da imigração; uma das preocupações de Affonso Penna desde o período da Assembleia Provincial. Compreendemos que seu pensamento estava ancorado nas ideias de progresso, crescimento econômico e desenvolvimento social ao buscar resolver o problema das relações produtivas sob a perspectiva da imigração e da instrução pública. Durante o período escravocrata, no país se cristalizou a cultura que nobilitava as profissões liberais e aviltava as laboriosas (SILVA, 2014, p.07). Sob a perspectiva de uma política social e econômica que priorizasse uma nova modernidade e racionalidade, enviesadas por teorias de matrizes racialistas, a imigração e o ensino foram entendidos por Affonso Penna como princípios vitais da civilização.

Diante disso, segundo Lilia Moritz Schwarcz, amplamente amparadas nas teorias do darwinismo social e do determinismo racial, políticas de imigração foram instituídas em todo o país; uma vez que a "imagem do imigrante se associava à ideia do *melhoramento*, seja pelo branqueamento da população, seja a partir da divulgação de um *éthos* de trabalho" (SCHWARCZ, 2012, p.36). Paralelamente, conforme Luiz Antonio Cunha, a indústria era considerada sinônimo de "progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização". Para o autor, os políticos acreditavam na elevação do Brasil à condição de nação civilizada por meio da expansão e estabelecimento de novas indústrias (CUNHA, 2005, p.14).

Era importante, desse modo, instituir a instrução pública e profissional, consideradas como fatores de produção. O futuro da nação brasileira, seu progresso material, estava "atrelado ao futuro da instrução. E para fazer coro ao espírito do progresso o Brasil não poderia poupar esforços para instruir sua população" (SILVA, 2014, p.08). Affonso Penna considerava que a instrução no país apenas se dirigia às camadas superiores com objetivo de formar os futuros quadros da administração pública. Conforme seu juízo, era necessário atentar para a formação de profissionais nas áreas ligadas ao comércio, à agricultura e à indústria, imbricadas no progresso do país.

Preocupado com as novas demandas sociais e políticas, advindas da manumissão e da consequente necessidade de integração do povo, especialmente o ex-escravo, à sociedade

ordeira e civilizada que os políticos buscavam construir, Affonso Penna tornou-se Conselheiro de Estado. Sua ascensão política decorreu da proximidade com Afonso Celso, que recebeu o título de Visconde de Ouro Preto. Em decorrência do novo posto, juntamente com Rui Barbosa, integrou a Comissão incumbida de organizar o novo Código Civil Brasileiro. Sua eficiência lhe rendeu elogios do Imperador que, segundo o discurso do Conde de Afonso Celso, teria afirmado: "O Penna vai longe, porque alia extraordinária disposição para o trabalho à mais completa probidade" (CONDE DE AFONSO CELSO, 1910, p.416).

Porém, sua ocupação como Conselheiro Imperial foi interrompida pelo golpe militar que resultou na implantação da República no Brasil em 15 de novembro de 1889. O cenário que se abria nesse momento, na assertiva de Lilia Moritz Schwarcz, "era propício a todo tipo de utopia e projeção. A República surgiu alardeando promessas de igualdade e cidadania" (SCHWARCZ, 2012, p.19). Destaca-se que a consolidação de uma ordem político-social interna, sob o domínio das elites conservadoras, ligadas ao café, possibilitou as "condições para implementação de um projeto para o país baseado na unificação territorial, na construção de uma identidade nacional, na estruturação de uma hierarquia excludente e na modernização tecnológica" (GOODWIN Jr., 2015, p.53).

1.1.4. A força da Conciliação

Os anos iniciais do regime republicano revelaram um período marcado por disputas e reacomodações, sendo que setores políticos e sociais tiveram de restabelecer sua posição ou buscar um novo espaço para si. As primeiras décadas republicanas compreenderam um momento de intensa busca pela modernidade, balizada num amálgama de ideias e projetos políticos que, muitas vezes, confrontavam-se. Apesar da difusão de uma constelação de reinvindicações e de interesses, a tentativa de reformulação e reorganização política não foi renovadora nos seus fundamentos. Raymundo Faoro, ao referir-se ao pensamento dos grupos que ascenderam ao poder, descreve essa conjuntura:

> Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica conservadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reinvindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. Esse consórcio sustenta a soberania popular – reduzido o povo aos proprietários agrícolas capazes de falar em seu nome –, equiparada à democracia, democracia sem tutela e peias. A ideologia articula-se aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, França e Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileiras, muitas vezes enganados com a devoção sem exame aos modelos. Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do século XX, estar em

> dia com as ideias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso. (FAORO, 2012, p.567)

A partir do excerto percebemos que, a reboque da proclamação da República no Brasil, houve a ascensão política dos grupos conservadores, causada, inclusive, devido à queda do último ministério imperial – ocupado pelos liberais. Apesar das divergências dos horizontes de expectativas vislumbrados pelo corpo político brasileiro, era consonante o objetivo de constituir uma nação civilizada, cuja prerrogativa compreendia o ordenamento social, a alocação do trabalhador livre ao mercado de trabalho e a modernização das técnicas produtivas. A promoção desses fatores, segundo a argumentação política, favoreceria o progresso social e econômico e figurava, na crença política, um panorama otimista viabilizado pela instalação da República. O novo regime, portanto, vislumbrava "ser um período fértil para evidenciar a dupla tendência de atrair para a esfera do Estado os *homens de sciencia* (SCHWARCZ, 2012) e o fazer científico, e de legitimar, por meio da ciência a ação do Estado" (NEVES, 2010, p.32).

Nesse momento, surgia uma conjuntura formada, segundo José Murilo de Carvalho, por uma profusão de ideias circulantes entre os diferentes e divergentes agrupamentos partidários (CARVALHO, 1997, p.42), divididos em monarquistas, adesistas e republicanos históricos, os quais disputavam implantação de seu modelo para organização do Estado republicano.[35] É importante destacar que Affonso Penna não se afiliara ao grupo adesista, afirmando-se diversas vezes defensor do regime monárquico e conformado com a instalação da República. Podemos observar sua análise sobre a situação política do país, permeada pela resignação ao regime republicano, no Manifesto aos Mineiros, lançado em 11 de dezembro de 1893:

> Sabem todos que não aplaudi, e, antes, lamentei a revolução de 1889, que destruiu a Monarquia, então representada pelo grande patriota D. Pedro II, homem de grande saber e serviços. Previ as agitações que seguir-se-iam a esse fato e nada do que contemplo, com profundo pesar, em nosso país, surpreende-me. Compreendi, porém,

[35] Maria Efigênia Lage de Resende, em seu estudo sobre a formação do Partido Republicano Mineiro e suas implicações na estruturação da organização política do Estado, explica que, após a abolição, surgiram diferenciações de grupos políticos. Esses grupos foram formados por *adesistas* ou *novos republicanos*, membros dos extintos partidos monárquicos que aderiram à causa republicana. Opondo-se a estes, estavam os *antigos republicanos*, isto é, os políticos integrantes do movimento republicano antes da proclamação da república. Destaca-se que este grupo se subdividiu, procurando evidenciar os *republicanos históricos*, formados pelos políticos filiados ao Manifesto de 1870 ou que nasceram politicamente nas fileiras republicanas, recusando-se a aceitar nas suas hostes os *republicanos de véspera*. Estes últimos integravam o grupo alcunhado de *adesistas* ou *indenistas*; isto é, conservadores que, após a abolição, filiaram-se ao movimento republicano. Os *indenistas* consistiam nos grupos de ex-proprietários de escravos que desejavam receber compensação monetária devido à libertação dos cativos. Foram estes grupos que disputaram a liderança na reorganização do Estado mineiro em suas novas bases republicanas (RESENDE, 1982, p.57).

> desde logo, que a Monarquia não poderia mais ser restaurada em condições de dar-nos paz, ordem e encaminhar o país a seu engrandecimento.
> Estava quebrado de vez o seu prestígio e os elementos novos que vieram tomar o seu lugar jamais se deixarão eliminar em país americano – no fim do século XIX. Em tais condições, a restauração teria como consequência fatal o esfacelamento da grande pátria brasileira, desastre que todo o patriota deve evitar com o maior esforço. Estados autônomos e prósperos jamais se sujeitarão à condição de províncias sem recursos, manietadas em seu desenvolvimento. (LACOMBE, 1986, p.166)

O excerto demonstra que, acima de suas convicções político-ideológicas, Affonso Penna estava preocupado com a manutenção da ordem social. Em discurso realizado no Senado Mineiro, reforçou sua opinião sobre a instabilidade político-social vivenciada no país. Para manter a ordem, em sua argumentação, era preciso conceder à população certas benesses que consistiam, principalmente, na garantia dos direitos civis e no apoio do Estado ao aprimoramento das técnicas produtivas. Conformado ao novo regime, Affonso Penna buscava defender a manutenção da estabilidade social, com a perspectiva de que o ordenamento social compreendia uma das prerrogativas para o desenvolvimento econômico:

> Sr. Presidente, nós passamos por uma grave crise política, consequência da mudança da forma de governo; e tenho ouvido por vezes dizer se que se a antiga forma não teve ao seu lado o povo no dia da desgraça, foi porque a administração, de longos anos, tinha-se relaxado muito em nosso país. Pois bem; cumpre que a revolução não só resume somente no ato de deportar, de exilar um brasileiro ilustre, em que todos reconhecemos um grande patriota *(apoiados)* cheio de serviços ao país *(apoiados)*, é preciso também que a revolução dê algum resultado prático, que o povo possa apreciar e não se me afigura mais digno de atenção o que um governo solicito, uma administração cuidadosa e justa. Não é difícil satisfazer o povo, basta que se respeite os seus direitos e garantias, que ajude naquilo que lhe incumbe, faça com que os negócios das localidades, os que se prendem aos serviços mais diretos da lavoura, do comércio e da indústria sejam dirigidos com espírito de economia e com toda regularidade. (PENNA, Affonso. Senado Mineiro, 1891-1892, p.264)

Sobre as divisões partidárias, Affonso Penna define, em seu discurso proferido em sessão do Congresso Mineiro no ano de 1896, a diferença entre monarquistas, adesistas e republicanos, defendendo sua postura como monarquista resignado ao afirmar que

> é preciso fazer-se distinção entre *aderir* e *conformar-se*. É certo que uma numerosa parte da nossa sociedade [...] aderiu ou mostrou aderir, isto é, aceitou o fato com aplausos, segundo a significação genuína da palavra; mas, em grande maioria, ninguém poderá seriamente contestá-lo, a população o que fez foi conformar-se com o fato.
> [...] Adesistas, e nisto nada há que possa melindrar ninguém, também foram os ilustres membros do Partido Republicano histórico, verdadeiros adesistas, porque, não tendo feito a revolução, que foi obra do exército, a aplaudiram ardentemente. Portanto, aderiram; nós os antigos monarquistas sinceros, não podíamos de modo algum aplaudi-lo sem opróbio, mas nos conformamos com ele, resignamo-nos por uma posição de patriotismo. [...] Trouxemos para a nova ordem de coisas, que respeitamos,

> o concurso de nossa leal cooperação. (ANAIS DO CONGRESSO CONSTITUINTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1896, p.173)

Desse modo, concordamos com o esclarecimento fornecido por Maria Efigênia Lage de Resende, ao entendermos que Affonso Penna teria por exclusiva obrigação com a República "ter sido chamado a colaborar em sua organização, deplorando a Revolução de 1889", que possibilitou a ascensão das classes armadas ao controle do poder (RESENDE, 1982, p.81-82). Nesse sentido, de acordo com Américo Jacobina Lacombe, Affonso Penna não intencionava participar do novo governo, tendo pensado em abandonar a vida política para dedicar-se à advocacia e ao magistério jurídico (LACOMBE, 1986, p.134).

A instabilidade política dessa conjuntura gerava "saudades" da monarquia, na assertiva de Lilia Moritz Schwarcz (2012, p.25). Para a autora, eram "ambivalentes as compreensões e recepções da república", sendo cada vez maior a difusão da ideia da "República que não foi" o que tornava a monarquia, no horizonte da memória, uma imagem nostálgica (SCHWARCZ, 2012, p.27). Affonso Penna, em carta ao Visconde de Lima Duarte, em 1889, descreveu sua impressão sobre os eventos ocorridos após a mudança de regime político no Brasil. Destacamos o seguinte trecho, no qual afirma que "de muitos republicanos sinceros e antigos tenho ouvido que não era esta a república que sonhavam para o Brasil: era a república do povo e não do militarismo" (LACOMBE, 1986, p.127).

Seu discurso não era dissonante em relação às vozes que compunham o Congresso Mineiro. Podemos observar como a fala do Senador Silviano Brandão descreve pensamento semelhante, corrente entre seus pares:

> Eu, que nunca fui monarquista, mas que a 15 de novembro para cá nunca mais disse que era republicano, constritado pelo que foi presenciado pelo país inteiro, isto é, o indiferentismo político, a falta de opinião, começando pelas altas corporações da Monarquia, que caíram de joelhos, bateram no peito e pediram misericórdia, esquecidos dos juramentos, dos solenes compromissos assumidos com a instituição que caía, oferecendo ao mundo admirado e mais desolador e triste espetáculo; eu, que não podia aplaudir o modo porque se implantava no meu país a instituição Republicana, pela espada do soldado; eu, que no dia 15 de novembro bateria palmas à República, e até seria capaz de sair à rua para defendê-la, caso houvesse resistência, por parte da instituição Monarquista, caso se formasse um partido Monarquista, tendo à sua frente os antigos senadores, os grandes do Império, os que tudo deviam ao velho monarca, mas que, desiludido e triste, recolhi-me à minha obscuridade, tomado de admiração diante das nunca assaz celebradas adesões, que tanto rebaixaram o caráter do povo brasileiro, pois que, em um dia não se podia, por um fato fortuito, mudar de opiniões professadas há anos, donde seguia-se que essas adesões não podiam ser tomadas a sério visto que não podiam ser sinceras (com exceções) e tanto é isto verdade que nunca reconheci republicanos tão vermelhos, tão intransigentes, tão inimigos da monarquia, como alguns adesistas, os quais tendo aderido sem convicção, sentem a falsa posição em que se colocaram, e, por isso, procuram, até com práticas ridículas, dar *arras*[sic] de seu republicanismo, embora moderníssimo, eu, Sr. Presidente, entendo que será bendito o dia 15 de Novembro, que bem vinda foi a

> República, mesmo pelo modo porque foi feita, se com ela vier a autonomia inteira do Estado de Minas. (SILVIANO BRANDÃO. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.130-131)

Apesar do descontentamento com o novo regime, considerava-se a alteração do governo um fato consumado, não cabendo movimentos em prol da restauração. Era preciso, portanto, estabilizar o Estado republicano. Uma das alternativas à fragilidade do governo atual era a permanência de renomados políticos do Império no jogo político. A conciliação poderia favorecer uma resolução pragmática dos conflitos internos dos grupos políticos mineiros e nacionais, consolidando o novo regime. Isto posto, foi sob essa perspectiva que Affonso Penna foi chamado a integrar o quadro político mineiro, convidado a candidatar-se a senador.

Famoso por ser um político conciliador, seu nome foi citado por ambas as correntes políticas, divididas entre grupos de liberais e de conservadores, durante a Assembleia Constituinte. Nesse sentido, conforme Raphael Ribeiro Machado, a construção de uma cultura política republicana mineira não exclui a existência, harmoniosa ou conflitante, de outras culturas.[36] Assim como o autor, não procuramos classificar os políticos em liberais ou conservadores, por exemplo, e sim, "esmiuçar os referentes culturais por eles utilizados para a construção de seus discursos, de seus argumentos retóricos" em prol de projetos que visavam a organização e consolidação do Estado mineiro (MACHADO, 2013, p.26). A participação de Affonso Penna, como dos demais políticos atuantes no regime imperial, nos indica uma cultura republicana mineira permeada por elementos que não são provenientes, de forma direta e integral, da concepção republicana na historiografia.

A escolha em aceitar o cargo, em nosso entendimento, derivou, não somente do desejo de permanecer no exercício da atividade política, mas também da possibilidade de colocar seus projetos em prática, somada ao descrédito que sentia em relação à administração do governo imperial ao final de 1888 (LACOMBE, 1986, p.115). Suas ideias eram plurais, remetendo a projetos de cunho liberal ou conservador, defendendo a autonomia provincial ou a centralização do Estado, conforme as circunstâncias. Em relatório enviado ao Barão de Camargos, vice-presidente da província mineira, em 1888, podemos perceber sua intenção conciliatória com o movimento republicano. Para Affonso Penna, seria necessário aquiescer às províncias o direito

[36] O conceito de cultura política pode ser compreendido como o conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhadas por determinado grupo, que expressa uma entidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009). Ademais, compreende-se cultura política como uma espécie de código e um conjunto de referências, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política. Essa cultura política é elaborada e difundida a partir das instituições de formação e informação social: a família, o local de trabalho, a universidade, os partidos, que podem ser tomados como espaços de formação cultural e política dos indivíduos. (BERSTEIN, 1998).

de se autogerirem, “para que elas não atribuam ao governo central os males de que são vítimas [...] É preciso atender ao movimento republicano, a esse movimento político que se acentua em diversas províncias” (LACOMBE, 1986, p.114).

Assim, o deslocamento realizado pelo político mineiro entre o ideário imperial e a aceitação do novo regime não foi algo penoso. Sua convicção monarquista derivava da crença na falta de preparo intelectual da população nacional para se adequar ao regime republicano. Logo, Affonso Penna não recusava um regime republicano, mas defendia que sua instalação fosse postergada no Brasil. Seu discernimento, voltado para a estabilização do governo, apontava para a importância da formação da coligação entre monarquistas e republicanos, liberais e conservadores, como meio de conservar e de corrigir os erros da administração política imperial. Podemos observar seu conselho a favor da união política com os grupos republicanos, na carta escrita ao colega Bernardo Monteiro, em 1889:

> O único alvitre razoável, e que deve ser adotado, é o de uma chapa das duas oposições coligadas, liberal e republicana [...] Estou certo de que uma chapa de coligação terá incalculáveis efeitos de atrair para nossas fileiras inúmeros correligionários que irrefletidamente enveredaram pelo caminho da República, isto mais se acertará logo que o partido seja chamado ao poder, o que não pode demorar muito. [...] As derrotas sucessivas de nossa chapa geram desânimo entre os nossos correligionários ao passo que se triunfar, como me parece certo, numa combinação mista dar-se-á o fenômeno contrário e teremos engrossado as nossas fileiras. (*apud* LACOMBE, 1986, p.115-116)

Tendo atuado com desenvoltura política tanto na frente liberal quanto na conservadora, Affonso Penna foi convidado pelo recém-criado Partido Republicano Mineiro (PRM) a integrar a comissão para elaboração da nova constituição de Minas Gerais. Sua postura conciliatória lhe rendeu a eleição para participar da (re)organização do Estado mineiro e, desde essa data, não abandonou mais a política. Sua indicação correspondia à solução das disputas entre “as tendências a uma prática política mais liberal e as formas de dominação tradicional”, que acarretavam na desunião dos grupos políticos mineiros (RESENDE, 1982, p.17).

Seu trabalho tinha por objetivo auxiliar, como jurisconsulto, na elaboração da Constituição Estadual, exercendo um papel de liderança na comissão criada para organizar seu pré-projeto, e pacificar os conflitos presentes no Estado. De acordo com Otávio Dulci, um projeto político desenvolvimentista só seria possível a partir do apaziguamento dos conflitos internos, desfazendo esse quadro de fragmentação política. Para o autor, a coesão das elites dirigentes possibilitaria uma aliança em torno de um objetivo comum e de “empregarem o poder de que disponham para realizá-lo” (DULCI, 1999, p.29).

De acordo com Maria Efigênia Lage de Resende, o trabalho dessa comissão gerou um projeto constitucional marcadamente conciliador: o texto apresentava um viés conservador, com tendências oligárquicas presentes no anteprojeto governamental, e um viés liberal, com tendências federalistas contidas nos anteprojetos dos grupos republicanos (RESENDE, 1982, p.70). José Silva, ao referir-se sobre o trabalho de Affonso Penna, indica que "na Constituinte Mineira sobressaiu sua figura oracular. A sua palavra era a última. Impunha o seu respeito em face do conteúdo de suas propostas" (SILVA, 2012, p.182). A nova Constituição do Estado derivou, de modo significativo, de suas ideias: "o projeto previa conferir maior autonomia aos municípios, garantindo-lhes rendas extras. Recomendava a construção de uma nova capital para o estado, previa uma estrutura bicameral e o fortalecimento do Judiciário" (VISCARDI, 2015, p.4032).

Importa salientar a atuação de Affonso Penna nas discussões sobre a autonomia financeira municipal e sobre a transferência da capital mineira para uma nova localidade. A autonomia financeira municipal foi debatida considerando o equilíbrio econômico mineiro. Houve uma cisão entre os políticos mineiros em torno dessa discussão. O grupo liderado por Affonso Penna apoiava a autonomia municipal materializada pelo voto e na não intervenção do Estado. Para eles, a medida era imprópria para o desenvolvimento socioeconômico municipal, devido à

> carência de recursos com que a maioria dos municípios teria de lutar para atender aos encargos que a Constituição Estadual lhes transferia. Recorrendo ao quadro dos impostos arrecadados em diversos municípios, concluía que nem a quarta parte dos municípios ficaria com os recursos necessários para atender aos novos encargos. Sua concepção era a de que a discriminação das rendas sem um estudo profundo viria a acentuar o desequilíbrio econômico interno, complicando ainda mais o problema da unidade política. Para os representantes da Mata, a questão da independência financeira dos municípios era considerada vital a seus interesses e base para a efetiva concretização da autonomia municipal, princípio que informara a ideologia republicana. (RESENDE, 1982, p.72)

Affonso Penna, na 24ª sessão ordinária do Senado Mineiro, em 05 de agosto de 1891, explicou que a organização do regime de autonomia municipal não era um projeto exclusivo do Partido Republicano, sendo também defendido pelos Partidos Liberal e Conservador desde o regime imperial. Em defesa de suas ideias, fundamentava sua argumentação sobre os planos de organização municipal instituídos na Espanha, Áustria e EUA. Seu discurso também abordava o problema das terras devolutas, propondo que essas propriedades deveriam ser utilizadas pelo município e seus distritos para se edificarem construções necessárias à atividade pública, a

exemplo de escolas, hospitais etc., e para gerar renda – conforme vislumbrado na experiência dos EUA (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.238).

Em oposição, o grupo liderado por João Roquete, Otavio Esteves Otoni e David Campista, políticos representantes da Zona da Mata, defendia a autonomia municipal baseada na autonomia financeira. A solução dessa querela foi deliberada em prol da conciliação entre estes grupos políticos, concedendo aos municípios a faculdade de gerar novas fontes de renda e prorrogando a questão da autonomia financeira para ser decidida no Congresso Legislativo. No Congresso Mineiro, Affonso Penna foi voto vencido com aprovação do plano de organização municipal pleiteado pelo grupo de João Roquete.

Maria Efigênia Lage de Resende também indica que a escolha da localidade da nova capital foi alvo de disputas acirradas entre os políticos mineiros, embora tenha sido na época uma aspiração bastante generalizada. A partir das considerações da autora, destacamos o projeto de Affonso Penna, entre os diversos posicionamentos, reunidos em torno da divisão entre *mudancistas* e *antimudancistas*. Apesar de *mudancista*, ele alinhava-se entre os que recusavam o arraial de Belo Horizonte para sediar a nova capital. Defendida, desse modo, a mudança da capital para o planalto de Santa Bárbara do Mato Dentro, no vale do Rio Doce. Na sua concepção, era preciso

> promover o desenvolvimento do norte e leste. Falando na necessidade de ligar essas regiões ao Espírito Santo, explicitava a ideia e uma solução para a economia do Norte, no mesmo esquema que imperava na Mata, no Sul e no Triângulo, economia voltada para os centros exportadores. [...] Conhecedor da realidade mineira, via na localização uma forma de favorecer o enquadramento da Região Norte num esquema exportador similar ao da Mata e Sul. [...] Para Affonso Penna, a nova capital poderia vir a ser o fator de correção do desequilíbrio econômico interno e, em última instância, de promoção da unidade política. (RESENDE, 1982, p.76-77)

A resolução desta questão também foi de cunho moderado, atendendo ao apelo dos *mudancistas*, mas deixando para o Congresso Mineiro decidir sobre a efetiva localidade da nova capital. Ressaltamos que, durante o mandato de senador estadual, preocupou-se em tornar o Poder Judiciário mais forte e mais democrático no Estado, por meio da instalação do concurso público. Em conjunto a esta ideia, Affonso Penna defendeu a organização da instrução pública, em especial do ensino profissional. Para ele, tratava-se de uma medida de múltiplos efeitos, que contribuiria, junto com a constituição do concurso público, para a promoção do progresso econômico e social. A ideia de promover o concurso público para o ingresso nos cargos públicos derivava do exemplo alemão, citado por Affonso Penna. Em seu discurso, destacava que os cargos públicos deveriam ser ocupados por indivíduos devidamente capacitados, de modo que

as provas fossem elaboradas para avaliar especificamente se o sujeito apresentava o conhecimento adequado para o tipo de função que buscava desempenhar (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.239).

Importa ressaltar que essa ideia estava ligada à discussão sobre a escolha da formação adequada para ocupar determinados cargos públicos, sobretudo os cargos de chefia da Secretaria de Obras Públicas do Estado. No Congresso Mineiro havia calorosa discussão sobre a formação do quadro técnico-administrativo destinado a esses cargos: para Affonso Penna e outros senadores as vagas deveriam ser preenchidas por engenheiros e, para outros políticos mineiros, os bacharéis em direito deveriam ter a primazia sobre estes cargos. Para Affonso Penna a proposta de inserir o engenheiro nos cargos de chefia e técnicos das secretarias de Estado de Minas Gerais, especialmente a destinada às obras públicas, enquadrava-se no ideal de modernização, que percebia na engenharia a profissão do futuro[37].

Podemos observar essas ideias contidas na fala do Senador Camillo de Britto, ao se afirmar como amigo "da auspiciosa classe dos engenheiros; que têm mantido os créditos científicos do Brasil no Estrangeiro, dedicada aos progressos materiais, a principal impulsora da produção e da riqueza" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.226). O senador Costa Sena também defendia que os quadros em questão fossem ocupados por engenheiros, conforme elucidou em discurso:

> Quando propus que o oficial maior e os chefes de secções da Secretaria da Agricultura fossem engenheiros, não fui levado pelo espírito de classe, mas pela convicção de que estou de acordo que assim será melhor consultado o interesse público [...] É necessário que cada indivíduo se ocupe de assuntos que estejam de acordo com seus estudos especiais, com as matérias de sua profissão. [...] O que eu quero é que os cargos sejam confiados a quem tenha responsabilidade de seus atos, por conhecimentos profissionais. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.230-231)

[37] Moysés Kuhlmann Jr. afirma que a Engenharia, o Direito e a Medicina se apresentam como as principais áreas de onde provêm os intelectuais que participam de processos nos quais se desenvolve a delimitação de novos campos de especialidade e de atuação científica, social e política (KUHLMANN Jr., 2010, p.179). Segundo a análise de Lilia Moritz Schwarcz sobre os homens da engenharia, do direito e da medicina, há uma "querela – mais ou menos formalizada – acerca de áreas de saber, de projetos profissionais, ou mesmo formas diversas de conceber o país" (SCHWARCZ, 2012, p.249). Os bacharéis em direito, nesse sentido, se apresentam como os *homens de ciência* capazes de dirigir e determinar os destinos e os problemas da nação – considerando-se como os grandes intelectuais da sociedade. Os médicos também disputavam o privilégio de governar os destinos da nação se arrogando como os mais aptos para "curar um país enfermo, tendo como base um projeto médico-eugênico, amputando a parte gangrenada do país, para que restasse uma população de possível *perfectibilidade*. O homem de direito seria um assessor que colocava sob a forma de lei o que o perito médico já diagnosticava e com o tempo trataria de sanar" (SCHWARCZ, 2012, p.249). Os engenheiros, uma classe em menor número em contraste com os bacharéis em direito, também se viam como os condutores da sociedade para implantar a civilização (KUHLMANN Jr., 2010, p.182). Sob a perspectiva das ideias positivistas, ancoravam seus discursos para legitimar sua posição de preponderância na hierarquia social, como categoria intelectual com as prerrogativas necessárias para desenvolver o progresso e a modernidade na sociedade. Sobre as práticas e posturas dos profissionais de cada área na capital federal, bem como as disputas entre elas, ver também Edmundo Campos Coelho (1999).

A instituição desse projeto, na concepção de Affonso Penna, auxiliaria no combate da prática que ele denominou *empregomania*, que já vinha combatendo nas hostes do regime imperial. Segundo sua definição, *empregomania* significava a busca pela colocação em empregos públicos, constituindo um excesso de funcionários a consumir o erário público – incapazes de gerar recurso ou desenvolvimento econômico e social. O termo foi usado também pelo senador Silviano Brandão, que afirmou ser a *empregomania* "tendência para empregos públicos, que se nota em nosso país" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.557). Destaca-se um discurso de Affonso Penna, no qual aponta a instalação do ensino técnico como uma das principais soluções para este problema, além de promover o progresso no estado:

> A *empregomania* é uma moléstia endêmica no nosso país. Qual é a instrução que os pais dão aos filhos? Mandam-nos para as faculdades de direito, de engenharia e de medicina, e muitos deles só esperam a colocação em empregos na administração pública, esterilizando assim muitas atividades. Penso que, estabelecendo-se a educação técnica, vai se solicitar a atenção dos pais para dirigirem a carreira de seus filhos no sentido de cursarem os institutos técnicos. Isto daria o seguinte resultado: depois de terem os moços adquirido os conhecimentos das matérias professadas nesses institutos, em vez de dirigirem suas atividades para os empregos públicos, hão de empregá-las nas indústrias mais importantes do Estado, como sejam a agrícola, a extrativa e a manufatureira. Embora solicitados pelo engodo dos empregos os pais mandarão seus filhos para os institutos profissionais, e teremos em resultado a formação de grande número de mineiros preparados para entrarem na luta pela vida, com os conhecimentos das ciências práticas, cooperando assim para o progresso do Estado. (Affonso Penna. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.296)

Observamos também que parte significativa de seu trabalho era destinado a apoiar a expansão da rede ferroviária no estado. Foi um dos defensores da construção de ferrovias em Minas Gerais, o que entendia ser parte de seu compromisso com a melhoria da situação econômica do Estado. Em seu argumento, as ferrovias correspondiam a meios eficazes de transporte e escoamento de mercadorias, especialmente do café – uma das principais produções econômicas de Minas Gerais. A ferrovia simbolizaria a chegada da modernidade por onde passasse, interligando as cidades do interior aos centros urbanos e, por isso, promovendo a difusão das noções de cultura e civilidade a estas localidades.

A fragilidade da estrutura do governo mineiro, marcada pela luta interna entre os grupos políticos, pode ser observada na presidência de Cesário Alvim. A alteração do regime não significou a ascensão do grupo republicano mineiro, sendo que a presidência do Estado foi ocupada por um Republicano não-histórico, egresso das fileiras liberais. Segundo Maria Efigênia Lage de Resende, os republicanos detinham menor força numérica e, à época, já eram

um grupo dividido. A autora demonstra que, por isso, o movimento republicano não estava habilitado para se incumbir da liderança política do Estado (RESENDE, 1982, p.56).

1.1.5. Um nome de talento e prestígio para a Presidência do Estado

O golpe político, de 03 de novembro de 1892, realizado pelo presidente nacional Deodoro da Fonseca traria importantes repercussões na política mineira e na trajetória de Affonso Penna, que renunciou ao seu cargo no Senado Mineiro. O contragolpe elaborado por Floriano Peixoto, em 23 de novembro do mesmo ano, criou o momento propício para que se articulasse a deposição de Cesário Alvim. Temeroso de maior caos político, Alvim renunciou ao seu mandato em 17 de fevereiro de 1892. O problema da sucessão surgido repentinamente, segundo Maria Efigênia Lage de Resende, e em meio a uma crise política nacional, impediu que o processo eleitoral fosse disputado (RESENDE, 1982, p.81). Para evitar maiores desgastes, os grupos políticos mineiros deliberaram por uma solução que garantisse a ordem no estado.

Assim, o Congresso Mineiro, ao tomar uma posição partidária, lançou a candidatura de Affonso Penna à presidência do Estado como sucessor natural de Cesário Alvim, considerado o mais qualificado para retomar a estabilidade política mineira: "nome de talento e prestígio nacionais, tido como capaz de fazer a política larga dos princípios e tornar a política mineira infensa aos desmandos do poder central" (RESENDE, 1982, 81). Sua eleição, portanto, derivou de uma conjuntura que reivindicava a conciliação interna e a afirmação de autonomia em face da União. Affonso Penna, em declaração a seus eleitores, anunciou-se opositor da "força crescente do poder central e afirma como necessidade inadiável a efetiva concretização do sistema federativo em bases sólidas" (RESENDE, 1982, p.81-82).

Durante o período que governou, entre os anos de 1892 e 1894, conforme as recordações de Balmaceda Guedes, realizou significativos feitos em diversos setores da administração pública, destacando-se a criação da Faculdade Livre de Direito, em Ouro Preto, a mudança da capital do Estado, as políticas direcionadas à instrução pública e à instalação de ferrovias (GUEDES, 1977). Saudada como acontecimento de importância capital para Minas Gerais, a instalação da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais – a terceira instituição fundada no país segundo Balmaceda Guedes (1977, 44) – pode ser considerada como um dos mais importantes empreendimentos realizados por Affonso Penna. Representava um dos primeiros frutos na promoção do campo intelectual na ciência jurídica e materializava,

associada ao discurso do progresso e da modernidade, as antigas aspirações dos mineiros (ARNAUT, 1997, p.14-29).[38]



Figura 03: Affonso Penna. Retrato feito no Rio de Janeiro e reproduzido da Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini, nº 670, de 1894. Coleção Plínio Doyle. (LACOMBE, 1986)

Sob a liderança de Affonso Penna, prosseguiu-se ao trabalho de arrecadação de fundos para construção do patrimônio da faculdade. Sua influência como presidente do Estado possibilitou o apoio financeiro do poder público à instituição, derivado de subvenções fornecidas pelo governo. Luiz Arnaut destaca que a ligação entre "o poder local, a Faculdade e a Presidência do Estado, concretizada nas comissões, possibilitou a troca de prestígio e legitimidade política entre os envolvidos" (ARNAUT, 1997, p.14). Pois atender ao pedido e à liderança de Affonso Penna significava atender ao pedido partido do poder central do Estado de Minas Gerais.

Considerada como um dos elementos do progresso, a faculdade era percebida como um dos lugares de produção e de enunciação de legislação e de ciências jurídicas; entendida como "um dos centros privilegiados da formação dos intelectuais destinados à cooptação pela burocracia estatal" (WOLKMER, 2015, p.97). Observamos que a Academia de Direito está imbricada no jogo da política mineira como ponto de origem de apreensão, produção e

[38] Conforme Balmaceda Guedes, a criação de uma faculdade de direito em Minas Gerais partiria da necessidade de se fixar os jovens mineiros em sua terra. Parte da justificativa da criação da instituição referia-se à comodidade dos jovens poderem buscar ensino na capital do Estado, em vez de matricularem-se nas escolas de São Paulo ou de Recife (GUEDES, 1977, p.46).

reprodução de ideias e teorias no campo do direito, mas não só. Além da afirmação do direito científico na sociedade, Affonso Penna procurou formar os futuros sujeitos que ingressariam nos quadros políticos-administrativos do estado mineiro.

A instituição contribuiria para o engrandecimento moral e a construção da sociedade mineira sobre as bases da civilidade, ao "preparar as bases e impulsionar a civilização e grandeza de um povo, no período histórico de sua formação, de seu desenvolvimento" (PENNA, Affonso, 1891 *apud* ARNAUT, 1997, p.21). Seu fundador e principal patrocinador nos fornece uma descrição esclarecedora sobre os princípios e objetivos que nortearam a criação da Faculdade Livre de Direito no Estado:

> Sobre os cultores dessa nobre ciência do direito pesou grande responsabilidade pela sua influência nos destinos da sociedade, sendo cercados de grande autoridade tanto entre os povos de costumes simples e primitivos, como nos de civilização adiantada. [...] A evolução histórica dos povos corresponde sempre o aparecimento de instituições jurídicas, de regras imperativas consoante à garantia das manifestações da atividade social e progresso da civilização.
> [...] Com a transformação radical da forma de governo operada pela revolução de 15 de novembro, havíamos entrado em pleno período de elaboração do direito. O desmoronamento da Constituição do Império, com a ordem de coisas que ele regia, trouxera alterações profundas nos órgãos da vida pública nacional, cujas consequências não afetavam apenas o ramo do direito constitucional e administrativo, como à primeira vista poderia parecer, mas ainda as próprias relações de ordem civil da sociedade brasileira. [...] Acrescente-se a isto que nos achamos em plena reconstrução política e administrativa, que os órgãos da vida governativa sofrem modificação radical em todas as suas rodas internas e externas, com consequência da mudança de forma de governo [...].
> [...] Estado extenso e populoso, como é o de Minas, rico de tradições, onde é largo o campo para os cultores das letras jurídicas quer na elevada carreira da magistratura, quer na nobre carreira da advocacia e da administração, tornava-se indeclinável a criação de uma Faculdade de Direito, onde a mocidade mineira pudesse instruir-se, sem precisar transpor os limites da sua terra natal.
> [...] Tarefa sem dúvida espinhosa e arriscada foi daqueles que, olhando mais para a nobreza do cometimento do que para as dificuldades de o realizar, tomaram a si a criação de uma Faculdade de Direito. A ideia, porém, patrioticamente amparada pela generosidade do povo mineiro, converteu-se em esplêndida realidade, e vai produzindo sazonados frutos. (PENNA, Affonso *apud* GUEDES, 1977, p.44-46).

Conforme Affonso Penna, era preciso criar uma instituição de ensino de direito capaz de acompanhar o pensamento da época. Buscar a modernidade e a civilização correspondia a realizar e acompanhar as mudanças da ciência do direito, irradiadas pelos núcleos sociais *adiantados*. Para o político, atender às novas demandas da sociedade significava compreender que

> a rapidez e multiplicidade das operações e relações industriais e comerciais diariamente efetuadas por intermédio desses dois agentes físicos, postos ao serviço do homem pela ciência moderna, exigem regras novas, que não podem ser encontradas em simples exame teórico da questão, e antes devem ser procuradas na vida prática,

> no contraste das opiniões, na investigação dos fatos, na crítica dos competentes, no estudo dos pleitos judiciais.
> O Estado e sua organização – eis o grande problema do dia, que absorve a atenção dos pensadores e estadistas, quer nos governos livres, quer nos autoritários: tal é o progresso da democracia. O bem-estar dos povos é preocupação dos governantes, nos tempos hodiernos. Não se trata de pesquisas teóricas, de discussões acadêmicas, como no século XVIII, e sim, de uma ciência positiva, prática. (PENNA, Affonso. Editorial para Revista Científica da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, Vol. 01, Nº 01, 1894, *apud* GUEDES, 1977, p.45).

Assim, Affonso Penna foi eleito o primeiro diretor da instituição; cargo que exerceu ininterruptamente até sua morte. Diretor e político, ele também ocupou o cargo de professor na cadeira de Ciências das Finanças e Contabilidades do Estado (DIAS, 2000, p.197). Legitimando a notoriedade da instituição, ressalta-se que outros políticos mineiros também ocuparam cargos de lentes em seu quadro. Pela disciplina com que exercia, concomitantemente, os cargos de diretoria, de professor e de presidente do Estado, Affonso Penna conquistou a admiração entre seus pares. Na descrição de Balmaceda Guedes, podemos verificar sua rotina de trabalho e a relevância que designava ao ensino do direito:

> Assumindo ele a direção da nova Escola e não obstante os compromissos do cargo de presidente do Estado, pusera-se na primeira trincheira e, dentro em pouco, estaria descendo as escadas do Palácio para dar aulas, no mesmo nível e com a mesma diligência dos mais zelosos mestres –, o professor Mário Casassanta assegura-nos que, entre os grandes serviços que o Conselheiro prestou ao Estado, "nenhum levaria vantagem a esse de haver fundado uma Escola, em que pôs todas as suas complacências". Depois, o atual mestre de Constitucional continua admitindo que a obra de Affonso Penna resultado de sua imensa preocupação com o problema da formação humana, "deixando-nos um legado de homens que nos honram pela quantidade e pela qualidade". [...] Como fundador e diretor da nossa Faculdade de Direito, esforçava-se para que tudo decorresse dentro das linhas da ciência jurídica, já que Direito supõe ordenamento, normas, limites, senso de justiça e compreensão do valor de rito. [...] Uma Faculdade de Direito, consoante a concebia Affonso Penna, tinha de ser, por sua própria organização e funcionamento, uma instituição reetriz em que o regimento, o regulamento e as leis fossem rigorosamente observados, pois não é de esperar que os moços que se preparam para o estudo e a aplicação das normas jurídicas alcancem essa difícil aprendizagem, fazendo tábula rasa das normas simples que configuram uma escola. Com o seu propósito de seriedade e de juricidade, Affonso Penna procurou cercar-se sempre dos mais ilustres espíritos de seu tempo e de seu meio, e, o que é mais, não lhes dava descanso. Convocava-os, constantemente, estimulava-os, abria-lhes oportunidades, obrigava-os a estudar e a produzir, indo ao extremo de assistir-lhes às aulas. (GUEDES, 1977, p.42-43)

O empenho nesse ofício derivava da interpretação e da importância que o político imprimia à faculdade. E é como político que podemos destacar sua gestão em relação à mudança da capital de Estado. Para tal projeto, nomeou o engenheiro Aarão Reis para examinar qual

melhor localidade para se instalar a "Cidade de Minas".[39] Belo Horizonte foi a localidade escolhida para abrigar a nova capital do Estado, cujas obras de construção de prédios públicos, vias de transporte e praças foram concluídas em 1897, ano da inauguração da nova capital. A construção da localidade que, a princípio, chamava-se Cidade de Minas, foi impulsionada por Affonso Penna, que não poupou recursos do erário público para a conclusão desse empreendimento. A construção da capital, na concepção dos políticos mineiros, acima das vantagens econômico-desenvolvimentistas que poderia trazer ao estado, derivava dos anseios de incluir Minas Gerais no rol nas nações modernas.



Figura 04: Em Belo Horizonte: Affonso Penna num grupo em que se vêem, entre outros, Francisco Sales e Afonso Pena Júnior. (LACOMBE, 1986)

Embora não seja foco deste trabalho discutir sobre a construção da capital mineira conforme as noções de progresso e modernidade, importa refletirmos como a cidade moderna era percebida na acepção dos políticos mineiros, considerando que o impulso da construção da nova capital mineira foi concretizado durante o governo de Affonso Penna. Isto posto, destacamos que, à época, a cidade era vislumbrada como "o símbolo mais visível – e por isso mais imitável – do que significa progresso" (GOODWIN Jr., 2015, p.48). Ángel Rama afirma que "a transladação da ordem social a uma realidade física, no caso da fundação de cidades, implicava o desenho urbanístico prévio, mediante as linguagens simbólicas culturais sujeitas à concepção racional" (RAMA, 2015, p.25).

De acordo com Eliana de Freitas Dutra, o traçado e a instalação de equipamentos urbanos deveriam seguir os modelos da arquitetura moderna, vislumbrados nas cidades

[39] O Arraial de Belo Horizonte foi escolhido para sediar a nova capital do Estado, recebendo o nome de Cidade de Minas. Porém, o nome mais utilizado para designar a capital continuou sendo Belo Horizonte. Em consequência, no ano de 1900, na 51ª Sessão Ordinária de 24 de agosto, foi aprovado, pelo Senado Mineiro, o Projeto Nº41, que tornou oficial a designação de Belo Horizonte para a nova capital do Estado de Minas Gerais (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1900, p.187).

europeias (DUTRA, 1996). Reforçando esse argumento, Letícia Julião informa que "construir uma cidade moderna [era] praticamente copiar um repertório urbanístico em voga no estrangeiro" (JULIÃO, 1996, p.54). Os políticos mineiros buscavam, com a edificação da Cidade de Minas, inscrever a capital mineira num ciclo de cultura universal. O traçado urbano, a remodelação do espaço, os melhoramentos sanitários, os equipamentos e os aparelhos tecnológicos representavam o sonho de uma ordem "que servia para perpetuar o poder e conservar a estrutura socioeconômica e cultural que esse poder garantia" (RAMA, 2015, p.28).

Sob a perspectiva do progresso, da modernização e da civilização, o governo de Affonso Penna "antecipou a reforma que Pereira Passos conduziu no Rio de Janeiro" (GOODWIN Jr., 2015, p.65). A comissão para a construção da capital, liderada por Aarão Reis e depois por Francisco Bicalho, recorreu aos modelos e "experiências que haviam sido desenvolvidas na Europa, ao longo do século XIX, e que se difundiam para os países periféricos" (JULIÃO, 1996, p.54). Desse modo, podemos considerar que o planejamento da construção da Cidade de Minas revela um modelo cultural-operativo.

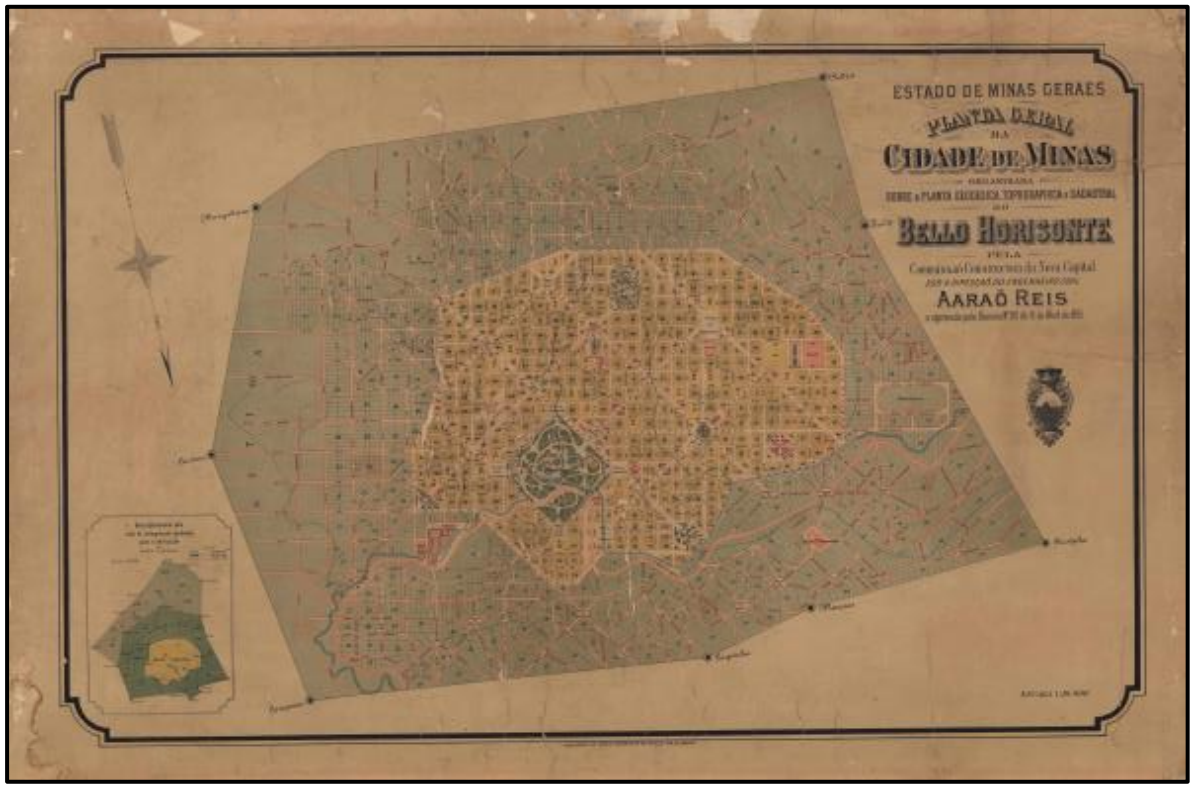


Figura 05: Planta geral da Cidade de Minas, vulgarmente conhecida por Belo Horizonte, futura capital do Estado mineiro. Autoria: Comissão Construtora da nova capital, projeto de Aarão Reis. Ano do mapa: 1895. Fonte: Arquivo Público Mineiro. IN: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=92, acessado em 10/05/2015.

Para Ángel Rama, esse planejamento, sob o pretexto da neutralidade, revela "o marco ideológico que valoriza e organiza essa realidade, autorizando todo tipo de operações intelectuais" (RAMA, 2015, p.27). A capital mineira correspondia, nas expectativas dos políticos mineiros, à chegada do progresso em Minas Gerais. Para isso, era preciso organizar o traçado de sua construção, com ideais ancoradas na lógica sanitarista, principalmente. O Estado assumia, portanto, um forte papel de intervenção na sociedade mineira, a fim de promover o progresso e o engrandecimento do Estado.

O poder público também manteve uma postura de intervenção na organização econômica desde a gestão de Cesário Alvim. Affonso Penna recebeu de seu antecessor uma gestão financeira favorável, cuja arrecadação possibilitou a ampliação das estradas de ferro e a instalação de instituições de ensino pelo território mineiro (LACOMBE, 1986, p.154). Sustentando uma postura econômica protecionista, ele instituiu a taxação de produtos estrangeiros importados como meio de subsidiar a produção nacional (VISCARDI, 2015). Como parte de sua defesa da imigração como meio de estabelecer no território mineiro mão de obra qualificada, recusou a vinda de chineses e promoveu a imigração europeia, em especial alemã, em um projeto semelhante ao que fora feito nos Estados Unidos da América.[40]

Cabia, portanto, ao Estado realizar a modernização e o progresso mineiro, percebido no pensamento político regional como o único ente capaz de promover o desenvolvimento econômico e social (DULCI, 1999). Raymundo Faoro destaca que o Estado atua como um tutor, estando "presente a tudo e que a tudo provê", centralizando e incentivando o desenvolvimento econômico e político – fundando uma sociedade à sua feição, a feição que os grupos políticos entendem como propícia ao progresso e à modernidade (FAORO, 2012, p.450). O autor elucida que

> a intervenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado autoriza o funcionamento de sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferros e portos, assegura fornecimentos e garante juros. (FAORO, 2012, p.496)

[40] Viscardi descreve que "apesar dos esforços governamentais realizados para esse fim, o número de imigrantes que foram trazidos para Minas foi bem menor do que daqueles que migraram para outros estados brasileiros. Por um lado, o relativo fracasso da experiência pode ser explicado em razão dos baixos salários pagos no estado e do seu sistema de parceria, que não atraía muito os imigrantes" (VISCARDI, 2015, p.4034). Conforme Lilia Moritz Schwarcz, "amplamente amparadas nas teorias do darwinismo social e nas noções do determinismo racial, a imagem do imigrante europeu associava-se à ideia do *melhoramento*, seja pelo branqueamento da população, seja a partir da divulgação ampliada de um *éthos* de trabalho", por isso a recusa de imigrantes de origem oriental (SCHWARCZ, 2012, p.36). De acordo com Américo Lacombe, Affonso Penna fez oposição ao governo imperial ao combater a ideia da imigração de colonos chineses (*coolies*), que julgava – segundo suas palavras – "ser a introdução de mais um elemento deletério aos muitos que se encontram em nosso país"; o que contribuiria para a *decadência da raça* (LACOMBE, 1986, p.61).

A prática de concessões foi bastante utilizada durante o governo de Affonso Penna, especialmente para construção de ferrovias. Em seu governo, foram consolidadas a organização administrativa e judiciária (LACOMBE, 1986, p.181). Ressalta-se que sua gestão, desvinculada da prática de sujeitar postos políticos à escolha das oligarquias partidárias, contou com a participação de "jovens de talento": Silviano Brandão (secretário do Interior); Justino Ferreira Carneiro (secretário de Finanças) e David Campista (Secretário de Agricultura e Obras Públicas). Por priorizar o conhecimento técnico para o preenchimento do quadro administrativo do Estado, Affonso Penna, de acordo com Américo Jacobina Lacombe, agia ao contrário de tantos políticos "que gostam de cercar-se de nulidades para não serem ofuscados" (LACOMBE, 1986, p.182).

Em comentário sobre seu governo, Affonso Penna revelou seu entendimento sobre a política econômica a David Campista, em carta datada de 8 de outubro de 1895, ao afirmar que é "dever do Estado impulsionar o progresso da riqueza pública como meio de aumentar os próprios recursos, fazendo a felicidade dos particulares" (*apud* LACOMBE, 1986, p.207). Ressaltamos também a análise da gestão de Affonso Penna, no período que ocupou a presidência do Estado, realizada por Maria Efigênia Lage de Resende, na qual podemos verificar sua postura independente em relação aos agrupamentos políticos, descomprometida com interesses eleitoreiros:

> A firmeza e o prestígio de Affonso Penna não tardaram em estabelecer as relações de Minas com a União em novas bases. O apoio ao governo de Floriano Peixoto é estabelecido com a contrapartida de o governo federal nada fazer de encontro à opinião de Affonso Penna. Na decretação do Estado de sítio em decorrência da Revolta da Armada, Minas não foi atingida, tornando-se por isso mesmo abrigo de perseguidos políticos. Longe de fazer uma política de subserviência, Affonso Penna apoia Floriano Peixoto em nome da ordem e condena o militarismo manifesto nas pretensões dos chefes do Exército ou da Armada de se constituírem em árbitros da nação. Declara formalmente, e por várias vezes, que seu único compromisso com a República era o de ter sido chamado a colaborar em sua organização, deplorando a Revolução de 1889, que dava lugar a que as classes armadas se constituíssem depositárias do poder. (RESENDE, 1982, p.81-82)

Antes de deixar seu posto, era preciso que indicasse um sucessor para a presidência do Estado. Para Affonso Penna, era primordial evitar que a próxima eleição para o governo de Minas Gerais se tornasse uma disputa entre grupos políticos. Era necessário garantir a estabilidade alcançada em seu governo. Sua moderação definiu a escolha de um candidato que estivesse desvinculado do grupo de Cesário Alvim e dos republicanos históricos, ou jacobinos, mas que fosse próximo dos ideais republicanos (RESENDE, 1982, p.103). Bias Fortes foi

aclamado como sucessor de Affonso Penna para a presidência do Estado, percebido como sujeito capaz de estar acima dos grupos partidários, mantendo a política do governo anterior e subjugando as divergências que vinham enfraquecendo a representação mineira no Congresso Nacional (RESENDE, 1982, p.103).

Após deixar o cargo, esteve pouco tempo afastado da atuação na política. Com a vitória de Prudente de Morais nas eleições presidenciais, Affonso Penna aceitou o convite de ocupar o cargo de presidente do Banco da República, principal estabelecimento bancário da época, no qual permaneceu entre 1895 e 1898, trabalhando em parceria com Rodrigues Alves, então Ministro da Fazenda. Os dois realizaram uma série de reformas econômicas, com objetivo de solucionar a crise financeira do país, após a instituição da política econômica idealizada por Rui Barbosa, antigo Ministro da Fazenda, que ficou conhecida por "*Encilhamento*" por seus críticos e pela imprensa.[41] Essas medidas buscavam a recuperação do crédito nacional e o estabelecimento da contenção dos gastos públicos e da valorização da moeda, vinculadas a uma plataforma ainda mais protecionista (VISCARDI, 2015, p.4034).

Na gestão da presidência nacional de Campos Sales, entre 1898 e 1902, foi designado, em 1899, para presidir a Comissão Industrial de Minas Gerais – instituição criada com objetivo de desenvolver a indústria extrativa do estado. O relatório de conclusão da comissão definia que era necessário o investimento estatal com a finalidade de modernizar a maquinaria, diminuir os custos com fretes na zona metalúrgica do estado e construir estradas de ferro para facilitar o transporte do minério (GUEDES, 1977). Para que tais medidas fossem aplicadas, na concepção de Affonso Penna, era preciso promover uma parceria entre o capital estatal e estrangeiro, meio de viabilizar o crescimento do setor. Em 1900, foi designado Presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, onde poderia conciliar de forma mais tranquila seu trabalho no poder público com a atividade de lente na Academia de Direito de Minas Gerais.

[41] Encilhamento foi o nome dado ao Plano Econômico de Rui Barbosa, que resultou numa das maiores crises econômicas da Primeira República. Rui Barbosa assumiu o Ministério da Economia durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca, promovendo uma política econômica que visava solucionar a falta de dinheiro circulante no país. Seu plano, à época, foi considerado ousado, consistindo no abandono do lastro-ouro, na ampliação das emissões de papel moeda e alteração do regime das sociedades econômicas. Como consequência, ocorreu a desvalorização do réis, seguida por um surto inflacionário, provocada pela injeção excessiva de dinheiro na economia. A desvalorização da moeda, por sua vez, gerou o fechamento de várias empresas e a falência de diversos investidores. A facilidade de créditos, sem a devida fiscalização, possibilitou que os recursos a serem investidos fossem desviados de sua finalidade legal. Este período foi marcado pela intensa especulação no mercado das ações. Empresas-fantasmas, após a obtenção de créditos e o fechamento de suas portas, continuavam negociando suas ações na bolsa de valores. Para saber mais, ver Warren Dean (2002), Boris Fausto (1989); Raymond W. Goldsmith (1986).

1.1.6. Um Conselheiro Imperial na Presidência da República



Figura 06: Affonso Penna e Nilo Peçanha ao prestarem o compromisso constitucional e tomarem posse, respectivamente, como Presidente e Vice-presidente da República, perante o Congresso, em sessão presidida por Rui Barbosa, na qualidade de Vice-presidente do Senado. (Revista Kosmos, novembro de 1906 *apud* LACOMBE, 1986)

Para as eleições de 1906, Minas Gerais se articulou a outros estados com o intuito de quebrar a hegemonia paulista na presidência nacional. A coligação, fundada em 1905, que recebeu o nome de "Bloco", reuniu os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro, em torno da candidatura de Affonso Penna (RESENDE, 1982). Conforme Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro, o Bloco "era uma aliança contraída entre os chefes republicanos para acabar com o poder, reconhecido até ali, de os presidentes instituírem seus sucessores" (SILVA; CARNEIRO, 1983, P.26). Sua plataforma de governo foi apresentada no dia 12 de outubro de 1905 no Cassino Fluminense, no Rio de Janeiro. A chapa teve Nilo Peçanha (RJ) como vice-presidente, e foi eleita para governar o Brasil de 1906 a 1910, com 97,9% dos votos e a participação de 1,4% de votantes; isto é, recebeu 288.285 votos (SILVA, 2012, p.183).[42]

[42] O sistema eleitoral brasileiro, por meio do inciso 22 do Artigo 23 da Constituição de 1891, estabelecia como atribuição exclusiva do Congresso Nacional regular a eleição para os cargos federais em todo o país. A partir da República, foi abolida a exigência de renda para ser eleitor ou candidato. Votavam, de forma facultativa, apenas os homens maiores de 21 anos alfabetizados – o que reduziu significativamente o número de sujeitos aptos para votar. Os analfabetos (que representavam mais de 50% da população) eram proibidos de votar, de acordo com o decreto nº 06 de 19/11/1889, que reforçou tal condição instituída, já no Império, pela Lei Saraiva (BARREIROS NETO, 2009). As mulheres também não votavam. O presidente da república e seu vice eram escolhidos em pleitos

Antes de assumir o cargo, Affonso Penna fez uma viagem de três meses pelo país com o objetivo de conhecer melhor a realidade nacional. Segundo Américo Lacombe, percorreu mais de 21 mil quilômetros e visitou 18 do total de 20 capitais brasileiras, empreendendo uma viagem do Amazonas ao Rio Grande do Sul: "era a primeira vez que um estadista se preparava para assumir a chefia do Estado, entrando em contato direto com os governadores e com o povo do país que ia governar" (LACOMBE, 1986, p.320-322). O autor também indica que boa parte da escolha de seus colaboradores para governar resultou dos encontros com as novas lideranças nas várias regiões que visitou.

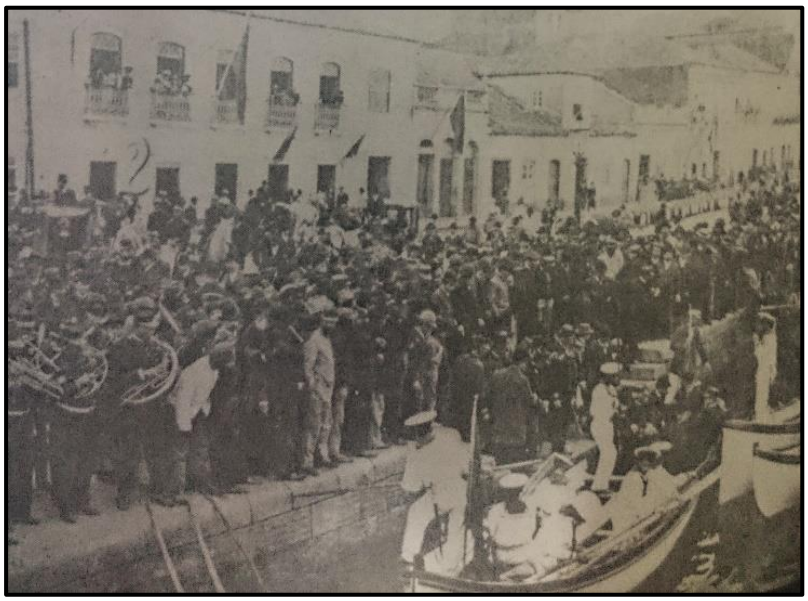


Figura 07: Visita ao Rio Grande do Sul: ao deixar a cidade de Rio Grande, Affonso Penna é transportado para bordo do navio em que viajou. (Revista Kosmos, outubro de 1906 *apud* LACOMBE, 1986)

diferentes, devendo alcançar a maioria absoluta dos votos. Caso isso não acontecesse, o Congresso deveria escolher entre os dois mais votados nas urnas. O mandato era de 4 anos, sem reeleição (BARREIROS NETO, 2009). Segundo Renato Lessa, "os primeiros anos republicanos se caracterizaram mais pelo vazio representado pela supressão de mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política" (LESSA, 2001, p.17). A definição do critério de alfabetização como elemento de qualificação dos que teriam direito a voto, nas palavras de Margarida de Souza Neves (2011, p.35-39), resultaria, como reforça José Murilo de Carvalho (2002, p.40), em eleições que representavam um ritual vazio, constituindo mínima a participação dos votantes e corrente a fraude eleitoral.

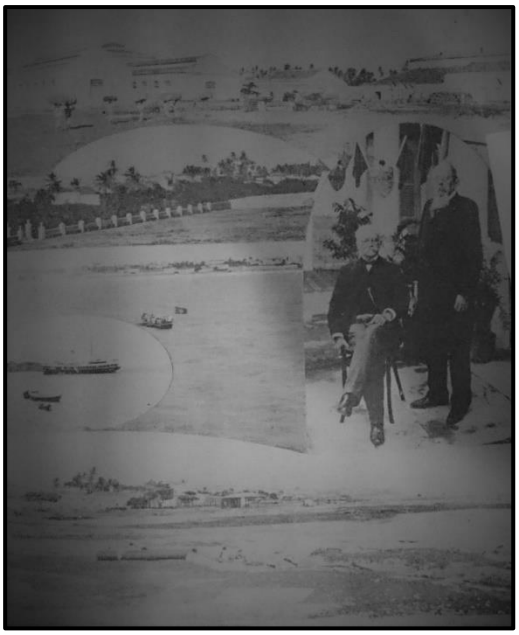


Figura 08: Visita ao Ceará: O presidente eleito, Affonso Penna, sentado, e a seu lado Accioly, Presidente do Estado. (Revista Kosmos de 1906 *apud* LACOMBE, 1986)

O ministério organizado por Affonso Penna recebeu a alcunha de "Jardim de Infância" pelas forças de oposição e pela crônica política da época. Era integrado por apoiadores muito jovens e ainda desconhecidos no cenário político da ocasião. Segundo Giovanni Stroppa Fanquin, os integrantes do ministério presidencial eram "identificados com a introdução dos valores de probidade e profissionalismo na gestão pública", de modo que seu trabalho resultou em conflitos com as tradicionais estruturas partidárias federais e estaduais (FANQUIN, 2007).



Figura 09: Caricatura representando o "Jardim da Infância" montado pelo gabinete do presidente Affonso Penna, publicada pela revista "O Malho", em 01 de junho de 1907. Fonte: Revista Nossa História, ano 03, nº30, abril de 2006.

Assim, David Campista ocupou o Ministério da Fazenda, Augusto Tavares de Lira ocupou o Ministério do Interior e Justiça, e Miguel Calmon Du Pin e Almeida ocupou o Ministério da Indústria e Viação. Exceto Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, Hermes da Fonseca e Alencar Faria de Alexandrino, ministros militares, e Rui Barbosa, ministro plenipotenciário em missão especial junto à Corte Internacional de Haia, os demais foram escolhidos "à revelia das lideranças oligárquicas consolidadas, boa parte delas responsáveis por sua própria eleição" (VISCARDI, 2015). Seguindo essa perspectiva, Affonso Penna nomeou Pedro Lessa para integrar o Supremo Tribunal Federal, na vaga de Lúcio Mendonça (SILVA, 2012).



Figura 10: O Gabinete Affonso Penna. Sentados (da esquerda para a direita): Alexandrino de Alencar, Hermes da Fonseca e o Barão do Rio Branco. De pé (no mesmo sentido): Tavares de Lira, David Campista e Miguel Calmon. (Revista Careta 15 de maio de 1909 *apud* LACOMBE, 1986)

De acordo com suas críticas em relação às formas rotineiras de recrutamento político, Affonso Penna escolheu seus ministros pautando-se em critérios mais técnicos e menos personalísticos. Conforme Américo Lacombe, "a preocupação do novo presidente, ao organizar seu ministério, foi precisamente não se deixar intimidar por nenhum grupo político ou Estado" (LACOMBE, 1986, p.356). Seu governo foi marcado pela busca por autonomia, ao tentar manter os grupos políticos sob seu controle, "num esforço conciliador que já se tornara marca de sua personalidade" (VISCARDI, 2015, p.4036).

Segundo Pedro Calmon, Affonso Penna demarcou seu posicionamento independente em discurso, pronunciado em 07 de setembro de 1906, ao afirmar que "os presidentes colocam-se por sobre os grupos, obedientes apenas à sua consciência. Foi o que se transformou num lema atribuído ao novo presidente: *quem faz a política sou eu*" (CALMON, 1959, p.2113). Conforme Américo Jacobina Lacombe, Affonso Penna buscava, com essas medidas, "*podar as*

garras de Pinheiro Machado e afastar a pretendida *tutela do bloco*, formando um ministério sem consultar ninguém" (LACOMBE, 1986, p.364).[43]

Affonso Penna empreendeu diversas realizações durante o período em que ocupou a presidência nacional. Durante seu mandato foi consolidado o Convênio de Taubaté, política de proteção ao café estabelecida no país durante a presidência de Rodrigues Alves. Tratava-se de uma política salvacionista para resolver a desvalorização do café, consequência de sua superprodução. Conforme Raymundo Faoro, esse programa resultou no "fortalecimento do poder central com o rígido controle das finanças estaduais, sobretudo na parte referente ao endividamento externo e aos compromissos estaduais" (FAORO, 2012, p.595).

Apesar de dar prosseguimento ao Convênio de Taubaté, Affonso Penna não era muito afeito ao acordo. De acordo com a carta enviada a Rodrigues Alves, em 23 de julho de 1907, afirmava não ser favorável à interferência do poder público no mercado; porém, devido à conjuntura de crise econômica, acreditava ser "completamente justificado o auxílio pedido, para se evitar uma catástrofe de enorme repercussão na economia nacional" (LACOMBE, 1986, p.382).

Seu governo também promoveu a manutenção da estabilidade cambial e o equilíbrio das finanças públicas, para a funcionalidade da Caixa de Conversão. Reorganizou o exército brasileiro, instituindo o alistamento militar obrigatório e a garantia do aumento contínuo do salário. A Marinha também foi reestruturada, por meio de seu reaparelhamento com a compra de novos navios. Criou o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (que

[43] Por meio do arranjo institucional de Campos Sales, o regime republicano no Brasil adquiriu uma rotina política, sendo retirado da condição de imprevisibilidade ou de instabilidade, que marcaram seus anos iniciais (LESSA, 1999). Campos Sales, em seu livro "Da propaganda à presidência (1908)", definiu o conchavo realizado em seu governo da seguinte forma: "outros deram à minha política a denominação de política dos governadores. Talvez tenha sido mais acertado se dissessem política dos Estados. Esta denominação exprimiria melhor o meu pensamento" (LESSA, 2007). Cristina Buarque de Hollanda analisa que, para o político paulista, um parlamento de cunho liberal, formado conforme as deliberações individuais e segmentado de acordo com as clássicas divisões político-partidárias seria incompatível com os propósitos de consolidação do regime republicano. Para a autora, "a principal motivação política de Campos Sales foi, portanto, a de opor um princípio de vertebração social a este ambiente desordenado. As instituições do liberalismo político constituíam, nesta perspectiva, um obstáculo ao andamento desejável da vida pública. O modelo de representação política que estruturou a cena republicana original baseou-se, portanto, num fundamento claramente antiliberal, avesso ao sistema partidário e aos demais instrumentos da democracia representativa liberal. Nesta matriz política, o objeto da representação eram as unidades federativas, e não o indivíduo ou o povo" (HOLLANDA, 2008, p.25-26). De acordo com Renato Lessa, "a nova institucionalização republicana proposta por Campos Sales evitava o fortalecimento das instituições representativas clássicas. A estabilidade, a seu juízo, derivaria de um acordo entre o governo nacional e os chefes estaduais. A lógica política do pacto oligárquico e a definição do governo como instrumento de administração podem, pois, ser enquadradas como sendo a busca por um princípio de ordem, um equivalente funcional do Poder Moderador" (LESSA, 2007). Affonso Penna, em seu discurso de 07 de setembro de 1906, revela uma postura de avanço nessa política inaugurada por Campos Sales, reforçando-a ao escolher os ministros e membros de sua equipe considerando sua capacidade profissional e técnica.

começou a funcionar concretamente após sua morte). José Anchieta da Silva ressalta que o presidente mineiro foi o "primeiro mandatário a estabelecer normas para a constituição de sindicatos livres, assinando em 5 de janeiro de 1907 o Decreto nº 1.637, inspirado na legislação francesa" (SILVA, 2012, p.184).

Em continuidade com seu compromisso com a promoção da imigração, promoveu uma política imigratória mais efetiva, a partir da criação de colônias que receberiam os estrangeiros para a produção específica de trigo e vinho no sul do país. A imigração japonesa para o Brasil recebeu significativo impulso do presidente, resultando, segundo Claudia Viscardi, na entrada de 781 mil imigrantes para trabalhar na cafeicultura paulista (VISCARDI, 2015, p.4037). A autora também estima que aproximadamente cem mil colonos se estabeleceram no Brasil ao longo de seu mandato. Para ele, a imigração estava relacionada ao desenvolvimento econômico e social da sociedade, sendo o imigrante a representação do elemento civilizador.

Para Steven Topik (1987), seu pensamento desenvolvimentista se devia ao fato de ser proprietário de minas e empresário industrial. Para esse autor, o governo de Affonso Penna representava uma fusão de tendências intervencionistas do Império com as novas realidades da República. Promoveu forte investimento na infraestrutura do país, a partir da construção de portos, de uma usina hidrelétrica e da expansão das redes ferroviárias e telegráficas (TOPIK, 1987). Estabeleceu diversas obras de saneamento básico, reorganizou o Instituto Manguinhos[44] e criou uma repartição internacional de higiene pública – como em outros países europeus. Em defesa de seu programa protecionista, é significativa a fala de Affonso Penna no banquete de 02 de outubro de 1905, para leitura de sua plataforma política, ao afirmar que

> nos tempos modernos a questão por excelência que preocupa a atenção dos governos, estadistas, assembleias, imprensa é a econômica. A teoria do Estado gendarme, simples mantenedor da ordem e distribuidor da justiça, teve seu tempo, encontrando poucos publicistas que a sustentem na sua pureza, e é positivamente desmentida pela política dos povos civilizados, sem exceção da Inglaterra. Outro é o conceito dominante: a alta missão do Estado abrange também cuidar do povo, exercendo sua ação benéfica em ramos de atividade social, desde que a iniciativa individual, sob suas diversas formas, se mostra impotente ou insuficiente. (PENNA *apud* MAGALHÃES, 1957, p.153)

Affonso Penna, entre os presidentes da Primeira República, foi o mais comprometido com o desenvolvimento industrial do país, apesar de não abandonar os interesses agrários ainda

[44] Em 1907, na cidade de Berlim, o Instituto Manguinhos recebeu a medalha de ouro do Congresso Internacional de Higiene e Demografia. Por consequência, tornou-se o Instituto de Patologia Experimental por meio do Decreto nº 1812, em 12 de dezembro de 1907, sancionado pelo presidente Affonso Penna. Destaca-se que em 19 de março de 1908 foi oficialmente adotada a denominação Instituto Oswaldo Cruz. (INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2000).

predominantes (VISCARDI, 2015). As viagens ao interior do país revelaram a necessidade de expandir o desenvolvimento econômico e social no Brasil. Tencionava buscar, a partir da expansão da rede ferroviária e instalação das instituições de ensino, especialmente, as de ensino profissional, civilizar todo o território nacional. Reforçando essa argumentação, Raymundo Faoro, ao analisar a política governamental realizada por Affonso Penna, nos fornece a seguinte descrição:

> O futuro presidente da República, o mineiro Afonso Pena, reprova o Estado gendarme, cuja morte celebra, certo de que a missão do governo "abrangia também cuidar do bem-estar e melhorar a condição de vida do povo, exercendo sua ação benéfica em razão da atividade social, desde que a iniciativa individual sob suas diversas formas, se mostrasse impotente ou insuficiente. Estimularia e ampararia o governo as atividades econômicas pela proteção alfandegária, introdução de imigrantes estrangeiros, desenvolvimento dos meios internos de comunicação. (FAORO, 2012, p.601)

Para os políticos, de modo geral, "o progresso material foi interpretado como condição primeira para superar-se o atraso e elevar o país" à condição de potência mundial (CAPELATO, 1989, p.29). Destarte, seu pensamento era aproximado ao de João Pinheiro que, à época, ocupava o cargo da presidência do Estado de Minas Gerais. Segundo Vinícius Azevedo Machado, João Pinheiro organizou um projeto político voltado para o progresso e para a recuperação econômica em que a educação do trabalhador, em especial a do trabalhador do campo, foi pensada como uma das estratégias para reorganização do trabalho e da modernização da economia mineira (MACHADO, 2010, p.15-16).

Affonso Penna chegou a cogitar seu nome para a próxima candidatura presidencial. Porém, a morte prematura do presidente do Estado de Minas Gerais abriu a vaga para sucessivas disputas nas bases de apoio do governo. Ele também não acompanharia o desfecho do conchavo político para a próxima eleição presidencial, ao falecer em 14 de junho de 1909, no Palácio do Catete. Seu mandato, desse modo, foi concluído pelo vice-presidente Nilo Peçanha, que procurou dar continuidade aos seus projetos. Durante o trabalho de Nilo Peçanha, como presidente da nação, foram criadas Escolas de Aprendizes Artífices nas 19 capitais estaduais brasileiras, honrando a importância que Affonso Penna dava à instrução profissional. Balmaceda Guedes afirma que, como católico praticante, suas últimas palavras foram: "Deus, Pátria, Liberdade e Família", a base de sua crença (GUEDES, 1977, p.121).



Figura 11: A família Affonso Penna em Belo Horizonte. Sem data. (Revista do Brasil *apud* LACOMBE, 1986)

O país inteiro ficou de luto por seu falecimento, recebendo telegramas de conforto e publicações de extensos artigos de diversos lugares do mundo. Conforme Balmaceda Guedes,

> Manifestaram pesar por telegramas e por extensos artigos em seus respectivos países, os governos de: Argentina, Paraguai, Peru, Chile, Guatemala, Estados Unidos da América do Norte, Portugal, Bélgica, Itália, Alemanha, Inglaterra, França, Rússia, Holanda, Espanha e Bolívia. O "Times", de Londres, fez um esboço biográfico da carreira do presidente Penna, assinalando: "...a sua política foi brilhante e, durante o tempo de seu governo, demonstrou excepcionais qualidades de grande administrador e hábil financista, beneficiando por todas as formas o País de que foi o grande chefe; o sr. Affonso Penna possuía a faculdade de conhecer o valor dos homens que dele se acercavam, podendo estabelecer, em bases sólidas, o desenvolvimento constante da prosperidade nacional". Em termos, mais ou menos semelhantes, também se manifestou o "Dailly Telegraph". (GUEDES, 1977, p.121)

Rui Barbosa, em pronunciamento, afirmou que "se o serviço público tem seus mártires, nunca dessa experiência assistimos o mais singular exemplo" (BARBOSA *apud* SILVA, 2012, p.189). Destaca-se também o discurso realizado por Gonçalves Chaves, presidente do Senado Mineiro, em sessão de 15 de julho de 1909, em referência à notícia da morte do eminente político:

> Srs. Senadores, o Senado teve a fatal notícia do falecimento prematuro e quase inesperado do Conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna, presidente da República. Esse acontecimento cobre de luto o Senado, o Estado de Minas e o Brasil inteiro. O país, que o honrava como chefe supremo da Nação, particularmente Minas, sente uma grande dor. Era filho dileto desta terra, que amava em extremo e a qual serviu superiormente e com a máxima dedicação, pondo à disposição de seus interesses todo o seu notável talento e consumada ilustração de estadista. É a razão por que, mais do que a nenhum outro Estado, a notícia do triste acontecimento feriu mais de perto ao

> Estado de Minas. Nomeio para representar o Senado nos funerais, os srs. Senadores Pedro Matta, Gaspar Lopes e Gomes Freire, e, em homenagem à memória do preclaro estadista, suspendo as sessões do Senado por 8 dias e mando que seja hasteada a bandeira nacional em funeral por 30 dias, devendo-se tomar luto por 8 dias. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1909, p.38)

Affonso Penna foi enterrado no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro, com todas as honras de sua notabilidade:

> Colocaram o caixão num canapé, ladeado por grandes velas. À cabeceira, um crucifixo de prata oxidada. Sobre o rosto, um lenço de seda. A roupa que serviu de mortalha era uma casaca. E na mão lhe puseram um crucifixo de marfim. [...] O jazigo, mandado construir pelo governo federal, contém a inscrição "Presidente Affonso Penna", sendo todo de mármore branco, tendo uma escultura, representando a República, chorando a morte de seu filho. Nos quatros cantos existem colunas, que sustentam um vitral com a bandeira brasileira, que serve de cobertura ao conjunto. (GUEDES, 1977, p.121)



Figura 12: Fotos do túmulo de Affonso Penna, transladado do Rio de Janeiro para Santa Bárbara. Fotografia de Bárbara Penido, 12/03/2012.

Affonso Penna, na síntese de José Silva, foi "monarquista, foi expoente da República, fazendo-se defensor intransigente da ordem e da legalidade, garantindo a consolidação da República nascente" (SILVA, 2012, p.188). Sua gestão na presidência nacional significou uma ruptura na economia voltada para o setor exportador, buscando, por meio de medidas protecionistas, desenvolver a indústria e dinamizar o mercado interno (FAORO, 2012, 602). Advogado de méritos, doutor em direito, professor e jurista, exerceu na sua vida pública, as missões de Deputado Provincial e Geral, Senador, Constituinte Estadual, Presidente do Estado, Vice-Presidente da República, Presidente do Senado. Foi o único membro do Gabinete Imperial

de Dom Pedro II, Conselheiro do Império, que se tornou Presidente da República do Brasil. A alteração dos regimes, pensada como possibilidade de redefinição da vida nacional, não resultou na substituição dos grupos dominantes, mas sim na acomodação das antigas elites dirigentes nos postos da administração pública. A trajetória política de Affonso Penna permite inferir que, ao ser percebido como um dos responsáveis pela garantia da consolidação da República, seu compromisso político estava diretamente ligado ao serviço da pátria.

1.2. O político intelectual e a mobilização de repertórios

1.2.1. O político intelectual

Entre a segunda metade do século XIX e os primeiros governos republicanos, percebemos um avanço no progresso econômico cujas consequências derivaram no desenvolvimento urbano, dinamização da economia exportadora e ampliação dos debates que fundamentaram os projetos de engrandecimento nacional; isto é, os projetos de modernização da economia e da sociedade. Os principais atores que pensaram estes projetos, especialmente os ligados à vida política, se reconheciam no papel de intelectuais ou letrados[45], capacitados para dirigir à nação ao progresso. Os políticos, desse modo, por meio do exercício intelectual, buscariam delimitar as decisões de poder sobre a organização econômica e social do país.

Jacques Le Goff descreve o intelectual como aquele "cujo ofício é pensar e ensinar seu pensamento. Essa aliança da reflexão pessoal e de sua difusão num ensino caracterizava o intelectual" (LE GOFF, 2014, p.23). O autor indica que o intelectual pode ser caracterizado por "alguns traços psicológicos que podem se projetar sobre o espírito, por algumas dobras do caráter que podem se tornar rígidas, transformar-se em hábitos, manias" (LE GOFF, 2014, p.25-26). Tais traços, no estudo de Thomas Sowell, correspondem à capacidade de "apreensão e manipulação de conceitos e ideias complexas", que contribuem pela geração e difusão de ideias, capazes de influenciar seu círculo social (SOWELL, 2011, p.15).

Os homens das letras ou letrados, na designação de Ángel Rama, correspondem àqueles que detém o conhecimento da escrita, normalmente em nível acadêmico (RAMA,

[45] Para João Adolfo Hansen, o termo *letrado* significa "mais um caráter ou éthos que propriamente uma individuação autoral no sentido contemporâneo da função-autor definida pela livre-concorrência burguesa. Pelo termo letrado significa-se então um tipo dotado de qualificações técnico-profissionais com que exercita as "letras" como emulação *auctoritates* do costume antigo, não em termos 'literários' de autonomia estética, contemplação desinteressada, originalidade, psicologia e direitos autorais – recebendo, com isso, uma qualificação produtiva (por exemplo, mestre de retórica) e, por vezes, certa distinção nobilitante" (HANSEN, 2015, p.133-134).

2015). Restrito às elites, o curso superior, especialmente em direito, significava "uma alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros de poder" (RAMA, 2015, p.72). A classe de homens das letras, num país majoritariamente iletrado, na descrição de José Murilo de Carvalho, representava uma ilha num mar de analfabetos (CARVALHO, 2013, p.65). Ao se intitularem como intelectuais, os políticos assumiram o papel de conduzir a modernização social, cultural e econômica do país (DUTRA, 2005, p.54).

Em semelhança à atividade dos "homens de imprensa" analisados no trabalho de James William Goodwin Jr., os políticos se percebiam com uma missão pedagógica de civilizar e educar a nação para que o país ingressasse na seara das sociedades modernas (GOODWIN JR., 2015). A cultura republicana, conforme Elias Thomé Saliba, irá reforçar esse discurso. Para o autor, os políticos se percebiam como os intelectuais da nação, com "uma capacidade motivadora e transformadora, arrogando-se o papel de autênticos missionários, únicos capazes de transformar aquela sociedade arcaica e fossilizada em uma nação neoliberal e moderna" (SALIBA, 2012, p.240). Detentores do saber, consideravam-se como sujeitos de um processo histórico da busca pelo progresso e de uma missão civilizatória, equiparando seu trabalho na política ao trabalho sacerdotal (RAMA, 2015, p.37). Sobre essa comparação ao sacerdócio, Thomas Sowell esclarece que

> muitos ou mesmo a maioria dos intelectuais opera sob a suposição, implícita, de que o conhecimento se encontra concentrado em pessoas como eles. Eles se tornam, portanto, especialmente suscetíveis à ideia de uma correspondente concentração de poder, legitimando e apropriando-se, como elite, das decisões mais significativas, em nome de um alegado espírito público o qual beneficiará toda a sociedade. (SOWELL, 2011, p.41)

A atividade intelectual não se relaciona exclusivamente com a produção de ideias e conceitos, pois, "a originalidade não se apresenta como um atributo essencial para definir um intelectual desde que as ideias sejam o produto final" (SOWELL, 2011, p.22). Thomas Sowell assinala que os intelectuais, considerando-se altamente educados, percebiam-se com maior conhecimento "per capita – no sentido de conhecimento especial – do que a população em geral". A partir dessa proposição, conforme o autor, "é necessário apenas um pequeno passo para que legitimem as elites educadas como guias superiores, declarando que têm o direito de impor o que deve e não deve ser feito na sociedade" (SOWELL, 2011, p.37).

Além do domínio dos valores e das crenças, também deve ser levado em consideração o domínio da linguagem como meio de destaque na sociedade intelectual. Nessa época, definida por Angela Alonso como "período de transição para formas sociais mais ajustadas ao

capitalismo", eram cambiantes os modos de percepção, apreensão e uso da linguagem imbricados à uma conjuntura social que buscava se representar como moderna (ALONSO, 2002). O sujeito intelectual era reconhecido como aquele que acompanha as transformações de seu tempo. Percebemos a preocupação com o sentido e o emprego de determinados termos por Affonso Penna, que deveriam se adequar à modernidade que se projetava também no âmbito da linguagem, no debate sobre a questão da criação dos distritos judiciais:

> Nós, seguindo a mesma orientação (é a palavra moderna que se costuma empregar) conservamos o município como eu (não conheço bem estes termos que hoje estão em moda) creio que se diz célula básica ou elementar dos grandes poderes, o declaramos autônomos, independentes, fora da intervenção de qualquer outro poder, segundo prescreveu a nossa Constituição; mas em chegando a ocasião de dar vida prática a essas grandes ideias, aparece o receio do abuso por parte das corporações locais, e pretende-se até tirar-lhes a atribuição de criar estes distritos de paz para os efeitos de terem um juiz eletivo, de atribuições muito limitadas, quanto ao contencioso, mas muito consoantes com a boa ordem e harmonia que devem existir nas localidades. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, 493. Grifos nossos)

Conforme Cornelius Castoriadis, a organização linguística fundamenta-se na organização do mundo; isto é, a linguagem constrói um mundo histórico e perceptivo e " faz os dois de uma só e mesma vez". Para o autor, "o que a língua como língua exprime, portanto, é também a sociabilidade-historicidade em geral e tal figura da sociabilidade-historicidade" (CASTORIADIS, 1987, 179). A linguagem política busca referências em enunciados de outras áreas do conhecimento, campos de saber vinculados principalmente às produções científicas do século XIX na medicina, química, biologia, engenharia, entre outras. O sujeito político-intelectual utiliza-se de expressões de diversos campos do conhecimento para promover sua autoridade durante os embates discursivos. O discurso do senador Camillo de Britto assinala essa prática, uma vez que o político utiliza de recursos linguísticos e expressões da medicina sanitarista e psiquiátrica:

> Em todos os parlamentos os há manifestando-se de modos diversos, como sabem os meus nobres colegas, que são higienistas, os temperamentos não são iguais em todos os deputados e senadores; e alguns têm o sistema nervoso tão suscetível que se desequilibra ao choque das fortes emoções. Em uma e outra câmara hão de haver histéricos em política, histéricos financeiros; é lei fisiológica. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.589. Grifos nossos)

Representados, entre si e para a sociedade, como arautos do progresso e da modernização econômica e social, os políticos se projetavam como os intelectuais produtores de consciências, "desenhistas de modelos culturais, destinados à constituição de ideologias políticas" e sociais (RAMA, 2015, p.42). Bacharéis em direito, em sua maioria, entendiam-se

como os mais capacitados para “descrever, analisar e explicar o aparecimento, o funcionamento e os mecanismos de conservação de um sistema social” (CASTORIADIS, 1987, p.254). Por meio de dispositivos legais e jurídicos poderiam moldar a consciência da nação em um projeto modernizante e civilizatório, especialmente via organização da instrução pública – objeto de inúmeros debates na política mineira e nacional.

Daniel Aarão Reis nos fornece importante consideração sobre o exercício intelectual na vida política, ao afirmar que “independentemente de suas qualificações ou de suas ocupações profissionais”, por intelectuais podemos compreender aqueles que “intervieram no debate público, com propostas para a sociedade” (REIS, 2006, p.13). Claudia Alves afirma que “os comportamentos políticos não podem ser compreendidos somente pelas adesões ideológicas ou motivações do momento em que irrompem” (ALVES, 2012, p.125). Bruno Bontempi Jr., reforça essa ideia, ao apresentar uma análise do sujeito intelectual sintetizada na definição proposta por Pascal Ory e Jean-François Sirinelli:

> Um homem do cultural, criador ou mediador, colocado em situação de homem do político, produtor ou consumidor de ideologia. Nem uma simples categoria socioprofissional, nem um mero personagem, irredutível. Tratar-se-á de um estatuto, como na definição sociológica, mas transcendido por uma vontade individual, como na definição ética, e voltado para um uso coletivo. (BONTEMPI Jr., 2007, p.81)

Para entender o exercício da atividade intelectual dentro da política, ou seja, a atuação de políticos como intelectuais da nação, podemos utilizar o conceito gramsciano de intelectual:

> Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. [...] Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. [...] Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com "espírito de grupo" sua ininterrupta continuidade histórica e sua "qualificação", eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta autocolocação não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político: toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser "independentes", autônomos, revestidos de características próprias, etc. (GRAMSCI, 1982, p.03-06)

Para Antônio Gramsci, a marca distintiva do intelectual referia-se à imediata função social da categoria profissional em que ele se encontrava (GRAMSCI, 1982, p.07). No Brasil, essa classe profissional era, principalmente, a dos bacharéis em direito, que disputavam com os médicos e engenheiros a superioridade intelectual para realizar os projetos de progresso nacional. O bacharel em direito, nesse período, era "sinônimo de prestígio social e marca do poder político" (SCHWARCZ, 2012, p.186). Nesse sentido, segundo Angela Alonso, "era impossível distinguir *intelectuais* de *políticos*" (ALONSO, 2002, p.30). Como não havia um grupo social, cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual, "a existência de uma carreira pública, centralizada no Estado, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção" (ALONSO, 2002, p.30). Portadores de um conhecimento superior, base da atividade intelectual, os políticos entendiam que suas ações, na política e nas instituições, "justificam-se diante do crivo da razão" (SOWELL, 2011, p.53).

1.2.2. Affonso Penna: traçando um perfil intelectual

Para definir Affonso Penna como intelectual é necessário tecer as relações da política com a vida do espírito, investigando-o em seus nichos de formação, aprendizado intelectual e desempenho político. De acordo com Eugênia Sales Wagner, para caracterizar o político como intelectual é necessário recorrer a "uma antropologia filosófica, isto é, a uma investigação visando identificar os traços mais duráveis da condição humana, os que são menos vulneráveis às vicissitudes do homem moderno" (WAGNER, 2002, p.21-28). Tecer seu perfil intelectual significa analisar seu valor ou valores de representação na sociedade; isto é, o reconhecimento da autoridade de seu conhecimento entre seus pares. Entender a notoriedade de suas ideias, significa, na concepção de Jean-François Sirinelli, percorrer os espaços de experiências em que se formou imbricados à cultura política de sua época (ALVES, 2012, p.116).

Isto posto, utilizaremos as proposições de Thomas Sowell para analisar e caracterizar Affonso Penna como intelectual. Desse modo, ele constituiu-se como um intelectual, na cena política mineira e nacional, ao operar com ideias, ainda que não significassem um meio de influenciar a vida social de maneira concreta (SOWELL, 2011). Affonso Penna estava inserido em uma situação em que seus pares também trabalhavam e operavam com ideias e conceitos e eram, ao mesmo tempo, aqueles que legitimavam a validade de seu trabalho. O autor elucida, que as ideias, além de serem base da atividade intelectual, "funcionavam como critério para avaliar as realizações intelectuais" (SOWELL, 2011, p.18).

Na cena política, os discursos se ancoravam em ideias ou em intelectuais estrangeiros para validar sua legitimidade. Podemos observar que no debate entre Affonso Penna e o Ministro Francisco Belisário, sobre a corrupção nas repartições públicas, foram citados "autores de mais renome à época", especialmente pensadores políticos europeus (LACOMBE, 1986, p.98). Sua oposição ao governo lhe rendeu a alcunha de "alma penada da dissidência" proferida por Joaquim Nabuco, em 1885 (ALONSO, 2007, p.327). A erudição de Affonso Penna foi adquirida ao longo das escolas em que se formou, onde seu pensamento começou a ser forjado. Seu conhecimento, portanto, lhe rendeu autoridade e projeção entre os políticos do país.

A formação familiar e a formação escolar, portanto, são destacados lugares de socialização, onde "vocações afloram, laços de amizade se estabelecem, afinidades com áreas de conhecimento se definem, sensibilidades se formam" (ALVES, 2012, p.116). Angela Alonso, desse modo, esclarece que "os cidadãos não participavam da vida política como indivíduos, mas como representantes naturais das famílias detentoras do direito de reunidas governar o país" (ALONSO, 2002, p.17). Para isso, tais instituições tornaram-se unidades de treinamento e de homogeneização ideológica, com a finalidade de "reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinada dominação política" (CARVALHO, 2013, p.21). Essa homogeneização ocorria por meio da socialização da elite, sendo que a educação – especialmente por meio das faculdades de direito – a ocupação e a carreira pública constituíam-se como principais meios de sociabilidade (CARVALHO, 2013).[46]

Cabia ao sistema formar os filhos das elites, em sua maioria diplomados bacharéis, necessários à burocracia, regulando a educação conforme suas exigências sociais. As academias de direito, desse modo, surgiram como os principais centros de preparação para as carreiras públicas. O currículo do ensino de ciências jurídicas, segundo Marialva Barbosa, além de contemplar "as disciplinas diretamente ligadas aos diversos campos do direito", abrange conhecimentos que "contribuem para formar profissionais para ocupar cargos nos quadros burocráticos, na política, na diplomacia, enfim, se constituindo numa elite intelectual". Assim, o bacharel, ao ingressar na estrutura da administração pública, tinha também por missão orientar a população. Além do trabalho na área legislativa, judiciária, diplomática e da administração pública, o Direito, como função social, era concebido como "responsável pelo caminho que retiraria o país da *barbárie* e o encaminharia para a civilização" (BARBOSA, 2000, p.82).

[46] Segundo José Murilo de Carvalho, as elites burocráticas, se não eram recrutadas em setores homogêneos da população, desenvolviam pela educação, treinamento e carreira características que as levavam a agir coesamente. Destarte, a homogeneidade ideológica funciona como superadora de conflitos intraclasses dominantes (CARVALHO, 2013, p.35).

Affonso Penna, ao debater sobre o trabalho do bacharel em direito no governo, descreve sua função na formação e direção da sociedade:

> Sr. Presidente, não é de admirar, que, em um Estado já feito, a classe dos bacharéis em direito tome parte ativa na administração. O que é o governo senão a ciência de dirigir os homens de acordo com as leis sociológicas? Ora, o que é que faz objeto dos cursos jurídicos do nosso país, senão o Estudo das Leis sociais e das ciências jurídicas?
> Evidentemente, os homens formados em direito não são competentes para resolver todas as questões, mas é verdade que eles têm o estudo das matérias que formam a especialidade do governo das nações. O governo é a formação das leis e a execução delas pertence aos membros desta classe que faz desse estudo sua profissão habitual; estão mais habilitados do que aqueles que fazem estes estudos passageiramente. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.217)

Para Sérgio Adorno, a Academia de São Paulo definiu-se pelo ecletismo, reunindo numa mesma instituição "a militância política, o jornalismo, a literatura, a advocacia e sobretudo a ação no interior dos gabinetes" (ADORNO, 1988, p.92). Esse ecletismo derivou da conjuntura da produção intelectual do Brasil, a partir da metade do século XIX, possibilitada pelo "comércio de exportação do mercado do livro europeu" e pelo "movimento intenso e veloz de circulação internacional de impressos, ideias, indivíduos e projetos intelectuais" (LEÃO, 2014, p.205). Destaca-se que nesse período eclodiu o movimento intelectual surgido no Brasil nos anos de 1870, relacionado à divulgação de novas escolas europeias de pensamento (ALONSO, 2002, p.21).

Formado como bacharel em direito em 1870, adquiriu o título de doutor no ano seguinte, Affonso Penna conviveu com este movimento de ideias, mas sem ter pertencido diretamente ao grupo que ficou conhecido como Geração de 1870. A definição de geração por nós empregada se baseia na proposição de Jean-François Sirinelli, a qual esclarece que para caracterizar uma geração é necessário considerar, não somente um determinado grupo etário, mas, sobretudo, as classes sociais, a dispersão geográfica, a inserção profissional, as tradições regionais, a escolarização, as vivências de específicos fatos históricos, políticos e/ou culturais, entre outros segmentos (ALVES, 2012, p.119).

Entretanto, conforme a definição de Angela Alonso para a Geração de 1870, isto é, para aqueles que pertenceram diretamente ao movimento, Affonso Penna não se integra a este grupo. Para a autora,

> os componentes do movimento intelectual não partilhavam uma mesma origem social, mas uma "comunidade de experiência". O epíteto "geração 1870" circunscreve os indivíduos chegado à idade adulta e ao "mercado" de trabalho ao longo dos anos 1870 e início dos anos 1880. [...] embora socialmente heterogêneos, os membros do movimento viveram *uma comunidade* de experiência social: as instituições imperiais

> prejudicavam suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência no regime imperial, fosse por não pertencerem aos estamentos senhoriais, de onde se extraía a elite imperial, fosse por serem membros de suas facções politicamente subordinadas. Esta experiência compartilhada de *marginalização política* é a chave para entender o sentido de suas manifestações "intelectuais": são *formas coletivas* de crítica às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial. (ALONSO, 2002, p.43)

Nesse sentido, Affonso Penna não está vinculado à Geração de 1870, pois sua trajetória política descreve uma promissora carreira, que galgou importantes postos no governo imperial. Mas, podemos entender que o político mineiro se aproxima de algumas ideias e propostas dessa comunidade de experiência e quiçá tenha seu pensamento intelectual influenciado por ela. Conforme Angela Alonso, a crise na sociedade imperial, produzida pelo declínio do escravismo e pelo avanço extraordinário do capital mercantil nas cidades, entre outros fatores, afetou vários dos segmentos sociais da nação: conservadores, reformadores e defensores de alterações mais profundas na estrutura social (ALONSO, 2002, p.19).

As ideias compartilhadas nessa época eram inscritas na luta política, percebidas como formas de expressão e identificação de movimentos coletivos e numa situação histórica determinada. Esse movimento, portanto, compartilhava inúmeras ideias que circulavam em sociedades europeias e nos EUA; ideias que eram apropriadas, adequadas, redefinidas de maneira deliberada para repensar a realidade nacional. Logo, não podemos delimitar exatamente o sentido das ideias produzidas e reproduzidas por um grupo político específico.

Entre o pensado e o praticado na cena política, há uma diferença assinalada a partir das análises das discussões de projetos políticos e da instalação das legislaturas desses projetos. O discurso político é permeado pela arte da retórica, que conjuga um horizonte de expectativas e a interpretação da realidade pelo sujeito, em palavras rebuscadas para demonstrar e legitimar a autoridade daquele que discursa. Por possuírem diferentes matizes, essas ideias carregavam sentidos diferentes, quando não opostos, nos repertórios políticos mobilizados durante os debates em sessões plenárias. Seu emprego nos discursos políticos, desse modo, poderia adquirir perspectivas próprias e diversificadas: abrigando, ao mesmo tempo, correntes de ideias que pertencem às escolas liberalistas, a projetos de modernização e a um corpus de pensamento conservador, que também pode ser reacionário – "no sentido lato de reação e resistência à qualquer mudança na ordem sociopolítica" (ALONSO, 2002, p.87).

Affonso Penna não foi um defensor de alterações profundas no regime imperial, mas percebemos que sua atuação intelectual e política se avizinhava dos discursos difundidos pelos reformadores da Geração de 1870. Tendo atuado nas hostes dos movimentos liberal e conservador, faziam parte de seu discurso as ideias de civilização, progresso, imigração,

evolução e liberalismo. Assim como os demais políticos, teve seu pensamento intelectual influenciado por ideias oriundas da Europa e dos EUA, recorrendo a autores e projetos desses lugares para legitimar sua argumentação. O pesquisador Antonio Gontijo de Carvalho, ao analisar as teses de Affonso Penna, destaca, além dos rigores da escrita, a erudição de seu pensamento baseada em inúmeras citações que fundamentam seu trabalho (CARVALHO, 1947, p.07).

A sabedoria do político mineiro era respeitada entre seus pares, como podemos observar no relatório de Rebello Horta, deputado da Assembleia Provincial. A partir do relatório, verificamos a preocupação dos políticos mineiros em instruir os futuros sujeitos a conformar os quadros da administração e burocracia do Estado de Minas Gerais, por meio da compra de livros para a biblioteca pública da capital provincial. Affonso Penna, nesse sentido, é reverenciado no relatório por ter escolhido as obras a serem adquiridas:

> Tratando-se de livros, cabe aqui consignar a despesa que autorizei e foi feita, por conta da verba do art. 2º §3º n.9 da Lei N. 2476, com aquisição de muitas obras importantes para a biblioteca pública desta capital, da qual encarregou-se, a pedido meu, o deputado Dr. Affonso Augusto Moreira Penna, a quem agradeci o relevantíssimo serviço que prestou desinteressadamente à Província, já pela boa escolha das obras literárias e científicas, já pela economia dos preços. (REBELLO HORTA. Assembleia Provincial de Minas Gerais, 1879, p.08).

Américo Jacobina Lacombe também escreve que, ao final de seu curso, Affonso Penna tinha incorporado a suas ideias políticas o liberalismo, "tal como se apresentava à sua geração, sem atingir a República [...], e o abolicionismo – tudo isso assentado sobre a base humanística e religiosa que formara no Colégio do Caraça" (LACOMBE, 1986, p.34). O autor assinala também que a preocupação de Affonso Penna com a instrução pública era algo comum entre aqueles que fizeram parte da "Geração de 1870", afirmando que Rodrigues Alves fez propostas políticas nessa direção em São Paulo e destacando o parecer elaborado por Rui Barbosa, em 1882 (LACOMBE, 1986, p.48).

Sua ocupação no poder público, como deputado provincial e depois nos demais postos que seguiu em sua carreira, não eximiram o governo de suas críticas. Affonso Penna, em 1876, atacou a prática da empregomania. No cargo de deputado geral do império fez duras críticas ao comércio de escravos entre províncias. Em 1879, em defesa de seu projeto sobre a reforma eleitoral dentro do conjunto de reformas a serem realizadas no Ato Adicional de 1834, acabou sendo excluído da votação, por ser favorável à ampliação do número de votantes. Para sustentar seu desacordo com a política orçamentária de Sinimbu, apresentou uma dissertação permeada por autores clássicos, evidenciado seu conhecimento. Em discussão sobre a imigração chinesa,

Affonso Penna fez um significativo discurso, no qual analisou o insucesso dessa prática realizada por países europeus, pelos Estados Unidos da América, por Peru e Cuba (LACOMBE, 1986, p.56-62).

Analisar o sujeito intelectual Affonso Penna é percebê-lo em meio aos seus pares, congressistas, juristas e acadêmicos; ou seja, considerá-lo em meio à elite letrada mineira e nacional. Apreendemos sua subjetividade intelectual por meio de seus discursos, que demonstram a força simbólica da produção, reprodução e difusão de uma cultura política, cujo escopo argumentativo elegia expressões-chave para demarcar suas intencionalidades e legitimar a autoridade de seu conhecimento entre seus pares (GONÇALVES, 2012, p.34). Segundo as considerações de Angela Alonso, a partir de meados do século XIX, termos como capitalismo, evolução, modernização, liberalismo, civilização, progresso, ordem, entre outros, apresentam difícil definição por serem novos ou terem novos significados (ALONSO, 2002, p.18).

A Assembleia Provincial e, posteriormente, o Congresso Mineiro tornavam-se espaço de embates de ideias, em que o crivo da razão promoveria ou não o sujeito entre os seus iguais, conforme a avaliação de suas práticas, discursos e projetos – o seu trabalho intelectual. Os discursos ganhavam legitimidade segundo as apropriações ideológicas que incorporavam. A erudição, portanto, era determinada pela escolha de autores, de projetos ou de correntes ideológicas, normalmente provenientes da Europa e dos EUA, que os políticos mineiros usavam para fundamentar sua argumentação e seus projetos de governo. Em discussão sobre a apologia à presença de companhias estrangeiras ferroviárias no mercado mineiro, Affonso Penna fez um relatório onde destacava a atuação das companhias ferroviárias em diversos países e as principais correntes de pensamento sobre o assunto. Este discurso, tomado como exemplo, atesta sua erudição e o seu conhecimento sobre a organização da indústria ferroviária de diversos países, um de seus argumentos para o progresso mineiro:

> Deve ser uma companhia estrangeira, por isso que se pretende estipular o pagamento do arrendamento, ou venda em ouro, que só do estrangeiro pode vir. Sr. Presidente, V. Exc. não desconhece que há um grande debate entre publicistas e economistas sobre o melhor sistema a adotar, quanto a construção e a exploração das estradas de ferro; se deve ser confiada à administração do Estado, ou aos cuidados da indústria particular. É questão que divide profundamente as escolas econômicas. Que é assunto intimamente ligado a interesses de ordem pública ao qual não pode ser indiferente o fato de em todos os países, os governos se reservarem à intervenção direta e imediata, na fiscalização das companhias que tomam a si a exploração das estradas de ferro. Mas, Sr. Presidente, são destas teses que não podem ser resolvidas de modo absoluto, como tantas outras do regime econômico. Para receberem a solução conveniente é

> preciso ter em vista as condições especiais de cada um dos países, onde a questão é ventilada, e tem de receber aplicação prática.
> Srs., se recorrermos ao regime vigente, nos diversos países da Europa, encontraremos os dois sistemas francamente pronunciados. De um lado, de modo absoluto, está a Inglaterra, onde são feitos estes serviços por companhias particulares, sem favores do governo, reservando-se este o direito de fiscalização das mesmas. Até certo ponto, a França depois de sérios debates no parlamento, durante o reinado de Luís Filipe, adotou o sistema de companhias subvencionadas, com garantia de juros. Em 1878, o atual presidente do conselho, Freycinel, apresentou um vasto programa, abrangendo o projeto de construção de grande número de vias férreas, complementares da rede francesa, por conta do Estado. Há, portanto, em França, por assim dizer, o regime misto. Mas, não se deve desconhecer que em alguns importantes governos, como o da Alemanha, e principalmente na Prússia, as vias férreas são exploradas pelo Estado. Igualmente na Bélgica e na Rússia o maior número de linhas férreas é possuído pelo governo. Na Áustria, onde se tentou o regime das companhias, vai predominando a ideia de serem estas chamadas para as mãos do governo e isto principalmente na rede férrea da Hungria. A Itália, por motivos políticos, teve até de desapropriar vastas redes de vias férreas na Lombardia. Em 1880 procedeu-se a um grande inquérito sobre o melhor regime a adotar-se, e, depois do parecer da comissão, algumas das estradas de ferro italianas têm sido entregues a exploração de companhias particulares. Nos Estados Unidos prevalece o sistema de exploração de linhas férreas por companhias particulares, recebendo estas favores do Estado, como sejam terras devolutas, e mesmo subvenções em dinheiro, como aconteceu com a grande linha que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico. Na Austrália, país novo, colônia da Inglaterra, prevalece o sistema de viação férrea administrada pelo Estado. Pelo rápido esboço que acabo de fazer vê-se que os dois sistemas têm sido adotados por países novos e antigos, colocados em condições diversas. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.516-517)

Juntamente com a organização do ensino público, seu pensamento intelectual vincula-se a diferentes escolas do pensamento econômico, ora defendendo e adotando medidas protecionistas, ora defendendo e adotando medidas liberais na busca do engrandecimento mineiro. Affonso Penna, como sujeito intelectual, apresenta uma formação múltipla que deriva de variadas matrizes de pensamento circulantes na Europa e nos Estados Unidos da América. A constituição de uma sociedade moderna, conforme as expectativas relacionadas à sua organização, estava associada ao avanço da produção econômica por meio da promoção do industrialismo, ligado à agricultura, da instituição da instrução profissional e da expansão da rede ferroviária.

Ao considerar sua prática política, perquirindo sua trajetória, compreendemos que em alguns momentos Affonso Penna se aproximou das ideias de grupos conservadores, a exemplo da libertação dos escravos ser realizada por etapas. Seu conservadorismo se assentava, conforme a definição apresentada por João Pereira Coutinho, em que "apresenta uma dimensão existencial que é anterior, ou até superior, a qualquer ideologia, política". Para o autor, o conservadorismo não corresponde a uma ideologia, figurando como um "refúgio identitário em 'forças interiores', 'temperamentos', 'fés', 'espíritos', 'instintos', 'inclinações' – e, claro, disposições" (COUTINHO, 2014, p.23). João Pereira Coutinho expressa que a opção

conservadorista não caracterize o político como conservador: "uma política conservadora tenderá a partilhar os traços característicos da disposição conservadora", que recusa os apelos do pensamento utópico (COUTINHO, 2014, p.24-26).

Portanto, compreendemos que, assim como Angela Alonso refere-se a Joaquim Nabuco, "o liberalismo fazia ponte [...] entre o reformismo da juventude e o tradicionalismo da maturidade": seu temperamento era formado por três grandes correntes morais – Deus, Pátria, Família (ALONSO, 2007, p.290). Tomando essa tríade por base de seu pensamento, Affonso Penna deslocava-se entre a política monarquista e o regime republicano. Como sujeito intelectual, sua subjetividade e seu pensamento foram cunhados na tradição humanística, cujos valores se orientavam pelo liberalismo e pela retórica, e ora vinculados às ideias de intervenção do Estado na economia, como argumento para o desenvolvimento de Minas Gerais. Ao defender o engrandecimento mineiro, Affonso Penna apreendeu, reproduziu e produziu repertórios consoantes a seus ideais de progresso e modernização, formados nos respectivos lugares sociais por onde transitou.

1.2.3. Affonso Penna e a mobilização de repertórios

A busca pelo progresso, modernidade e civilização constituíram culturas políticas no plural, ligadas a uma cultura política nacional. Os políticos mineiros, entre os principais atores desse processo, produziram argumentos estratégicos com os quais procuravam explicar e solucionar o *atraso* mineiro (DULCI, 1999). As ideias propostas tinham suas origens na Europa e nos EUA, tomadas de empréstimo para analisar a realidade mineira e mudar o descompasso em que se acreditava estar o estado em relação a outras unidades federativas, especialmente São Paulo. A solução proposta para alcançar o progresso minero, talhada numa política conciliatória consubstanciada na prática da elite dirigente, buscava modernizar costumes e introduzir tecnologias.

Na concepção dos políticos mineiros, tais expectativas se materializariam na promoção do industrialismo, ligado à agricultura, na expansão das ferrovias e do ensino público. Em defesa desses projetos, Affonso Penna, assim como seus pares, recorreu aos repertórios intelectuais disponíveis referentes ao engrandecimento mineiro, pautando sua atividade política. Para ele, o engrandecimento mineiro seria alcançado via instalação de ferrovias no estado e na organização da instrução pública, especialmente o ensino profissional, medida que compreendia contribuir para a questão da reorganização do trabalho – preocupação que defendia desde o período imperial (LACOMBE, 1986, p.51-52). Os repertórios seriam os

instrumentos utilizados para compreender o cenário no qual ele estava inserido e definir suas práticas políticas, a exemplo das observadas no âmbito da instrução pública.

O termo "repertório" indica o conjunto dos recursos teórico-metodológicos produzidos pelos intelectuais, disponíveis em uma sociedade, numa delimitada conjuntura histórica, que podem ser selecionados e articulados para o jogo político. Imbricados nas práticas sociais e culturais, nas relações da cena política, compõem um conjunto limitado de esquemas que são apreendidos, compartilhados e postos em prática, por meio de um processo seletivo, para compreender certas situações e definir linhas de ação (ALONSO, 2002). O repertório compreende padrões analíticos, noções, argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas (SWINDLER, 1986); não importando a consistência teórica de seus elementos, uma vez que seu arranjo é histórico e prático.

De acordo com Charles Tilly,

> repertórios são criações culturais apreendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta (...) e designam (...) um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha. (TILLY, 1993, p.264 *apud* ALONSO, 2002, p.39)

Para entender o uso de repertórios adotados pelos políticos mineiros, principalmente por Affonso Penna, podemos utilizar o esclarecimento de Ann Swindler. Para a autora, a produção de repertórios tem seu cerne desvinculado do objetivo de produção ou construção de sistemas teóricos universais e pode ser entendida como as "capacidades culturais criadas em um contexto histórico, [que] são reapropriadas e alteradas em novas circunstâncias", possibilitando a organização de "dados tipos de ideias que afetam as oportunidades históricas que os atores são capazes de apreender" (SWINDLER, 1986, p.283 *apud* ALONSO, 2002, p.40).

Ao defender o engrandecimento mineiro, Affonso Penna apreendeu, reproduziu e produziu repertórios consoantes a seus ideais de progresso e modernização, formados nos respectivos lugares sociais por onde transitou. Os repertórios eram selecionados segundo os projetos de modernização, civilização e progresso que tinha em vista. Em relação à instrução pública e profissional destaca-se a presença do repertório político-intelectual europeu, especialmente o francês, e dos EUA, mobilizados como instrumentos para explicar a conjuntura mineira e evidenciar as linhas de ação para nela intervir. Verificou-se que nos discursos, mensagens e projetos políticos elaborados por Affonso Penna e outros políticos, recorria-se aos projetos políticos instituídos no exterior e aos grandes nomes da política internacional para

validar e fundamentar sua argumentação ou criticar e refutar as argumentações apresentadas por seus pares.

Como exemplo, citamos o discurso de Affonso Penna quanto à direção econômica sob a qual a rede ferroviária deveria ser organizada em Minas Gerais. O político, ao citar o exemplo francês da presença do Estado para organizar as ferrovias, questiona o comportamento do governo nacional em relação às companhias ferroviárias:

> Srs. é sabido que as estradas de ferro na França são concedidas a companhias subvencionadas e o estado exerce sobre elas a mais completa vigilância. Mas, podemos comparar a força e energia da administração francesa com a brasileira? Seria irrisório até estabelecer um paralelo. Naquele país o governo é poderoso; a administração tem meios de ação perante os quais não há companhias poderosas. Citarei um fato que li nos jornais franceses vindos ultimamente: Em uma das estações das proximidades de Paris, em um dia de grande afluência de passageiros, que iam assistir a uma festa, venderam bilhetes de passagem em número superior às acomodações existentes nos carros. Pois bem, os possuidores de bilhetes foram procurar lugares, e, não encontrando, reclamaram com o agente da estação para que lhes dessem carros para embarcarem. A administração declarou que não tinha carros e que lhes restituiria o dinheiro. Eles, porém, não aceitaram e levaram a administração aos tribunais, que condenaram a companhia a pagar perdas e danos aos compradores de bilhetes. Pergunto: quem é neste país que se animaria a levar semelhante reclamação perante a administração e muito menos perante o poder judiciário? Vemos cotidianamente que as estradas de ferro de companhias não cercam suas linhas, não tomam precauções contra incêndio, de modo que são incendiados muitos canaviais e cafezais; são mortos animais bovinos e de outras espécies, cujos proprietários nunca receberam a menor indenização; são muito felizes, quando, reclamando, não são repelidos com insultos e injúrias. Portanto, poder-se-á comparar a administração do Brasil, com a desses países? A resposta está na consciência de todos. Citei a Austrália, onde prevalece o sistema de administração pelo estado, exatamente pelos motivos que devem preponderar no Brasil; são vastas extensões territoriais com população muito esparsa, e onde, portanto, os elementos econômicos e financeiros de que vivem as companhias não podem ser suficientes para manter as linhas férreas, sem prejuízo da lavoura, do comércio e das indústrias que elas são determinadas a servir. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.518-519)

O discurso do Senador Camillo de Britto é elucidativo ao revelar a aceitação do elemento estrangeiro como fator de promoção do progresso. Seu discurso destaca que, além das ideias, a imigração promoveria o "adiantamento" dos costumes, da produção econômica e, por isso, a modernização da economia e da sociedade mineira:

> Venham as suas máquinas, saberemos utilizar delas para a agricultura e para a indústria; venham os seus talentos e os seus gênios, saberemos apreciá-los em troca de ideias, os seus costumes, a sua religião, a sua moral, a sua civilização para a seleção em confronto com as instituições americanas; tendo nós a única vantagem: somos um povo novo, muito novo; mas adotamos o que há de mais aperfeiçoado em termos passados pelas delongas e decepções de quem faz experiências. (*Muito bem!*). Recebemos os costumes e a civilização no ponto mais adiantado. Venha o estrangeiro que há de ser recebido sempre como um colaborador do progresso... [...] ...porque a ele há de comunicar-se sem dúvida a vitalidade dos povos ainda novos, esse progresso

> admirável, que já se nota na República da Argentina, na América do Norte e também no Brasil! (*Muito bem!*). (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1896, p.118)

Em parecer sobre a questão do arrendamento ou venda da Estrada de Ferro Central, apresentado por Affonso Penna na sessão de 19 de setembro de 1891, percebemos que em meio a suas justificativas, estava a indicação de que é preciso se apropriar do conhecimento e da experiência vislumbrada nas nações desenvolvidas e, principalmente, verificar se os mesmos são aplicáveis à realidade nacional:

> Não é ocasião agora para se discutir a tese de convir ou não, que o Estado seja industrialista, intervindo na construção e exploração de estrada de ferro. O que nos cumpre é encarar a situação existente no país, e verificar se os interesses nacionais se conformam com as soluções teóricas, embora aconselhadas por eminentes economistas, em despeito da prática de poderosas nações do mundo civilizado. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.536-537)

Os discursos demonstraram que Affonso Penna não desejava instalar os modelos apreendidos diretamente no estado mineiro. É importante destacar que se preocupava em adequar tais modelos à realidade sociocultural do Estado. Seu discurso demonstra uma postura isenta, quase técnica, para analisar a conjuntura da rede ferroviária mineira. Ele assinala a necessidade de avaliar criteriosamente a situação do plano ferroviário do estado, por meio de indivíduos profissionalmente capacitados para alcançar a melhor solução. Essa atitude tecnicista pode ser associada à escolha de seus ministros de governo. Vários políticos também compartilhavam dessa concepção, como podemos verificar nos seguintes discursos:

> Devemos nos convencer de que os povos, como os organismos vivos, estão sujeitos às leis naturais que regulam sua evolução. Essa doutrina não é nativista. Nem é sustentável que esse nativismo intolerante e fanático que repele todo o elemento estrangeiro. Dele temos necessidade, mesmo para dar-nos certas qualidades morais que dependem de desenvolvimento. O modelo que pomos sempre diante de nós, os Estados Unidos da América do Norte, é de difícil imitação, porque o meio é outro, outro o poder atraente e assimilador, outro o elemento étnico e civilizador. Demais, não é a grandeza numérica que faz a felicidade de um povo, nem suas riquezas materiais. Sob esse aspecto é mais feliz a Suíça do que a Rússia ou a Alemanha porque naquela pequena República os atributos morais da raça, o vigor das instituições democráticas e livres, são mais homogêneos e mais profundos. (MELLO FRANCO, Virgílio de. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, 140. Grifos nossos)

> Esse projeto, que poderia talvez ser cotejado com as leis e os códigos das nações cultas, não conseguiu converter-se em lei; porque o seu digno autor esqueceu-se de que uma das virtudes da lei é a sua adaptação às circunstâncias do meio. A legislação francesa, o código do Chile, as legislações da República Argentina, da Bolívia, e outras, já chegaram ao último grau do seu desenvolvimento, acompanhando também o desenvolvimento crescente da indústria, e cheias de disposições detalhadas, ricas em cautelas, estão de acordo com a indústria no seu último período de desenvolvimento. Mas, entre nós, onde esta é limitada, acanhada mesmo, é necessário apenas que se tornem certos os pontos controvertidos até hoje em relação ao regime

> da propriedade e da vizinhança das minas, desenvolvendo-se mais tarde com a própria indústria a sua modesta lei. (LIMA, Bernardino de. Anais do Senado Mineiro, 1898, p.111)

O ensino também foi objeto de diversas discussões na Assembleia Provincial e, posteriormente, no Congresso Mineiro. Em defesa da organização da instrução pública os políticos mineiros mobilizaram diferentes repertórios, veiculados pelas sociedades consideradas civilizadas, para expressar suas intenções e projetos. Affonso Penna, assim como os demais políticos mineiros, entendia que a normatização da instrução pública mineira, especialmente o ensino profissional, deveria ser organizada conforme a realidade social e cultural da população. Importa destacar que alguns políticos, nesse sentido, mostraram-se avessos à prática de importar modelos institucionais no campo da instrução pública. O discurso do senador Silviano Brandão, por exemplo, critica o projeto de organização da instrução pública no Estado mineiro. Para ele, importar modelos educacionais de outros países sem considerar o "estágio" em que se encontrava a cultura da sociedade mineira é fadar o projeto ao insucesso.

As intepretações dos repertórios provenientes do estrangeiro não tinham por objetivo a construção de determinadas teorias narrativas nem a reprodução de sistemas teóricos; foram utilizadas, em diversas situações, para legitimar a argumentação política. A partir de uma ordem discursiva, pautada pela cultura política do liberalismo constitucional, percebemos que Affonso Penna se apropriou de múltiplos repertórios, provenientes dos mais diversos campos do conhecimento científico e filosófico. Assim, estiveram presentes nos discursos mobilizados pelo político mineiro, repertórios de ideias sobre: modernidade e civilização, provenientes da França principalmente; desenvolvimento econômico – especialmente ligado à instalação de ferrovias –, oriundos, principalmente, dos EUA e da Inglaterra; cultura jurídica, cujos elementos remontam à legislação da Alemanha, entre outros países; instrução pública e profissional, apropriando-se dos exemplos da França e dos EUA.

Essas ideias circularam na Europa e nos Estados Unidos da América, e, retomando a definição de Peter Burke (1997), foram tomadas de empréstimos por onde perpassaram. Não há uma origem definida e uma fundamentação teórica única nas ideias de Affonso Penna. Sua autoridade intelectual advinha da capacidade de associar diversos autores e escolas de pensamento para apresentar sua argumentação. Isto posto, em defesa dos projetos de imigração, reorganização da força pública, reforma das penitenciárias, entre outros, utiliza das ideias propostas pelo evolucionismo, pelo social-darwinismo, conjugando-as com políticas sanitaristas, higienistas e eugênicas.

Sua origem não se limitava à experiência pessoal direta; os repertórios chegavam ao país e a Minas Gerais por meio de revistas, jornais, livros e publicações científicas. Essas noções integram um diverso repertório de ideias mobilizadas por Affonso Penna, assim como os demais políticos mineiros, que procuravam inserir Minas Gerais no rol das nações modernas e civilizadas. Com intenção de modernizar o Estado, eles recorreram aos recursos teóricos e retóricos disponíveis no "repertório político-intelectual de fins do oitocentos, conforme suas possibilidades de explicar a conjuntura" mineira e evidenciar linhas de ação para nela intervir (ALONSO, 2002, p.44).

Nos capítulos seguintes, que constituem o segundo bloco deste texto, veremos a seguir como Affonso Penna argumentou como a instalação e expansão da rede ferroviária em Minas Gerais e a organização do ensino público e profissional contribuiriam para o engrandecimento mineiro. Como político e intelectual, Affonso Penna foi produtor e mediador de interpretação ou interpretações da realidade econômica e social de Minas Gerais e será por meio dessas interpretações que construirá seus projetos de expansão da malha ferroviária e instituição da escolarização pública e de ofícios.

Capítulo 02

A E.F. Leopoldina: quimera do progresso mineiro?[47]

Eu comparo o Brasil a uma criança
que está engatinhando; só começará
a andar quando tiver muitas
estradas de ferro.
Machado de Assis.[48]

Neste capítulo procuramos analisar a relação entre o pensamento político de Affonso Penna e a expansão da rede ferroviária no estado mineiro. Esse surto ferroviário não estava limitado ao estado mineiro, ocorrendo em outras unidades federativas do país. Buscamos analisar como as ferrovias se integraram ao projeto de desenvolvimento econômico e social propugnado por Affonso Penna, a partir dos discursos e repertórios produzidos e mobilizados pelo político mineiro e seus pares. Consideramos as estradas de ferro como parte de um plano maior de integração de Minas Gerais aos centros exportadores de café, entre outros produtos, e também de integração das diferentes regiões do território mineiro, objetivando dinamizar seu comércio interno. Para entender a escolha da expansão ferroviária como um de seus principais argumentos em favor do engrandecimento mineiro, é preciso avaliar o horizonte de expectativas de Affonso Penna em relação à instalação de ferrovias no território mineiro. Outros políticos, além de Affonso Penna, também entendiam a expansão ferroviária como um fator para promover o progresso mineiro. O movimento de construção de ferrovias em Minas Gerais, nesse sentido, compreende diferentes elementos: especulação financeira, intervenção do governo em sua organização, ideias de progresso e modernidade. A tentativa de conectar as zonas do interior aos centros urbanos visava, além do esforço de promover a economia dessas regiões, difundir valores caros às ideias de civilização e modernidade para a população em geral. Para compreender o pensamento de Affonso Penna e seus pares sobre a ferrovia, e os simbolismos que o trem incorporava a reboque, referentes às concepções de tecnologia e modernidade, é preciso recuperar parte da história ferroviária nos principais núcleos sociais da Europa e dos Estados Unidos da América, com o objetivo de entender a maneira pela qual a locomotiva e seus vagões se estabeleceram como uma das imagens mais significativas do progresso no século XIX.

[47] O emprego do termo quimera é atribuído ao seu significado figurativo: criação da imaginação; ficção, ilusão. IN: Michaelis. Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2016.
[48] ASSIS, Machado. Evolução. IN: Relíquias de Casa Velha. Histórias, críticas e diálogos. 1906. São Paulo: Editora Globo, 1997.

2.1. O trem – símbolo e *leitmotiv* do progresso

Desde 1760, existiam veículos a vapor na França. Porém, foi em 1804, com o desenvolvimento da indústria carvoeira na Inglaterra, que se concretizou a tecnologia de veículos a vapor sobre trilhos, com o funcionamento da primeira locomotiva que se tem notícia – a New Castle, no País de Gales (CAMPOS, 2012, p.15). Os primeiros protótipos eram pesados e ineficazes, usados apenas para o transporte de carvão. Para Eric Hobsbawm, a era ferroviária efetivamente teve início entre 1825 e 1830 (HOBSBAWM, 1996, p.61). Em 1825, foi construída a locomotiva *Rocket*, de George Stephenson, e em 1830 foi inaugurado o primeiro traçado ferroviário entre duas cidades, de Liverpool a Manchester.

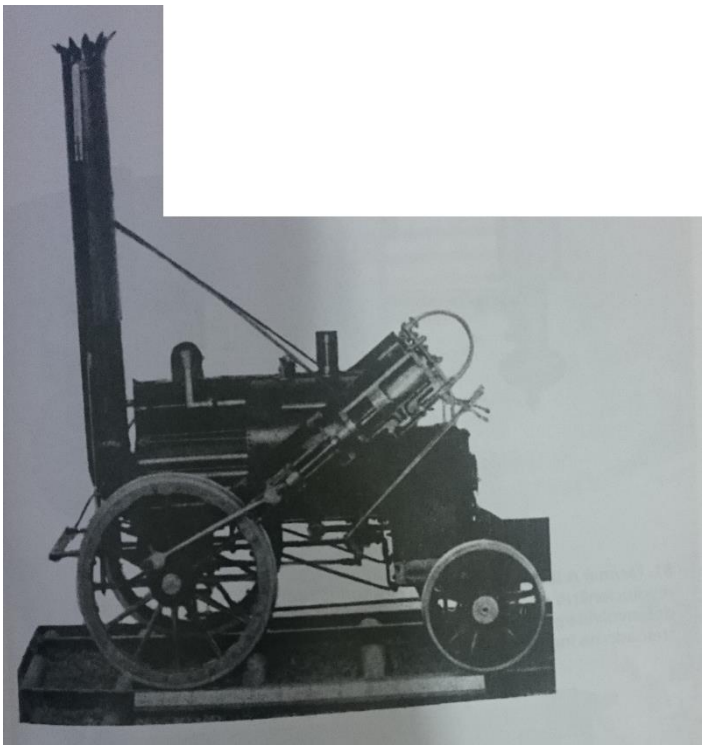


Figura 13: A Ciência e a Indústria. A máquina Rocket, de George Stephenson, demonstrava a praticabilidade da ferrovia movida a vapor em 1829. (HOBSBAWM, 1996, s/p.)

A invenção, rapidamente aprimorada, passou a ser objeto de desejo de todas as nações do mundo, por promover o encurtamento de distâncias e a eficácia no transporte de produtos e pessoas. Nos Estados Unidos da América a primeira estrada de ferro foi construída em 1827 (HOBSBAWM, 1996). Em 1870, o continente americano, a Europa, a Ásia e a África já eram atravessados por estradas de ferro. As ferrovias foram apontadas como um dos símbolos da era industrial, interface tecnológica e econômica da modernidade (MAIA, 2009). Conforme Pablo

Luiz de Oliveira Lima, o sistema ferroviário, além de envolver a dimensão da ciência, da tecnologia e da técnica, impulsionava a lógica capitalista e um novo imaginário social em torno do conceito de progresso (LIMA, 2009, p.16).

A locomotiva, desde sua criação, passou a significar um universo singular de representações. Era vista como um instrumento de progresso e civilização industrial, "integrando as comunicações por meio dos territórios em todo o mundo" (LESSA, 1993, p.85). Para Eric Hobsbawm (2011), as ferrovias correspondiam à visibilidade da tecnologia moderna; isto é, materializavam o discurso do progresso em todas as sociedades. Eleita a inovação de maior impacto do século XIX, suas

> vastas redes de trilhos reluzentes, correndo por aterros, pontes e viadutos, passando por atalhos, atravessando túneis de mais de 15 quilômetros de extensão, por passos de montanha de altitude dos mais altos picos alpinos, o conjunto das ferrovias constituía o esforço de construção pública mais importante já empreendido pelo homem. Elas empregavam mais homens que qualquer outro empreendimento industrial. Os trens alcançavam o centro das grandes cidades – onde suas façanhas triunfais eram festejadas com estações ferroviárias igualmente triunfais e gigantescas – e às mais remotas áreas da zona rural, onde não penetrava nenhum outro vestígio da civilização do século XIX. (HOBSBAWM, 2011, p.52)

O maquinismo ferroviário representava o avanço tecnológico da sociedade capitalista, composto por velocidade, produto industrial e controle do tempo e do espaço (LESSA, 1993, p.85). As locomotivas tornaram-se meios de propagação dos padrões capitalistas por todo o mundo, percebidas como pré-requisito para o desenvolvimento econômico e social. O trem correspondia à "mercadoria-vedete da expansão capitalista e da integração entre mercados, simbolizando a concretização dos avanços da ciência aliada ao capital" (LIMA, 2009, p.61). Desse modo, entre 1850 e 1913, a instalação de trilhos ferroviários tornou-se um alvo a ser alcançado em diversas localidades, conforme demonstrado na tabela 01:

Tabela 01: Desenvolvimento mundial dos caminhos de ferro em quilômetros.

Continentes e Países	**1850**	**1870**	**1900**	**1913**
Europa	23.500	104.000	282.000	359.000
Reino Unido	10.500	24.500	33.000	38.000
Alemanha	6.000	19.500	43.000	61.000
França	3.000	17.500	36.500	49.500
Rússia	1.000	10.500	50.000	65.000
América do Norte	14.800	90.000	357.000	457.000
Américas do Centro e do Sul	-	3.000	42.000	107.000
Ásia	-	8.400	60.000	108.000
África	-	1.800	20.000	44.000
Oceania	40	1.800	24.000	35.000

(FREITAS, 1977).

Indutora do progresso, a ferrovia foi percebida, pela comunidade política, como panaceia do desenvolvimento econômico por onde passasse, possibilitando o crescimento e o povoamento de novas regiões. Ao ampliar a forma de comunicação entre diversas localidades, o trem inscrevia a nova paisagem numa sociedade cosmopolita. Cabia à ferrovia conduzir não somente produtos e pessoas a regiões longínquas, mas difundir por onde passasse os valores de cultura e modernidade, inerentes às civilizações urbanas. A locomotiva, nesse sentido, adquiriu a função de *penetração*, entendida como representante do mundo urbano no interior, tendo como objetivo o seu povoamento (LESSA, 1993, p.05). A expansão ferroviária no Estado correspondia à proposta de domínio e ocupação de seu território, o que compunha o ideal de progresso, desenvolvimento e civilização. Ademais, a chegada do trem no interior significava o transporte de valores de salubridade, educação e saneamento, presentes nos centros urbanos e caros à noção de civilização (LESSA, 1993, p.84).

O trem foi capaz de representar diferentes matizes de pensamentos ligados à ideia de progresso. Francisco Foot-Hardman assinala que, como integrante do universo dos espetáculos do maquinismo, "a locomotiva surge não como metáfora do progresso na história, mas, ao contrário, como signo de seus desvios ocultos" (HARDMAN, 2005, p.31). A sociedade perante este artefato tecnológico reagia, sob forte impacto cultural, com uma miscelânea de sentimentos que variavam entre o espanto, o encantamento, a indignação e o temor. O trem representava diferentes sentidos histórico-culturais, que podiam ser contrários e imbricados numa mesma conjuntura social. Francisco Foot Hardman descreve esse simbolismo, duplo e controverso, da seguinte maneira:

> Essas obras nascidas do progresso técnico apresentam-se de modo fantasmagórico quando percebidas, simultaneamente, à luz de dois feixes conexos de relações: *a)* em suas rupturas espaço-temporais com o mundo circundante, no sentido dos impactos tecnológicos que novos mecanismos e procedimentos são capazes de desencadear no plano das chamadas "mentalidades"; *b)* em suas articulações internas, à medida que características como tamanho, movimento, justaposição de ferramentas simples numa estrutura mecânica complexa, ritmo, ruídos, automatismo acabam compondo em si mesmas, no seu conjunto, figuras em que o exercício da *mimesis* redundou em construções monstruosas. (HARDMAN, 2005, p.60)

Inserido numa sociedade em transição de valores, o fenômeno ferroviário não foi percebido com o mesmo olhar. Sob as expectativas do progresso e da modernização percebemos os problemas, os conflitos que a nova tecnologia gerou em sociedades que ainda traziam valores tradicionais arraigados em seu comportamento. As elites envolvidas na construção de ferrovias, entre outras obras públicas, resultaram de uma combinação entre imaginação romântica,

espírito empreendedor e especulação financeira: eram sujeitos orientados principalmente pela noção de lucro (HARDMAN, 2005, p.141).

Tais homens, nesse sentido, pensavam no destino manifesto do progresso a encobrir e interligar todas as regiões do mundo. Diferente dessa perspectiva, havia aqueles que sofriam os impactos negativos do progresso e, neste caso, da instalação das ferrovias. Não era somente sua percepção temporal que era alterada, sofriam o impacto de novos modos de vida e de comportamentos, que alteravam seu espaço de experiência, seus lugares e redes de sociabilidade. Marshall Berman, em sua análise sobre a obra *Fausto* de Goethe, reforça esse argumento (BERMAN, 2011). O texto de Goethe se passa num período em que leitores se reconhecem como modernos, mas cujas condições materiais e sociais ainda são medievais e expressa as conturbações espirituais e materiais de uma revolução industrial.

A leitura de Marshall Berman sobre o texto de Goethe define o processo de modernização como uma transformação de todo um mundo físico, moral e social. A construção de um ambiente social radicalmente novo resulta no esvaziamento ou destruição do "velho mundo" (BERMAN, 2011, p.77). O autor designa essa conjuntura como "movimento endêmico à modernização", esclarecendo que se trata de um movimento gerador de ambientes homogeneizados, demarcados pela modernização de seus espaços, nos quais os símbolos, registros e tradições desse velho mundo tenham desaparecido (BERMAN, 2011, p.86). Para os políticos que, juntamente com o setor privado, encetaram esse movimento, inaugurava-se a expansão do processo civilizatório.

As estradas de ferro, por onde chegassem, carregavam as expectativas de conectar sociedades de costumes tradicionais aos centros urbanos, difusores dos valores modernos e civilizados. Era preciso transformar e modernizar estes lugares, utilizando-se para isso da instalação de equipamentos tecnológicos, da promoção da instrução pública como meio de incutir e disciplinar valores humanos, e de interligar os espaços sociais. Nesse sentido, nem sempre o trem foi saudado como um ícone do progresso e da civilização. Para os habitantes do velho mundo, compreendia não somente mudanças, mas interferências diversas em seus espaços de experiências.

O texto de Aldo Delfino publicado no jornal *Idéa Nova*, em 01 de agosto de 1901, pode ser tomado para iluminar as análises de Marshall Berman e Francisco Foot-Hardman sobre os problemas advindos com a chegada do trem:

> Vão-se as tradições
> Dentro em pouco o grito estridente da locomotiva anunciará uma nova existência à Diamantina. Novos costumes, novas vestimentas, nova gente. Todo o dia, ao arfar das

> caldeiras, o trem despejará uma onda de povo estranha nas estreitas ruas da velha e tradicional cidade, e do interior, procurando o caminho da costa, olhos admirados, corações satisfeitos e medrosos, os velhos e as crianças virão ver, pela primeira vez, o progresso invadindo o sertão solitário.
> Transformar-se-á o aspecto da cidade, mudará seu vocabulário: e cada dia, com pedreiros e carpinteiros importados, irá perdendo o que lhe resta ainda do pitoresco, o ar dos bons tempos primitivos. Os próprios filhos da terra, ao voltarem à pátria, depois da entrada triunfal e ruidosa da locomotiva, custarão a reconhece-la.
> O *Barracão*, velho mercado da cidade, será modificado. Não veremos mais os tropeiros deitados ao meio das cangalhas, junto ao fogo em que ferve o feijão na panela de ferro suspensa à tripeça. Não veremos mais, às estacas, com os ombros em grandes chagas, sacudindo as moscas com as caudas, os cansados animais, que transportam através de léguas, atravessando os rios e as areias ardentes, os alimentos necessários aos habitantes. Aí, em breve, se erguerá um belo edifício, elegante e limpo, em que tudo se encontre.
> Por toda a cidade, e mais ainda nas proximidades da estação da ferrovia, como por encanto, se verá surgir uma nova população. Casas se edificarão por toda parte. O próprio comércio, modificando antigos hábitos, aos ruídos constantes das manobras e ao sabor das notícias trazidas através de léguas e léguas, de todos os lugares, perderá o seu feitio local. Nada ficará sem sofrer a influência estranha desse progresso que chega.
> Poder um homem, de cima de um cocuruto da serra, a mil e quinhentos metros acima do litoral, num dia, ir comer camarões e ostras à praia do oceano, é a alegria maior que se pode prometer aos sertanejos. Pois terão isso.
> Em compensação, entretanto, aos poucos, irão perdendo o pitoresco quadro de um carro de bois, vagarosamente rinchando, pelas ruas da cidade; e talvez os filhos dos que por aí andam não possam ver um desfilar lento de tropa, ao monótono ruído dos cincerros das *madrinhas*. Terão, se quiserem ver isso, de ir além por serras e vales, a mais longínquos lugares.
> O progresso tem isso. Pelo bem que nos traz nos priva de muita coisa boa. É verdade que o benefício é sempre maior do que aquilo que perdemos. Mas... que querem? Nós nunca nos esquecemos do que vendo uma vez, gostamos. Por isso é que, dificilmente, os olhos gostam de novidades.
> Tenham paciência, porém, por esta vez. Terão estradas de ferro, e, querendo, pode um velho garimpeiro barbado mudar de alimentação, passando do feijão com torresmo e angu aos camarões, ostras e badejos, com um só dia de viagem!
> Não creio que goste. Se não achar bom, verá o mar, grande e tranquilo, a sacudir ruidosamente, onda sobre onda, a babugem branca das espumas alvas para a praia. E isso, estou certo, lhe compensará a viagem. A verdade, porém, é que a Diamantina atual será absorvida pela Diamantina futura. Aí vai a nova cidade em trem de ferro!
> Tu, porém, cidade antiga, tu viverás veneranda na memória dos moços e na saudade dos velhos. Falarão de ti através dos tempos, e ficarás gloriosamente lembrada nos escritos daquele que te tornou imortal – Joaquim Felício dos Santos. E crescerás, perdendo em costumes locais, na tradição que te fez respeitada pelas tuas legendas. No dia em que a nova cidade chegar, tu podes desaparecer tranquila, porque morres com glória. (*apud* GOODWIN Jr., 2015, p.96-98)

O sistema ferroviário possibilitaria a ampliação da circulação interna, a criação de povoamentos e, consequentemente, o desenvolvimento da economia e o controle das fronteiras pelos Estados. Em diferentes regiões, a ferrovia passou a ser percebida como "elemento estratégico fundamental de controle interno e pressão externa, ou seja, um elemento fundamental de sua soberania" (LESSA, 1993, p.36). Sua importância, portanto, era tamanha, a ponto de várias discussões terem sido realizadas sobre a iniciativa da implantação das estradas

de ferro, em diversos países. A responsabilidade de custeio e implantação do progresso pelos trilhos passou a ser objeto de discussão, se caberia à iniciativa pública ou à privada.

Também era preciso determinar quem se encarregaria do controle das estradas de ferro, se este caberia ao Estado ou às companhias particulares. Conforme Simone Narciso Lessa, muitos governos tiveram de construir ou encampar ferrovias, uma vez que os custos para a realização desse empreendimento estavam além dos recursos de muitas empresas privadas (LESSA, 1993, p.37). Tanto na Europa Continental, quanto na América do Norte, em destaque nos EUA, era presente o debate sobre como organizar o sistema ferroviário. Debate que, por consequência, iria influenciar as ideias, os discursos e as ações políticas sobre a instalação dos caminhos de ferro no Brasil, a partir de 1850, e em Minas Gerais, a partir da década de 1870.

Inicialmente, conforme a tendência dos meios de transporte pré-industriais, as locomotivas surgiram como veículos particulares, gerando verdadeiro caos. Os traçados ferroviários eram instalados segundo interesses econômicos e políticos de pessoas e grupos específicos. Em consequência, companhias tornavam-se concorrentes numa mesma cidade e os traçados eram organizados de modo inadequado à região a que serviam. Paulatinamente, apesar de certos entraves, as ferrovias foram adquirindo definição jurídica, política e econômica, com base em companhias de transportes monopolistas privadas. Nesse período, a desarticulação entre essas linhas causava problemas sérios de segurança no tráfego. Após o aparecimento do telégrafo, que otimizou esse sistema, a comunicação entre locomotivas foi facilitada e tais problemas solucionados (LESSA, 1993, p.27-28).

O conhecimento sobre como esse sistema foi organizado na Inglaterra, França e EUA condicionou a circulação de ideias sobre a constituição de uma rede ferroviária brasileira e mineira – países que serviram de modelo e respaldo no debate político nacional sobre o assunto. Em Minas Gerais, os políticos se apropriaram, em diferentes momentos, desses modelos para embasar o planejamento da instalação de ramais ferroviários no território mineiro: ora utilizaram do exemplo inglês, ora francês, ora norte-americano. A escolha desse repertório de ideias era definida segundo o tipo de demanda do transporte ferroviário e do discurso político. De acordo com Eric Hobsbawm, o sistema ferroviário foi planejado pelo governo em quase todos os países que se utilizaram desse meio de transporte. O autor esclarece que, se não foram efetivamente construídas pelo poder público, as ferrovias contaram com incentivos do poder público por meio de programas de subvenção e/ou de concessões e pela garantia de investimentos (HOBSBAWM, 2011, p.277-278).

As primeiras obras de construção de redes ferroviárias na Inglaterra foram de iniciativa privada (HOBSBAWM, 2011, p.277-278). A presença marcante do liberalismo no ideário

político conferiu ao Estado a função de não intervir na economia. Porém, após pouco tempo, o governo inglês assumiria parte da responsabilidade em desenvolver e instalar as ferrovias em seu país, dirigindo esse empreendimento em parceria com as empresas privadas. Na França, desde o início, a organização do sistema ferroviário teve no parlamento francês o principal condutor do empreendimento. Desse modo, o governo francês administrou toda a construção de ferrovias pelo território, fornecendo terras e infraestrutura e orientando a direção das estradas de ferro. Caberia à iniciativa privada o assentamento dos trilhos e a operação dos trens (LESSA, 1993, 38).

Os EUA, juntamente com a Inglaterra, representam um dos principais modelos ferroviários do mundo (LESSA, 1993). Nos EUA a ferrovia foi organizada tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada. Destaca-se que, ao contrário do vislumbrado no continente europeu, as ferrovias nesse país tinham o objetivo de criar o tráfego, em vez de dinamizá-lo. Simone Lessa afirma que a ferrovia servirá nos EUA para "abrir pela primeira vez vastas regiões inexploradas do Meio Oeste e Oeste" (LESSA, 1993, p.43). O sistema ferroviário norte-americano adquiriu o *status* de ferrovia de *penetração*. Peter Blasenheim afirma que a rede ferroviária dos EUA precedia "as fronteiras econômicas", sendo seu traçado idealizado para criar o tráfego, as vias de transporte e ligar regiões, os centros urbanos a regiões inexploradas (BLASENHEIM, 1996, p.88).

Nesse sentido, o traçado do sistema ferroviário demonstra a função que está destinado a desempenhar. As estradas de ferro foram criadas e/ou instaladas em diversas localidades pelo mundo, sendo que, em cada lugar, o traçado e a tecnologia adotados definiam o tipo do empreendimento. Ficou evidente a divisão entre os países detentores da tecnologia ferroviária (Inglaterra, França, EUA e Alemanha) e o restante, que correspondia aos compradores (importadores) dessa tecnologia, a exemplo do Brasil (SILVEIRA, 2003, p.66). Ademais, as ferrovias podem ser categorizadas como vias de penetração, que seguem da costa ao interior; ou redes interligadas às vias de penetração por ramais transversais e vias continentais, que atravessam um continente e proporcionam o desenvolvimento econômico (MAURO, 1976, p.202).

Como vias de comunicação e transporte, os caminhos de ferro auxiliaram e amplificaram o comércio internacional. As ferrovias construídas na Ásia, na Austrália, na África e na América Latina eram, do ponto de vista econômico, "um meio de ligar alguma área produtora de bens primários a um porto do qual esses bens poderiam ser enviados para as zonas industriais e urbanas do mundo" (HOBSBAWM, 2004, 91 *apud* CAMPOS, 2012, p.16). Nesses lugares a ferrovia foi uma construção suplementar à rede de navegação internacional, cuja

função seria ligar as regiões de bens primários aos portos de exportação (CAMPOS, 2012, p.16). Ao contribuir para a exportação dos gêneros primários, a locomotiva, em contrapartida, levava diversos bens importados para o interior desses países. Além de produtos, carregava os valores dos núcleos sociais do continente europeu e dos EUA. A cultura, a civilização e a modernidade eram conduzidas a reboque pelos trens e deviam retirar do *obscurantismo* e da *barbárie* aqueles que viviam isolados no interior.

O trem significava o triunfo da tecnologia e engenhosidade humanas, sendo que sua chegada promovia expectativas e alvoroços, festejada em qualquer localidade (CAMPOS, 2012, p.16). Em notícia publicada em 13 de dezembro de 1909, no jornal *Idéa Nova*, observamos as perspectivas criadas em torno da eminente chegada da locomotiva em Diamantina:

> Ramal Curralinho-Diamantina
> Felizmente dentro em pouco será uma esplêndida realidade a antiga aspiração a que sempre nutriu a Diamantina de ver-se ligada aos centros cultos do Brasil, por uma viação rápida e cômoda. [...] Em dois anos no máximo, a locomotiva fará ouvir nestes serros alcantilados o silvo promissor do progresso.
> Então a Diamantina, que infelizmente ia definhando numa cruel agonia, despertará forte, viril e rediviva.
> Os Sr. Júlio Bueno Brandão e o Dr. Juscelino Barbosa serão credores eternos do reconhecimento e da gratidão de todo o povo do Norte de Minas, que sempre verá nos dois ilustres mineiros os grandes propugnadores de um melhoramento tão importante, que sem ele esta zona se transformaria em breve num cemitério de ruínas. (*apud* GOODWIN Jr., 20015, p.273)

A ferrovia compreendia o esforço de construção empreendido pelo homem sobre a natureza, o rompimento da noção de distância e de tempo, e a integração entre diferentes regiões (HARDMAN, 2005, p.51-52). Conforme Steven Topik, havia um consenso sobre as ferrovias que as idealizavam como elo central para o progresso econômico (TOPIK, 1987, p.149). A crença no trem como propulsor do progresso derivava da certeza de que a ferrovia, acompanhada de demais melhoramentos técnicos, possibilitava a aproximação ou entrada do país no concerto das nações civilizadas e apagava a lembrança do atraso que se julgava herança do período anterior (HARDMAN, 2005).

Concebida como fio condutor das mudanças, precursora do desenvolvimento econômico e social por onde passava, a ferrovia esteve presente em diversos discursos políticos, sobre como organizar, instalar e controlar os serviços das redes ferroviárias e indicar a quais objetivos elas se destinavam. No Brasil e em Minas Gerais, a ferrovia integrou parte significativa do repertório político e intelectual sobre os meios de desenvolvimento econômico

e social. Para essas elites dirigentes, os caminhos de ferro, por onde passassem, carregariam a reboque o sonhado progresso.

A construção de uma rede de comunicação foi percebida como um "importante agente político e social para a constituição da integração territorial" (LESSA, 1993, p.122). Sob a perspectiva de a locomotiva promover a civilização, o trem foi compreendido como "auspiciosa contribuição cultural e educativa" (LESSA, 1993, p.122). Na maioria dos lugares a estrada de ferro teve uma função mais política do que socioeconômica. Funcionou deliberadamente como propaganda ideológica e concreta do progresso e da modernização (LIMA, 2009, p.49).

Portanto, para representar o pensamento de Affonso Penna referente ao progresso ligado à instalação das ferrovias em solo mineiro, tomaremos como exemplo posturas sobre a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina. A E.F. Leopoldina assumiu várias feições da organização ferroviária: foi empreendimento privado, foi encampada pelo governo estadual e federal, foi pensada como linha de penetração, mas utilizada como linha de tráfego. Muitas ideias circularam em seu entorno. Para avaliar sua projeção na concepção de Affonso Penna, é necessário conhecer melhor as discussões políticas sobre a estruturação ferroviária no país e no estado mineiro, assim como as discussões políticas que permearam sua organização e seu desenvolvimento, associadas ao conceito de progresso. Delimitar a importância da E.F. Leopoldina na percepção de Affonso Penna significa entender seu pensamento sobre a ferrovia como elemento de progresso em Minas Gerais.

2.2. Os primórdios da ferrovia no Brasil

O desejo de expansão ferroviária da Europa e dos EUA rapidamente foi absorvido pelas nações latino americanas, como resposta à maioria de seus anseios desenvolvimentistas. O discurso do progresso propugnava a necessidade de se instalar em seus territórios tecnologias e modelos culturais apreendidos da Europa e dos EUA, como maneira de integrar o rol das nações modernas e civilizadas. No Brasil, tal comportamento não foi diferente. Ao tornar-se independente dos laços coloniais e firmar-se como um novo Estado Imperial, buscou sua inclusão "na correlação de forças das relações internacionais do capitalismo industrial como um país soberano" (LESSA, 1993, p.55).

O governo imperial pretendia atingir o progresso econômico e social ao empreender um projeto de *status quo* seguindo a tendência dos núcleos sociais da Europa e EUA – exemplos e vitrines do desenvolvimento. Era preciso que o governo imperial efetivasse medidas para o controle territorial e populacional, estabelecendo sua soberania. O atraso econômico e social

deveria ser superado a todo custo. Nesse sentido, a ferrovia foi apontada como principal instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Destaca-se que parte da elite político-administrativa e empresarial do Império, além de absorver essa noção de atraso, passou a acreditar que "a ferrovia seria um instrumento de superação e solução dos problemas internos como, por exemplo, a própria instabilidade político-administrativa" (LIMA, 2009, p.61). A partir da década de 1830, a invenção da locomotiva era pouco conhecida no continente europeu, mas já percebida como solução para integração nacional e a questão de soberania do Brasil. A locomotiva seria condutora do povoamento, da civilização e da modernidade aos distantes territórios do interior do país (LESSA, 1993, p.48).

Assim, durante o período regencial foi sancionado o Decreto Nº 101, de 31 de outubro de 1835, pelo padre Diogo Antônio Feijó, a primeira resolução legislativa que autorizava "o governo a dar concessão para a construção de estradas de ferro mediante certos ônus e privilégios" (LESSA, 1993, p.57). A instabilidade política do período regencial e o escasso erário público não permitiram a realização desse projeto. Ressalta-se que esta foi a primeira tentativa de estabelecer condições favoráveis para a construção de ferrovias, ligando a corte às capitais das províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia (LESSA, 1993, p.57).

Desde os anos iniciais do Império havia forte preocupação em consolidar as rotas de comunicação entre interior e litoral. A locomotiva era pensada como o instrumento capaz de carregar eficientemente e em curto espaço de tempo pessoas e mercadorias e, ao mesmo tempo, transportar "os valores da civilização presentes na Corte para os sertões mais remotos do Império" (LIMA, 2009, p.16). Desse modo, a elite política imperial compreendia que os caminhos de ferro provocariam naturalmente o desenvolvimento econômico e social por onde passassem. O Brasil, a partir das locomotivas, alcançaria de forma semelhante o progresso percebido nos países que tinham seus territórios atravessados por ferrovias, a exemplo da Inglaterra, da França e dos EUA (LIMA, 2009, p.16).

A segunda tentativa de instalação de estradas de ferro no Brasil por empenho do governo imperial surgiu por meio do Decreto nº 641, de 26 de junho de 1852, que autorizava

> o Governo para conceder a uma ou mais companhias a construção total ou parcial de um caminho de ferro que, partindo do Município da Corte, vá terminar nos pontos das Províncias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem. [...] Esta concessão compreenderá o privilégio do caminho de ferro por um prazo que não excederá a noventa anos, contados da incorporação da Companhia, tendo-se em vista o plano e orçamento da obra projetada debaixo das condições seguintes. (MARTINS, 1855, p.05).

Caberia ao Estado garantir 5% de juros sobre o capital investido, a obtenção não onerosa de terras e a isenção de direitos de importação do carvão mineral e equipamentos ferroviários (ACCIOLI, 2007 *apud* BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.07). Contudo, apesar do suporte imperial à instalação de ferrovias no país, a primeira estrada de ferro somente foi construída em 1854, por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, por meio da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Petrópolis. Ligava a estrada de rodagem de Petrópolis ao Porto de Estrela, na Baía de Guanabara.

A construção de ferrovias, encetada em 1854, não correspondeu aos avanços previstos pelos políticos nacionais nem promoveu a expansão dessa atividade na indústria dos transportes. Entre 1854 e 1872, foram construídos apenas 932 km de estradas de ferro (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.08). A partir da década de 1870, percebeu-se um forte aumento na construção da malha ferroviária no país. Em 1876, Affonso Celso, futuro Visconde de Ouro Preto, já exortava em conferência a necessidade de se cobrir de "estradas de ferro os nossos sertões" (HARDMAN, 2005, p.114). Em comparação, se na década de 1860 foram assentados 521,4 km de trilhos, na década seguinte foram assentados cerca de 2.653,3 km (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.08). Até 1890, o país chegou a possuir uma malha ferroviária de aproximadamente 9.600 km (LIMA, 2009, p.17). A evolução da instalação de ferrovias pelo território nacional até o início do século XX pode ser observada na seguinte tabela:

Tabela 02: Malha ferroviária brasileira, 1854-1912.

Ano	Extensão em tráfego (km)	Acréscimo	Ano	Extensão em tráfego (km)	Acréscimo
1854	14,5	0,0	1874	1.357,0	425,0
1860	222,7	208,2	1880	3.397,9	2.040,9
1864	411,0	188,3	1890	9.973,1	6.575,2
1869	713,0	302,0	1900	15.316,4	5.343,3
1870	744,1	31,1	1910	21.325,6	6.009,2
1872	932,0	187,9	1912	23.491,0	2.165,4

(Anuário Estatístico do Brasil *apud* BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.08)

Andréa Casa Nova Maia propõe que nos últimos vinte anos do século XIX o *boom* ferroviário percebido no Brasil decorreu da enorme vantagem financeira que essa atividade proporcionava: "construir estradas de ferro era, em todo o mundo, a forma de fazer grandes fortunas" (MAIA, 2009, p.53). Assim sendo, desde meados do século XIX foram acirradas as discussões sobre quem seria mais indicado para ocupar a função de administrar as estradas de ferro no território nacional: "se o Estado ou o capital privado, nacional ou internacional"

(MAIA, 2009, p.53). Esse debate circulou pelo país, nos diversos espaços frequentados pela elite dirigente e nos plenários das Assembleias Provinciais e, posteriormente, no Congresso Legislativo Nacional e nos espaços políticos dos estados, com o regime republicano.

Desde o início da instituição de ferrovias no Brasil, o Estado teve importante papel na constituição e manutenção dos caminhos de ferro, rivalizando, em diversos momentos, com a iniciativa privada. Andréa Casa Nova Maia indica que a iniciativa privada, juntamente com capitais nacionais ou mistos, proporcionou a construção da maior parte das ferrovias pelo país (MAIA, 2009, p.55). De modo geral, à administração pública cabia fornecer todo auxílio necessário às empresas privadas para a execução do empreendimento, especialmente financeiro, visto seu elevado custo.

A realidade, contudo, demonstrou que o Estado exerceu, cada vez mais, função de fomentador e mantenedor dos empreendimentos ferroviários pelo país. Devido aos altos custos das ferrovias, era comum que as companhias ou empresas privadas entrassem em crise e decretassem falência. Assim, o governo acabava por adquirir ou encampar as ferrovias com objetivo de continuar sua construção, "melhorar as condições técnicas do traçado e ajustá-las às necessidades de um tráfego econômico, substituindo o material rodante já estragado pelo uso" (MAIA, 2009, p.57). O Estado foi responsável pela conclusão das obras, a remodelação dos maquinismos e a manutenção dos serviços prestados de diversas companhias.

A maior parte dos apoiadores da causa ferroviária, integrantes dos grupos de cafeicultores e de diferentes correntes político-partidárias, defendeu a necessidade de importação da técnica e da tecnologia para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Brasil (LIMA 2009, p.20). Embora essa prática gerasse a dependência financeira e tecnológica dos países do capitalismo central, era crença compartilhada de que tal medida *cortava caminho* ou *queimava etapas* "em um processo de modernização e industrialização conservadora" (LIMA, 2009, p.62). Tratava-se de um método articulado pelas elites dirigentes para expandir a malha ferroviária e solucionar o problema do suposto atraso econômico, conforme a análise de Otávio Dulci (1999). Para Pablo Lima, "o crescimento do mercado interno estaria condicionado ao grau de sua integração à economia mundial" (LIMA, 2009, p.63). Para o autor, "nesta integração, o Brasil tinha o papel de exportador de matéria-prima agrícola e mineral" (LIMA, 2009, p.63). De modo geral, as ferrovias no Brasil tiveram como principais características:

> Rápida expansão a partir da consolidação das economias exportadoras regionais. Redução dos custos de escoamento da produção agrícola, tendo em vista basicamente o atendimento a mercados externos, com a consolidação de sistema dotado de certa

> capilaridade, baseado em ramais alimentadores do tronco principal. Este atributo do sistema ferroviário brasileiro permitiu carregamentos de matérias primas e alimentos para exportação, o transporte de cargas fracionadas e encomendas e a distribuição de manufaturados (majoritariamente importados) nas áreas de influência dos portos regionais, como subsidiárias da função de exportação (BARAT, 2007, p.23 *apud* BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.07).

Importa ressaltar que às locomotivas presentes nos discursos políticos foram atribuídas as funções de penetração no interior do país. Era preciso criar o tráfego, povoar novas regiões, fomentar a imigração, desenvolver localidades. Simone Narciso Lessa afirma que a ferrovia foi percebida no Brasil, pelos seus defensores, como "eventual conquistadora das regiões desérticas do interior do país", capaz de trazer ao sertão as benesses da civilização (LESSA, 1993, p.02-03). Para a elite dirigente, a ferrovia encarnava a imagem do progresso,

> como uma estratégia fundamental para promover o encontro do Brasil, que se "modernizava" e se "urbanizava", com o interior atrasado do país. Este encontro se daria à medida que fosse normalizado o tráfego da população, das mercadorias e das informações no território brasileiro, ligando a cidade com o campo e estabelecendo, consequentemente, o contato entre essas duas culturas estanques: uma urbana e outra agrícola. A instauração de uma constante vigilância, expandindo cada vez mais as fronteiras de acesso do aparelho administrativo para todo o território, buscava cercear qualquer desordem interna. O domínio do território acabaria por propagar, pela construção das redes de comunicação, as imagens de progresso, desenvolvimento e civilização para o interior, representadas pela ferrovia e tão caras à época. (LESSA, 1993, p.08).

O advento da República reforçou o discurso do progresso conduzido pelas locomotivas que, no pensamento político, adquiriram um caráter pedagógico de introduzir os valores e costumes dos centros urbanos, tidos como civilizados, para as cidades do interior. A alteração do regime buscou ainda mais o controle territorial, por meio da ampliação das vias de comunicação, estruturadas nos caminhos de ferro. A busca pela inserção do país no rol das nações civilizadas também envolveu debates sobre a função da locomotiva como indutora dos valores de civilização, educação e modernidade, percebidos como virtudes dos centros urbanos. Embora os anos iniciais do novo regime político tenham sido marcados pela instabilidade, os projetos de modernização e integração nacional ganharam força (LIMA, 2009, p.81). Desse modo, novos troncos e linhas ferroviárias foram criadas interligando a capital federal com o Norte, o Sul, o Leste e o Oeste do país (LESSA, 1993, p.79).

O regime federalista, que estabelecia a autonomia dos Estados, não impediu que o governo federal interviesse cada vez mais no setor ferroviário em todos os estados (LESSA, 1993, p.82). Em 1890 e 1892 foram decretados o estabelecimento de estradas de ferro e linhas fluviais em vários estados; em 1907, Affonso Penna, então Presidente da República, estabeleceu

o Plano de Viação Férrea, cujo objetivo era realizar a ligação geral dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Seu propósito era facilitar o comércio entre os estados do país, tornando essa atividade mais dinâmica. Em seu discurso de posse, de 15 de novembro de 1906, depositava nas estradas de ferro maior confiança em seu potencial para desenvolver o comércio nacional: "É preciso igualmente facilitar, tanto quanto possível, a circulação dos produtos e a tal respeito deixei também assinalado no meu programa o vivo interesse que merecerão do meu Governo o desenvolvimento da rede ferroviária e o aparelhamento dos portos" (*apud* BONFIM, 2008, p.96).

Simone Lessa indica que, no começo do século XX, não havia uma rede ferroviária brasileira, mas "pequenas redes independentes cobrindo com suas malhas as regiões da antiga colonização e sem comunicação entre si" (LESSA, 1993, p.82). Sob a primazia do modelo primário-exportador, cuja principal mercadoria à época era o café, essa rede ferroviária "tendeu a privilegiar as regiões que se mostravam mais estreitamente vinculadas a tal dinâmica" (BATISTA, BARBOSA, GODOY, 2012, p.09). Após a expansão desorganizada da instalação de trilhos mediante concessões particulares, iniciada no período imperial, ocorreu a encampação generalizada desses trilhos pelo governo. Destarte,

> o empreendimento ferroviário feito por concessionárias privadas, era, acima de tudo, especulação financeira, dadas as vantagens na aquisição de capital, que, por sua vez, era proveniente de empréstimos do exterior garantidos pela União e pelos Estados. As construções não se realizavam. Diante do déficit das empresas construtoras de ferrovias e do rombo do orçamento estadual que ele representava, os Estados solicitaram, no começo do século XX, que a União encampasse as estradas de ferro deficitárias. O governo republicano toma a frente do empreendimento ferroviário. (LESSA, 1993, p.83-84)

Para Peter Blasenheim, as fronteiras econômicas determinaram o traçado dos caminhos de ferro no Brasil, apesar das poucas tentativas – algumas infrutíferas – em criar vias de penetração no território nacional. O autor aponta que a febre ferroviária tornou nociva a maneira como as concessões para a construção de estradas de ferro foram realizadas. Para ele, parte do insucesso do projeto da malha ferroviária deveu-se à construção de traçados concorrentes entre si. O desejo de "levar uma estrada de ferro à porta de cada fazendeiro" acarretou na falência de diversas companhias. Em consequência, o Estado forneceu suporte financeiro – consumindo significativa parte do erário público – para a manutenção, prosseguimento e, em diversas situações, encampação das companhias ferroviárias (BLASENHEIM, 1996, p.90).

Pablo Lima afirma que é preciso considerar o *déficit* de tecnologia, técnica e trabalho especializado como uma das causas do atraso nacional relacionado à instalação dos caminhos de ferro (LIMA, 2009, p.53). Assim, é preciso refletir que os projetos tinham que lidar com

> as condições geográficas, marcadas pela abundância de suas redes fluviais e pelo relevo montanhoso, em que a estrada tinha de se alongar, para transpor montes e vales, atravessar pantanais, ou encurtar-se dispendiosamente, furando túneis, abrindo florestas e saltando rios caudalosos sobre pontes de grande extensão. A enorme vastidão territorial, a rarefação demográfica, a estrutura econômica do país à época, as dificuldades de desenvolvimento da indústria e, por conseguinte, as dificuldades de obtenção de capitais no exterior constituíam alguns dos obstáculos ao desenvolvimento das ferrovias no País. (MAIA, 2009, p.57)

Simone Lessa afirma que a política ferroviária nacional foi marcada por "descaminhos, especulações, interrupções e recomeços" (LESSA, 1993, p.63). Ao longo de sua trajetória, o sistema ferroviário brasileiro esteve associado a "interesses políticos e econômicos conflitantes, mostrando-se sempre como um bom recurso de retórica quando alguma autoridade queria mostrar-se afeita ao progresso e desenvolvimento" (LESSA, 1993, p.63). Assim, percebe-se um contraste entre as construções idealizadas sobre a locomotiva como fomentadora da civilização pelo interior do país e a realidade dos empreendimentos ferroviários executados. A ausência de planejamento estratégico nacional e/ou regional, articulada à dependência tecnológica estrangeira, acarretaram nos "problemas que impediram um desenvolvimento substantivo do transporte ferroviário no Brasil" (LIMA, 2009, p.59).

2.3 A Era Ferroviária em Minas Gerais

Em Minas Gerais, a idealização da ferrovia estava relacionada à expectativa do trem como fomentador do progresso e do desenvolvimento econômico. Apesar das divergências entre os segmentos das elites políticas mineiras, todos concordavam com a ideia de que, por meio da instalação de ferrovias, se alcançaria o progresso econômico. Peter Blasenheim, a partir de seus estudos sobre as estradas de ferro mineiras no século XIX, aponta a "crença compartilhada por todos os mineiros que as ferrovias estimulariam o crescimento econômico em toda a província, integrando as regiões e estimulando as exportações" (BLASENHEIM, 1996, p.83).

Essa percepção do progresso ligada à instalação das ferrovias foi encontrada, em diversos momentos, nos discursos produzidos na Assembleia Provincial do Estado de Minas Gerais e, após a instalação da República, no Congresso Mineiro. As estradas de ferro, na

acepção dos políticos mineiros, simbolizavam a concretização dos avanços da ciência aliada ao capital. Foram representadas como instrumentos de expansão do progresso capitalista na política mineira e na política nacional. Os maquinismos foram compreendidos como elementos capazes de promover o crescimento econômico e possibilitar a penetração da cultura urbana no interior. A chegada da ferrovia em qualquer localidade era celebrada como a materialização do progresso. O discurso do senador Affonso Penna pode ser tomado para respaldar essa análise, ao referir-se à E.F. Leopoldina como elemento que "veio trazer grande incremento às indústrias e ao comércio e que foi, portanto, um elemento de progresso para a zona percorrida por ela" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.201).

Durante o regime imperial, os trilhos instalados não corresponderam à dinamização da economia regional, conforme o esperado. Para Felipe de Alvarenga Batista, Lidiany Silva Barbosa e Marcelo Magalhães Godoy, a malha ferroviária promoveu a integração geográfica de parte dos mercados das regiões mineiras, reduzindo o custo dos transportes de cargas e pessoas. Porém, os autores afirmam que as estradas de ferro não resultaram na constituição de um sistema ferroviário *moderno* e *funcional* e de políticas de desenvolvimento regional, "além de representarem elevado ônus para as finanças provinciais" (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.09).

As políticas dirigidas para a melhoria dos transportes em Minas Gerais, com enfoque na instalação de ferrovias, começaram em 1835 com a elaboração do plano ferroviário por Bernardo Pereira de Vasconcelos, deputado da província de Minas Gerais. Em 1864 foi criado novo plano ferroviário pelo engenheiro Henrique Gerber e, em 1871, pelo engenheiro Modesto Faria Bello, solicitados pela Câmara dos Deputados da província mineira (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.09). Esses três planos apresentaram uma dupla preocupação: "ligar a economia mineira a mercados externos, especialmente ao do Rio de Janeiro, e superar o problema da desarticulação interna" (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.09).

Foi a partir da década de 1860 que os caminhos de ferro tiveram sua instalação iniciada no estado mineiro. A primeira estrada de ferro a penetrar no território de Minas Gerais foi a Estrada de Ferro D. Pedro II, com a inauguração das estações de Serraria e Chiador em 27 de junho de 1869 (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.11). Em seguida, foi construída a Estrada de Ferro Oeste de Minas, por meio de concessão provincial e subvenção quilométrica, em 1873 (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, 11; LIMA, 2009). Em 1877 foi terminada a construção da Estrada de Ferro Leopoldina, com a inauguração de uma estação na cidade de Leopoldina, MG. Tais ferrovias tiveram por objetivo otimizar a circulação de mercadorias e

pessoas pelo território, que normalmente era realizada por tropas de muares em estradas de rodagem íngremes e precárias (BLASENHEIM, 1996, p.83).

Entretanto, desde pelo menos 1876 já se discutiam na Assembleia Legislativa os efeitos negativos da concessão de juros e o apoio financeiro fornecido pelo Estado mineiro às companhias ferroviárias (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.17). As concessões, conforme Peter Blasenheim, não foram estabelecidas seguindo um critério técnico de delimitação dos traçados dos trilhos (BLASENHEIM, 1996). Assim, durante os debates políticos nas sessões da Assembleia Provincial, foram frequentes os discursos negativos sobre o impacto das ferrovias nas finanças do erário público (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.18). Desse modo,

> os gastos com garantias de juros e subvenções quilométricas passam a ser motivo de preocupação crescente nas Mensagens à Assembleia. Na Mensagem de 13 de abril de 1885, do presidente Olegário Herculano d'Aquino e Castro, pela primeira vez [se] aborda o problema das Despesas com Estradas de Ferro: o gasto provincial com tal rubrica entre 2 de janeiro de 1872 e 7 de janeiro de 1885 fora de Rs. 3.572, 839$362 [Três mil, quinhentos e setenta e dois contos; oitocentos e trinta e nove mil e trezentos e sessenta e dois réis]. Gastos que se intensificaram a ponto de, em Mensagem de 13 de abril de 1886, o presidente [da província de Minas Gerais] Herculano Machado Portella comunicar a expedição da Lei nº 3232, que revogava todas as Leis que autorizavam contratos para construção de estradas ferroviárias que ainda não haviam entrado em vigor. (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.22)

Apesar da mudança de regime político com a instalação da República, não houve diminuição nos gastos destinados aos empreendimentos ferroviários. O reforço do discurso do progresso via locomotivas promoveu o aumento do assentamento dos trilhos de ferro, subvencionados por quilometragem ou concessão de juros. Observou-se, a partir da análise dos discursos políticos mineiros, que a ideia da ferrovia, como propulsora do progresso, estava associada à ideia da imigração.

Diversos políticos defendiam a colonização do território mineiro, por meio dos imigrantes, especialmente de origem europeia, como maneira de se introduzir novas práticas e técnicas produtivas, com o objetivo de fomentar o progresso. O desenvolvimento seria alcançado, segundo essa perspectiva, por meio das ferrovias, condutoras dos imigrantes a diferentes regiões mineiras. Caberia aos colonos, conforme suas atividades produtivas, fomentar a economia, a indústria e a técnica. Os imigrantes trariam consigo, não somente novos métodos de produção, mas as tradições culturais das modernas sociedades da Europa. Representariam, assim, um meio de desenvolver a cultura mineira, promovendo sua aproximação com os padrões culturais, referenciados como modelos de civilização. Essas

Affonso Penna, em discurso na sessão de 05 de agosto de 1891, defende a imigração como solução alternativa para a escassez de trabalhadores na lavoura mineira, especialmente nas plantações de café. Para ele, era preciso instalar ferrovias que alcançassem todas as zonas mineiras, interligando-as a importantes centros urbanos consumidores (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.238). Alguns políticos também associavam a instalação de estradas à instituição de políticas imigratórias, a exemplo do senador Mello Franco:

> O futuro de Minas só depende do aumento de população e de braços para o trabalho; e para aquisição de braços é preciso favorecer a introdução de colonos de raça europeia. [...]. Enquanto não tivermos, como têm os Estados Unidos, uma boa rede de estradas de ferro que encurtem as distâncias, e deem saídas aos grandes centros de consumo, para as diversas produções, a questão de imigração ficará quase insolvável. (MELLO FRANCO, Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.1010)

Esses ideais prevaleceram no pensamento de Affonso Penna desde seu tempo de estudante na Academia de Direito de São Paulo, quando já discutia essa questão por meio das publicações nas páginas da Imprensa Acadêmica (LACOMBE, 1986). Na passagem do século XIX para o século XX, tendo a perspectiva de progresso como fio condutor da organização de políticas de desenvolvimento econômico e social e "uma angústia quanto à possibilidade de sua realização num país visto como 'atrasado' em relação ao mundo 'civilizado'", os programas de imigração foram frequentemente discutidos nos espaços políticos como alternativa e solução para superar esse atraso (NAXARA, 1998, p. 17-18). A população brasileira era representada, na concepção das elites políticas, como desqualificada, de costumes e cultura bárbaros.

A adoção de análises deterministas e evolucionais, por Affonso Penna e parte dos grupos de políticos nacionais, possibilitou a criação de programas que apoiavam a imigração associada aos objetivos de branqueamento da raça brasileira – segundo os princípios da eugenia (SCHWARCZ, 2012). Affonso Penna, comungando destas ideias, era preocupado em impulsionar a imigração durante o período em que ocupou a presidência do Estado de Minas Gerais, como podemos observar na mensagem enviada ao Congresso Mineiro em 1894:

> Algumas providências adequadas devem ser tomadas, para sanar tais dificuldades. O povoamento do nosso solo é sem dúvida um dos fatores mais poderosos da futura grandeza e prosperidade do Estado; cumpre, pois, facilitar e não criar embaraços à aquisição de lotes, a quem pretenda estabelecer-se nas zonas, onde existem terras devolutas.
>
> Durante o ano findo foi insignificante o movimento de construção de estradas de ferro, facto determinado pelas más condições financeiras em que se acham todas as empresas de viação do Brasil, quase sem exceção, graças à crise originada das emissões bancárias em exagero e colossais especulações de praça que tiveram lugar em 1890 e 1891.

> Colocadas as companhias concessionárias em tão triste situação, tínhamos de optar entre a suspensão completa das construções de nossas linhas férreas, inclusive as que se destinam a satisfazer imperiosas exigências de nossa lavoura e comércio, ou auxiliá-las eficazmente, fora dos moldes até então adotados em nosso país. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1894, p.17)

A instalação de ferrovias gerava a expectativa de que o desenvolvimento capitalista poderia ser vislumbrado de perto em regiões longínquas. Pablo Lima discute as noções de cosmopolitismo cultural e a perspectiva de inserção de Minas Gerais no concerto das nações civilizadas, imbricadas com o ideal de progresso no imaginário político mineiro (LIMA, 2009). Os políticos mineiros, ao compartilharem do diagnóstico de relativo atraso econômico do Estado (DULCI, 1999), também compartilhavam a crença do progresso através da expansão ferroviária em Minas Gerais. Para eles o trem simbolizava o cosmopolitismo e o progresso, como um fim em si mesmo, percebidos como chave para a solução do atraso mineiro (LIMA, 2009, p.72).

Ao proporcionar a integração das diferentes regiões do território mineiro, a locomotiva possibilitava a descoberta e o aproveitamento econômico das potencialidades que se creditavam a diversos lugares. O discurso do presidente do estado, Affonso Penna, é elucidativo quanto ao assunto, ao referir-se sobre a construção de trilhos na região norte de Minas Gerais:

> O maior embaraço, porém, com que lutam os exportadores e industriais é a dificuldade de transportes. É, pois, da maior urgência estender os trilhos de ferro para essa parte do Estado até hoje entregue a seus recursos próprios. O prolongamento do ramal de Ouro Preto, ou qualquer outra linha que para lá se dirija, é medida aconselhada pelos interesses econômicos, administrativos e políticos do Estado. Do ponto conveniente dessa linha deverá partir a que ponha em comunicação os centros de Minas com os Portos do Espírito Santo, encurtando as distâncias para o mar e abrindo para o nosso Estado novos escoadouros para os seus ricos produtos. É assunto para o qual peço muito especialmente a vossa esclarecida atenção. É convicção minha profunda derivada de estudo apurado das condições econômicas da zona a que me refiro, que a construção das principais linhas férreas indicadas propulsionará de modo assombroso as riquezas do Estado, assegurando-lhe uma posição invejável no seio da União Brasileira. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1893, p.13)

A mensagem presidencial de 1894 reforça essa ideia, afirmando que a ampliação da rede ferroviária fomentaria o progresso mineiro, a partir da dinamização do comércio e, por consequência, aumento da produção industrial:

> O nosso Estado, em cujo território se encontram climas e terrenos apropriados para todas as culturas e indústrias, só carece de meios de transporte para acelerar o movimento progressivo, que já tanto o anima. Felizmente estão lançados os lineamentos dos principais troncos de viação, muitos dos quais em execução e outros devendo tê-la dentro de poucos anos, e desta arte assegurados os meios apropriados para conseguir-se esse desiderato. Da realização das obras já contratadas e iniciadas

> há de resultar lisonjeiro progresso para a lavoura, comércio, indústrias e grande incremento para as rendas públicas. (PENNA, Affonso. Mensagem presidencial ao Congresso Mineiro. Anais do Senado Mineiro, 1894, p.28-29)

A construção da rede ferroviária tinha por objetivo possibilitar o rápido escoamento da produção, principalmente a cafeeira, para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, por meio de um transporte mais barato, capaz de deslocar uma quantidade maior de carga e interligar as diferentes regiões do território mineiro. Peter Blasenheim observou que, entre os anos de 1875 e 1880, houve um aumento no volume de exportação do café, atribuído pelos fazendeiros à instalação de trilhos que ligavam o sul e o centro da Zona da Mata ao Rio de Janeiro (BLASENHEIM, 1996). O autor destaca que, devido à atividade exportadora do café, houve uma imensa concentração de estradas de ferro na Zona da Mata mineira, construídas para atender à demanda de transporte de mercadorias dos fazendeiros (BLASENHEIM, 1996).

A expansão das redes ferroviárias em Minas Gerais foi apoiada pelos políticos mineiros e pelos fazendeiros, especialmente os cafeicultores. Affonso Penna refere-se à expansão da lavoura cafeeira, principal riqueza econômica do Estado, como consequência da ampliação da construção de trilhos ferroviários. Em mensagem presidencial ao Congresso Mineiro, no ano de 1893, insiste em que

> Não devemos, entretanto, perder de vista que a nossa principal fonte de renda é o imposto de exportação, que em sua máxima porcentagem é representado pelo café. Qualquer perturbação no desenvolvimento dessa importante fonte de renda, quer pela diminuição da produção, quer nos preços dos mercados consumidores, pode gerar decepções nos cálculos orçamentários. É certo que o plantio do café hoje estende-se no Estado a zonas que antes não o cultivam, do que é testemunho vivo a estatística das estradas de ferro. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1983, p.08)

Embora o modelo da malha ferroviária dos EUA tenha sido considerado como norteador do projeto de constituição da malha ferroviária em Minas Gerais, a realidade demonstrou que o traçado ferroviário no território seguiu uma lógica diferente. Segundo Peter Blasenheim, as ferrovias financiadas por particulares acompanharam a fronteira cafeeira, como o modelo implantado em São Paulo (BLASENHEIM, 1996, p.88). Simone Lessa também afirma o contraste entre as ferrovias de penetração dos EUA e as locomotivas de tráfego de mercadorias e pessoas em Minas Gerais (LESSA, 2003).

Diversos políticos mineiros utilizaram o exemplo da malha ferroviária dos EUA em seus discursos. Durante os debates no Congresso Mineiro e no Senado Mineiro, por exemplo, observou-se a idealização da ferrovia como indutora de desenvolvimento, ao penetrar em novas

regiões. O discurso do senador Gama Cerqueira, sobre a importância das ferrovias como vias de ligação das diferentes zonas mineiras, descreve esse imaginário:

> E sobem de ponto estas considerações, quando eram recentes os esforços combinados do poder legislativo e da administração para apertarem mais os laços de solidariedade entre os diferentes pontos do vasto território do nosso Estado, aumentando-lhe os recursos, fortalecendo-lhe os elementos de progresso, aproximando-lhe as distancias por viação fácil e rápida entre os seus pontos mais afastados, concorrendo destarte para a realização do ideal moderno das nacionalidades grandes e fortes, solidárias em seus supremos interesses e bem estar comum, embora divididas quanto aos negócios peculiares das suas zonas respectivas. E tais esforços, Srs. Membros do Congresso, simbolizavam o início dessa obra grandiosa, que deve circundar Minas entre as curvas imensas das *cintas d'aço*, que, percorrendo em todas as direções seu majestoso perímetro, sem diminuir-lhe a vastidão, lhe aproximarão as maiores distâncias, abrindo-lhe milhares de portas a todas as conquistas do progresso humano e escoadouro largo e pronto à opulenta produção de sua natureza privilegiada. (GAMA, Cerqueira. Anais do Senado Mineiro, 1892, p.33)

A locomotiva adquiria no imaginário político mineiro o papel de mensageira do progresso e da civilização e, portanto, sua implantação no estado deveria ser sempre objeto de apoio do governo. Nesse sentido, podemos retomar o discurso de Affonso Penna, ao proferir que "o futuro de Minas está incontestavelmente ligado ao desenvolvimento das vias de comunicação, a facilidade dos transportes, e, portanto, cumpre animar às empresas de estradas de ferro para que elas levem seus trilhos aos lugares mais longínquos" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p. 202). Em outro momento, sua fala ilustra esse pensamento:

> E, senhores, um dos serviços que mais interessam a grande totalidade do Estado de Minas, é sem dúvida o que diz respeito às estradas de ferro (apoiados); a elas estão ligados os interesses da lavoura, do comércio e da indústria, que são as fontes principais da riqueza nos Estados. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.264)

Suas ideias referentes à relevância da viação férrea como fomento para o progresso não se alteraram, considerando sua mensagem enviado ao Congresso Nacional de 1908:

> Em execução do programa traçado no meu manifesto inaugural, hei-me esforçado para dar o maior impulso à viação férrea, tendo principalmente em vista a construção de linhas que se destinam à ligação geral entre os Estados, e procedendo com a devida cautela para que os compromissos assumidos se conservem dentro dos limites impostos pelos nossos recursos orçamentários. (PENNA, Affonso. Mensagem ao Congresso Nacional, 1908, p.32)

Porém, de acordo com a análise de Peter Blasenheim, a instalação da rede ferroviária na Zona da Mata revelou que os traçados ferroviários foram definidos conforme o poder das autoridades locais, normalmente representantes das oligarquias cafeicultoras. Conforme o

autor, “a influência política de fazendeiros individuais da Mata determinava as trajetórias de linhas locais, a ligar plantações em vez de centros de população, confirmando o ditado de que estrada de ferro no Brasil, é a linha geométrica dos pontos de maior influência política” (BLASENHEIM, 1996, p.97).

As ferrovias foram construídas em Minas Gerais sob práticas de subvenção e concessão de verbas do governo às companhias particulares. A garantia de juros sobre parte do capital investido também foi bastante adotada a fim de incentivar a construção de novos ramais e linhas de estrada de ferro (BLASENHEIM, 1996, p.90). Ao considerar o valor total das concessões e subvenções, percebe-se o intento do governo mineiro em instalar uma vasta rede ferroviária, capaz de interligar todas as regiões de Minas Gerais.

Os trilhos ampliariam o escoamento da produção, especialmente do café, aumentariam as vias de comunicações mineiras, melhorando a qualidade do transporte de cargas e pessoas. Pelas locomotivas chegariam os valores e as virtudes dos centros urbanos, e a reboque trariam a educação, as noções de saneamento, a cultura civilizada. O atraso mineiro, conforme definido por Otávio Dulci (1999), seria superado com o auxílio das ferrovias, que facilitariam a entrada de Minas no concerto das sociedades civilizadas.

Porém, a aprovação de inúmeras concessões sem um critério definido, em relação à instalação dos traçados ferroviários, foi alvo de críticas e divergências no cenário político mineiro. Peter Blasenheim aponta que na Zona da Mata estradas de ferro disputavam clientelas entre si, devido à proximidade de seus traçados (BLASENHEIM, 1996). A falência, em vários momentos, foi o resultado da situação de concorrência entre as empresas de estradas de ferro e a demanda insuficiente pelos seus serviços. Decorrentes das ideias liberais do período, as políticas para a instituição das redes ferroviárias não se preocuparam com o planejamento técnico da construção das ferrovias. Cabia ao Estado articular os empreendimentos ferroviários na economia e fiscalizar os serviços prestados; os procedimentos técnicos ficavam a cargo de cada empresa.

Trilhos foram construídos com bitolas diferentes, o que dificultava o transporte de cargas entre as regiões, como pela Companhia Leopoldina, que utilizava tamanho de bitola diferente das demais empresas que havia absorvido. Os ramais também foram construídos segundo a força das ligações políticas dos fazendeiros. A disputa entre os cafeicultores sobre as estações de trem, para facilitar o escoamento de sua produção e criar uma imagem de progresso, gerou traçados peculiares em diversas regiões. A Cia. Leopoldina, por exemplo, teve dois ramais construídos na mesma localidade que concorriam entre si, em função do desejo de se levar a ferrovia à “porta” de cada fazenda (BLASENHEIM, 1996, p.90). O contraste entre

as idealizações sobre as ferrovias e a realidade das ações relacionadas aos empreendimentos ferroviários demonstrou as limitações dos projetos ferroviários articulados e implantados no solo mineiro (LIMA, 2009, p.20).

José Marcello Salles Giffoni demonstra que era comum a celebração de contratos que não se materializariam. Para o autor, havia grande desejo do Estado e da iniciativa privada de criar uma rede de comunicação ferroviária no território mineiro, a fim de interligar suas regiões ao sistema vigente de transporte e circulação de mercadorias (GIFFONI, 2006, p.79). Em consequência, o estado acabava por assumir cada vez mais a responsabilidade e o ônus da modernização dos transportes (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.23).

Com a eclosão da crise do *Encilhamento*, na década de 1890, o erário público estadual ficou seriamente comprometido, acarretando "na concessão de enorme montante em empréstimos às companhias Bahia e Minas, Sapucaí, Muzambinho e Espírito Santo a Minas" (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.23). A crise econômica, entretanto, não significou o arrefecimento da vontade dos políticos mineiros de criar novas estradas de ferro, apesar da diminuição da construção de estradas de ferro em Minas Gerais. A especulação gerada pela política econômica de Rui Barbosa permitiu a criação de diversas empresas-fantasmas que, após adquirirem as concessões para construção dos trilhos, não realizavam as obras. Em 1893, a mensagem dirigida ao Congresso Mineiro por Affonso Penna, presidente do Estado de Minas Gerais, destacava esse quadro preocupante ao referir-se à morosidade da construção da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Para ele, as ferrovias tinham o papel de interligar e dinamizar o comércio de zonas que ainda não comungavam do desenvolvimento econômico, a exemplo do Norte de Minas Gerais. Conforme seu discurso:

> As delongas e morosidades com que tem sido construída a estrada a cargo da companhia Bahia e Minas muito prejudicam a importante zona do norte do Estado. Ao tomar conta do governo prestei especial atenção a esse assunto e tenho-me entendido frequentes vezes com a empresa, estimulando-a ao cumprimento do seu contrato, no que, aliás vai o seu próprio interesse financeiro. Região ubérrima e apropriada para as mais variadas produções, tem o norte de Minas jazido em profundo letargo, devido a dificuldades de transporte e comunicações com os mercados de exportação. (PENNA, Affonso. Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro. Anais do Senado Mineiro, 1893, p.15)

O discurso do senador Camillo de Britto também pode ser utilizado para demonstrar a contrariedade dos políticos mineiros face ao problema gerado pela concessão de investimentos às companhias de estradas de ferro e o não cumprimento dos contratos:

> Sr. Presidente, desde já peço desculpas aos ilustres Senadores por ter de intervir em uma discussão já muito esclarecida pelos competentes. Entretanto, aliado à escola que vê o progresso no desenvolvimento das estradas de ferro, não posso deixar que, sem os meus protestos, corra à publicidade o discurso do nobre Senador Costa Sena. O relatório do ilustrado e honrado ministro da agricultura vem nos demonstrar, cheio de minuciosas e importantes informações que, apesar de grande número de concessões feitas até hoje, durante o ano de 1892, somente foram construídos e abertos ao trafego 126 quilômetros de estradas de ferro, sendo 73 da Oeste, 42 da Bahia e 11 da Sapucaí. (BRITO, Camilo. Anais do Senado Mineiro, 1893, p.60. Grifos nossos)

As preocupações e os esforços para a expansão dos caminhos ferroviários prosseguiram pelas décadas seguintes. De modo geral, a malha ferroviária construída no estado mineiro não atendeu às necessidades da economia regional (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.06). Embora, nesse período, o território mineiro já abrigasse a maior quilometragem de ferrovias do país, não houve integração do mercado interno regional. O incentivo à construção de ferrovias era baseado numa visão deslumbrada da realidade. Os caminhos de ferro, portanto, não conseguiram cumprir com a promessa de desenvolvimento das possíveis potencialidades das diferentes regiões de Minas Gerais.

Os discursos dos políticos de Minas Gerais, proferidos nas sessões do Congresso Mineiro, revelaram suas expectativas e suas decepções sobre a expansão das estradas de ferro no estado. Desse modo, "ao longo de toda a era ferroviária mineira, vozes dissonantes alertaram para o padrão de expansão que se adotava, [e] observou-se certo véu alienante que manteve a crença nos supostos benefícios imanentes à ferrovia até meados do século XX" (BATISTA; BARBOSA; GODOY, 2012, p.06).

A Companhia Leopoldina, maior companhia ferroviária de Minas Gerais no período, ilustra essa situação. Sua instalação na Zona da Mata, conforme Peter Blasenheim, seguiu as fronteiras das fazendas de café, sem um planejamento lógico-econômico (1996). Vista como incremento de progresso por onde seus trilhos passassem, foi também criticada pelos políticos mineiros, destacando-se entre eles Affonso Penna, devido aos problemas decorrentes da sua organização e prestação de serviços.

2.4. A Companhia Estrada de Ferro Leopoldina

A Companhia Estrada de Ferro Leopoldina foi uma das primeiras empresas ferroviárias organizadas por particulares em Minas Gerais. A construção da E. F. Leopoldina justificava-se pela necessidade de escoar a produção cafeeira para o Rio de Janeiro. A Cia. Leopoldina promoveu o aumento da produção cafeeira, ao tornar-se o principal meio de transporte utilizado entre os produtores e o mercado consumidor (SILVEIRA, 2009, p.112).

Peter Blasenheim afirma que quase todos os municípios importantes da Zona da Mata, maior região produtora de café do estado mineiro, eram ligados pelas rotas da Estrada de Ferro Leopoldina (BLASENHEIM, 1996, p.109). Assim, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a companhia acompanhou o desenvolvimento e a decadência de uma vasta região ligada à produção cafeeira, abrangendo três estados: Minas Gerais (Zona da Mata), Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A trajetória da Cia. Leopoldina recebeu destaque nos debates ocorridos em plenário, sendo citada constantemente nos discursos do senador Affonso Augusto Moreira Penna, uma das figuras mais respeitadas da política mineira. Considerado grande incentivador das ferrovias, os discursos do político mineiro foram utilizados para analisar suas expectativas sobre as estradas de ferro e a experiência vivenciada com a realidade de implantação e execução de seus serviços. Ele percebia as estradas de ferro como mensageiras do progresso e da civilização, sendo que seus discursos e projetos demonstraram seu intento de instalar no Estado uma vasta rede ferroviária, capaz de interligar todas as regiões do mosaico mineiro, de acordo com a definição de John Wirth (1982) sobre a divisão em zonas territoriais do estado.

Essa concepção que remete à estrada de ferro o argumento de fomentadora do progresso também estava presente em seu projeto de governo, durante o período que ocupou a presidência do país. Conforme mensagem enviada ao Congresso Nacional, Affonso Penna destacava que o papel ferrovias seria de incrementar a economia, interligar regiões do interior do país aos centros urbanos e facilitar a imigração e povoação do território:

> O problema dos transportes assume, num país vasto e de população disseminada como o nosso, relevância excepcional. Pode-se asseverar, sem receio de contestação, que serão baldados quaisquer esforços em prol da imigração ou da transformação dos nossos processos de trabalho rural, sem comunicações regulares e econômicas das zonas produtoras com os principais centros consumidores. Foi por isso que, ao encetar a minha administração, mandei abrir largo inquérito sobre as tarifas das linhas de navegação de cabotagem e das nossas principais vias férreas e, ao mesmo tempo, fazia organizar o quadro das estradas de interesse geral, cuja construção não podia, sem grave dano para o nosso progresso, ser, por mais tempo, procrastinada. (PENNA, Affonso. Mensagem ao Congresso Nacional, 1907, p.32-33)

Vários políticos referiram-se à necessidade de subsidiar os empreendimentos ferroviários, como fatores de transformação econômica e cultural. Os senadores tinham grande preocupação em desenvolver o interior mineiro, por meio de sua ocupação territorial, o que fomentaria a produção. Caberia à locomotiva penetrar os sertões mineiros, promovendo seu povoamento e levando ao interior a cultura, a educação e os ideais de civilização vislumbrados nos centros urbanos. Nesse cenário, fica evidente o papel desempenhado pelo Estado na

economia mineira, intervindo na organização ferroviária por meio de subsídios, investimentos e concessões destinados às companhias ferroviárias.

Os discursos de Affonso Penna, portanto, compartilhavam dos símbolos e ideários de progresso representados pelas estradas de ferro. Ele também mantinha a crença na ferrovia como meio mais rápido de acesso ao progresso e à modernização, objetivos caros à política mineira. Affonso Penna defendia o modelo de instalação das ferrovias nos Estados Unidos da América como referencial a ser implantado em Minas Gerais, afirmando que a locomotiva deveria ter por função percorrer novos territórios mineiros. Seu discurso sinalizava o desejo de organizar uma malha ferroviária de penetração:

> Nós temos uma população esparsa, em um extenso território, não há a produção criada. De modo que, se visarmos simplesmente interesses financeiros para as vias férreas, com certeza elas nunca penetrarão os nossos sertões, o interior do Brasil, principalmente nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Sei que muitas vezes se alega o exemplo dos Estados Unidos, dizendo-se que ali as estradas de ferro penetraram no deserto, lá formava-se uma povoação, e com esta os meios de produção. [...]. Isto serve para responder àqueles que muitas vezes procuram assinalar a nossa inferioridade, pelo fato de procurarmos zonas criadas, para a decretação de estradas de ferro, ou então formamos as empresas por meio de auxílio do Estado, quando se trata de zonas onde a produção não existe, ou é pequena. Feitas estas considerações pergunto: A Estrada de Ferro Central teria penetrado até ao ponto em que se acha, no coração de Minas, se fosse deixada somente aos cuidados dos interesses de companhias particulares? [...] Como bem diz o nobre senador, se deixássemos a construção de estradas simplesmente aos interesses financeiros das companhias, com certeza a zona do campo do nosso Estado, nunca teria sido servida por estrada de ferro, ou então só teríamos depois de muitas dezenas de anos ficando assim inexploradas, em profundo letargo grandes riquezas que existem no centro do Brasil. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.516-517)

Affonso Penna percebia a Estrada de Ferro Leopoldina como um importante elemento para incrementar a economia, o comércio e a circulação de pessoas em Minas Gerais. Para ele, sua função estava além do transporte do café, interligando zonas não cafeeiras a centros urbanos como meio de promover a difusão de valores culturais civilizados ao interior do estado. As redes ferroviárias, destacando-se a E.F. Leopoldina por ser a de maior quilometragem de Minas Gerais, eram consideradas como um importante fator de progresso regional, sendo que caberia ao governo organizá-las para propiciar um desenvolvimento equânime para todas as zonas do território mineiro (RESENDE, 1982, p.37). Seu discurso, em referência à possibilidade de arrendamento da Estrada de Ferro Central a ser realizado pelo governo federal para empresa privada, que tem importantes ligações com as estações da E.F. Leopoldina, é elucidativo quanto à importância da direção do governo no planejamento do transporte ferroviário, considerando seu planejamento como vias de penetração no interior do território mineiro:

> Em Minas, todos nós sabemos que a zona da mata, que é a mais produtora na agricultura, só foi povoada modernamente, entretanto, muito nas proximidades do mar. Deste fato, Sr. Presidente, resultam circunstâncias, que impõem aos poderes públicos no Brasil, cuidados especiais, quanto ao sistema de viação, a fim de provar as necessidades de transporte para as regiões centrais. [...] É pelo interior, procurando o Vale de São Francisco, que a União poderá levar socorros aos Estados do Norte, quando se realize a ligação das estradas de ferro, de acordo com o projeto apresentado pelo ilustre engenheiro, Coutinho, já falecido. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.516-518)

Conforme José Mauro Pires Silveira, a origem da Estrada de Ferro Leopoldina está relacionada com a atuação dos latifundiários do café, especialmente daqueles do município de Leopoldina, que a batizaram com esse nome. A instalação de seu primeiro ramal foi aprovada pela Lei nº 1.826 da Província de Minas Gerais, de 10 de outubro de 1871, que autorizou a concessão de subvenções para a criação de uma ferrovia entre a cidade de Porto Novo do Cunha e a cidade de Leopoldina. Organizada com capitais brasileiros e ingleses, com seus estatutos aprovados, a Companhia iniciou os trabalhos de construção de seus primeiros 39 km a partir de 05 de junho de 1872, sob a direção do engenheiro João Gomes do Val (SILVEIRA, 2009, p.113).



Figura 14: Estação de Ferro de Porto Novo do Cunha, data: aproximadamente 1910. Acervo Mauro Senra. Site: Estações Ferroviárias do Brasil. IN: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_auxiliar/portonovo.htm, acessado em 10/05/2015.

No dia 08 de outubro de 1874, as três primeiras estações foram abertas ao tráfego: São José (km 3), Pântano (km 12) e Volta Grande (km 27). Em 31 de julho de 1877 foi inaugurada a Estação da cidade de Leopoldina, com os trabalhos de construção encerrados, constituindo

um traçado de 120 km, entre Leopoldina e a cidade de Cataguases (SILVEIRA, 2009, p.113-114). Destaca-se que a linha ferroviária foi projetada para chegar à cidade de Porto Novo do Cunha, onde faria o entroncamento com a Estrada de Ferro D. Pedro II, futura Estrada de Ferro Central, a fim de alcançar os portos do Rio de Janeiro. Sob alegação de problemas com o terreno de Porto Novo do Cunha, o engenheiro Melo Barreto conseguiu alterar o destino do terminal da linha principal para Cataguases (SILVEIRA, 2009, p.114).

Em 1878, por meio de decreto imperial, a Leopoldina foi declarada como ferrovia nacional, mas não foi nacionalizada, continuando a ser dirigida por particulares. Entre os anos de 1878 e 1879, a Companhia Leopoldina obteve significativo aumento de transporte de passageiros, mercadorias diversas e café. Conforme José Pires Silveira, "em 1878, foram transportados pela E.F. Leopoldina 89.679 passageiros, 12.430,368 quilos de mercadorias diversas e 16.165.378 quilos de café. Em 1879, foram 107.376 passageiros, 15.744,713 quilos de mercadorias diversas e 20.741.672 quilos de café" (SILVEIRA, 2009, p.114-115).

Entre os anos de 1879 e 1890, a Cia. Leopoldina ampliou seus ramais ferroviários, por meio das novas concessões e das práticas de garantias de juros do governo e de aquisição de outras estradas de ferro. Até 1890, havia absorvido todas as estradas de ferro rivais na Zona da Mata (BLASENHEIM, 1996, p.90).



As linhas da "Leopoldina" em 1898.

Figura 15: *As linhas da Leopoldina em 1898*. Mapa das ferrovias da Leopoldina em 1898. Fonte: CAVALCANTI, Flavio R. *Indicador Geral da Viação do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1954.

Entre os anos de 1884 e 1885, os lucros da Leopoldina dobraram e o volume de cargas transportadas, especialmente o café, aumentou. Em 1893, a Leopoldina transportou um recorde de 50,4 milhões de quilos de café (BLASENHEIM, 1996, p.107). Entre 1891 e 1908, o movimento de mercadorias da Estrada de Ferro Leopoldina oscilou significativamente:

Tabela 03: Movimento de Mercadorias da Cia. E.F. Leopoldina (1891-1908)

Gêneros	**1891**	**1892**	**1893**	**1894**	**1895**	**1896**
Café	48.188.426	32.338.573	53.479.164	75.596.031	49.588.362	79.732.952
Fumo	892.791	1.494.931	666.301	290.780	728.314	694.933
Feijão	23.333	1.568.272	1.749.498	3.694.333	2.245.820	-
Açúcar (Kg)	2.623.469	3.376.830	1.876.487	3.229.580	1.524.439	4.483.641
Milho	2.277.069	1.705.031	1.533.825	-	10.380.432	14.424.451
Toucinho	733.426	1.018.652	1.380.628	-	-	-
Cereais	-	-	-	15.484.769	268.393	-
Diversos	57.796.202	80.333.862	69.352.885	-	-	-

(JACOB, 1911 *apud* SILVEIRA, 2009, p.115).

Os caminhos de ferro da Companhia Leopoldina transportaram "investimentos, imigrantes, correspondências, melhoramentos urbanos, enfim, uma série de ideias culturais e políticas que daria um novo sentido à vida regional" (SILVEIRA, 2009, p.115). A Cia. Leopoldina, como as demais empresas ferroviárias instaladas na Zona da Mata, recebeu investimentos dos cafeicultores para sua construção. Sua implantação ocorreu conforme o modelo das estradas de ferro construídas em São Paulo, acompanhando os limites das fazendas produtoras de café. A "febre ferroviária" havia contaminado as elites mineiras, que incentivaram a construção de outras linhas ferroviárias, na mesma região explorada pela Leopoldina. Apesar do aumento da exportação do café, ao final da década de 1870 as empresas ferroviárias competiam entre si por concessões e pela mesma clientela. Por gozar de benefícios da política imperial e provincial, a Leopoldina saiu vencedora dessa disputa.

A Leopoldina, maior companhia de estrada de ferro de Minas Gerais, apresentou uma história controversa na política mineira, com sua fundação no Império e dissolução na Primeira República. Foi a empresa ferroviária que mais gerou prejuízos ao erário público. Ao absorver as linhas concorrentes, a Leopoldina disputava a mesma clientela com ramais diferentes. O objetivo de interligar Minas Gerais e Rio de Janeiro por uma ferrovia foi dificultado em função da diferença de bitolas entre os ramais ferroviários. As cargas deveriam ser baldeadas em determinadas estações, o que gerava o transtorno dos atrasos e a perda de produtos. Ao final de 1888, o serviço da Leopoldina começou a deteriorar devido à perda de cargas, atrasos e o aumento da frequência dos descarrilamentos. Podemos observar que, durante seu mandato de

senador, Affonso Penna dirigiu sérias reclamações da tribuna contra a situação dos serviços prestados pela E.F. Leopoldina. Foram vários discursos questionando os problemas decorrentes da atuação da empresa; selecionamos o seguinte trecho para ilustrar esse cenário:

> Leio diariamente nos jornais que se publicam, quer na Capital Federal, quer em algumas cidades do interior do Estado, reclamações contra o modo porque está sendo feito o serviço desta via férrea, que é a principal artéria da exportação do nosso Estado. V. Exc., que acompanha com interesse o movimento dos negócios do nosso Estado, deve estar, como eu desagradavelmente impressionado em vista do modo porque essa companhia que recebe grandes subvenções dos cofres mineiros, desempenha-se das obrigações que contraiu para com a antiga província de Minas. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.199)

Em outro discurso, ainda no papel de senador, Affonso Penna assinalava os problemas gerados de maneira geral pelas companhias de estradas de ferro, especialmente os referentes aos acidentes envolvendo choques entre locomotivas e animais. Apesar da obrigatoriedade do cercamento das linhas, as estradas de ferro não continham nenhuma proteção para afastar a presença de animais, especialmente do gado, causando prejuízos nos proprietários que não recebiam indenizações por sua perda. A figura abaixo ilustra a falta de proteção das linhas férreas para evitar o trânsito de animais sobre os trilhos e, consequentemente, choques com as locomotivas:



Figura 16: Estação Ferroviária de Visconde de Rio Branco. Trecho de Visconde de Rio Branco a São Geraldo. Município: Visconde de Rio Branco. Data: s/d. Fonte: Jornal Consciência da Mata. O 1º noticioso de VRB na Internet. NETTO, Franklin. Estrada de Ferro Leopoldina, uma privatização predatória. Publicação de 25 de julho de 2013. Site: http://wwwnovojornalconscienciadamata.blogspot.com.br/2013/07/estrada-de-ferro-leopoldina-uma.html, acessado em 10/04/2016.

As reclamações feitas por Affonso Penna não eram exclusivamente direcionadas à E.F. Leopoldina. Em seus discursos, e de outros políticos mineiros, observamos que empresas como a Companhia Central, a E.F. Bahia e Minas e a E.F. Oeste de Minas também foram alvo de críticas. Sua fala como senador pode ser tomada como exemplo:

> Tenho notícia, Sr. presidente, que a linha da Oeste não é cercada, e como atravessa vastos campos de criação é muito frequente o encontro de animais pelas máquinas, e consequente prejuízo dos fazendeiros. A este respeito existe o decreto N. 1930 de 26 de abril de 1857, com força legislativa. Este decreto prescreve nos arts. 2, 3 e 4 que as linhas serão fechadas. Entretanto, ninguém ignora que, salvo a linha da Estrada de Ferro Central, todas as estradas de ferro mineiras não se acham fechadas. [...] Continuamente são sacrificados animais dos proprietários e as companhias não os indenizam desses prejuízos. Entretanto, por força do direito, as companhias incorrem em multa e além disso são obrigadas a indenizar os proprietários pelos danos causados. Não é só prejuízo material, mas também o perigo da vida dos passageiros. Não poucas vezes temos tido notícia de desastres por encontro de animais na linha, causando ferimentos e mortes em passageiros. (*Apoiados*). É preciso que clamemos e reclamemos constantemente, cotidianamente, a fim de obrigar as companhias ao cumprimento de seus deveres, oferecendo aos passageiros a segurança a que têm direito, e aos proprietários das terras, que circundam a estrada, garantia para sua propriedade. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.315)

O alto custo da manutenção das locomotivas e dos trilhos e a falta de lucratividade contribuíram para a primeira dissolução da E.F. Leopoldina em 1892. Em 1893, Affonso Penna, ao assumir a presidência do Estado Mineiro, alertava para os problemas decorridos do mal planejamento dos traçados das linhas ferroviárias. Sua postura crítica e vigilante quanto aos serviços prestados pelas companhias ferroviárias datava desde sua atuação como senador mineiro. Apesar de emitir diversos discursos reclamando sobre os descumprimentos dos contratos realizados entre as companhias ferroviários e o Estado, seu pensamento sobre a estrada de ferro como elemento de progresso não sofreu alterações. Em mensagem dirigida ao Congresso Mineiro, o político avaliava a necessidade, julgada imprescindível, de construir linhas de ferro por Minas Gerais, com objetivo de desenvolver o comércio e a economia das diferentes regiões do estado. Conforme seu discurso, a instalação de ramais ferroviários deveria apresentar maior critério técnico, para não incorrer na falência das companhias:

> Atenta a extensão do nosso território e necessidade que sentimos de transporte rápido e barato, é seguramente insuficiente a extensão de estradas que possuímos, mas, comparativamente aos demais Estados da República, não temos motivo para nos entristecer, pois a nossa viação férrea aberta ao tráfego representa quase a quarta parte das linhas brasileiras. Não é pequena a responsabilidade assumida pelo Estado para construção de estradas de ferro, mas, além de que algumas incorrerão em caducidade, por isso que os respectivos concessionários não as podem realizar por terem sido mal planejadas, quer quanto a traçados, quer quanto a sua eficácia econômica, ocorrerá ainda que, relativamente a algumas linhas, dentro de breve tempo a responsabilidade se tornará puramente nominal. (PENNA, Affonso. Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro. Anais do Senado Mineiro, 1893, p.14)

Ao falar da Cia. Leopoldina, o político indicava a diminuição dos transportes de cargas nela ocorridos devido à concorrência entre ramais. À época, a Leopoldina, assim como a E.F. Oeste de Minas, já assinalava problemas com arrecadação de lucros. Porém, tais acontecimentos não serviram de advertência ao projeto expansionista dos caminhos ferroviários em Minas Gerais, como meio de fomentar o desenvolvimento econômico e social para as diferentes zonas mineiras. Affonso Penna continuou a manter forte crença nos transportes por trilhos como elemento para o progresso mineiro, incentivando a construção de estradas de ferro em regiões de todo o interior mineiro. Para ele, além de servir à Zona da Mata, as ferrovias deveriam chegar a outras zonas de produção com objetivo de dinamizar seu comércio. Seu discurso em apoio à construção de mais um ramal para a E.F. Oeste de Minas é elucidativo quanto à questão:

> Assim é que nos últimos dois anos têm diminuído sensivelmente os pagamentos por conta da garantia a diversas linhas da companhia Leopoldina, e acredito que o mesmo sucederá com a Oeste de Minas. O prolongamento desta estrada, a partir de seu ponto terminal na barra do Paraopeba, em direção a Paracatu, me parece medida de bem fundada previsão econômica, para incrementar a exploração agrícola e pastoril daquela zona do Estado, e, aumentando as fontes de receita do tronco da estrada, libertar o tesouro da responsabilidade da garantia. Assim atrairemos o importante comércio de trânsito de grande zona do Estado de Goiás. (Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro. Anais do Senado Mineiro, 1893, p.14)

Em 1895, a Cia Leopoldina foi encampada pelo governo de Minas Gerais, a fim de ter seus serviços regularizados e o atendimento à Zona da Mata restabelecido, conforme apontado no parecer de 07 de maio de 1895, elaborado pelos senadores Xavier da Veiga, Rebello Horta e Costa Sena (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1895, p.32). Em 1898, a companhia Leopoldina foi liquidada novamente, em função dos prejuízos gerados, e reorganizada como Leopoldina Railway Company Limited, sendo sua administração executada pelo capital inglês. A tentativa de manter os serviços da Leopoldina funcionando na região da Mata pode ser explicada pelo fato dessa ferrovia passar por quase todos os municípios mais importantes da região. Até 1920, a Leopoldina continuou a ser conhecida como uma ferrovia transportadora de café e o seu legado foi usado, por alguns senadores, como exemplo a não ser seguido nos projetos de construção ou organização de ferrovias (BLASENHEIM, 1996, p.108).

As práticas de concessões e investimentos realizadas pelo governo mineiro em favorecimento à Cia. Leopoldina podem ser analisadas como resultado da forte crença dos grupos sociais mineiros na locomotiva como meio de alcançar o progresso. As estradas de ferro, ao melhorarem a infraestrutura de transportes, estimulariam a expansão cafeeira e o desenvolvimento econômico. Peter Blasenheim indica que a ferrovia atendia aos interesses dos

fazendeiros por significar um investimento com rápido retorno econômico, sem custos sociais, pois não tinham preocupação com a questão trabalhista percebida no Rio de Janeiro e em São Paulo (BLASENHEIM, 1996).

Os discursos de Affonso Penna demonstraram que a Leopoldina tinha como objetivo desenvolver a região cafeeira da Zona da Mata, facilitando o escoamento do café e incrementando o comércio da região. Para ele e seus pares, Minas Gerais tinha um grande potencial econômico a ser explorado e a falta de vias de transporte em bom estado comprometia o crescimento do seu comércio. Seriam as ferrovias a solução para esses problemas; por meio dos trilhos haveria a facilidade dos transportes e o fomento do comércio. Ao longo de sua trajetória, percebemos sua postura favorável à instalação de ferrovias em Minas Gerais.

A ampliação da rede da Cia. Leopoldina foi incentivada conforme esses ideais, incluindo a imagem da chegada do progresso associada ao percurso das suas linhas. A administração da Leopoldina, composta por investidores particulares, cafeicultores e políticos, também percebia a estrada de ferro como instrumento de progresso. Além de Affonso Penna, outros políticos mineiros também compartilhavam da crença nas ferrovias como fator de desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, podemos utilizar o discurso do senador Camillo de Britto, no qual analisa a trajetória da Cia Leopoldina e o crescimento econômico da Zona da Mata mineira:

> Em 1873, quando se começou a construção da Estrada de Ferro Leopoldina, a renda do Estado montava apenas a mil e poucos contos de réis, e, no entanto, cinco anos depois, esta renda tinha ascendido a 3 mil contos, declarando todos os administradores de então que isto era devido à construção da estrada de ferro. Nesta mesma ocasião, quando se começou a Estrada de Ferro Leopoldina, no Porto Novo, ainda se dizia (deputados provinciais e artigos de imprensa): o percurso desta estrada deve ser muito limitado e muito lento, se ela se estender, como se pretende, pelas margens do Rio Piranga e Rio Doce, irá percorrer o deserto, não encontrará produção para alimentar o tráfego. Exerci a magistratura por algum tempo naquela zona, que era pouco povoada, encontravam-se fazendas mui distantes umas das outras; a cultura do café estava muito longe de ser comparada ao desenvolvimento de hoje, depois de um decênio; havia povoações insignificantes, sem elementos de vida e que, no entanto, hoje são importantíssimos. Os nobres Senadores, residentes na mata, podem dizer se o desenvolvimento e a importância que a agricultura e todas as indústrias ali tiveram, são ou não devidas à E. F. Leopoldina. (BRITTO, Camillo. Anais do Senado Mineiro, 1893, p.60)

A fé no progresso contribuiu para a colaboração do Estado mineiro na instalação de novas linhas ferroviárias. Foram frequentes as políticas concessionárias do governo para a construção de estradas de ferro, pela prática de garantias de juros ou por meio de subvenções. Apesar das concessões onerarem, quando não comprometerem, o orçamento público, a fé dos políticos nos benefícios gerados pelas ferrovias possibilitava a aprovação de inúmeras benesses

às companhias de estradas de ferro. Os discursos assinalavam o progresso e o desenvolvimento econômico que a construção da ferrovia iria proporcionar. O desejo das elites dirigentes mineiras seria de interligar todo o território e ligar o Estado aos portos de exportação do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Contudo, a realidade não correspondeu totalmente às suas expectativas.

Eram comuns os resultados negativos dessa prática de concessões, notadamente geradora de especulações financeiras e prejuízos ao orçamento público. Muitas empresas de estradas de ferro ganhavam subvenções do Estado e não construíam os ramais ou os prolongamentos acordados em contrato. Os serviços prestados eram objeto de reclamações de consumidores ou produtores que dependiam do transporte de produtos; sendo um hábito entre os mineiros reclamações e notificações de atrasos e os sumiços de produtos. Notícias de jornal e cartas relativas à qualidade dos serviços e a manifestações populares foram lidas e comentadas constantemente nas sessões do Senado Mineiro:

> Já há quem se lembre de levantar trilhos de uma estrada de ferro no solo de Minas Gerais! Isto é o mais eloquente do que todas as considerações que eu possa fazer! São os próprios lavradores, comerciantes, os industriais que já recorreram ao meio extremo de arrancar os trilhos de uma estrada de ferro como um castigo do modo desgraçado porque aí se faz o serviço! (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.264).

Em Juiz de Fora, o jornal O Pharol costumava publicar reclamações de usuários e divulgar acidentes entre as locomotivas e passageiros: eram "várias notícias de atropelamento por composições, demonstrando as dificuldades de adaptação das pessoas às novas realidades do espaço tomado pelas máquinas – trens e automóveis" (GOODWIN Jr., 2015, p.281). As estações ferroviárias, inseridas em cidades e povoados, condicionavam à sociedade a adequar-se "aos novos tempos". As experiências promovidas pelo uso do trem, nesse sentido, nem sempre corroboravam com sua representação de progresso no imaginário social, devido aos transtornos que causava aos usuários.

Os políticos e os fazendeiros estavam relacionados às empresas ferroviárias por duas maneiras: diretamente, por meio de investimentos em ações, ou pela ligação com algum investidor. Era comum os senadores portarem-se como representantes dos comerciantes e fazendeiros, ao defenderem as concessões para a construção de novos ramais e a sua localização, e ao reclamarem dos serviços prestados pelas companhias. Affonso Penna foi um grande crítico da Cia. Leopoldina, devido aos transtornos e prejuízos causados aos seus usuários, principalmente os cafeicultores que dependiam de seus serviços. A E.F. Leopoldina foi uma empresa que descumpriu uma série de condicionantes do seu contrato, causou danos e

prejuízos aos consumidores. Desde os anos iniciais do regime republicano, percebemos o declínio dos serviços dessa companhia, que continuou a receber subvenções do Estado:

> A vida dos lavradores desta zona tem sido um verdadeiro cúmulo de dificuldades e prejuízos! [...] Falta de carros e tropas para levar café, nos engenhos e estações, falta de sacos, ordens ou marcá-las com a já muito conhecida chapa: para quando mandar café. Finalmente, vencidas todas estas dificuldades, depara-se com o trambolho desta malfadada estrada de ferro, que melhor seria para esta zona não ter aparecido por aqui, pois atualmente não passa de um polvo caranguejo. [...] Ora Sr. Presidente, se fosse uma queixa singular, poder-se-ia atribuí-la a algum indivíduo que tivesse má vontade à companhia: mas é um coro geral de queixas de todos os pontos servidos pela Estrada de Ferro Leopoldina. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro 1891-1892, p.199. Grifos meus).

Em outro discurso, Affonso Penna faz novas críticas à E.F. Leopoldina, expressando as reclamações enviadas pela população que utiliza de seus serviços:

> Sr. Presidente, pedi a palavra para trazer ao conhecimento do Senado diversas reclamações que recebo constantemente de concidadãos da Zona da Mata, queixando-se do modo desgraçado porque é feito o serviço da Estrada de Ferro Leopoldina. V. Exc. tem visto, Sr. Presidente, que, desde o começo das nossas sessões, tenho reclamado a ver se é possível conseguir-se da administração daquela estrada fazer o serviço, senão de modo regular, ao menos de modo tolerável para aqueles que precisam despachar mercadorias e os produtos de sua lavoura. Ainda hoje recebi um ofício de cidadãos residentes no município de Rio Branco, em que se queixam da demora na expedição de cargas. Assim é que, diversas mercadorias, como bacalhau, carne e outras despachadas no Rio, nos meses de junho e de julho ainda não chegaram ao seu destino, tendo decorrido já três meses! Sr. Presidente, eu apenas quero trazer ao conhecimento do Senado estas reclamações para que aqueles concidadãos não julguem que não prestei atenção ao seu ofício. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro 1891-1892, p.600. Grifos meus).

Defendendo-se das reclamações, a E.F. Leopoldina declarou que uma defasagem momentânea na oferta de carros, causada pela super safra de café, ocorrida no início da década de 1890, teria abarrotado seus galpões. Afirmou ainda a dificuldade no transporte das cargas devido à diferença de tamanho das bitolas. Suas justificativas foram aceitas pelo senado mineiro, mas com ressalvas. A E.F. Leopoldina também atravessava uma crise financeira, que a levou à falência por não conseguir arcar com as despesas de manutenção das suas linhas nem obter lucros significativos.

Devido aos problemas causados pelas companhias de estradas de ferro, Affonso Penna começou a questionar que esses empreendimentos fossem realizados pelo setor privado. O político mineiro passou a defender que seria mais benéfico à sociedade mineira que os transportes ferroviários fossem organizados pela administração pública:

> Quaisquer que sejam as boas normas demonstradas pela teoria, quanto à exploração de certas indústrias pelo Estado, a verdade é que entre nós o serviço de estradas de ferro oferece mais vantagens e garantias aos passageiros, ao comércio e à lavoura, quando feito diretamente pela

> administração pública, do que quando efetuado por empresas particulares. Estas cometem os maiores abusos e ficam sem corretivo, apesar das despesas que se faz com a fiscalização. Não devemos iludir-nos levados por esperanças que os fatos desmentem. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.202).

Em outro momento, Affonso Penna expôs sua indignação contra as empresas ferroviárias subvencionadas pelo Estado, que eram incapazes de cumprir seus respectivos contratos. Além de propor multas para a Cia. Leopoldina, decorrentes das irregularidades no transporte de cargas, também propôs ampliar a fiscalização sobre a empresa, como maneira de solucionar os entraves na organização da rede ferroviária no território mineiro. Seu discurso revela parte de sua decepção com a postura das empresas ferroviárias e a imprescindível necessidade de fiscalizar seus serviços:

> É pelo amor que voto ao Estado, é porque me dói ver meus concidadãos vítimas da incúria e desídia de empresas que recebem grandes favores do Estado; é Sr. Presidente, pela indignação que me causa verificar que não se exerce a fiscalização estabelecida pela lei para o cumprimento dos contratos celebrados com a administração. Estou resolvido a ocupar essa tribuna, durante meu mandato constitucional, com a máxima independência, sem atenção a pessoas, tendo em vista unicamente o engrandecimento do Estado, que me honrou com esta cadeira. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.263-264).

Em 1891, a situação de grave crise financeira atravessada pela Leopoldina acarretou na sua fusão com a Companhia Geral de Estradas de Ferro, "empresa fundada com objetivo de comprar, vender e custear estradas de ferro próprias e de terceiros" (MARINHO, 2015, p.221). A fusão da Leopoldina com uma empresa administrada no Rio de Janeiro era considerada ilegal, devido aos contratos celebrados com o poder público mineiro. Ao receber, do tesouro público, uma garantia de 7% de juros, a companhia estava comprometida a realizar seus negócios apenas em Minas Gerais (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.399-401).

Enfatizando seu comprometimento com a administração pública de Minas Gerais, Affonso Penna, embora sócio assumido da Companhia Geral de Estradas de Ferro, tornou-se um dos maiores expositores dos problemas causados pela Leopoldina e contrário à fusão das duas empresas ferroviárias (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.399-401). Em outro momento, afirmava sua incredulidade de que os

> representantes dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, no Congresso Federal, possam de qualquer maneira, dar aprovação a um projeto [a fusão dessas companhias ferroviárias], que prejudica enormemente aos Estados, que eles representam. [...] Ora, Sr. Presidente, em tais condições, compreende V. Exc. que é interesse primordial da unidade nacional, que uma linha férrea de tal importância não possa parar nas mãos de companhias, que terão somente em mira explorar interesses financeiros. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891-1892, p.516)

Em defesa de suas ideias, o político mineiro recorreu à explanação dos métodos de organização da rede ferroviária utilizados na Europa. Affonso Penna indicou que o debate sobre a responsabilidade do Estado ou da iniciativa privada em organizar a malha ferroviária era foco de discussão em diferentes localidades na Europa e nos EUA. Para ele, era importante observar "o fato de em todos os países, os governos se reservarem à intervenção direta e imediata, na fiscalização das companhias que tomam a si a exploração das estradas de ferro" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.516). Desse modo, cita os exemplos da atuação dos respectivos governos da Inglaterra, França, Alemanha, Prússia, Bélgica, Rússia, Áustria, Hungria, Itália e Austrália sobre a constituição do sistema ferroviário nessas localidades.

Devido aos problemas decorrentes dos serviços prestados pelas companhias ferroviárias e as múltiplas falências dessas empresas, Affonso Penna começou a defender que os serviços das ferrovias fossem organizados e prestados pela administração pública. Ressalta-se que, apesar de liberal, o político mineiro passou a defender medidas centralizadoras para o planejamento da instalação de ferrovias no estado, que deveriam ser organizadas sob intervenção do governo do estado. Desde sua atuação como senador, percebemos que admitia uma postura de defesa do Estado na gerência e manutenção das vias férreas. Os diversos problemas ocasionados pelas companhias de estradas de ferro, em especial decorrentes da E.F. Leopoldina, resultaram na mudança de seu pensamento sobre a expansão das ferrovias em Minas Gerais.

Affonso Penna pensava o transporte ferroviário como um grande investimento a ser realizado pelo Estado, pois constituía parte do patrimônio nacional empregado para possibilitar o desenvolvimento econômico e social. Assim, considerava arriscado arrendar a administração das companhias de ferro, a exemplo da Leopoldina e da Estrada de Ferro Central, percebidas como *artérias* principais para a circulação de mercadorias e pessoas no território nacional, a empresas particulares. Sua acepção era embasada no fato de que a E.F. Leopoldina, maior companhia de estrada de ferro de Minas Gerais, foi a empresa ferroviária que mais gerou prejuízos ao erário público.

Contudo, malogrados seus esforços, em 1891 a Leopoldina passou a ser administrada pela Cia. Geral de Estradas de Ferro para escapar da falência, sob a alegação de manter os serviços ferroviários, especialmente o de transporte do café. O discurso do senador Joaquim Dutra, ocupando o cargo de 2º secretário nas reuniões do Senado Mineiro, ressalta a importância de se manter em funcionamento a E.F. Leopoldina:

> Sr. Presidente, entre as diversas questões que no momento atual, devem diretamente preocupar, absorver mesmo, a atenção da alta administração, uma há que, me parece, sobreleva-se a todas as outras. Esta é, sem dúvida, a solução urgentemente reclamada a respeito da ferrovia Leopoldina. (*Apoiados*). Esta companhia, Sr. Presidente, como o senado sabe e está no domínio público, não tem meios para reconstruir os seus trilhos, para melhorar o seu material rodante, e, conseguintemente, muito menos para prolongar seus trilhos, o que, fatalmente, acarretará graves prejuízos não só aos interesses privados, como aos altos interesses do Estado. [...] Sr. Presidente, sobre o estado lastimável em que se acha esta importantíssima empresa, e sobre os prejuízos que ao Estado tem trazido o desmantelamento administrativo que a tem caracterizado, não posso deixar de ler ao Senado trechos do importantíssimo artigo do Estado de Minas. Eis o que diz o artigo:
> *Alguns anos são decorridos sem que tenhamos tido a felicidade de vermos melhoradas as condições do tráfego d'aquela estrada (Leopoldina), e a riquíssima zona que é servida por ela vai perdendo a esperança de ter dias melhores no futuro.*
> [...] *Sejamos preciosos no nosso modo de apreciar as medidas salvadoras da importante estrada de ferro, enquanto é tempo e para que mais tarde não tenhamos de lastimar o que não se fez, apesar das facilidades que o presente nos proporciona para a solução de uma tal questão.*
> Muitas considerações poderiam produzir, Sr. Presidente, tendentes a provar que o futuro, a prosperidade do Estado, o aumento de suas rendas, além de outras medidas, diretamente depende do trafego da companhia ferrovia *Leopoldina.* (DUTRA, Joaquim. Anais do Senado Mineiro, 1895, p.12)

Desse modo, devido ao serviço precário prestado pela E.F. Leopoldina sob a direção da Cia. Geral das Estradas de Ferro e à crise econômica, em 1895, a Estrada de Ferro Leopoldina foi absorvida pela administração pública. O processo de encampação seria uma alternativa para organizar a companhia, restabelecer seus serviços e manter em funcionamento a rede ferroviária considerada como principal via de exportação de Minas Gerais. Conforme Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho, a Cia. Leopoldina passou a ser administrada por ingleses em 1897 (MARINHO, 2015, p.221). No ano seguinte, foi fundada a The Rio de Janeiro Northern Railway Company ou Leopoldina Railway, responsável por todas as linhas ferroviárias da Estrada de Ferro Leopoldina. A busca constante pela manutenção do funcionamento das locomotivas demonstrava que os políticos, de modo geral, reforçavam o discurso da importância das estradas de ferro como meio de desenvolvimento.

Ressalta-se que, entre o período de 1890 a 1906, apesar do orçamento público atravessar grave crise financeira, os investimentos nas estradas de ferro foram firmados como um compromisso para colocar Minas nos caminhos do progresso. Podemos observar que os empreendimentos voltados para a expansão das redes ferroviárias em solo mineiro derivaram do projeto criado por Affonso Penna, em 1893, período em que presidiu o Estado de Minas Gerais. Conforme a mensagem de Chrispim Jacques Bias Fortes, presidente do estado mineiro:

> Continua a sentir-se o impulso dado pela lei N.64, de 1893, no desenvolvimento da viação Férrea do Estado. Durante o ano findo foram entregues ao tráfego mais de 220 quilômetros de estradas de ferro custeadas ou auxiliadas pelo Estado. Comparado esse

> número com o da extensão inaugurada no ano anterior, que foi de 97 quilômetros, verifica-se um aumento de 127%, progressão que nunca fora antes atingida e que basta para mostrar quão eficazes e benéficos têm sido os esforços e sacrifícios dos poderes públicos de Minas, em favor do desenvolvimento da viação férrea no Estado. (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1896, p.62)

Os problemas e prejuízos gerados pela Leopoldina e demais empresas ferroviárias no Estado não significaram a interrupção das concessões de privilégios e da construção de novos ramais ferroviários. Vários senadores compreendiam que as vias de transporte promoveriam o crescimento econômico no Estado, aumentando o comércio e a exportação de café. Os políticos passaram a defender que as novas concessões e subvenções deveriam ser aprovadas mediante maior critério e planejamento, especificamente relacionadas ao desenvolvimento comercial e à ligação do estado com os portos marítimos. Nesse sentido, podemos tomar o seguinte discurso como exemplo da iniciativa política em prol da continuidade da prática de concessões e subvenções do Estado para abertura de novas estradas de ferro em solo mineiro:

> Entendo, Sr. Presidente, que nós devemos, na órbita da nossa possibilidade estender as estradas de ferro por todos os ângulos do nosso Estado, sobretudo para aquelas 19 partes de zona cafeeira que ali jazem intactas, abandonadas e incultas e que, entretanto, estão destinadas a serem o provido celeiro da fortuna pública e abundante manancial para as rendas do Estado. Entendo, Sr. Presidente, que devemos iniciar novas estradas de ferro e auxiliar aquelas que lutam com dificuldades; é assim que tenho a honra de mandar à mesa uma representação da companhia Muzambinho pedindo alguns favores ao Congresso. V. Exc. sabe e o Senado conhece, Sr. Presidente, que a Companhia Muzambinho tem sido sempre proibidosa e jamais se aventurou em jogos da Bolsa e nem lançou mão de especulações deprimentes da sua moralidade. Luta com sérias dificuldades, Sr. Presidente, e eu tomo vivo interesse pelo desdobramento dessa estrada, porque é a única que pode servir ao Triângulo Mineiro cuja prosperidade depende apenas de prendê-lo a Minas por estrada de ferro mineira e em território mineiro por que convergirão para essa estrada toda a importação e a exportação que atualmente se fazem por S. Paulo. O desdobramento da estrada de ferro Muzambinho significa a nossa emancipação de São Paulo e a grandeza dos nossos recursos. (SILVA, Gomes da. Anais do Senado Mineiro, 1895, p.84)

Em mensagem ao Congresso Mineiro, datada de 1898, o vice-presidente do Estado, Antonio Martins descreve, apesar da crise financeira perpassada pelo governo, a expansão dos trilhos ferroviários em Minas Gerais e a manutenção do serviço prestado pelas companhias de estrada de ferro, por meio de concessões e/ou subvenções públicas. A mensagem nos fornece importantes dados sobre os gastos realizados pelo governo, assim como a quilometragem de ferrovias construída:

> Tem continuado felizmente regular o trabalho de construção de vias férreas no Estado. É assim que, durante o ano de 1897, foram entregues ao tráfego 135,376 km de estradas só de concessão mineira. Nestes últimos quatro anos, em que coube-me a

> elevada tarefa do governo do Estado, cresceu a rede de vias férreas de concessão mineira na extensão de 523,199 km assim discriminados pelas diferentes estradas:
> Bahia e Minas.....KM 75
> Viação Sapucahy.....KM 266,5
> Muzambinho.....KM 94
> Cataguazes.....KM 48,18
> João Gomes a Piranga.....KM 25,922
> Ramal de Belo Horizonte.....KM 14,592
> De outro lado, conta mais o Estado em construção 612,416 km de linhas férreas, sendo 2.224,492 em estradas de concessão mineira e 1.180 km em estradas federais. As de concessão do Estado têm sido outorgados, até essa data, os seguintes favores pecuniários:
> Subvenção quilométrica – à Estrada de Ferro Leopoldina, 2.341, 538$000; à Estrada de Ferro Oeste de Minas, 892, 302$000.
> Garantia de Juros:
> À Estrada Leopoldina.....6.550, 533$007
> À Oeste de Minas.....5.717, 620$737
> À Bahia e Minas.....1.199, 238$055
> À Sapucahy.....5.721, 932$482
> À Muzambinho.....140, 438$845
> À Estrada de João Gomes a Piranga.....295, 944$645
> Total.....19.625, 707$771
> Dessa importância total, 8.247, 618, 807 foram entregues às diversas companhias durante a presente administração, sendo à Estrada Leopoldina 783, 522$697; à Oeste de Minas 2.784, 356$789; Bahia e Minas 247, 435$697; à Muzambinho 104, 213$215; à Sapucahy 4.032, 145$984; à Estrada João Gomes a Piranga 295, 944$645.
> De conformidade com a Lei N.64, de 24 de julho de 1893, que autorizou a vir em auxílio de diversas companhias de viação férrea, no intuito de ativar a construção da respectiva rede, tem o Governo do Estado emprestado diretamente a algumas dessas companhias as seguintes quantias:
> À Bahia e Minas.....4.433, 672$108
> À Muzambinho.....5.644, 412$050
> À Espírito Santo e Minas.....3.311, 000$000
> Sapucahy.....6.920, 000$000
> Total.....20.309, 048$158.
> (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1898, p.54)

Pablo Lima, ao analisar o contraste entre a noção do progresso e a percepção das limitadas realizações dos empreendimentos ferroviários da Companhia Oeste de Minas, entre 1880 e 1930, concorda com a ideia da ferrovia como instrumento capaz de possibilitar o rompimento com a situação de atraso econômico e cultural (LIMA, 2009). Nesse sentido, apesar de todos os inconvenientes e decepções, a postura de defesa da expansão do transporte sobre trilhos mantida pelos políticos mineiros correspondia à defesa da busca pelo progresso e pela modernização. Entretanto, os políticos atentaram para a necessidade de se aprovar concessões e/ou subsídios com maior critério técnico para instalação de ferrovias, como podemos observar no discurso do senador Barão de São Geraldo:

> Mas, tratando-se de um assunto tão importante como estradas de ferro, em que nas próprias concessões feitas pelo Congresso temos visto tantas discussões para formar-se um juízo seguro sobre a conveniência ou inconveniência delas, e mesmo assim tem-se decretado leis com grandes confusões, onde se vê estradas que se contrariam umas às outras, concorrendo reciprocamente para a ruína de si mesmas, compreende o

> Senado que eu não poderia votar silencioso quando se trata de transferir para o Presidente do Estado uma atribuição do Congresso. Por esse fato, somente, eu votaria contra o projeto, porque entendo que em matéria de estradas devemos ter o máximo cuidado, a fim de que elas possam atender à zona que vão servir, e dar aos seus acionistas uma razoável remuneração. Conceder estradas de ferro a empresas que vão dar prejuízos é, evidentemente, desacreditar essas mesmas estradas. Eu quisera que as concessões das estradas de ferro fossem discutidas amplamente e se tivesse bases seguras para suas decretações. (SÃO GERALDO, Barão de. Anais do Senado Mineiro, 1899, p.198)

Ao longo do período de implantação das estradas de ferro em Minas Gerais, percebemos que os problemas derivados da constituição do serviço prestado pelas companhias de estrada de ferro, as falências e os processos de encampação pelo governo não resultaram no arrefecimento das ideias de desenvolvimento econômico e social ligadas à construção de trilhos no estado. Apesar de toda a precariedade do serviço e da crise financeira perpassada pelo governo, concessões e subvenções continuaram a ser aprovadas para instalação de novas ferrovias. O discurso do senador Levindo Lopes elucida este cenário, ao afirmar que

> não vem impugnar o projeto, não contesta a sua utilidade, não recusará jamais o seu voto a um projeto de lei em que se autoriza a construção de uma estrada de ferro, e a razão é que está convencido de que o Estado de Minas será verdadeiramente rico, poderoso, no dia em que o seu vasto território for cortado por estradas de ferro que se cruzem em todas as direções: isso significará a prosperidade em todas as relações da vida social, o desenvolvimento da indústria agrícola, do comércio, da mineração, das fontes, enfim, da riqueza pública. (LOPES, Levindo. Anais do Senado Mineiro, 1902, p.207)

A trajetória das ferrovias no território mineiro, entre o final do século XIX e início do século XX, permite avaliar as alterações no pensamento político e econômico de Affonso Penna. Apoiador da iniciativa privada, de modo liberal, o político passou a defender a intervenção do Estado na organização do transporte ferroviário como solução às constantes crises financeiras e problemas nos serviços prestados pelas locomotivas. Porém, suas perspectivas sobre as estradas de ferro como argumento para o engrandecimento mineiro e, posteriormente, para o engrandecimento nacional não se alteraram. Affonso Penna foi um entusiástico do fenômeno das locomotivas, não somente em Minas Gerais, mas em todo o território nacional, como podemos observar na seguinte figura:

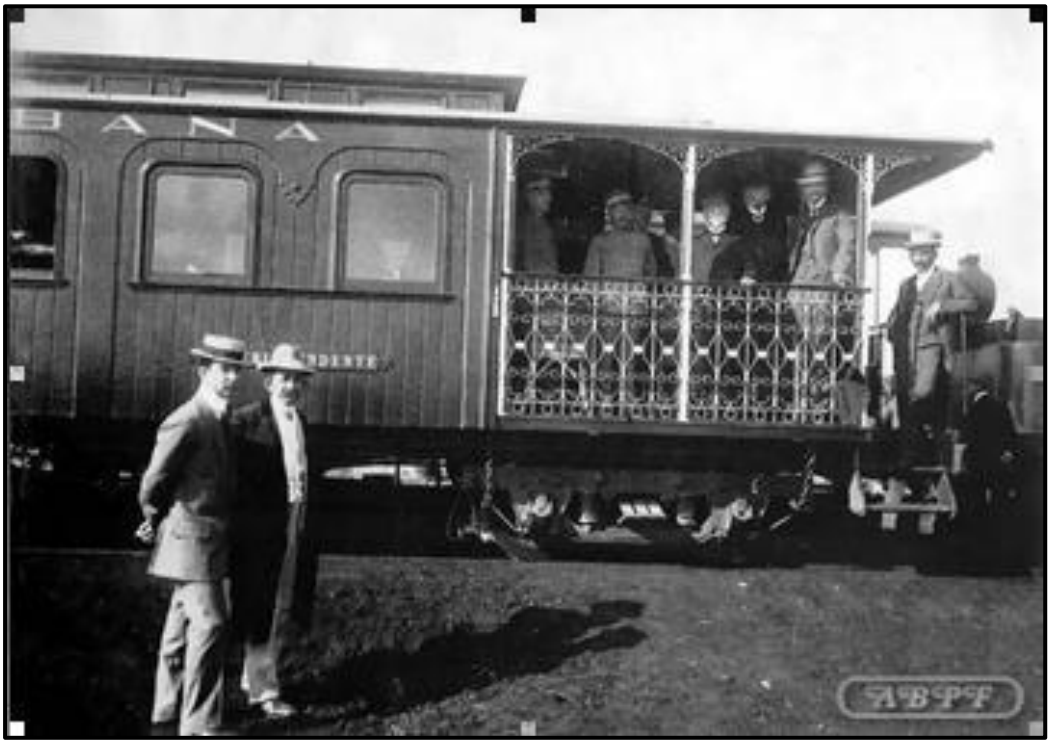


Figura 17: Carro presidencial da Sorocabana com o presidente Affonso Penna a bordo na viagem inaugural do ramal do rio Tibagi, 1909. Fonte: ALONSO, Lilia. *Estrada de Ferro Sorocabana*. Museu Histórico de Chavantes (SP). IN: http://chavantesporliliaalonso.blogspot.com.br/2012/05/estrada-de-ferro-sorocabana-fepasa.html, acessado em 10/05/2016.

Em sua última mensagem ao Congresso Nacional como presidente do Brasil, em 1909, retomou suas proposições elaboradas em 1906, no manifesto inaugural, sobre a importância das ferrovias:

> De acordo com as ideias expressas no meu manifesto inaugural, tenho recomendado o mais cuidadoso exame dos embaraços que se opõem à circulação dos nossos produtos e a adoção de providências capazes de removê-los. Neste sentido, as medidas adotadas, quer quanto ao tráfego mútuo entre as várias empresas de transporte, quer quanto à redução das tarifas nas Estradas de Ferro Central do Brasil, Oeste de Minas, Minas e Rio, Muzambinho, rede de viação da Bahia, Baturité, Vitória e Minas, São Paulo ao Rio Grande e Paulista, são bastante significativas para atestarem o eficaz interesse que a administração tem dedicado à questão. As reduções feitas para estas linhas atingem até 60% do valor de algumas das antigas tarifas, sendo que na Central do Brasil a diminuição média excede de 15%. Novas modificações estão sendo estudadas com o mesmo intuito para as Estradas de São Paulo Railway, Paulista, Leopoldina e do Paraná.
> [...] Além disso, deu-se grande impulso à construção das estradas [de ferro] de penetração, que constituem o melhor auxílio às populações das regiões periodicamente assoladas pelas secas.
> [...] Foi o ano de excepcional importância para a viação férrea, por haver nele atingido ao máximo, até hoje verificado no país, o número de quilômetros de estradas de ferro entregues ao tráfego. Assim é que em 1908 aumentou de 1.019 quilômetros a nossa rede de viação férrea, havendo atualmente em tráfego no território da República 19.103 quilômetros, contra 18.035 em igual mês do ano anterior. (PENNA, Affonso. Mensagem ao Congresso Nacional, 1909, p.46-48)

Ao recorrer a exemplos vivenciados em diversos países, para definir seus repertórios sobre a política do transporte ferroviário, Affonso Penna demonstrou que o campo da experiência vivida não se restringe à experiência pessoal. O vivido pelo outro pode ser apropriado como experiência própria para a definição de projetos, de horizontes de expectativas (KOSELLECK, 2006). Seus discursos revelaram que a busca pela modernização – rápida – utilizou como critério as experiências vislumbradas nos núcleos sociais considerados modelos. Affonso Penna, nesse sentido, apropriou-se dos repertórios dos projetos ferroviários empregados pelas sociedades civilizadas, para delimitá-los e aplicá-los conforme as peculiaridades da realidade mineira.

A ferrovia gerou o progresso por onde passou, mas este progresso esteve muito aquém das expectativas mantidas pelos políticos mineiros e, em especial, por Affonso Penna. A modernidade não surgiu como uma ruptura com a realidade anterior; ou seja, o progresso e a modernização mineira não corresponderam aos anseios do político mineiro. Seus discursos descortinaram suas decepções e preocupações com os rumos que a organização da rede ferroviária mineira seguiria, a partir das análises que elaborou sobre a Companhia Leopoldina.

Os impactos negativos vislumbrados nos discursos dos políticos e nas referências às notas de jornais e reclamações da população se assemelham à análise realizada por Marshall Berman sobre as conturbações espirituais e materiais presentes na modernização social (BERMAN, 2011). Os políticos, como interlocutores do progresso, se reconheciam como arautos do desenvolvimento econômico, da modernização e da civilização, ideais de um projeto que teria sua realização possibilitada pela chegada das ferrovias aos rincões de Minas Gerais. Entretanto, tal inovação não atingiu as expectativas de uma sociedade ainda assentada nas bases tradicionais da cultura e da economia do século XIX. As locomotivas, nesse sentido, não corresponderam à desejada transformação das regiões mineiras que, distantes dos centros urbanos, deveriam romper com sua situação de atraso econômico e social.

A postura de Affonso Penna em defesa do apoio financeiro do Estado às companhias ferroviárias, em manter e ampliar seus serviços, demonstrou sua forte crença na expectativa do progresso alcançado pelos caminhos de ferro. Para ele, o trem, aliado ao ideal de trabalho e dinamização da economia, seria uma das construções ideológicas referentes ao progresso, civilização e modernização da sociedade. A locomotiva seria responsável pelo escoamento da produção, pela ocupação de territórios desabitados e a consequente descoberta e aproveitamento das potencialidades econômicas dessas regiões.

Seu envolvimento num processo multifacetado de mudanças de convicções e de percepções constituiu seu pensamento desenvolvimentista. Affonso Penna defendia que a rede ferroviária deveria ter a dupla função de desenvolver a economia e de penetrar o território, conforme os modelos vislumbrados nos EUA. Seus discursos revelaram esse ideal da ferrovia, ao se posicionarem a favor da construção das linhas pelo interior mineiro, a fim de transportar o progresso, o desenvolvimento e a civilização. Contudo, seus projetos de expansão ferroviária não se concretizaram a contento. As construções imaginárias em torno do trem, como símbolo do progresso, contrastaram com a realidade percebida no início do século XX, em Minas Gerais.

As ferrovias não atenderam à lógica de viabilidade econômica nem foram construídas com objetivo de penetrar o interior do estado. Ao contrário, os traçados das redes ferroviárias acompanharam os limites das fazendas de café. As linhas foram construídas em municípios que contavam com certo desenvolvimento econômico e com um comércio local significativo. Os traçados seguiram as pretensões das elites locais, atendendo aos seus desejos de terem uma ferrovia próxima à sua fazenda (PENIDO; GOODWIN Jr., 2014, p.18-19). A construção e expansão dos trilhos da Cia. Leopoldina, apesar dos esforços do político Affonso Penna em tornar a rede uma via de penetração, seguiu uma lógica bastante peculiar, nem econômica e nem de penetração territorial, mas vinculada à força política do fazendeiro, que desejava levar os trilhos às portas de suas propriedades. Sua instalação não foi realizada em povoados desabitados; as estações ferroviárias foram construídas em localidades com um mínimo de desenvolvimento econômico e comercial, ainda que suas atividades produtivas não estivessem ligadas à expansão cafeeira.

Os problemas gerados pela E.F. Leopoldina adquiriram um significado além da sua situação financeira precária: representaram a decepção dos políticos com o ideal modernizador encetado pelas estradas de ferro. Affonso Penna, entretanto, ao mesmo tempo em que apontava os problemas gerados pela Cia. Leopoldina e as dificuldades financeiras enfrentadas, indicava a importância do transporte ferroviário para o engrandecimento mineiro e continuava a apoiar as práticas de concessão de privilégios e subvenção para outras companhias de estradas de ferro. Percebemos que seu pensamento desenvolvimentista observou as experiências históricas de outras localidades, de onde retirou modelos, repertórios e planejamentos para adequar à realidade mineira e nacional.

A reboque das locomotivas viriam o incremento à indústria, à dinamização do comércio e a civilização dos costumes. Prevalecia a crença de que as locomotivas fomentariam o desenvolvimento econômico e social por onde passassem, sendo ela forte o suficiente para não paralisar as práticas de aprovação de concessões e subsídios, realizadas pelos políticos

mineiros. Apesar dos problemas constatados, era evidente os sinais de melhoria que o transporte ferroviário gerou para a dinamização da economia e facilitação das comunicações. A ferrovia permitiu que a produção fosse transportada de um modo mais seguro, mais rápido e em maior volume. Por onde os trilhos passavam o comércio era incrementado e as cidades do interior, ligadas aos centros urbanos, passavam a comungar de novos padrões culturais. As ferrovias possibilitaram certo desenvolvimento econômico, por meio das trocas comerciais.

Na concepção de Affonso Penna, o trem, apesar dos problemas de sua instalação e precariedade dos serviços prestados pelas empresas ferroviárias, permaneceu associado às expectativas de progresso mesmo não surtindo o impacto desejado de se implantar uma vasta rede ferroviária no território mineiro e promover rapidamente o desenvolvimento econômico e social. As críticas de Afonso Pena à Leopoldina demonstraram sua frustração em relação à ideia de modernidade contida na imagem do trem.

O progresso foi trazido pelo trem, mas com velocidade muito pequena, dentro de uma ordem pré-estabelecida, conforme a organização conservadora das elites políticas mineiras. As locomotivas, por onde chegassem, deveriam estabelecer a instrução pública e profissional, uma das principais consequências da ampliação da rede ferroviária. A expansão dos trilhos, somente, não fomentaria o engrandecimento mineiro, era preciso articular o avanço da cultura e produção material ao avanço da cultura intelectual. Para isso, era de suma importância preparar e instruir o sujeito trabalhador por meio da escolarização de ofícios.

Capítulo 03

O engrandecimento mineiro: a instrução pública e profissional

Como existe um único fim comum a toda a nação, deve existir uma única educação para todos os educandos, e deve dar-se, não em particular, como se pratica hoje, em que cada qual educa os filhos segundo a sua fantasia..., mas publicamente...
Aristóteles.[49]

Nos tempos modernos, Ex. Sr., em que a felicidade de uma nação depende da instrução e educação popular, em que os conhecimentos não são mais como outrora, o privilégio de uma classe ou casta [...] em que o tempo em sua marcha civilizadora fez deles uma necessidade social, um elemento de ordem e de progresso para todos [...] O poder do homem reside exclusivamente em sua inteligência. As conquistas da civilização, os progressos da indústria, a riqueza, a moralidade mesma de um povo, tudo isso depende de sua instrução, do seu grau de adiantamento nas ciências e artes.
Domingos de Andrade Figueira, 1868.[50]

A instrução pública foi concebida por Affonso Penna e seus pares como um dos elementos primordiais para alcançar o engrandecimento mineiro e nacional. A difusão das noções de progresso, modernidade e civilização seria de responsabilidade das instituições de instrução pública e de formação profissional. Pensada como fator de transformação social, a escola e a escola profissional seriam um instrumento de formação e disciplinamento das camadas pobres e trabalhadoras do Brasil, devendo contribuir para unificar possíveis dissonâncias e fazer frente à desordem das ruas, transformando esses segmentos em participantes ordeiros do corpo social, cidadãos e trabalhadores úteis à pátria (CUNHA, 2000a). Os conteúdos ministrados visavam, além da alfabetização, catequizar as crianças, retirando-as da ociosidade e "inculcando-lhes o respeito à ordem e aos costumes" (ANDRADE, 2007, p.47).

A instrução nos discursos dos políticos mineiros e nacionais era "considerada como única ferramenta capaz de garantir o progresso contínuo, o desenvolvimento e a civilização" (VALLE; HAMDAN; DAROS, 2014, p.14). A análise dos termos "educação" e "instrução", segundo suas perspectivas lexicográficas, evidencia a diferenciação de seus sentidos no repertório utilizado pelos políticos. Conforme os estudos de Irlen Antônio Gonçalves sobre a

[49] Aristóteles. Política. IN: FREITAS, Gustavo de. 900 textos e documentos de História. Vol. 01. 2ª Edição. Lisboa: Plátano Editora, 1977.
[50] Relatório de Domingos de Andrade Figueira apresentado à Administração da Província. Minas Gerais, Ouro Preto, p. 28. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Center for Research Libraries. Global Resources Networ. IN: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u266/, acessado em 20/02/2016.

formação do trabalhador republicano, "educação" significa "o ato de educar a pessoa nos aspectos relacionados à direção da vontade e da moral, notadamente, com vistas à formação de costumes e culturas próprias de uma dada sociedade, que estabelece regras de costumes, de boas maneiras e de viver" (GONÇALVES, 2012, p.23). Como já dito anteriormente, a análise dos termos "instrução", segundo o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, publicado por Antônio de Moraes Silva em 1891, designa "a ação de instruir; corresponde ao ensino, à educação literária, à tudo que pode instruir, aos conhecimentos adquiridos, ao saber". Portanto, a educação compreende o ato de criar mais geral, relacionada à transmissão de valores morais, enquanto a instrução, ainda como meio de conduzir a educação, estaria ligada aos aprendizados adquiridos na escola (GONÇALVES, 2012).

O ensino público e de formação do trabalhador não foram instituídos de modo uniforme ao longo do tempo, nem organizados de forma separada do jogo histórico, social e cultural. Os projetos de instrução foram produzidos para produzir o Estado Monárquico e, posteriormente, o Republicano, visando educar e civilizar a população a fim de se alcançar o progresso da nação. A Assembleia Provincial e, com o advento da República, o Congresso Legislativo, foram considerados lugares de produção da instrução pública e formação profissional, onde se promovia normatização do ensino, cujo objetivo seria tornar a criança, o jovem e o adulto trabalhadores úteis e dotados das principais noções de cidadania (GONÇALVES, 2012, p.17).

Neste capítulo procuramos compreender o pensamento de Affonso Penna sobre a instalação da instrução profissional em Minas Gerais, articulado às noções de progresso e modernização. Para situar a prática política de Affonso Penna quanto aos projetos de instrução profissional, procuramos analisar como se desenvolveram os projetos legislativos e o pensamento político mineiro sobre a instrução pública e profissional durante o século XIX e anos iniciais do regime republicano. Buscamos entender quais valores ele procurava imprimir via instrução pública à sociedade mineira. Para tanto, é preciso conhecer os projetos nessa área propostos por Affonso Penna, imbricados no seu itinerário político, para analisar como ~~o~~ ele se apropriou, em diferentes momentos, de repertórios que associavam à promoção da instrução profissional ao advento do progresso – circulantes nesse período.

3.1. A Instrução Profissional no Brasil do século XIX e início do século XX

Desde a proclamação da Independência no país, em 1822, os políticos brasileiros, ao pensarem no projeto de modernização da sociedade, perceberam a instrução como uma das

principais molas propulsoras do desenvolvimento social e econômico (VISCARDI, 2012).[51] O trabalho legislativo das Assembleias Provinciais e dos Presidentes de Província implicaram em intensas atividades para o ordenamento legal da instrução pública (ANDRADE, 2007, p.21). A elite dirigente, formada em sua maioria de bacharéis de direito, compartilhava da fé no caráter pedagógico da lei, que visava produzir, por meio de diferentes legislações sobre o ensino, comportamentos e condutas considerados modernos e civilizados. Os políticos, sob a perspectiva iluminista, percebiam esta questão diretamente ligada à escolarização da população pobre e livre, discutindo a necessidade de instruir o povo para garantir a ordem social (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006, p.08).

Conforme os ideais iluministas, presentes no pensamento político nacional, a instrução era uma questão amplamente discutida pelos grupos dirigentes do país. Havia a incumbência de preparar os futuros sujeitos para o ingresso nos quadros da administração e burocracia do Estado e de instruir a população pobre e livre destinada a compor uma mão de obra disciplinada e minimamente qualificada para a atividade produtiva. A instrução, portanto, foi considerada um ramo fundamental da administração pública "no momento em que se impôs a necessidade de formar pessoas dotadas de novas qualidades, fundamentais à constituição do Estado Imperial", segundo um projeto de civilização e modernização (INÁCIO, FARIA FILHO, ROSA, SALES; 2006, p.15). A instrução pública compreendia uma das estratégias fundamentais dos políticos para a organização de um povo ordeiro e civilizado, tinha por função regenerar e adaptar a população pobre à nova ordem social.

Rita Cristina Lima Lages define a organização e a expansão da escolarização como um dos elementos marcantes do Brasil oitocentista, no período pós-independência (LAGES, 2013, p.21). À época, as noções de progresso, civilização e modernização, apropriadas dos repertórios circulantes nos principais núcleos sociais da Europa, tornaram-se presentes nos discursos da elite dirigente, que percebia a instrução pública como viabilizadora do engrandecimento nacional. Nesse sentido, o discurso do ensino público como promotor da construção da identidade e unidade nacionais estava difundido em diversas nações. Para a autora, os projetos de instrução pública, entre os projetos que convergiram para a formação do Estado Nacional, foram compreendidos como um dos principais investimentos que o governo imperial deveria realizar (LAGES, 2013, p.21).

[51] De acordo com Luciano Mendes Faria Filho e Zeni Efigênia Santos de Sales, "mesmo considerando a existência de instituições escolares no Brasil anteriores ao início do século XIX e a marca da cultura letrada que se fez presente desde o momento inicial de nossa História após o descobrimento, foi depois da Independência da colônia que o processo de escolarização foi grandemente impulsionado" (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006, p.24).

Vislumbrados como panaceia de diversos problemas sociais, os projetos nacionais de instrução pública tiveram seus referenciais nos principais núcleos sociais da Europa Ocidental e, um pouco mais tarde, dos EUA. Desse modo, "essa circulação, de ideias mas também de práticas, debuta nos Oitocentos e se estende até meados dos anos 1950" (VALLE, HAMDAN, DAROS, 2014, p.15). Sob uma perspectiva baseada na influência marcadamente liberal e positivista, a instrução deveria ser capaz de transformar uma população majoritariamente rural e pobre em cidadãos úteis à pátria. Essa população, na percepção dos políticos, carecia de noções de civilidade, constituindo, portanto, o principal alvo dos projetos civilizadores via instrução pública.

Para Cynthia Greive Veiga, com o objetivo de instruir e civilizar "na perspectiva de produzir a coesão social, a escola teve características fundamentalmente inclusivas". Segundo a autora, "a propagação da concepção da importância da escola na organização da sociedade é uma invenção imperial, associada à difusão da Constituição" (VEIGA, 2008, p.504). O ideário dos grupos políticos do recém-fundado regime imperial entendia que a universalização da instrução e da "cultura do espírito" promoveria a "felicidade dos homens" (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006, p.09). Porém, a nação que se inaugurava revelava uma face excludente e autoritária. A difusão do ensino seria restrita e limitada, com o objetivo de não expor ao risco "as formas tradicionais de submetimento da maioria ao jugo da elite imperial" (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006, p.09).

Mary del Priore afirma que, no século XIX, aos filhos dos pobres caberia um ensino que os tornasse produtivos para a indústria e a lavoura, enquanto os filhos da elite seriam ensinados por professores particulares (PRIORI, 1999, p.10). A instalação da instrução pública e profissional será defendida entre os políticos como um dos principais elementos do progresso social e meio para o desenvolvimento da indústria: era interpretada como instrumento para o processo civilizador com objetivo de alterar costumes e hábitos "bárbaros" e disciplinar o jovem à rotina de trabalho conforme o modo de produção capitalista. Rita Lages indica que "a condição do progresso estava associada àquela de melhoramentos materiais; esses, por sua vez, garantidos pelo progresso da indústria". O sistema de instrução destinado ao povo deveria prover, além das capacidades morais, a habilitação do sujeito para a atividade industrial (LAGES, 2014, p.75).

A instrução profissional começou a ser discutida como importante elemento de desenvolvimento econômico e social para o progresso do país, para fomentar a ideia positiva do trabalho. A atividade laboral de qualquer tipo estava, desde o período colonial, associada ao trabalho escravo e por isso era considerada repulsiva. Conforme Celso Suckow da Fonseca, "o

ensino necessário à indústria tinha sido, inicialmente, destinado aos silvícolas, depois fora aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos e passaria, em breve, a atender, também, a outros desgraçados" (FONSECA, 1961, p.137). Nesse sentido, a instrução elementar e profissional era pensada de forma marginalizada, sendo destinada aos setores populares enquanto às elites caberiam o ensino humanístico, preparatório para o ingresso nas escolas superiores.

O trabalho manual, constituído na representação do imaginário social como um produto da escravidão, era percebido como uma atividade social repulsiva. Os livres pobres só procuravam atividades laborais em momentos de extrema necessidade, preferindo ao ócio à ter sua imagem associada à escravidão. Assim, havia significativa distinção social entre o trabalho manual e intelectual. Os profissionais da medicina, da engenharia e, em destaque, os bacharéis em direito tinham sua capacidade avaliada em função de seu conhecimento humanístico, literário e de cultura geral que possuíssem (FONSECA, 1961, p.131). Enquanto as profissões liberais eram atividades nobres, os "trabalhos manuais estavam destinados aos menos dotados de inteligência e de fortuna e, em consequência, o ensino de ofícios passou a ser olhado com olhos de menosprezo" (FONSECA, 1961, p.132). A distinção entre tais tipos profissionais estabelecia as possibilidades de produzir e preservar essa hierarquização social; sendo que tais identidades profissionais são construções sócio-históricas, imbricadas num determinado tempo e espaço.

Ione Ribeiro Valle reforça essa ideia ao associar a importância da escola como fator de organização, equilíbrio e manutenção das sociedades modernas, utilizando-se da teoria da coesão social de Émile Durkheim (2003). Segundo a autora, a solidariedade (orgânica), conforme as proposições de Émile Durkheim (2003), está baseada na teoria da "divisão do trabalho social", pressupondo, nesse sentido, a instalação de dispositivos e instituições de diferenciação social nas sociedades modernas (VALLE, 2014, p.21). A instrução escolar se destaca como um dos mais importantes meios para assentar o arranjo social, cuja função é "homogeneizar, para eliminar diferenças injustas, e diferenciar, para distinguir profissionalmente cada indivíduo" (VALLE, 2014, p.21).

A instrução pública não foi pensada apenas para educar e disciplinar as massas para o trabalho e para a sociedade. O ensino viabilizaria a constituição da dinâmica entre a sociedade e indivíduos que, conforme Cynthia Greive Veiga, "é relacional, repleta de tensões; perfaz lugares e posições sociais em relações de dependência". Para a autora, "quanto mais complexas forem as funções e a divisão do trabalho numa sociedade, mais forte serão as relações de interdependência e a necessidade dos indivíduos se autocontrolarem" (VEIGA, 2007, p.53). Em

conformidade com as ideias que norteavam a busca pelo processo civilizatório, a instrução de crianças e jovens para a vida pretende constituir "a homogeneização das relações com o conhecimento e a padronização das atitudes frente ao outro [que] se apresentou como fator regularizador das tensões e diferenças na sociedade" (VEIGA, 2007, p.53).

A criação de diferentes instituições de ensino, voltadas tanto para a elite quanto para o povo, demonstrou que à escola caberia a função de articular tanto as divisões sociais quanto as divisões do trabalho. Os projetos de instrução pública revelaram uma nação excludente. Essa exclusão pode ser assinalada por meio dos limites que os políticos estabeleceram no formato do ensino a ser instituído para a população. A educação elementar deveria servir para dotar o homem das mínimas capacidades civis; isto é, ter conhecimento dos seus direitos e deveres legais. De acordo com Renata Fernandes Maia de Andrade, o processo de escolarização no país não correspondia à condição de igualdade de oportunidades políticas, sociais e econômicas para todos. A autora destaca que "educar a população não tinha por meta transformar a sociedade brasileira, mas sim satisfazer com que cada indivíduo reconhecesse e assumisse seu lugar social" (ANDRADE, 2007). O lugar da população estava demarcado e consignado conforme o tipo de instrução a ser recebida:

> Não queremos dizer que todos os homens devam ou possam ser médicos, matemáticos, jurisconsultos, &c., porém asseveramos que se deve dar a todos os homens a maior massa de conhecimento possível, sem interromper as ocupações ordinárias da vida a que cada indivíduo se destina.
> [...] O problema, pois, que há para resolver é: Como se poderá generalizar uma boa educação elementar, sem grandes despesas do Governo, e sem que se tire às classes trabalhadoras o tempo, que é necessário que empreguem nos diferentes ramos de suas respectivas ocupações? (O Universal, 18 de julho de 1825 *apud* INÁCIO, FARIA FILHO, ROSA, SALES; 2006, p.09-10)

Esta ideia circulava em todo o território mineiro, como podemos observar na publicação do jornal A Idéa Nova, de 10 de junho de 1906:

> O verdadeiro caminho
> [...] porque nesta casa o que nós queremos e pregamos é aquilo que nossa pátria quer e aspira – instrução e trabalho. // INSTRUÇÃO – legítima, boa e verdadeira, adequada a cada camada social, melhorando a que visa às letras e às ciências, e criando a que torna apto o indivíduo para viver por si, pela sua iniciativa fecunda, pela sua aptidão criadora da riqueza social. // TRABALHO não o rotineiro, viciado e infecundo, que aniquila seus agentes, os empobrece e os desgraça, mas o inteligente, racional e progressivo, que remunere o esforço, levante seus obreiros, e transforme nossa terra de madrasta safara e maninha em mãe carinhosa e benfazeja. (apud GOODWIN Jr., 2015, p. 363)

Portanto, percebemos significativa crença na eficácia da escola como viabilizadora da produção e reprodução das formas, divisões, sociais. A inclusão da criança e do jovem na sociedade ocorreria por meio da escolarização dos ofícios, com objetivo de atender as novas demandas produtivas do mercado capitalista e atingir o status de uma sociedade civilizada, portadora de cidadãos trabalhadores e ordeiros, por meio da difusão da cultura intelectual e moral. A instalação da República promoveu novas demandas provenientes das mudanças advindas da necessidade de integração do povo à nova ordem republicana e à alocação do trabalhador livre ao mercado de trabalho, considerando que a manumissão ocorreu em 1888.

3.2. Affonso Penna e a Instrução Profissional em Minas Gerais

Em Minas Gerais, foi por meio da lei n.13, de 07 de abril de 1835, e do Regulamento 13, de 25 de maio de 1835, que se estabeleceu a normalização da instrução para toda a província, incluindo a obrigatoriedade da frequência escolar, marcando o início de um significativo conjunto de legislações para regulamentar a educação durante todo o Império (VEIGA, 2008, p.505). A aprendizagem da leitura e escrita associada à educação moral foi considerada pelos políticos mineiros como elemento para promover novas práticas sociais (ANDRADE, 2007, p.25). Desde a constituição do regime imperial, a discussão sobre a instrução pública se destaca no Conselho Geral de Minas Gerais, primeiro a ser instalado no Brasil e expressão da política imperial em nível provincial. Pensado como *locus* da política de instrução pública em Minas Gerais, o Conselho Geral de Minas Gerais empreendeu "ações procurando dotar a província de um sistema articulado de instrução pública" (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006, p.13). De acordo com Zeni Efigênia Santos de Sales, os discursos dos políticos mineiros revelam a instrução pública percebida como um discurso fundador da organização da escolarização na província (SALLES, 2008, p.81)

A ideia de desenvolvimento do comércio e da indústria também estava associada ao discurso da promoção da instrução pública, como podemos observar na mensagem presidencial de Antonio da Costa Pinto:

> Se por um lado a instrução é indispensável em uma sociedade bem regulada, para que o homem possa apreciar devidamente seus imperceptíveis direitos, e os deveres correlativos, que tem de cumprir; por outro não é menos essencial, refletindo-se que, sem ela, é impossível desenvolver-se a indústria em todos os ramos, de que se compõem, e alimentar-se o amor ao trabalho, que, entre outras causas, mais eficazmente contribuirão para darem ao país duradoura tranquilidade, riquezas, estabilidade em suas Instituições, em suma a felicidade social (PINTO, Antonio Costa. Anais da Assembleia Legislativa Provincial, 1837, p.06)

O discurso, conforme assinala Rita Cristina Lima Lages, expressa a ideia de progresso da indústria, "da riqueza e moralidade do povo, associado ao sentimento 'moderno' de bem-estar, de felicidade da nação veiculado à instrução do povo" (LAGES, 2014, p.71). Essas ideias presentes desde os primeiros anos do Império permaneceram na concepção das elites dirigentes até os anos iniciais do regime republicano. Zeni Efigênia Santos de Sales destaca que houve um esforço por parte da Assembleia Provincial para dotar a província mineira de sistema de instrução que incorporasse cadeiras de instrução elementar e de ensino profissional. Tais medidas tinham por objetivo prover a província de sujeitos preparados e afeitos ao trabalho; isto é, para a exploração de suas riquezas (SALES, 2008, p.91).

A instrução profissional, desse modo, era interpretada como um dos argumentos para alcançar o engrandecimento mineiro, garantido pelo desenvolvimento social e econômico. Persistia nos discursos políticos a alusão da instrução profissional como meio de incutir na população mineira a civilidade dos costumes, a ideia de nobilitação do trabalho e a ideia de ordem social. O ensino profissional viabilizaria, nesse sentido, a participação de Minas Gerais no rol das sociedades modernas e civilizadas. Essas expectativas podem ser observadas no relatório enviado por Carlos Carneiro de Campos, presidente da província de Minas Gerais:

> Um dos mais importantes corolários da liberdade das instituições modernas, tem sido o reconhecimento de que o povo deve ser tão acuradamente instruído, quanta é a elevação das funções sociais a que é chamado a exercer [...]. As disposições legislativas [...] induzem-nos a pensar que à sua consignação presidiu a intenção de iniciar-se entre nós a realização da ideia de uma instrução profissional, cuja conveniência tanto se apregoa nos países cultos da Europa. O reconhecimento de sua utilidade acha-se há muito comprovado na instituição da Escola Politécnica em França e no sistema de prestação de ensino secundário adotado na Alemanha, onde ao aluno saído das aulas primárias e que pretende prosseguir em seus estudos se pergunta – à que profissão se destina? (CAMPOS, Carlos. Relatório do presidente da província de Minas Gerais, 1859 *apud* LAGES, 2014, p.75)

O início do período imperial, portanto, foi marcado pelas tentativas – sendo diversas infrutíferas – de organização da instrução pública e formação profissional. Foi implantada uma "rede escolar precária e diminuta, sendo o processo educativo conduzido por sujeitos não habilitados para tal tarefa, já que não havia uma formação específica para a tarefa de ensinar" (INÁCIO, FARIA FILHO, ROSA, SALES, 2006, p.40). Luiz Antônio Cunha afirma que, entre 1840 e 1865, com objetivo de expandir a formação do trabalhador, foram criadas instituições de educandos e artífices por dez governos provinciais, "que adotaram como modelo a aprendizagem de ofícios em uso no âmbito militar, até mesmo a hierarquia e a disciplina"

(CUNHA, 2005, p.03). Considerando as instituições criadas, a instrução pública e profissional foi concebida pelos grupos dirigentes associada a um projeto de desenvolvimento econômico:

> A criação de um Curso de Instrução Elementar, de um Centro de Estudos Preparatórios, de um Liceu de Ensino de Ciências Sociais, de um Plano de Estudos para a província mineira e, ainda, as equiparações de cadeiras que corresponderiam aos cursos jurídicos e a Academia Militar da Corte, a criação de colégios, sendo um específico para os índios, a Academia Médico-Cirúrgica, as cadeiras de Agricultura e Mineralogia é que nos permitem dizer que o trabalho dos conselheiros abrangia não somente a instrução elementar, mas também a secundária, o ensino superior, o ensino técnico e a instrução indígena, visando dotar a província de um sistema organizado de ensino. O estabelecimento de uma cadeira de Agricultura e uma de Mineração evidenciava o interesse do Conselho em desenvolver as principais fontes de riqueza da província, instrumentalizando as pessoas para as mais variadas funções, por meio da instrução, o que coloca a educação também como base para o desenvolvimento. (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006, p.13)

Fernando de Azevedo, entretanto, fornece dados que indicam a ineficácia da instalação de tais escolas pelo país. Segundo o autor, em 1864, em todo o Brasil, "havia apenas 106 alunos matriculados no ensino técnico: 53 no Instituto Comercial do Rio de Janeiro, 25 no curso comercial de Pernambuco, 14 na Escola de Agricultura do Pará e 14 na Escola de Agricultura do Maranhão" (AZEVEDO, 1971, p.582-583). Assim, até a década de 1870, com algumas exceções, ocorreu a formulação de um discurso fundador sobre a necessidade de organizar a instrução pública, que circulou em território mineiro e no âmbito nacional, sendo motivo de debates e disputas entre diferentes grupos políticos.

A falha na constituição do ensino público e da instrução profissional pode ser explicada pela falta de recursos financeiros disponíveis e ausência de uma efetiva atuação por parte dos políticos para execução desses projetos. A descontinuidade na execução de políticas no âmbito do ensino público deriva da seguinte contradição no governo das províncias:

> de um lado, os parlamentares regionais, a quem cabia propor, aprovar e regulamentar a instrução provincial e, de outro, os presidentes, nomeados pelo Imperador, e muitas vezes alheios à realidade das Províncias, pouco tempo permaneciam nos cargos, fazendo com que poucas vezes as políticas administrativas obtivessem continuidade. (ANDRADE, 2007, p.53).

Apesar da crença sobre o valor da instrução pública, a elite dirigente pouco realizou para a difusão do ensino entre as camadas populares. Havia a falta de auxílio, especialmente financeiro, fornecido pelo governo central às províncias. Conforme José Ricardo Pires de Almeida, em todo o país, embora houvesse a preocupação em votar leis sobre o assunto, as legislações de instrução públicas foram elaboradas nas Assembleias Provinciais de maneira "inexequível e incoerente". O autor, ao descrever o debate político sobre a instituição do ensino

público, afirma que esses projetos resultaram de "interferências de grupelhos, da satisfação de algumas personalidades ou de disputas oratórias sem convicção formada do que é o bem público, isento de egoísmo ou com real interesse na difusão da instrução" (ALMEIDA, 2000, p.65). A proposição de Sérgio Buarque de Holanda, sobre a atuação política no Brasil do século XIX, pode ser tomada para reforçar essa ideia:

> Ainda quando se punham a legiferar ou a cuidar da organização e coisas práticas, os nossos homens de ideias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginação. [...] Quanta inútil retórica se tem desperdiçado para provar que todos os nosso males ficariam resolvidos de um momento para o outro se estivessem amplamente difundidas as escolas primárias e o conhecimento do ABC. (HOLANDA, 2013, p.163-165)

As elites dirigentes mineiras, interessadas na escolarização da população, por meio dos discursos e de medidas legislativas, foram produzindo o lugar da escola na sociedade do século XIX. Essa instituição assumiu gradativamente a responsabilidade pelo ensino da leitura, da escrita e do cálculo, da civilidade, da moral e da religião. (FARIA FILHO; INÁCIO, 2012, p. 53). Renata Fernandes Maia de Andrade assinala que a quantidade de Leis e Regulamentos publicados no período demonstra o caráter pedagógico das legislações, que manifestavam um ideal a ser realizado: difundir, por meio da educação, "os hábitos e os costumes considerados modernos e civilizados". Para a autora, a "Lei ordenaria as relações sociais, bem como civilizaria a população" (ANDRADE, 2007, p.24). O Conselho Geral da Província de Minas Gerias defendeu que o Estado deveria proporcionar os recursos necessários para que os indivíduos, especialmente os jovens, se instruíssem de forma eficiente e em curto tempo. Ressalta-se que, entre os políticos mineiros,

> a instrução profissional foi constantemente lembrada como necessária à exploração da riqueza mineral, assim como objeto de inúmeras considerações e propostas de criação de cadeiras ou cursos. Considerando-se que "a arte das minas consistia em muitos conhecimentos científicos, especialmente na Mineralogia, Química e Mecânica", o Conselho reunido estava convencido de que o estado estacionário da mineração na Província Mineira provinha da falta dessas ciências. [...] O estabelecimento dessas cadeiras deveria servir para desenvolver as principais fontes das suas riquezas – a agricultura e a mineração. (INÁCIO, FARIA FILHO, ROSA, SALES, 2006, p.36).

A partir de 1870, observamos que o exemplo dos EUA começou a ser tomado por referencial para o Brasil nas práticas políticas de educação, por possuírem um dos sistemas de ensino mais bem estruturado e mais amplamente distribuído pela população (LAGES, 2013, p.22). De acordo com Carla Simone Chamon, os grupos dirigentes vislumbraram, além dos

EUA, que "começava a aparecer como um modelo a ser perseguido", na França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Áustria, Holanda e Suíça exemplos a serem seguidos (CHAMON, 2005, p.178). Eric Hobsbawm esclarece que os países da Europa Ocidental e os EUA, cujas "estatísticas morais" eram consideradas altas, eram percebidos como maiores expoentes do progresso e civilização (HOBSBAWM, 2011, p.55). Para o autor, os projetos de educação nessas localidades, destinados às massas, estavam em franca expansão, assegurados por "um ensino primário cada vez mais universalizado, promovido ou supervisionado pelos Estados" (HOBSBAWM, 2011, p.49).

A referência a modelos de instrução pública utilizados nesses países era uma estratégia comum entre os grupos políticos nacionais, também usada em outros países da América Latina, e consiste numa prática pedagógica e persuasiva. Esta, aqui, não compreende uma "retórica vazia: pretende demonstrar o sentido do próprio processo civilizatório vivido pelas sociedades humanas" (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006, p.10). Desse modo, desde 1879, o exemplo norte-americano tornou-se presente nos debates políticos mineiros, como também o problema da escassez de recursos financeiros para viabilizar a expansão da instrução pública em Minas Gerais. Conforme o relatório enviado à presidência da província, de 1879:

> A reorganização do ensino público era desde muito aconselhada pelas necessidades de adaptá-lo ao aumento da população disseminada na província e as ideias modernas, postas em prática nos países mais adiantados. […] Consultando as circunstâncias da província, a extensão do território e os costumes dos habitantes, tive sobretudo em vista a instrução de modo mais amplo e compatível com os recursos do orçamento. Este devia, sem dúvida, ser o fim da reorganização, desde que a prosperidade do povo se mede pelo seu aperfeiçoamento moral e intelectual. Longe de indicar os Estados Unidos como um modelo, que nos seria impossível imitar em sua atividade prodigiosa e progresso surpreendente; devo ponderar que a difusão universal da instrução, o desenvolvimento das faculdades intelectuais dos indivíduos de todas as classes, foram os móveis poderosos da proeminência reconhecida daquele país. (REBELLO HORTA. Relatório. Assembleia Provincial de Minas Gerais, 1879, p.28-29).

Rita Cristina Lima Lages assevera que o projeto de instrução pública dos EUA correspondeu a um ideal a ser perseguido, embora impossível de imitar, devido ao seu "progresso surpreendente; surpreendente porque alcançado em tão poucos anos" (LAGES, 2014, p.71). Ione Ribeiro Valle informa que, desde as últimas décadas do século XIX, "a escola tem sido chamada a responder às múltiplas apostas da modernidade" (VALLE, 2014, p.17). Nesse sentido, o ensino abarcava a expectativa de desenvolver nos sujeitos habilidades humanas úteis à economia e os princípios comportamentais de uma sociedade civilizada. Os políticos mineiros, desejosos de alcançar o progresso rapidamente, iniciaram o processo de

modernização segundo o "sentido do processo civilizatório vivido pelas sociedades humanas" consideradas modernas (INÁCIO, FARIA FILHO, ROSA, SALES; 2006, p.10).

A busca rápida pelo progresso encetou a discussão política sobre os métodos de instrução, que deveria ocorrer no tempo mais reduzido possível e de maneira satisfatória (LAGES, 2013, p.21). As diversas políticas referentes à instituição e consolidação de escolas de instrução pública e profissional, aplicadas na Europa e nos EUA, tornaram-se modelares para os debates políticos sobre a criação de escolas de ensino público e formação do trabalhador no Brasil. Essa estratégia tinha um caráter pedagógico e persuasivo, constantemente utilizada pelos políticos nacionais, assim como de outros países da América Latina, a exemplo da Argentina e Chile. Maria Lucia Spedo Hilsdorf, ao discorrer sobre as ideias oriundas da Europa e dos EUA associadas à educação, afirma que no país circulavam repertórios que remetiam a uma

> cornucópia de modelos administrativos e pedagógicos à disposição: eles vinham das Exposições Universais instaladas na década de 1870, nas grandes capitais da Europa, cujos trabalhos das secções de Educação foram reproduzidos no Dictionaire de Pédagogie, de Ferdinand Buisson (1882), que alcançou a difusão internacional e foi muito lido aqui; dos relatos dos delegados aos Congressos Pedagógicos Internacionais; da legislação estrangeira, sobretudo as do sistema escolar da Prússia, divulgada na Corte desde fins da década de 1860 por Joaquim Teixeira de Macedo, e da França republicana, que no início da década de 1880 foi consubstanciada na reforma Jules Ferry; dos relatórios de Hippeau sobre a educação nos Estados Unidos e na Inglaterra, publicados na íntegra no Diário Oficial do Império, entre 1871 e 1874; da literatura pedagógica internacional, comprada por intermédio dos catálogos de obras que os livreiro nacionais e do exterior remetiam pelos correios para todas as províncias do Império; das sugestões que viajantes estrangeiros divulgavam em sua passagem pelo Brasil; dos novos materiais pedagógicos, que os agentes comerciais das grandes firmas importadoras exibiam nos seus catálogos de mercadorias; da prática pedagógica dos colégios americanos de confissão protestante, utilizada como estratégia de penetração missionária. Enfim, todo um conjunto de diretrizes, métodos, procedimentos e conteúdos modernos, que foi posto em circulação e pôde ser discutido, experimentado e aprovado, desde a década de 1870. (HILSDORF, 2003, p.51-52).

Entre 1870 e 1880 houve um significativo número de propostas e projetos que dispunham sobre a reforma do ensino. Affonso Penna, nesse período, atuando nas fileiras liberais como deputado da Assembleia Nacional tinha, junto ao seu partido, de trabalhar com o objetivo de eliminar a escravidão (a ser extinguida sem prejudicar a economia nacional), o regime de eleição então existente e o analfabetismo (LACOMBE, 1986, p.68). O volume de projetos e ideias circulantes sobre o ensino público demonstrava a crença de que um país se constituía por meio da instrução (ANDRADE, 2007, p.68). Roque Spencer Maciel de Barros reitera que "os homens das décadas de setenta e oitenta se propõem, realmente, a ilustrar o país;

a iluminá-lo pela ciência e pela cultura; a fazer das escolas focos de luz, donde haveria de sair a nação transformada" (BARROS, 1959, p.23).

À época, sobressaiu a atuação de Rui Barbosa, cujo importante estudo se tornou base para redação de pareceres e projetos referentes à Reforma do Ensino Secundário e Superior, de 1882, e a Reforma do Ensino Primário e de várias instituições de instrução pública, de 1883. Para a elaboração de seu trabalho, Rui Barbosa buscou referências nos países considerados civilizados, a exemplo da Inglaterra, EUA, França, Suíça e Alemanha (MACHADO, 2005). Desse modo, ele defendeu o aumento do investimento do poder público destinado à educação e a instituição do ensino profissional, destacando a inserção de cadeiras de cunho científico, a exemplo da de desenho (MACHADO, 2005, p.14-15). A obra de Rui Barbosa serviu de base para Affonso Penna pensar a constituição da instrução pública e profissional na cena mineira (LACOMBE, 1986).

As alterações nas estruturas curriculares desse período passaram a enfatizar a instrução profissional, no intuito de atender às novas demandas de qualificação do trabalhador para o ingresso no trabalho industrial ou agrícola. Ao final do século XIX propugnava-se, na cena política nacional, a importância da oferta de disciplinas voltadas à ciência em detrimento do currículo humanístico ofertado nas escolas (ANDRADE, 2007, p.79). Nesse sentido, pretendia-se desenvolver no trabalhador as competências necessárias para sua inserção no novo modo de produção capitalista, tornando-o disciplinado, produtivo e eficiente, por meio de um ensino técnico útil e prático.

O interesse na implantação do ensino profissional primário, portanto, foi percebido ao final do Império, com o intuito de preparar o liberto e o trabalhador nacional para o trabalho agrícola e industrial. Este ensino seria designado aos pobres com a atribuição de civilizar esses sujeitos para o progresso da nação, garantido pela conservação da ordem social. Renata Fernandes Maia de Andrade afirma que "o incentivo para a criação de escolas profissionais é o reflexo de uma transformação em curso, o fim da escravidão se aproximava e nesse sentido, era preciso" capacitar os indivíduos para as atividades da indústria do campo e da cidade (ANDRADE, 2007, p.75). Havia, portanto, a preocupação em formar a força de trabalho, para desenvolver as principais fontes de riqueza; "instrumentalizando as pessoas para as mais variadas funções, por meio da instrução, o que colocou a educação também como base para o desenvolvimento" (INÁCIO, FILHO, ROSA, SALES, 2006).

Em defesa do ensino profissional, merece destaque a obra de Tarquínio de Souza Filho, *O ensino technico no Brasil*, publicada no Rio de Janeiro em 1887. Com um discurso ancorado nas ideias de progresso, crescimento econômico e desenvolvimento social, autor afirmava que

a instrução pública e a educação moral eram uma necessidade de toda a população (SOUZA FILHO, 1887). Ao indicar que o ensino e a educação compreendem os princípios vitais da civilização, assegurava que sua ausência tornava inviáveis a ordem moral, os meios de se promover o desenvolvimento humano, o progresso, a justiça e uma sociedade de paz. A democracia e a evolução econômica exigem educação e "progresso da instrução" (SOUZA FILHO, 1887). Para o autor, a criação de escolas técnicas era objeto máximo de interesse social, uma vez que educaria as classes laboriosas e, concomitantemente, engrandeceria as carreiras profissionais (SILVA, 2014). Ao elencar as instituições de ensino profissional do país, ele ressaltou as informações reunidas sobre o Estado de Minas Gerais:

> O ilustrado Sr. conselheiro Manoel Portella, que tantos serviços tem prestado à causa da instrução popular, identificando-se com os interesses da Associação dos Artistas, que em Pernambuco mantém o Liceu de Artes e Ofícios, durante a sua administração em Minas Geraes, fundou em Ouro Preto um liceu modelado pelo do Recife, e que foi inaugurado a 25 de março de 1886. Estão criadas e funcionam as aulas de português, francês, geografia, aritmética, geometria, desenho e música. Das escolas agrícolas autorizadas por lei n. 2166 de 20 de novembro de 1875, só existe uma: a Escola Agrícola de Piracicaba fundada em 1881, e que demora a 5 quilômetros de Itabira. O caráter do ensino desta escola tem sido puramente prático e o ensino teórico tem custado apenas de noções elementares e de caráter muito geral. (SOUZA FILHO, 1887, p.98)

A comparação entre a estatística fornecida por Tarquínio Souza Filho e os discursos e projetos idealizados pelos grupos dirigentes de Minas Gerais indica que pouco foi realizado no âmbito da instrução pública e profissional. Era comum os presidentes das Assembleias Provinciais descreverem o estado "desgraçado" em que se encontrava a instrução pública, conforme descrito nos relatórios da Assembleia Provincial, a partir da década de 1850. Comprovavam a situação apontando a falta de recursos, a ausência de professores minimamente qualificados e a escassez de escolas destinadas ao ensino primário e profissional. Affonso Penna, à época em que atuava como deputado provincial, também apontava estes problemas, afirmando que a instrução pública era assunto de grande relevo para a administração pública. O político mineiro associava o precário desenvolvimento econômico ou o estado de *atraso* mineiro à falta de conhecimento. Neste discurso, já reproduzido anteriormente, é revelada sua percepção sobre a cena mineira:

> Triste é o quadro que nos apresenta o Estado, quer no Império, quer na nossa província. A lavoura definha à falta de recursos e de braços para o amanhamento das ubérrimas terras com que felizmente nos dotou a Província. O ignorantismo alça o colo altaneiro. Basta lançar os olhos para o estado da instrução pública entre nós. [...] 1.581.705 crianças sem escolas e professores mal retribuídos e em atraso de pagamento. (LACOMBE, 1986, p.51)

Affonso Penna descrevia um panorama do estado mineiro que permaneceu com poucas alterações até a proclamação da República. Conforme os dados apresentados pelo primeiro censo brasileiro realizado em 1872, Minas Gerais contava com uma população de 2.043.184 habitantes, sendo que 1.314.007 declaravam-se ocupados profissionalmente. Nesse sentido, 64,3% da população mineira indicou pertencer aos seguintes grupos profissionais ou profissões: liberais, industriais e comerciais, profissões manuais ou mecânicas; profissões agrícolas; e outras, tais como jornaleiro, criado e trabalhadores domésticos (GONÇALVES, 2011). Dessa maneira, era restrito o número de pessoas das classes pobres que tinham acesso e/ou permaneciam nas escolas públicas, pelos mais diferentes motivos, mas principalmente pela inserção precoce no mercado de trabalho (VEIGA, 2008, p.502).

José Murilo de Carvalho assevera que a preocupação central do Império foi com a "organização do Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial", buscando a garantia da "sobrevivência da unidade política do país", por meio de um governo preocupado com a manutenção da união das províncias e da ordem social (CARVALHO, 2013, p.91). O autor assinala que a formação da nação somente passou a ser pauta dos interesses dos políticos nacionais no final do Império (CARVALHO, 2013). Assim, no seu último discurso como imperador do Brasil, na abertura da 4ª Sessão, da 20ª legislatura, no dia 03 de maio de 1889, D. Pedro II pediu à Assembleia Geral Legislativa "a criação de escolas técnicas, adaptadas às condições e conveniências locais" (FONSECA, 1961, p.147). A situação da ocupação profissional da população, no final do Império, indicou à República o desafio que deveria ser encarado quanto à formação do trabalhador, sobretudo quanto aos desafios da escolarização das profissões.

Com o ocaso do Império, restaria à República a tarefa de construção de uma nova identidade para o Brasil pautada nos projetos de instrução da população, compreendidos como "necessários à concretização de uma modernidade aspirada (e sonhada), cuja preocupação consistia em civilizar hábitos e costumes tidos como centrais na condução do progresso" (VALLE, HAMDAN, DAROS, 2014, p.13). O trabalho, sobremaneira, foi compreendido como atividade central no processo de modernização do país. A busca pelo desenvolvimento social não era pensada apenas por meio do progresso material, mas também definida pelo progresso intelectual.

3.3. Affonso Penna e a Instrução Profissional em Minas Gerais

As primeiras sessões do senado mineiro foram marcadas por discussões sobre a organização do ensino público e profissional em Minas Gerais, entre outras questões relevantes referentes à administração do estado como, por exemplo, a saúde, vias de transporte e segurança pública. A instrução profissional foi pensada articulada ao progresso econômico, entendida como condição do aprimoramento das técnicas produtivas da indústria. O discurso do senador Camillo de Britto destacava a importância das atividades manufatureiras e extrativas, expressando sua expectativa de que Minas "há de ser o Estado das indústrias" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891-1892, p.226).

O interesse republicano pela implantação do processo de formação profissional no Estado Mineiro foi se materializando a partir da Lei nº41, de 1892, sob a gestão de Affonso Penna na presidência do estado. Em mensagem ao Congresso Mineiro, de 1893, na qual o político apresentava uma retrospectiva de seu governo e reafirmava as diretrizes da continuidade de seu trabalho, a questão da instrução pública e profissional foi apresentada como um dos principais elementos de seu projeto para o engrandecimento mineiro:

> O ensino agrícola e profissional é matéria que merece especial atenção dos poderes públicos. [...] A difusão do ensino técnico e profissional é uma das maiores necessidades da indústria mineira. Talhado pela sua situação geográfica e pelos recursos naturais de que dispõe para um brilhante papel, entre os países industriais, o Estado de Minas deve cuidar de lançar as bases da sua futura grandeza, preparando obreiros e artistas para suas indústrias. É neste assunto, mais do que em outro qualquer, que muito deve preponderar a ação das câmaras municipais, auxiliada pelo poder estadual. Compreende-se que as indústrias variem conforme os elementos e matéria prima a aproveitar nas diversas zonas do Estado, e assim impossível é adotar um tipo uniforme, para os estabelecimentos que forem criados. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1893, p.24)

A partir dessa legislação foi instituído o ensino profissional no âmbito das escolas normais, do ensino agrícola e zootécnico, do curso de agrimensura, comercial e de farmácia.[52] Foram encontrados, a partir dessa data, os registros de criação de várias escolas espalhadas pelo Estado de Minas Gerais. Destaca-se que nos primeiros dez anos do regime republicano em Minas Gerais foram encontradas onze leis que tramitaram no Congresso e tiveram por objetivo

[52] A Lei nº 41 tramitou no Congresso Legislativo, a partir da Câmara dos Deputados, e foi apresentada pela comissão de instrução pública em setembro de 1891, dois meses após a decretação e promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais. Mesmo sendo considerada uma lei ampla e complexa por ter que contemplar os vários níveis da instrução pública (primária, secundária, superior e profissional) e por ter que se adequar às novas formas de organização da República, o seu tempo de tramitação teve uma duração relativamente curta, de somente onze meses.

a reforma ou a modificação da instrução pública.[53] Tais modificações ocorreram principalmente na instrução pública primária.

O serviço de instrução foi atribuído à Secretaria de Interior, uma das três secretarias de Estado, sendo as demais a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a Secretaria das Finanças, que foram regulamentadas no governo de Affonso Penna. A Secretaria de Interior era responsável pelos negócios referentes à justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, eleições e legislações, relações do Estado de Minas Gerais com os demais governos da federação e o governo da União, além de cuidar da organização da instrução pública. Affonso Penna, ao inserir a questão do ensino nessa secretaria, concebia a instrução como "parte da própria estruturação e construção do novo regime" (NOGUEIRA; GONÇALVES, 2012, p.44).

Segundo Maria Lucia Spedo Hilsdorf, as ideias republicanas relacionadas à instrução, projetadas na organização do ensino escolar, visavam uma significativa mudança evolutiva na sociedade brasileira, assentada nos ideais de progresso e ordenamento social. Para a autora, essas ideias, que buscavam referências no pensamento moderno circulante, poderiam ser consideradas como reflexos dos discursos produzidos pelos dirigentes políticos a partir de 1822 (HILSDORF, 2003). Como expressado anteriormente no texto, a educação pública passou a figurar como elemento para construção de uma identidade nacional, "que deveria ser capaz de transformar uma população majoritariamente rural e pobre em cidadãos úteis à Pátria" (NOGUEIRA; GONÇALVES, 2012, p.45).

Os grupos dirigentes, desse modo, percebiam a necessidade de reorganizar o serviço de instrução pública, pois, em sua concepção, a educação se encontrava impregnada do arcaísmo e dos vícios da velha ordem, trazendo no sistema de ensino vigente as marcas de uma configuração considerada anacrônica, de difícil aceitação para as novas concepções do

[53] **1.** Lei nº 41 – de 3 de agosto 1892 - Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas; **2.** Lei nº 73 - 27/07/1893 - Autoriza o governo do estado a por gradativamente em execução as disposições da lei nº 41 de 3 de agosto de 1893, relativa ao ensino agrícola e zootécnico, expedindo o respectivo regulamento, e a subvencionar as municipalidades que fundarem e mantiverem fazendas modelo, escolas agrícolas, industriais ou pastoris, estações agronômicas, etc.; **3.** Lei nº 77 – de 19 de dezembro de 1893 - Divide o Estado em 10 circunscrições literárias, tendo por sede as cidades em que há Escolas Normais. – Altera diversas disposições da lei nº 41 de 3 de agosto do ano passado e dá outras providências; **4.** Lei nº 103 - 24/07/1894 - Autoriza o Presidente do Estado a fundar duas escolas agrícolas nas cidades de Oliveira e Entre Rios; **5.** Lei nº 104 - 24/07/1894 - Cria junto à cidade do Curvelo, uma fazenda escola, destinada ao ensino prático de agricultura e indústria pastoril, e contém outras disposições a respeito; **6.** Lei nº 140 - 20/07/1895 - Reforma o ensino agrícola e zootécnico do Estado; **7.** Lei de nº 203 – de 18 de setembro de 1896 - Organiza o ensino profissional primário; **8.** Lei nº 221 – de 14 de setembro de 1897 - Contém disposições relativas à instrução pública primária e secundária; **9.** Lei nº 234 – de 27 de agosto de 1898 - Regula a substituição dos lentes e professores dos estabelecimentos de ensino e contém outras disposições; **10.** Lei nº 259 – de 10 de agosto de 1899 - Cria cadeiras de instrução primária em diversas localidades; **11.** Lei nº 281 – de 16 de setembro de 1899 - Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas Gerais.

momento (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2012). O ensino durante o período imperial, na acepção dos legisladores, estava fundamentado no conhecimento humanístico destinado apenas à formação das elites, que deveriam ingressar nos quadros públicos. Conforme o discurso do deputado Gomes Freire de Andrade, era preciso incutir na população pobre o "ensino das letras e dos ofícios":

> No tempo do Império, que foi também o tempo das lições de todo o gênero, tratava-se, é verdade, da instrução, mas de que modo? Programas aparatosos, suntuosos museus, magníficas coleções, um pessoal docente numerosíssimo em nossas faculdades de medicina e de direito e a fama do ex-imperador rebrilhava no estrangeiro, como o príncipe sábio protetor das letras; mas e o povo, este conservava-se nas trevas da mais completa ignorância! (ANDRADE, Gomes. Anais Da Câmara dos Deputados, 1891, p.384)

A presidência estadual de Affonso Penna, nesse sentido, pode ser compreendida como um importante marco para a difusão da escolarização em Minas Gerias. A fundação da Faculdade Livre de Direito, sob seu governo, é uma das obras mais importantes de sua atuação política no Estado. Era uma de suas preocupações fundar uma instituição em território mineiro responsável pelas futuras lideranças políticas, sociais e culturais do Estado (LACOMBE, 1986, p.178) – liderança percebida na classe dos bacharéis (SALIBA, 2012). Seus feitos no âmbito da instrução não se restringiram à fundação de uma academia de direito na capital mineira. Seu governo promoveu uma reforma que posicionou Minas Gerais na vanguarda da instrução pública: foram criadas escolas normais nas respectivas cidades: Ouro Preto, Sabará, São João del Rei, Campanha, Uberaba, Paracatu, Montes Claros, Diamantina e Juiz de Fora (LACOMBE, 1986, p.179).

Com base nas disposições da reforma do ensino, promovida por Benjamin Constant, Affonso Penna promoveu a instalação de diversos estabelecimentos secundários no estado. Para ele, o ponto fraco do ensino também estava no despreparo profissional dos docentes, escolhidos com base em conchavos políticos. O discurso do senador Virgílio de Mello Franco pode ser tomado para reforçar a política de abertura de novas escolas normais, projeto realizado no governo de Affonso Penna:

> Penso, sr. Presidente, que é essencial a formação de professores pelas escolas normais; e assim devemos aguardar que dessas escolas saiam professores capazes de reger outras escolas normais no futuro. Mas, creio que isto só se dará d'agora em diante, porque estamos reorganizando as escolas, d'agora em diante é que vamos dotar os professores de vencimentos suficientes. Assim não sendo partidário da geração espontânea, nem mesmo dos infusórios e nem dos micróbios (sou sectário da doutrina de Pasteur), acho que será uma medida de prudência, de reflexão por parte do poder legislativo, esperar que se formem nas escolas normais atuais do Estado professores

> capazes de regerem futuramente cadeiras nas novas escolas que se criarem. (MELLO FRANCO, Virgílio. Anais Do Senado Mineiro, 1892, p.206)

O regime, que se inaugurava, tinha por objetivo a formação do trabalhador, que foi acompanhada também pela questão da necessidade de reposição de mão de obra, decorrente da abolição da escravatura e do processo de adaptação e reestruturação da atividade do trabalho do imigrante estrangeiro. Porém, a dificuldade em fixar a mão de obra imigrante em Minas Gerais fortaleceu a opção pela transição do trabalho escravo para o livre com a incorporação do ex-escravo e do livre pobre, conhecido na literatura como trabalhador nacional. Para Affonso Penna, era primordial a manutenção da atividade produtiva no estado, especialmente o trabalho ligado à agricultura. Articulada à legislação da instrução profissional, o presidente do estado defendeu uma legislação de repressão à "ociosidade". Em mensagem ao Congresso Mineiro, denunciava que

> O principal inconveniente de que se queixa a lavoura é a pouca estabilidade do trabalhador nacional, de sorte que o lavrador não tem bases seguras para alargar ou restringir as suas plantações, pela incerteza de conservar o trabalhador. Muitos informantes dão testemunho de que uma das principais medidas a adotar é reprimir a ociosidade e a vagabundagem, e reclamam providências legislativas. A verdade é que nas nossas leis existem penas cominadas para o caso e que a sua aplicação depende principalmente das autoridades locais, que são escolhidas de entre os lavradores e comerciantes das localidades. Se as providências legais fossem enérgicas e seguidamente aplicadas, sem condescendências a empenhos, e considerações pessoais, diminuiria consideravelmente esse mal de que nos queixamos. (PENNA, Affonso. Anais Do Senado Mineiro, 1893, p.22)

O esforço empreendido pelas políticas públicas mineiras não somente visou à qualificação do trabalhador nacional, mas também se organizou para ensiná-lo a ética do trabalho como forma e superação do "defeito mecânico", sedimentado ao longo dos quatro séculos de escravização, os quais demarcaram o trabalho regular e braçal como a marca da desonra (GONÇALVES; CHAMON, 2012, p.168). O esforço empreendido pelas elites mineiras foi não apenas para qualificar o trabalhador, mas também para ensinar-lhe a ética do trabalho.

O ensino profissional estava relacionado à indústria agrícola, de modo que os primeiros debates se voltaram para o estabelecimento de Escolas Agrícolas. Para dotar o estado de escolas profissionais agrícolas, os políticos mineiros se apropriaram de repertórios, modelos e projetos de localidades da Europa e dos EUA para reforçarem e legitimarem seus argumentos. Podemos tomar por exemplo o discurso do senador Virgílio de Mello Franco sobre a

constituição do ensino agrícola no estado como meio de fomentar o trabalho e, por consequência, o progresso econômico e social.

Outro exemplo é o discurso do senador Mello Franco, que citou a organização da instrução profissional agrícola da França (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891, 275). O modelo era dividido em "*écoles nationales*", instituições de formação superior, "*écoles pratiques*", de nível intermediário, que correspondiam à formação técnica de nível secundário, e as "*fermes-écoles*", notadamente frequentadas por camponeses, as quais correspondiam ao ensino elementar (PERECIN, 2004). Aos agricultores, de forma geral, seria fornecido o ensino elementar para o manejo da terra, sendo transmitidas noções rudimentares de agronomia. Visando difundir o ensino agrícola no Estado, "facilitando a aprendizagem" dos agricultores, os projetos que receberam maior apoio dos políticos mineiros voltavam-se para a instrução prática e elementar daqueles que trabalhavam com a terra (LIMA, 2015, p.10).

Nos projetos sobre instrução pública e profissional debatidos no Congresso Mineiro, constatamos que, apesar do interesse em instruir a população e qualificar o sujeito para o trabalho, os políticos mineiros buscavam instruir minimamente os trabalhadores rurais, por meio das escolas práticas. Citando o senador Affonso Penna, Virgílio de Mello Franco propunha que o ensino técnico profissional destinado às crianças pobres fosse de curta duração, desvinculado do curso ginasial. Conforme seu discurso, seria apenas uma cadeira com o intuito de fornecer o conhecimento elementar aos agricultores, promovendo o avanço nas técnicas rudimentares de sua produção:

> A cadeira, portanto, não faz parte integrante do curso, mas sim, aproveitando um estabelecimento já organizado, qual é o Ginásio Mineiro, entendi que esta cadeira de agronomia podia ser-lhe anexa, facilitando aos meninos pobres das classes rurais, a esses que são atualmente os instrumentos do trabalho agrícola, os agentes diretos da lavoura, os cultivadores do nosso solo, a instrução elementar necessária para a profissão a que se destinam.
> [...] Sr. Presidente, o Sr. Conselheiro Afonso Pena, fez sentir, há dias, quanto é deficiente, entre nós, o ensino técnico e profissional: porquanto até hoje não temos tratado senão da educação clássica, que prepara alunos para as faculdades de direito e outras: mas estes moços ficam inutilizados para qualquer outra carreira industrial. [...] Era, pois, preciso corrigir esta educação, dando aos brasileiros o ensino técnico e profissional, porque agora é que começa a desenvolver-se a indústria no Estado, aumentar a riqueza pública e desenvolver, por modo extraordinário, a atividade industrial. Portanto, o ensino deve acompanhar esta evolução. S. Exc. demonstrou a necessidade do ensino técnico e profissional. Ora, não o temos nas escolas primárias. (MELLO FRANCO, Virgílio. Anais do Senado Mineiro, 1891, p.306. Grifos nossos)

O senador Virgílio de Mello Franco considerava de suma importância difundir a instrução técnica e profissional, infelizmente muito carente no Estado, sendo "que na classe dos

agricultores são quase nulos os conhecimentos agronômicos, aliás tão necessários, por ser a agricultura a principal fonte da riqueza pública e particular do país" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1891, p.321). A materialização dessas ideias carecia de quantias vultuosas que, no discurso de Afonso Penna, não deveriam ser poupadas pelo Estado. Para ele,

> se o estado pode fazer sacrifícios, hei de repetir, a sociedade deve aplicá-las, principalmente, no estabelecimento de escolas técnicas e profissionais. É o ensino que nos falta, e que pode ser mais propício para aqueles que o adquirirem, e para o desenvolvimento das grandes riquezas naturais que existem no solo mineiro. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1891, p.352. Grifos nossos)

Alguns projetos foram apresentados no Congresso Mineiro baseando-se nos mais modernos modelos de ensino e de instituições da época, notadamente importados dos países considerados cultos e civilizados. Sua elaboração derivava da apreensão das experiências empreendidas nos núcleos sociais considerados modernos e da percepção da centralidade da instrução profissional na argumentação para o engrandecimento mineiro. Porém, apesar do desejo de difundir o conhecimento primário e profissional, tais projetos foram rejeitados pela maioria dos políticos que, fundamentados na teoria da evolução social, acreditavam que a população mineira não tinha a cultura e o conhecimento necessários para sua instalação. Em consonância com o pensamento da época, a organização da educação deveria ser adequada ao tipo de sociedade em que se instalaria. Affonso Penna era um dos políticos que concebia " a totalidade de um povo senão pelo seu grau de cultura, pelas suas tradições, pela educação que recebe e pela instrução de que dispõe" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 891, p.821).

Affonso Penna, assim como demais políticos mineiros, compreendiam a sociedade mineira como atrasada culturalmente, apoiando, portanto, o emprego de um projeto educacional mais simplificado, conforme o nível intelectual dos mineiros. O discurso do senador Silviano Brandão criticava a conjuntura da instrução pública no Estado, baseado nessa questão:

> Apesar da boa vontade dos administradores, apesar dos bons desejos manifestados pelas antigas assembleias provinciais, as quais foram até pródigas na criação de escolas primárias, nada temos feito que nos traga glória, sendo certo que os resultados obtidos, quase que negativos não têm compensado os sacrifícios, aliás enormes, feitos pelo Estado. [...] Seja-me, porém, permitido aqui consignar, que uma das causas do nosso atraso, a meu ver, em matéria de ensino, consiste no espírito de imitação inconsciente, por parte dos brasileiros em geral; apreciamos os programas pomposos, embora inexequíveis; somos fascinados pelo ensino integral, embora impossível. [...] Este espírito de imitação, esta tendência que temos de fazer leis e regulamentos espetaculosos, para ficarem somente no papel, não produzindo resultados práticos, é o que nos mata. (BRANDÃO, Silviano. Anais do Senado Mineiro, 1891, p.377-378)

O senador Virgílio de Mello Franco também concordava com essa ideia, abandonando parte do projeto que havia proposto no Congresso Mineiro sobre formação profissional agrícola, baseado no modelo francês:

> Prevalece no espírito da comissão um pensamento geral, que a reorganização do país e o seu engrandecimento futuro dependem da iluminação do espírito das massas. [...] Costuma-se dizer que a instrução pública é o fator mais direto e poderoso na obra progressiva da civilização; mas convém atender-se que a instrução é um simples instrumento de que se pode fazer bom ou mau uso e não convém isolá-la do meio circundante em que o povo vive; mas dá-la de acordo com o estado atual do desenvolvimento social, porque não é possível assim, de chofre, alterar o estado de civilização. Na vida tudo obedece a leis imutáveis; a evolução mental da humanidade subordina-se às mesmas leis. *Natura non facit soltum.* [...] Cumpre que confessemos a triste verdade do estado de atraso em que estamos, e não será de um momento para o outro que havemos de fazer de um povo atrasado e quase analfabeto um povo civilizado pelo simples milagre de uma legislação adiantadíssima sobre instrução pública; mas legislação que desconhece ou não tem em vista as condições históricas do povo a que é destinada. Esta legislação seria aplicável para a Itália, para a França, para a Alemanha e nunca para o Estado de Minas Gerais. (MELLO FRANCO, Virgílio. Anais do Senado Mineiro, 1892, p.75-76. Grifos nossos)

Adequar o ensino à realidade sociocultural mineira correspondia à criação de instituições de formação profissional direcionada às camadas pobres da população, especialmente para as crianças desvalidas da sorte e da fortuna.[54] Este tipo de ensino imprimia uma instrução

> apropriada para garantir, no futuro, o sustento de crianças órfãs ou enjeitadas, geralmente mestiças. Meninos e meninas, cada qual com fazeres apropriados ao seu sexo, tinham seu futuro traçado segundo valores e os preconceitos de seu tempo, ligados à sua origem, cor e condição. (FONSECA, 2011, p.199).

A legislação sobre instrução pública continha, como um de seus princípios norteadores, a preocupação com a função educativa da escola na formação do caráter da criança. A defesa da educação como meio para formação do caráter da criança alinhava-se às posições de outros intelectuais brasileiros e mineiros, principalmente advogados e médicos. Segundo Marcos César Alvarez, houve, nos tempos iniciais da República, forte preocupação com a crescente pobreza urbana e com o aumento significativo do número de crianças pobres, abandonadas e delinquentes (ALVAREZ, 2003, p.158). Isto posto, era necessária a mobilização de busca de estratégias "que visavam não apenas criar novos instrumentos de controle social",

[54] Luiz Antônio Cunha fornece a seguinte definição sobre as crianças desvalidas: eram as que, de idade entre 6 e 12 anos, fossem encontrados em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa adequada para frequentar escolas comuns, vivessem na mendicância. Essas crianças eram encaminhadas pela autoridade policial ao asilo onde recebiam instrução primária e aprendiam os ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria (CUNHA, 2005, p.03-04).

mas também, adequar as condutas "às exigências colocadas pela marcha da civilização e do progresso" (NOGUEIRA; GONÇALVES, 2012, p.80).

No interior das discussões da criminologia, pensava-se numa educação moral para as crianças que ainda não haviam cometido crimes, mas que representavam riscos potenciais à delinquência.[55] A partir das ideias de Cesare Lombroso, compreendia-se a criminalidade inerente ao determinismo biológico; isto é, havia uma força hereditária que levava o homem à marginalidade (LOMBROSO, 2007). O autor, apesar de considerar os elementos biológicos concernentes com as pesquisas científicas de seu período, expandia as causas da criminalidade para os fatores sociais (LOMBROSO, 2007). A instrução, nesse sentido, era interpretada como medida atenuante e/ou corretiva desses traços da personalidade humana. O ensino primário e profissional teria a capacidade de incutir as virtudes sociais na formação da criança e do jovem.

Conforme Vera Lúcia Nogueira e Irlen Antônio Gonçalves, a falta de acesso ao ensino resultaria no aumento do número de incapazes ou marginais,

> incrementando a estatística criminal; enfim contribuindo para que grande parte da sociedade ficasse segregada da comunhão social, comprometendo a ordem e o progresso da nação. Nesse sentido, a vinculação entre analfabetismo e criminalidade, presente nos debates do Congresso Mineiro, remete à influência das ideias europeias, que viam no controle moral das camadas populares a possibilidade do próprio exercício do poder, reforçando a ideia da educação como prevenção ou correção das [des]virtualidades dos sujeitos, o que colocaria em risco a tão cara ordem social. (NOGUEIRA; GONÇALVES, 2012, p.52)

A formação profissional colaboraria, portanto, para a educação moral das crianças e jovens, oferecida no espaço das oficinas. Conforme Otávio Dulci, esse tipo de ensino seria realizado em duas situações: por meio do ensino profissional, nas escolas, e da instrução prática de trabalhadores adultos (DULCI, 1999). Em Minas Gerais, assim como em outras unidades da federação brasileira, não era raro encontrar nos discursos das elites dirigentes a ideia de que o ensino público era instrumento transformador da sociedade. O projeto de instrução pública e profissional se cumpriria "na criação da identidade do indivíduo por meio do trabalho, a partir do trabalho livre com qualificação técnica, resultante de um processo educacional racionalmente estruturado e competentemente administrado" (DULCI, 1999, p.161). O discurso do senador Joaquim da Costa Sena, sobre o projeto legislativo de organização da instrução pública e profissional no estado, representa este pensamento:

[55] Criminologia pode ser entendida como ciência voltada para o estudo do homem delinquente, cujos fundamentos se baseiam nos estudos de Cesare Lombroso, considerado pai da antropologia criminal (ALVAREZ, 2003, p.47).

> Sr. Presidente, o projeto que se discute é, a meu ver, de uma importância capital, e, chego mesmo a afirmar, que bem poucos temos nós discutido de tanta magnitude e alcance. Trata-se de garantir a educação e o pão à classe dos desvalidos; de reparar grande falta em que até hoje temos estado, esquecidos dessa classe de infelizes que, saindo da escola, quando lá vão, não encontrando estabelecimentos em que se ensinem ofícios, não tem diante de si, nem ao menos o triste recurso de uma casa de correção quando, por qualquer motivo se desviam do bom caminho, e enveredam pelo caminho do crime. Falta-lhes até este refúgio, digo eu, porque, não é raro, ver-se uma pobre criança, ainda inteiramente aproveitável, ainda inteiramente no caso de se tornar um cidadão útil e proveitoso, por um pequeno desvio, ser lançada em um xadrez, no meio de cacetadas, no meio do pior dos elementos da sociedade, por falta de casas de correção, e o resultado é que sai dali um verdadeiro criminoso precoce, devido à influência desse meio em que o descuido da lei o atirou. O projeto que hoje se discute, uma vez que seja transformado em lei, será a tábua de salvação de milhares de crianças, até hoje quase que inteiramente olvidadas pelos poderes públicos. (COSTA SENA, Joaquim da. Anais do Senado Mineiro, 1893, p.82. Grifos nossos)

A expectativa, expressa pelos dirigentes do Estado, era a de que aqueles que tivessem aproveitado o aprendizado dessas escolas formariam "uma classe de cidadãos que, sabendo dignificar a pobreza, prestariam, certamente, serviços úteis à sua pátria". Percebeu-se que, além da qualificação técnica da mão de obra, a instrução profissional possibilitaria a disponibilização de uma oferta regular de trabalhadores em quantidade suficiente para garantir a produção constante (CHAMON; GOODWIN JR., 2012). A escola e o trabalho são apreendidos como "vetores responsáveis pela integração de múltiplas referências culturais às quais compete estabelecer as normas e os valores determinantes da representação que a sociedade faz de si mesma" (GONÇALVES, 2012, p.14).

Affonso Penna compartilhava da fé na instrução pública e profissional como fator de desenvolvimento e de civilização. Para ele, era importante elevar a produtividade mineira por meio de atividades racionalizadas, com o uso de equipamentos e maquinários modernos. Para a população abandonar as práticas de trabalho rudimentares a que estava acostumada, a difusão do ensino tornava-se necessária. Em sua última mensagem ao Congresso Mineiro, datada de 1894, descreveu o esforço empreendido no seu governo para desenvolver a escolarização e a formação profissional no Estado:

> Na mensagem que vos dirigi na sessão do ano findo, fiz as ponderações que me pareceram acertadas sobre as exigências da instrução primária no Estado, e quanto coube em minhas atribuições procurei sanar os defeitos reconhecidos. Para facilitar aos alunos pobres os meios de aprender, fiz aquisição de numerosos livros, adaptados pelo Conselho Superior de Ensino, para serem distribuídos nas escolas. Igualmente autorizei a compra de mobília modesta para as escolas urbanas, em sua quase totalidade, destituídas de qualquer material escolar. À vista da grande carestia da vida e enquanto não se dá completa execução à Lei N. 41, na parte que autorizou a construção de casas para escolas, o que depende do concurso das municipalidades, parece ser de justiça votar-se algum auxílio para os professores alugarem essas casas. É o meio mais pronto de fazer-se algum melhoramento no que toca à instalação material dos alunos. Para levantamento da estatística minuciosa das matrículas e

> frequência de alunos nas escolas públicas e particulares, torna-se preciso dotar a respectiva seção da secretaria do Interior de mais alguns empregados. A Escola de Farmácia, as Escolas Normais e Ginásio têm funcionado com regularidade e o ensino vai sendo transmitido em condições de progressivo adiantamento. Foram instaladas as escolas normais de Juiz de Fora e Araçuaí. Providenciei para que aos estabelecimentos de ensino superior e secundário fossem fornecidos a mobília indispensável e aparelhos reclamados pelos gabinetes de ciências físicas que funcionam. Para montagem de um gasômetro, já adquirido, e de alguns aparelhos dos gabinetes da Escola de Farmácia torna-se necessária de a criação de verba no orçamento. Suscitando-se dúvidas quanto à validade em toda a República dos diplomas conferidos por esta Escola, em data de 5 de abril do ano passado dirigi-me ao Governo Federal, solicitando a expedição de um ato que pusesse fim a tais dúvidas, reconhecendo definitivamente aquele estabelecimento na forma do código das disposições comuns às instituições de ensino superior. Consoante com o meu apelo, baixou o Governo Federal o Dec. N. 1417, de 2 de junho do ano findo, pelo qual foram à Escola de Farmácia concedidas as vantagens de que gozam os estabelecimentos congêneres da União. As municipalidades de Três Pontas e Barbacena criaram escolas Normais, sendo por aquela requerido o reconhecimento do estabelecimento pelo Estado para o fim de expedir diplomas com efeitos iguais aos dos conferidos pelos estabelecimentos oficiais. Verificando-se que o programa adotado é o mesmo das Escolas Normais e que o professorado é idôneo e estão montados os gabinetes exigidos no Regulamento n. 607 de 27 de fevereiro de 1893, expedi o decreto n. 679 de 8 de fevereiro último, conferindo à Escola Normal de Três Pontas as regalias dos estabelecimentos congêneres do Estado. Algumas municipalidades têm criado institutos de ensino secundário e escolas de ensino primário. Acredito que brevemente as atividades dos poderes locais se exercerão no sentido de iniciar e desenvolver o ensino profissional sob o ponto de vista prático principalmente, facilitando assim o preparo de artífices e operários para as indústrias. Comunicando-me o digno presidente da Companhia Academia de Comércio de Juiz de Fora, o cidadão Francisco Baptista de Oliveira, que o Instituto estará em termos de ser inaugurado em junho e pedindo-me para comparecer a esse ato, designei o dia 21 do dito mês. É um fato auspicioso para Minas ter em seu território um estabelecimento de ensino comercial, o primeiro que vai ter o Brasil, e devido a esforços da iniciativa particular, patrioticamente auxiliada pelos poderes públicos. Ao digno presidente da associação que tornou a si essa empresa e que não recuou perante dificuldades de toda a sorte, folgo de dar público testemunho de aplauso à sua nobre iniciativa. Votados na sessão extraordinária do Congresso os recursos para execução da Lei N. 41 na parte que autorizou a fundação de dois Institutos agronômicos e dois Institutos zootécnicos, tratei de organizar os elementos para sua instalação e tenho já preparado o regulamento para os primeiros. Para reger um dos Institutos zootécnicos convidei conceituado profissional que acedeu ao convite, assegurando-me que virá dentro de breve prazo encerrar os trabalhos. É meu propósito dar largo desenvolvimento nesses estabelecimentos à parte prática do ensino, o que muito facilitará o preparo de bons agricultores. É sabido que na Europa e Estados Unidos benéficos resultados se têm colhido da fundação de estações agronômicas, campos de experiências e outros estabelecimentos destinados ao estudo prático dos melhoramentos de que convenha adotar e introduzir na agricultura. À proporção que vão sendo desbastados os nossos terrenos virgens é forçoso cuidar de processos mais adiantados de cultura, para tirar do solo a maior soma de produtos, aproveitando as descobertas científicas nas suas aplicações à indústria e poupando as forças do homem ou multiplicando-as pelo uso de máquinas e instrumentos aperfeiçoados. (PENNA, Affonso. Anais do Senado Mineiro, 1894, p.11-14)

Apesar de todo o trabalho empreendido, em 1895, o novo presidente do Estado de Minas Gerais, Chrispim Jacques Bias Fortes, reclamava da situação precária das escolas. Na mensagem enviada ao Congresso Mineiro, de 1895, afirmava também ser um defensor da difusão do ensino primário e profissional, elogiando o trabalho nessa área feito por Affonso

Penna, seu antecessor. Porém, apontava que uma das maiores dificuldades para a melhoria deste serviço se encontrava na escassez de pessoal "que se encarregue da direção e do ensino das matérias ensinadas nos institutos agrícolas, seria talvez de mais proveito para a lavoura a criação de escolas práticas de agricultura, de onde pudessem sair auxiliares para os nossos agricultores" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1895, p.21). Ele asseverava que "as escolas primárias do Estado se ressentiam da falta de material apropriado ao ensino, funcionavam em geral em prédios que nenhum conforto ou condição higiênica ofereciam" (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1895, p.11-13). Bias Fortes afirmava a importância de designar verbas para a construção gradual de edifícios adequados nas diversas localidades, onde pudessem as escolas instalar-se convenientemente. Suas considerações assinalavam a necessidade de alteração da Lei Nº 41 e reformulação dos gastos do erário público com a instrução, para melhor atender à sociedade mineira.

Desse modo, as leis que sucederam a Lei Nº 41 foram produzidas com o intuito mais de aprimorá-la do que propriamente modificá-la. As alterações ocorreram mediante argumentação de que serviriam para promover a melhoria da situação de degradação em que se encontrava o ensino em Minas. Alguns políticos apontaram as modificações como solução para os defeitos encontrados na lei predecessora. Outros, afirmaram que o problema da instrução pública estava relacionado à ausência de cumprimentos dos seus preceitos. E havia aqueles que defenderam a reforma da instrução pública considerando a situação financeira em vigor.

Assim, a Lei nº 203, de 1896, expressão mais contundente desta iniciativa, propôs o ensino profissional primário no Estado, criando o Instituto de Educandos e Artífices, com a função de formar operários e contramestres "ministrando-se a destreza manual e os conhecimentos técnicos". Esse ensino seria realizado em institutos oficiais sob a forma de internato e se destinava, principalmente, às crianças desvalidas da fortuna e da sorte, com idade entre nove e treze anos. Previa a aprendizagem dos ofícios de armeiro, abridor, alfaiate, chapeleiro, carpinteiro, ferreiro, cuteleiro, dourador, litógrafo, pedreiro, oleiro, ourives, sapateiro, fundidor, dentre outros. Seu funcionamento se daria sob a orientação de um profissional com a competência do exercício da profissão. Por último, o educando que mais se destacasse pelo comportamento e aproveitamento das aulas poderia ser indicado para contramestre pela diretoria (FORTES, 1896).

Pensada para ser modelo de ensino, essa modalidade de instrução, ainda que não tivesse alcançado êxito no curto prazo, viria a ser implantada em diferentes locais do Estado, com o objetivo de ser o centro de formação de operários e contramestres. O insucesso inicial na execução da referida lei foi atribuído à falta de consignação de verba no orçamento. A

referência à falta de subsídio financeiro foi justificativa constante dos políticos mineiros para a não implantação do ensino técnico/profissional no Estado. Em 1899, Silviano Brandão, presidente do Estado, ao fazer um novo diagnóstico sobre o serviço de instrução primária em Minas Gerais, afirmou que sua decadência resultava dos "métodos defeituosos e primitivos" das aulas ministradas, da falta de adequação dos edifícios escolares, desprovidos da mobília mínima, e da incapacidade profissional de vários docentes (ANAIS DO SENADO MINEIRO, 1899).

Mediante a crise financeira de 1986, as discussões sobre a reforma da educação pautaram-se pela situação financeira do Estado. As opiniões foram divididas entre aqueles que apoiavam uma reforma cujas medidas vinculavam-se à economia do erário público, por meio do corte de verbas e de serviços de instrução pública, e os que afirmavam a necessidade de uma reforma, mas sem fazer economia nos serviços de instrução. Não concordavam nem autorizavam uma mudança na condução da instrução motivada apenas pela questão econômica, mas fundamentavam sua argumentação justificando o aspecto da cultura da sociedade mineira para instituição de um projeto mais simplificado e, por consequência, menos dispendioso.

O discurso do senador Joaquim da Costa Sena pode ser tomado para exemplificar as ideias que estavam no bojo da discussão sobre a alteração do projeto de organização da instrução pública em Minas Gerais:

> Também eu acompanho o que se passa na Europa e Estados Unidos, relativamente à instrução pública; também eu li e reli o volumoso e importante relatório de nossos congressos pedagógicos. Veja, porém, que as coisas de lá não são aplicáveis ao nosso povo, e seria inútil e prejudicial fantasia querer transportar para cá progressos incompatíveis com as nossas condições e com os meios de que dispomos. Dizia notável publicista, Holtzendorf: quando se legisla para um povo, deve-se ter em vista seu estado de adiantamento, seus costumes, sua língua e sua religião, e quando assim não se procede revela-se singular ignorância em suas coisas políticas. [...] Diz Alexandre Herculano que há horas em que recuando é que se encontra o abismo, e eu direi que em matéria de instrução pública, como em muitos outros serviços, recuando é que poderemos progredir, recuando e deixando de parte organizações espetaculosas, porém sem resultados práticos, é que poderemos fazer leis apropriadas e úteis ao povo que representamos, porque aqui estamos legislando para os mineiros e não para países da Europa e Estados Unidos. [...] Penso, Sr. Presidente, que, em vez de estudarmos o que se passa na Europa, Ásia e América do Norte devemos estudar o meio em que vivemos, para que possamos decretar leis de acordo com as nossas necessidades e condições. (COSTA SENA, Joaquim. Anais do Senado Mineiro, 1899, p.189-192)

Assim, a instituição de um projeto mais amplo no âmbito da instrução pública e profissional foi inviabilizada. A reforma do ensino, instituída pela Lei Nº41 de 1899, estabelecia o enxugamento das escolas normais e a supressão das escolas rurais. Apesar de vários protestos contra a medida, a lei foi aprovada e várias escolas fechadas pelo território mineiro. As

mudanças perpetradas no campo da instrução pública e profissional não significaram a satisfação dos políticos mineiros com a condição desses serviços prestados à sociedade. Além das críticas provenientes das tribunas, vários políticos discursavam em prol da abertura de novas instituições de ensino em alguns municípios.

O processo de escolarização vivenciado em Minas Gerais, sob os princípios republicanos, adquiriu a partir de 1903 contornos próprios, constituindo um processo de modernização alicerçado, principalmente, no ensino agrícola. Compreendia um dos pressupostos do projeto de "desenvolvimentismo mineiro" engendrado pelo Estado e pelas "classes produtoras" nos anos iniciais do regime republicano. A intervenção do Estado na instrução e na economia era aceita e defendida por grupos políticos liberais, com os quais Affonso Penna mantinha fortes ligações ideológicas. Tais atividades eram "consideradas de interesse geral, e a intervenção em educação era vista como um direito, e mesmo um dever do Estado" (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006, p.25).

Um dos principais marcos desse projeto foi o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial realizado em Belo Horizonte, em 1903, que elevaria o nome de João Pinheiro à candidatura da presidência do Estado em 1906. O evento foi um dos principais cenários de enunciação da instrução agrícola enquanto instrumento de organização do mercado de trabalho no campo e de "disseminação de inovações técnicas no trato com a terra e com os rebanhos". O Congresso foi criado para atender à necessidade da transformação do trabalho por meio da qualificação da mão de obra. O ensino, portanto, deveria ser ampliado e melhorado em conformidade com as mais modernas práticas produtivas. A situação demandava ações para melhorar a qualidade do ensino, da formação dos professores e de melhoria das edificações destinadas às aulas.

Porém, segundo o discurso do Presidente do Estado, Francisco Salles, a crise no ensino primário não havia sido vencida, apresentando os mesmos problemas relatados por Silviano Brandão, em 1898. Apesar de sua aparente dificuldade de execução, essa legislação serviu de suporte para o estabelecimento da lei número 444, de 1906, responsável pela criação do Ensino Técnico Prático e Profissional, como complementar ao grupo escolar. A legislação integrava o projeto de João Pinheiro, presidente do Estado, que previa o ensino profissional como uma das principais alternativas para solucionar o problema da agricultura.

A elaboração dessa lei teve como referência o projeto de modelo de ensino francês, que já estabelecia o ensino primário regular e o ensino profissional, e as principais ideias do Congresso Agrícola de 1903. Desse modo, essa modalidade de ensino foi incluída na reforma do ensino primário, passando a ser um componente a mais na sua nova organização, recebendo,

inclusive, o tratamento de Curso Técnico Primário. Marcos Fábio Martins de Oliveira assinala que, apesar de João Pinheiro priorizar a indústria agrícola, seu projeto de desenvolvimento também agregava a indústria, por meio das seguintes medidas: protecionismo do governo às indústrias mineiras, estímulo à expansão da rede ferroviária e criação de escolas técnicas como solução para a necessidade de modernização dos processos produtivos (OLIVEIRA, 2012, p.85-89).

A legislação de 1906 estabelecia que o ensino técnico e prático, ministrado pelo Estado, seria fornecido nas escolas primárias e nas fazendas-modelo e, no estrangeiro, para onde seriam enviados os alunos que se distinguissem nos cursos secundários e os industriais ganhadores dos melhores prêmios nas exposições. Os grupos escolares seriam espaços onde se ministrariam as aulas de ofício, transmitidas em caráter anexo. Foi uma reforma do ensino primário que incluía uma proposta do Curso Técnico Primário. Apesar da Lei 444/1906, foi somente em 1908 que começou a ser implantado, em algumas escolas, tal ensino. Desse modo, ao final de 1909 e no decorrer de 1910 nem todas as escolas possuíam ainda o ensino profissional.

Durante o governo de João Pinheiro, foi colocada em prática a política econômica voltada para o desenvolvimento social, sendo priorizadas a produção agrícola, a instrução pública e a qualificação da mão-de-obra. A indústria agrícola, considerada como a base da economia mineira, incentivou significativos investimentos na infraestrutura de ensino agrícola e nas modalidades de instrução elementar e prática. Tais medidas aproximavam suas ideias do pensamento político e econômico de Affonso Penna que, à época, ocupava o cargo da presidência nacional. Em função de sua gestão no governo mineiro, Affonso Penna considerou João Pinheiro como seu sucessor natural para dar continuidade ao seu trabalho na presidência da federação (LACOMBE, 1986; RESENDE, 1982; VISCARDI, 2015).

Eleito para a presidência da federação em 1906, Affonso Penna, em seu manifesto inaugural, defendeu a difusão do ensino profissional como um dos principais argumentos para o desenvolvimento econômico e social da nação. Em seu pensamento político, persistia a expectativa sobre a instrução como fator de “transformação social”. Apesar de ter ficado afastado do Congresso Mineiro, entre 1895 e 1906, devido aos diversos cargos que ocupou na administração federal, não se desinteressou pelo assunto. Foi um dos maiores apoiadores da realização do Congresso Agrícola de 1903, percebendo na sua execução uma oportunidade de difusão de novas técnicas e conhecimentos aos trabalhadores rurais.

A mensagem de seu manifesto inaugural, publicado em 15 de novembro de 1906, demonstra sua preocupação com o desenvolvimento da indústria e comércio, ancorado no

discurso de que a ampliação do ensino profissional proporcionaria o progresso do país. Para ele, modernizar o Brasil significava

> obedecer a tal movimento, que avassalou já o mundo moderno, é uma necessidade fatal a que nenhum povo se pode esquivar sem comprometer seriamente o seu futuro. [...] A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional, muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis. As escolas de comércio, que começam a ser instituídas em diversas cidades comerciais, vêm satisfazer a uma grande necessidade do país, e convém que sejam auxiliadas e animadas. Sem comércio ativo e próspero, só lentamente poderemos conseguir a acumulação de capitais indispensáveis ao incremento dos diversos ramos da atividade econômica. É preciso, pois, proporcionar à nossa mocidade meios de se aparelhar para exercer com inteligência e proveito a nobre profissão que tão profícua influência tem no mundo moderno.
> [...] Do conjunto dos problemas que reclamam mais prontamente os cuidados do poder público no Brasil, destaca-se evidentemente o da instrução, nos seus variados ramos. Nas democracias, em que o povo é responsável pelos seus destinos, o esclarecimento e educação do espírito dos cidadãos constituem condição elementar para o funcionamento normal das instituições. A reunião, na Capital da República, de um Congresso de Instrução, em que ilustres e competentes cidadãos têm discutido as questões mais elevadas e práticas do ensino, é fato animador e que demonstra quanto a opinião se preocupa com este interessante objeto. A manifestação de opiniões autorizadas na indicação de reformas proveitosas, é de inestimável valor para guiar o poder público. Neste assunto, a nenhum espírito escapará a necessidade premente de modificações sérias e delas cuidarei com a máxima atenção, procurando pôr cobro à confusão e incerteza que reinam no meio de decisões e normas contraditórias e obscuras, de consequências deploráveis em tão melindrosa matéria. (*apud* BONFIM, 2008, p.92-99)

As mensagens dos anos seguintes reforçaram sua argumentação sobre a importância do ensino profissional para o progresso do país. Como presidente da Federação, Affonso Penna tinha suas expectativas de progresso norteadas pelo pensamento desenvolvimentista nacional, fundamentadas em projetos econômicos e sociais referentes à diversificação da produção, ao protecionismo, à industrialização e à promoção da imigração. Tais projetos foram vislumbrados nas experiências empíricas dos núcleos sociais modernos, da Europa e dos EUA. A instrução, nesse sentido, era uma de suas metas centrais, considerada como o elemento capaz de animar e aprimorar o trabalho nacional e, por consequência, os diversos setores das atividades produtivas. Conforme sua mensagem dirigida ao Congresso Nacional, de 1907:

> Normalizar esse ramo do setor público é uma necessidade que se impõe, e eu espero e confio que para isso não pouparei esforços, discutindo e votando uma reforma séria e capaz de satisfazer as exigências do ensino moderno. Devemos cuidar com especial atenção do ensino profissional e técnico, tão necessário ao progresso da lavoura, do comércio, indústrias e artes. (PENNA, Affonso. Mensagem ao Congresso Nacional, 1907, p.17)

A sua preocupação com a instrução pública e formação profissional permaneceu ao longo de sua gestão como dirigente da nação. A mensagem dirigida ao Congresso Nacional de 1908 sinalizava a necessidade de uma reforma na legislação sobre a instrução para atender às novas demandas das atividades econômicas:

> O problema da instrução pública continua a reclamar a vossa esclarecida atenção. É assunto que deve constituir constante preocupação, não podendo, dado o caso de confusão em que se acha, ser descurado pelos poderes públicos. [...] Renovo, por isso, o que disse no ano passado: "Normalizar esse ramo do setor público é uma necessidade que se impõe, e eu espero e confio que para isso não pouparei esforços, discutindo e votando uma reforma séria e capaz de satisfazer as exigências do ensino moderno". (PENNA, Affonso. Mensagem ao Congresso Nacional, 1908, p.16-17)

Em 1909, na Mensagem dirigida ao Congresso Nacional, Affonso Penna destacou que o problema do ensino deveria ser resolvido com urgência, apelando aos políticos para votarem uma legislação capaz de atender a essa demanda. De acordo com sua mensagem, "de todos, porém, o que mais se impõe à vossa esclarecida atenção é, sem dúvida, o problema do ensino, que, interessando vivamente à Nação, reclama solução inadiável. A ele espero que consagrareis uma parte de vosso esforço" (PENNA, Affonso. Mensagem ao Congresso Nacional, 1909, p.17). A reforma da legislação, almejada por Affonso Penna, pretendia a reorganização da atividade produtiva por meio da modernização de seus métodos.

Porém, Affonso Penna faleceu em 14 de junho de 1909. Seu vice-presidente, Nilo Peçanha, também era favorável ao projeto de instituição da escolarização profissional no país. Em sua mensagem ao Congresso Nacional, observamos a proximidade de suas ideias sobre ensino profissional ao pensamento de Affonso Penna:

> Não me é licito deixar sem reparo as condições em que se acha atualmente o ensino. A anarquia que continua a subsistir em matéria de instrução reclama dos poderes públicos as mais urgentes e patrióticas providências. Não há, quer para o Estado, quer para o indivíduo, interesse superior ao que se relaciona com a elevação do nível moral e intelectual da coletividade. As instituições docentes e os aparelhos científicos que possuímos não correspondem infelizmente a esse ideal. Estando, porém, o caso afeto à deliberação do Senado, é de esperar seja o país, em breve, dotado de uma lei, que, corrigindo as imperfeições da legislação vigente, corresponda às nossas alterações e às verdadeiras necessidades do ensino.
> [...] Não menos úteis serão à população infantil das cidades as escolas de artífices, que satisfazem uma necessidade de ordem econômica e social, preparando o brasileiro para as funções da vida prática, criando em cada Estado núcleos de operários válidos, inteligentes e ao mesmo tempo sofrendo a tendência para o emprego público, para as profissões liberais, que declinam sensivelmente ao embate de uma concorrência desesperada, prejudicando atividades que seriam mais proveitosas em outras aplicações. (MEC/INP, 1987, p.44)

A partir dos discursos de Affonso Penna, de 1909, e de Nilo Peçanha, de 1910, podemos presumir que uma legislação sobre a regulamentação do ensino profissional no país já era discutida no Congresso Nacional. O projeto de instrução profissional, nesse sentido, foi gestado durante o governo de Affonso Penna, mas instituído no governo de Nilo Peçanha. A escolarização dos ofícios contribuía, na concepção dos governantes, para a dinamização da economia; pois, por meio da formação do trabalhador, seria possível "a substituição de práticas rotineiras e pouco eficientes pelo 'trabalho inteligente e profícuo', baseado em aperfeiçoados processos de cultura e modernos métodos de exploração" (MACHADO, 2010, p.17).

Em 1909, em continuidade ao projeto de expansão do ensino profissional, foi instituído o decreto nº 7.566, pelo presidente do país, Nilo Peçanha, que determinava a instalação de 19 escolas de ensino profissional pelo Brasil, cujo objetivo inicial era o de ministrar ensino técnico profissional de nível primário, gratuitamente, para crianças na idade de 10 a 13 anos. Assim, em setembro de 1910, a Escola de Aprendizes e Artífices de Minas Gerais foi inaugurada em Belo Horizonte – dando origem ao que se tornou o atual Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Custeada pela União, oferecia gratuitamente o curso primário, o curso de desenho e a aprendizagem de ofícios em cinco oficinas: ferraria, marcenaria, carpintaria, ourivesaria e sapataria (CHAMON; GOODWIN, 2012).

A análise da implantação dos diferentes projetos referentes à instrução pública e profissional demonstrou que essa legislação tinha um objetivo civilizador; a difusão do ensino elementar aos setores populares era concebida como uma ruptura com o "atraso", que caracterizava a imagem do passado colonial (INÁCIO, FARIA FILHO, ROSA, SALES, 2006, p.40). Ao defenderem o engrandecimento mineiro via instrução, os políticos do Estado apreenderam, reproduziram e produziram repertórios consonantes com seus ideais de progresso e modernização, formados em seus respectivos lugares sociais. Os projetos de escolarização pública e profissional eram selecionados segundo os projetos de modernização, civilização e progresso. Affonso Penna, pertencente à cena política mineira e defensor da importância da difusão do ensino industrial, também recorreu ao repertório intelectual disponível nos espaços de sociabilidade que frequentou e nas experiências históricas vislumbradas nos núcleos sociais considerados modernos e civilizados. Em seus discursos e projetos, os repertórios utilizados serviram para mobilizar e explicar a conjuntura mineira e evidenciar as linhas de ação para nela intervir.

Affonso Penna, assim como os demais políticos mineiros, concebeu para o Estado a missão pedagógica de instruir a população para o progresso, percebida como uma das estratégias para se atingir o desenvolvimento econômico e social. Além da formação escolar e

profissional, por meio das escolas procurava-se incutir na população a educação moral conforme as ideias de civilização. Assim, cabia ao ensino mineiro incorporar uma perspectiva mais ampla, "que ultrapasse a simples instrução escolar" (GONÇALVES, 2012, p.27).

Os discursos demonstraram que Affonso Penna não desejava instalar os modelos apreendidos diretamente no estado mineiro. É importante destacar que ele se preocupava em adequar tais modelos à realidade sociocultural do Estado. Ele, assim como os demais políticos mineiros, entendia que a normatização da instrução pública mineira, especialmente o ensino profissional, deveria ser organizada conforme a realidade social e cultural da população. Importa destacar que alguns políticos, nesse sentido, mostraram-se avessos à prática de importar modelos institucionais. Ao discutir a normatização da instrução pública, Affonso Penna passou a defender o ensino profissional como meio mais eficaz de desenvolver economicamente o Estado. Portanto, ao contrário da cultura literária, que a sociedade culta anteriormente prezava, o ensino deveria atender às necessidades materiais e científicas do período e voltar-se para o aprimoramento das técnicas industriais e para o aprendizado das mesmas.

Considerações Finais

Passam-se os séculos, os homens, as repúblicas, as paixões; a história faz-se dia por dia, folha por folha; as obras humanas alteram-se, corrompem-se, modificam-se, transformam-se. Toda a superfície civilizada da terra é um vasto renascer de cousas e ideias.
(MACHADO DE ASSIS, 1997, p.03)[56]

Meus netos, senão meus filhos, já poderão ver grandes cousas nestas terras do Brasil, que hoje parecem cercadas de trevas para quem não alteia as vistas para o futuro. Os males passam rápido como os homens, mas a nação cresce e progride.
Affonso Augusto Moreira Penna,1897.
(LACOMBE, 1986, p.233-234)

Esta dissertação se fundamentou na análise dos discursos políticos, nas mensagens e legislações produzidas e defendidas por Affonso Augusto Moreira Penna, referentes a um dos principais fundamentos, na crença dos grupos políticos dirigentes, da constituição do Estado: a instalação da rede ferroviária e da instrução profissional como argumentos para o engrandecimento mineiro. A organização da rede ferroviária e da instrução profissional foi debatida nas sessões das Assembleias Provinciais e, posteriormente, nas sessões do Congresso Mineiro. Foi objeto de destaque no discurso de deputados, senadores e presidentes de Minas Gerais, de outras unidades da federação e da presidência nacional. No horizonte de expectativas dos políticos, de modo geral, percebemos que tais assuntos compreendiam um universo de sentidos relacionados ao projeto que cada um atribuía ao desenvolvimento econômico e social.

Neste espaço, portanto, aproveitamos para apontar e refletir sobre as questões abordadas ao longo do texto. Para realizar essa pesquisa, foi preciso retomar análises historiográficas sobre a constituição das ferrovias e da instrução profissional no Estado, com o objetivo de entender como o pensamento de Affonso Penna se desenvolveu e se situou nas redes de sociabilidade e nos lugares sociais que perpassou. Para compreender os repertórios mobilizados pelo Conselheiro Imperial foi preciso perscrutar seus itinerários intelectuais e políticos. Compreender o *modus operandi* de apreensão, reprodução e produção de repertórios significava compreender os espaços de experiência que o político mineiro perpassou e dos quais se apropriou.

[56] ASSIS, Machado. *História de Quinze dias*. 1876. São Paulo: Editora Globo, 1997.

A Assembleia Provincial e o Congresso Mineiro tornaram-se, nesse sentido, lugares de enunciação desses projetos, onde se promovia a normatização da organização ferroviária e da instrução profissional. Isto posto, com o advento da República, percebemos que os discursos sobre esses temas foram mais correntes nos primeiros anos do governo, isto é, entre 1891 e 1894. A necessidade de reorganizar o Estado mineiro sob novas legislações para dar encaminhamento aos projetos de progresso econômico e social foi demonstrada nos discursos e mensagens produzidas neste período. Perquirir nos anais do senado mineiro e no congresso mineiro neste espaço de tempo tornou-se uma atividade profícua, como pode ser observado pela análise dos discursos desta época citados, especialmente produzidos por Affonso Penna. A ausência de suas falas no período entre 1895 e 1906 pode ser explicada pelo fato do político mineiro ter se ocupado com outros cargos públicos nos quadros da administração federal. Mas, notamos, ao tomar as mensagens e referências sobre sua atuação como presidente da federação, a permanência de seus ideais referentes ao progresso e à modernização promovidos pela expansão das ferrovias e da instituição de escolas profissionais.

Os projetos, ideias, desejos, anseios e angústias se realizavam por meio da criação de um sistema representativo de normas e valores, que pretendiam retirar Minas Gerais de sua condição de atraso econômico e social (DULCI, 1999). Para superar essa situação, políticos mineiros que consideravam seu pensamento filiado à corrente liberalista, destacando-se Affonso Penna, compartilhavam da ideia da necessidade de intervenção do Estado em diversas esferas da administração pública: economia, saúde, transportes, instrução pública e formação profissional. Essas atividades eram consideradas de interesse geral, sendo que a interferência e direção do governo nessas questões eram compreendidas como um direito e um dever (INÁCIO; FARIA FILHO; ROSA; SALES, 2006, p.25).

As discussões apresentadas demonstraram um desejo de alcançar o progresso pelas vias mais rápidas, utilizando-se para isso das experiências e procedimentos adotados nos núcleos sociais considerados modernos. A apropriação dessas medidas suscitou no debate político diversas dúvidas sobre as consequências desse tipo de empreendimento, feito por um país que não tinha uma produção industrial considerável, não detinha vias de transporte suficientes e mão de obra devidamente qualificada para promover um desenvolvimento em ritmo acelerado. Acreditava-se que a importação de modelos poderia desencadear consequências negativas para a economia e a política. Raymundo Faoro explicita bem essa questão:

> A ardente procura do progresso rápido, da queima de etapas, da equiparação às nações fortes, responde pelo déficit dos orçamentos, em desafio aos dogmas financeiros,

> esquecidos nas emissões ou nos empréstimos, não raro culminando em surtos inflacionários. [...] A situação, aparentemente caricaturada, traduz a intimidade das relações econômicas: a causa do progresso, concentrada numa classe, será ajudada e servida pelos deputados e senadores, vinculados ao mesmo propósito superior. [...] Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as ideias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. [...]O ideal de progresso rápido e crescente até ao infinito casa-se ao misticismo da abundância americana, numa utopia industrial. (FAORO, 2012, 07-08; p.111-124)

A análise das legislações empregadas para a promoção do progresso mineiro e nacional demonstrou o viés conservador presente tanto nos debates precedentes à aprovação de diferentes leis quanto na forma dessas legislações. O ideal de modernização conviveu com práticas e instituições de programas considerados conservadores desde o Império. Affonso Penna não se exclui dessa prática. Embora se declare como de pensamento progressista, engendrando empreendimentos na área do transporte pelos caminhos de ferro e da formação profissional, ele teve parte de seu pensamento ligado a tendências conservadoras.

O posicionamento político de Affonso Penna, em diversas situações, pode ser tomado como filiado ao pensamento conservador. Apesar de sua formação humanística e erudição adquirida nos anos que frequentou a Academia de Direito em São Paulo, o político mineiro integrante do Partido Liberal atuou em diversas circunstâncias optando por alternativas e soluções que aproximavam sua postura do posicionamento divulgado pelo Partido Conservador, a exemplo dos seus discursos referentes à questão da manumissão; da análise quanto à atuação de seu partido nos anos finais do império; das reformas financeiras a serem executadas no regime imperial e, posteriormente, republicano; na condução dos negócios sobre a ampliação da rede ferroviária e da instrução pública (LACOMBE, 1986). O conservadorismo de Affonso Penna pode ser analisado como uma "ideologia posicional", sendo adotado na medida em que" procura enfrentar uma necessidade histórica específica" (COUTINHO, 2014, p.28).

Persistiam, desse modo, na transição entre o século XIX e início do século XX, valores tradicionais nas sociedades que procuravam se modernizar. Na sociedade mineira, especialmente em sua cena política, ideias progressistas, liberais, conservadoras, ancoradas em diferentes matizes de pensamento, eram apropriadas e mobilizadas para intervir na construção de uma sociedade, segundo os preceitos republicanos de ordem e progresso. Em busca do engrandecimento mineiro, a comunidade política do estado de Minas Gerais, assim como de outros estados, seguiram essas perspectivas ao tentar desenvolver sua economia e modernizar sua sociedade.

Retomando a discussão proposta por Otávio Dulci, percebemos que o processo de modernização conservadora servia ao objetivo do avanço rápido: o controle autoritário dos setores subalternos e a concentração fundiária ensejavam a exploração intensiva da força de trabalho, com objetivo de recuperar o atraso econômico (DULCI, 1999, 25-26). O elemento central do modelo de modernização conservadora compreende a primazia dos fatores políticos sobre os fatores de mercado. Portanto, entre o final do século XIX e até meados do século XX, Minas Gerais vivenciou uma modernização relativa, em que ora sobressaíram as características da tradição conservadora, ora as características das práticas sociais modernas nos projetos legislativos instituídos (DULCI, 1999). Os políticos mineiros desse período "leram a modernização do país, considerando fortemente a aposta de intervenção do Estado na articulação e/ou moderação das forças sociais" (BOMENY, 2001, p.20).

A partir destas considerações, o leitor pode perceber que, no decorrer do trabalho, não intencionamos apresentar a biografia de Affonso Penna, mas perquirir, analisando sua trajetória, sua formação e experiência política como formadora de seu pensamento desenvolvimentista. Para realizarmos essa análise, utilizamos da intersecção das ideias de cultura política (BERSTEIN, 2009; MOTTA, 2009); de progresso (PÁDUA, 2012; ROSSI, 2000); de representação (CHARTIER, 1990); da proposição da história dos conceitos de Reinhart Koselleck (2006). Para caracterizar o pensamento intelectual de Affonso Penna e a sua relação com os repertórios circulantes no período nos utilizamos das considerações propostas por Angela Alonso (2002), Cornelius Castoriadis (1987, 2004), René Rémond (2003), Tomas Sowell (2011), Charles Tilly (1993), entre outros. A análise dos discursos foi trabalhada segundo as disposições elaboradas por Eni Orlandi (2009) e Patrick Charaudeau (2013).

Compreendemos que o ponto de cruzamento dessas ideias reflete sobre a articulação discursiva, "da qual a contribuição cultural do sujeito político é direcionada pela forma do discurso escrito, e este registro implica em denunciar as vozes que articulam sobre o objeto de análise" (SOUZA, 2014, p.131). Os discursos de Affonso Penna demonstraram não somente sua concepção desenvolvimentista, mas serviram para expressar parte das ideias presentes nos debates da cena política e nacional. Associando suas ideias de progresso à questão do ordenamento social como argumentos para o progresso, Affonso Penna recorria à implantação de ferrovias e instalação de escolas de ofícios como prerrogativas para a modernização econômica de Minas Gerais e do Brasil. Seu discurso reformista tinha por estratégia destacar a imperativa solução dos problemas em torno da escassez de redes ferroviárias e dos precários

serviços prestados pelas companhias e da necessidade de formação profissional, que resultaria na superação da condição de atraso mineiro – e depois, nacional.

Ancorando suas ideias no simbolismo creditado ao trem e à difusão das "luzes do conhecimento" e da escolarização dos ofícios, Affonso Penna utilizava para fundamentar e legitimar sua argumentação exemplos de experiências e teorias empreendidas nas sociedades modernas da Europa e dos EUA. Sua retórica discursiva pressupunha a erudição do enunciante para adquirir a aprovação e o apoio de seu público ouvinte. Ao analisar seus discursos, percebemos que seu pensamento se pautava por ideias desenvolvimentistas ligadas à diversificação da produção, à imigração, ao protecionismo e à intervenção do Estado na economia.

Em seus discursos, a locomotiva surge, aliada ao ideal de trabalho e dinamização da economia, como uma das construções ideológicas referentes ao progresso, civilização e modernização da sociedade. O trem seria responsável pelo escoamento da produção, pela ocupação de territórios desabitados e a consequente descoberta e aproveitamento das potencialidades econômicas dessas regiões. A rede ferroviária, de acordo com as concepções de Affonso Penna, deveria ter a dupla função de desenvolver a economia e de penetrar o território, conforme os modelos vislumbrados nos Estados Unidos. Seus discursos revelam esse ideal da ferrovia, ao se posicionarem a favor da construção das linhas pelo interior mineiro, a fim de transportar o progresso, o desenvolvimento e a civilização.

As construções imaginárias da ferrovia como condutora do progresso contrastaram com a realidade percebida no início do século XX, em Minas Gerais. Conforme apontado por Peter Blasenheim, as ferrovias não atenderam à lógica de viabilidade econômica nem foram construídas com objetivo de penetrar o interior do estado. Ao contrário, os traçados de significativa parte das redes ferroviárias construídas acompanharam os limites das fazendas de café. As linhas foram instaladas em municípios que já contavam com certo desenvolvimento econômico e com um comércio local dinâmico. Os traçados seguiram as pretensões das elites locais, atendendo aos seus desejos de terem uma ferrovia próxima à sua fazenda (BLASENHEIM, 1996).

A construção da E.F. Leopoldina exemplifica esta ideia. A instalação e expansão de sua rede ferroviária seguiu uma lógica bastante peculiar, nem completamente econômica e nem completamente de penetração territorial, mas vinculada à força política dos fazendeiros, que desejavam levar os trilhos às portas de suas propriedades. Sua instalação não foi realizada em povoados desabitados; as estações ferroviárias foram construídas em localidades com um mínimo de desenvolvimento econômico e comercial, ainda que suas atividades produtivas não

estivessem ligadas à expansão cafeeira. Ao Estado caberia regulamentar e articular as ações das empresas ferroviárias na economia mineira e fiscalizar a ordem de seus serviços. A Leopoldina construiu seus ramais sem padronização dos traçados e bitolas e o governo mineiro passou a interferir nas suas atividades durante os períodos de crise financeira. Os serviços prestados pela linha foram objeto de diversas reclamações dos consumidores, fazendeiros, comerciantes e políticos.

Os problemas gerados pela E.F. Leopoldina tiveram um significado além da sua situação financeira precária; representaram a decepção dos políticos com o ideal modernizador encetado pelas estradas de ferro. Affonso Penna, ao mesmo tempo em que apontava os problemas gerados pela E.F. Leopoldina e as dificuldades financeiras enfrentadas, indicava a importância do transporte ferroviário para o engrandecimento mineiro e continuava a apoiar as práticas de concessão de privilégios e subvenção para outras companhias de estradas de ferro. A crença da elite dirigente de que as locomotivas fomentariam o desenvolvimento econômico e social por onde passassem era forte o suficiente para não deixarem de aprovar as concessões e os subsídios, apesar dos prejuízos já constatados pela experiência com a E.F. Leopoldina, por exemplo.

O ideal liberalista contribuiu para a não interferência do Estado nas execuções dos projetos de instalação da ferrovia. Caberia à livre concorrência selecionar quais companhias de estradas de ferro obteriam sucesso e manteriam o equilíbrio financeiro do Estado. O governo seria responsável apenas por fiscalizar os serviços prestados e auxiliar as empresas ferroviárias na construção de novos ramais por meio de subvenções. Porém, a realidade da política ferroviária mineira, entre o final do século XIX e início do século XX, demonstrava a necessidade do planejamento prévio para a construção das estradas de ferro e os dilemas acarretados pelas políticas concessionárias, resultando em ações especulativas, contratos que entraram em caducidade ou foram desrespeitados. As construções de determinados ramais ferroviárias não saíram do papel ou não foram concluídas. Maior parte das empresas foram encampadas pelo governo mineiro para manutenção do serviço de transporte ferroviário.

A trajetória controversa da Cia. Leopoldina foi marcada pelas expectativas que a sociedade gerou em torno do simbolismo representado pela locomotiva e a realidade da construção de seus ramais ferroviários e a prestação de seus serviços. As estradas de ferro foram representadas como o elemento de progresso rápido no imaginário político mineiro. Porém, todas as companhias ferroviárias faliram e algumas foram absorvidas pela administração pública, com o objetivo de manter a continuidade da prestação de seus serviços. A Leopoldina, por exemplo, foi dissolvida e reorganizada duas vezes pelo governo, com o intuito de manter

em continuidade seus serviços. Pois, apesar da crise financeira e dos prejuízos aos cofres públicos, a locomotiva facilitou o transporte de mercadorias dentro e fora do estado de Minas Gerais, especialmente o escoamento do café. Representou a decepção dos mineiros, de acordo com os discursos dos políticos, devido à precariedade dos seus serviços.

O trem, símbolo do progresso do século XIX e início do século XX, não teve o impacto esperado entre os mineiros que, ao sonharem em implantar uma vasta rede ferroviária no território, desejaram que ela promovesse rapidamente o desenvolvimento econômico e social. O tão almejado engrandecimento mineiro não veio conduzido pela força do trem. A precariedade dos serviços e os prejuízos de investimentos desvelaram um cenário de decepção ante as expectativas dos senadores mineiros sobre as estradas de ferro, inclusive do senador Affonso Penna. As críticas de Affonso Penna à Leopoldina demonstraram sua frustração em relação à ideia de modernidade contida na imagem do trem. O progresso foi trazido pelo trem, mas com velocidade muito pequena, dentro de uma ordem pré-estabelecida, conforme a organização conservadora dos grupos políticos mineiros.

Considerando a imagem do trem como fomentador da cultura e da civilização, por onde os trilhos passassem seria necessário promover o ensino profissional. A formação do trabalhador deveria acompanhar a dinâmica das atividades produtivas que, na expectativa de Affonso Penna, seria aumentada com a chegada das locomotivas. Ao mapear a rede de sociabilidades articulada na política mineira, ideias e projetos relativos à instrução da população foram compreendidos como "necessários à concretização de uma modernidade aspirada (e sonhada), cuja preocupação consistia em civilizar hábitos e costumes tidos como centrais na condução do progresso" (VALLE; HANDAM; DAROS, 2014, p.13). Os discursos demonstraram o "pressuposto iluminista de superar o atraso pelo saber, que esteve presente em diversas iniciativas educacionais, públicas e particulares, encetados em momentos diversos do processo de desenvolvimento mineiro" (DULCI, 1999, p.130).

Nesse sentido, o interesse pela construção de uma nova ordem social e política colocava em evidência o processo de escolarização como forma de produzir e fortalecer o Estado Republicano. O governo mineiro investiu, conforme suas possibilidades econômicas, na viabilização das condições para a implementação de uma escolarização que contribuísse para a constituição da ordem e do progresso. A importância dada à instrução pública e, principalmente, profissional vem confirmar o quanto significou, para o projeto de sociedade que se preconizava, a escolarização pensada como prática social de incorporação do indivíduo à sociedade e ao modo de produção capitalista.

A formação profissional, vista como fator de civilização e progresso, era percebida como recurso para manter a ordem social ou prevenção ao crime: uma nação inserida no espírito da civilização, instruída, educada moralmente pelo trabalho e orientada para o progresso da indústria deveria ser uma nação ordeira e, por consequência, uma nação civilizada. Assim, o Estado seria responsável por fornecer a instrução ao povo (VISCARDI, 2012). Desse modo, a instituição de ensino ocupava um lugar estratégico no imaginário político, ao integrar grande parte dos projetos de Estado-nação, definidos conforme a noção de ordem e de progresso sociais. A escola servia de resposta às múltiplas demandas da modernidade: ampliação das habilidades humanas úteis à economia e a formação de indivíduos e de sociedades "melhores e mais civilizados" (VISCARDI, 2012).

A falta de escolaridade acarretaria na elevação das estatísticas criminais. Muitos políticos apontaram a escola como um meio de diminuir a criminalidade, pois a profissionalização dos jovens lhes forneceria a oportunidade de ingresso na sociedade, contribuindo para o estado de ordem e o progresso da nação. As crianças pobres ou desvalidas da sorte e da fortuna também receberam atenção dos políticos mineiros, que percebiam a educação como o instrumento capaz de habilitá-las para a vida em sociedade e a instrução profissional como a maneira de torná-las futuros trabalhadores produtivos. O modelo de escola adotado para as crianças pobres, portanto, assumiria um caráter prático e não literário, e atenderia às demandas do progresso (GONÇALVES, 2012).

Presente nos discursos e mensagens produzidas por Affonso Penna, a instrução foi compreendida como "única ferramenta capaz de garantir o progresso contínuo, o desenvolvimento e a civilização" (VISCARDI, 2012, 13). O progresso estaria relacionado ao avanço da cultura intelectual por meio da difusão do ensino primário e instituição do ensino profissional (GONCALVES; NOGUEIRA, 2012). A instrução do povo possibilitaria o desenvolvimento social, sendo que a formação técnica seria o meio de aprimorar a produção e promover os avanços almejados na economia mineira. O ensino profissional foi propugnado como um dos meios de se chegar ao progresso, que viabilizaria a entrada de Minas Gerais no rol das sociedades modernas.

Ao analisar os discursos de Affonso Penna e de outros políticos mineiros, compreendemos que eles produziram e reproduziram repertórios, por meio de modos de pensar e agir, que estão ligados a seu espaço de experiência histórica e social. Os políticos mineiros formaram um grupo intelectualmente heterogêneo, uma vez que, seus discursos, em diversos momentos, sustentaram opiniões divergentes; sendo orientados por interesses regionais, conforme a ideia do mosaico mineiro apresentada por Wirth (1982).

Contudo, grande parte do grupo da elite política concordava com a necessidade organizar a instrução pública e profissional adequando-a à realidade social e cultural do Estado de Minas Gerais. Não buscavam importar modelos de escolarização dos núcleos civilizados da Europa e dos EUA, mas sim condicioná-los a maneira como percebiam o estágio cultural da população mineira. Nesse sentido, ao intervirem no processo de organização e instalação da escolarização pública e profissional, os políticos mineiros utilizaram do Estado para gerir a sociedade, com o objetivo de atingir ao progresso. Conforme assinalado por Otávio Dulci (1999), sua prática correspondia ao que o autor definiu de modernização conservadora.

Affonso Penna, Afrânio de Mello Franco, João Pinheiro, entre outros defensores da instituição do ensino profissional em Minas Gerais, perceberam a condição do progresso associada às melhorias materiais, sendo essas garantidas pelo progresso da indústria – que necessitava de mão de obra minimamente qualificada. Para os políticos mineiros, o progresso material mostrava-se insuficiente para alcançar o engrandecimento mineiro; era preciso conjugá-lo ao desenvolvimento social e à formação técnica do trabalhador, possibilitados pela instrução pública. Seria por meio da formação profissional, a partir do desenvolvimento econômico e social, que Minas Gerais encetaria seu processo de modernização e adentraria o rol das nações civilizadas.

O ideal de progresso por meio da escolarização foi compartilhado pelos políticos mineiros. O que se pode inferir na proposição do conjunto político de Minas é que a instrução do povo, do trabalhador em particular, se evidenciava no discurso de uma reforma que via no Estado o detentor do controle dos saberes escolares. A preocupação de Affonso Penna e seus pares era bastante pertinente, principalmente se considerarmos que a população mineira era basicamente rural e que vivia do trabalho agrícola, logo, se encontrava assentada nas zonas mais distantes dos centros urbanos.

A expansão da industrialização e o crescimento urbano justificaram medidas que ampliaram a oferta de ensino profissional como meio de formação e qualificação da mão de obra, adequada às novas demandas da produção econômica e normas sociais. A escola técnica tinha por imperativo instituir na criança, no jovem e no adulto as normas de produção industrial. Seria nesse processo de afirmação da necessidade de formação do trabalhador como meio de inseri-lo na sociedade urbana e industrial que as escolas profissionais, destinadas às camadas pobres, passariam a fazer parte do cenário brasileiro (CHAMON; GOODWIN JR., 2012). Foi com este discurso que Affonso Penna assumiu a presidência nacional, em 1906.

Durante os anos que governou destacou em seus discursos e mensagens a necessidade de fomentar a formação técnica do trabalhador, com a instituição das escolas de ofício. As

reformas sobre a instrução profissional que propunha para serem discutidas no Congresso Nacional eram apresentadas como rupturas com o passado colonial, articuladas à ideia de progresso econômico e social. De acordo com Raphael Ribeiro Machado, elas também podiam ser "entendidas como adaptação, no sentido de que representavam uma adequação, acomodação da instrução pública ao modelo de sociedade projetado" (MACHADO, 2013, 164).

Porém, a morte prematura de Affonso Penna nos legou a dúvida sobre sua relação com o decreto nº 7.566, de 1909, que determinava a instalação de 19 escolas de ensino profissional pelo país. O decreto foi instituído sob a gestão presidencial de Nilo Peçanha, seu vice-presidente. Entretanto, a partir das mensagens presidenciais datadas entre 1907 e 1909 percebemos que Affonso Penna cobrava do Congresso Nacional a criação de uma legislação específica para a instituição e ampliação do ensino profissional no país. Desde seu manifesto inaugural, de 1906, o político mineiro assumiu como compromisso o desenvolvimento da economia nacional, a qual se assentaria na qualificação da mão-de-obra para atender às novas demandas do mercado industrial que, à época, mostrava-se em expansão.

O ideal de progresso por meio da escolarização e formação profissional foi compartilhado por Affonso Penna e seus pares. Para organizar o ensino público em Minas Gerais e no Brasil, apropriaram-se dos repertórios disponíveis na cena política mineira, nacional e internacional. Affonso Penna se apropriou, reproduziu e produziu repertórios de ideias, selecionados no amálgama das ideias circulantes no período sobre instrução pública e formação profissional. As discussões sobre a escolarização popular foram construídas e perpassadas pelas ideias de progresso, em que conceitos e teorias foram utilizados seletivamente, segundo uma intencionalidade própria, para defender ou refutar determinada argumentação e delimitar formas de ação para intervir na sociedade mineira e brasileira.

A trajetória política de Affonso Penna permite inferir que, ao ser percebido como um dos responsáveis pela garantia da consolidação da República, seu compromisso político está diretamente ligado ao serviço da pátrio. Por este serviço, entende-se principalmente seus projetos destinados à expansão e instalação da rede ferroviária e a organização da instrução pública e profissional. Para ele, esses programas estavam associados ao desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais e do Brasil. A partir desta pesquisa, permanecem algumas questões sobre os impactos concretos de seus projetos políticos e econômicos no Estado de Minas Gerais, a partir da instituição de linhas férreas e de escolas de ofícios, uma vez que ultrapassam o plano discursivo.

BIBLIOGRAFIA

Corpus Documental

AFONSO CELSO, Affonso Celso de Assis Figueiredo, Conde de. *Discurso de 21 de outubro de 1909. Sessão Comemorativa do 71º Aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII, Vol. 02, ano de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

AFONSO CELSO, Affonso Celso de Assis Figueiredo, Conde de. *Oito anos de Parlamento: reminiscências e notas*. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1998. IN: http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1025, acessado em 20/03/2016.

Anais da Assembleia Legislativa Provincial, 1830-1930. *Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais*. Center for Research Libraries. Global Resources Networ. IN: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais, acessado em 20/02/2016.

Anais da Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais. *Congresso Mineiro*. *Anais da Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais.* Ouro Preto/Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1891-1906. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

Anais do Senado Mineiro do Estado de Minas Gerais. *Congresso Mineiro*. *Anais do Senado Mineiro do Estado de Minas Gerais.* Ouro Preto/Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1891-1906. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

Assembleia Legislativa Provincial. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, 1874-1889*. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro. 1864-1889. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

AZEVEDO, Raul de. *No Amazonas: a viagem do Presidente Dr. Affonso Penna.* Manaos: Liv. e Typ. Universal M. Silva & C, 1906. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

BARBOSA, Rui. Fac-símile: t.1.: *"posse do presidente Afonso Pena em Sessão do Congresso Nacional presidida pelo Senador Rui Barbosa, vice-presidente do Senado Federal em 15 de dezembro de 1906"*. IN: Discursos Parlamentares. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Criação dos cursos jurídicos no Brasil*. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

CARVALHO, Afrânio de. *A actualidade mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1929. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais. *Anais do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais de 1903*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1981. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

Congresso Mineiro. *Anais do Congresso Mineiro em sessão extraordinária em Barbacena: e das sessões preparatórias do Senado e da Câmara dos Deputados, realizadas na mesma cidade, de 22 de novembro a 18 de dezembro de 1893*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1894. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

FLEISCHER, David V. *O trampolim político: mudanças nos padrões de recrutamento político em Minas Gerais*. Revista de Administração Pública. Vol. 7, nº 01. Rio de Janeiro, jan/mar/1973, pág. 99-116. IN: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/5889/4577, acessado em 21/01/2016.

FORTES, Chrispim Jacques Bias. *Lei Nº. 203, de 18 de setembro de 1896, do Estado de Minas Gerais*. Repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. IN: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105633, acessado em 20/04/16.

Governadores de Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2001-2002. [Irregular]. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

GUEDES, Balmaceda. *Afonso Penna*. Belo Horizonte: Academia Municipalista de Letras, 1977.

HORTA, Cid Rebelo. *Famílias governamentais em Minas Gerais*. Anais do Seminário de Estudos Mineiros, número 02. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1956.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua época*. (Coleção documentos brasileiros); V.200. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARTINS, Francisco Gonçalves. *Decreto nº 641, de 26 de junho de 1852*. Coleção de Leis do Império do Brasil, de 1855, vol. 01, pat. 01. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. IN: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-641-26-junho-1852-558790-norma-pl.html, acessado em 11/02/2016.

Mensagens presidenciais, 1890-1910. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1978. Reimpressão da edição de 1912. Conteúdo completo: pág. 9-42. Deodoro da Fonseca; pág. 45-101. Floriano Peixoto; pág. 105-97. Prudente de Moraes; pág. 201-99; Campos Salles; pág. 303-409. Rodrigues Alves; pág. 567-81. Affonso Penna; pág. 685-737. Nilo Peçanha. Stanford University Libraries: https://searchworks.stanford.edu/view/1086944, acessado em 20/04/2015.

O Dr. Affonso Penna, Vice-presidente da República, Laemmert, 1903. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

PENNA JR., Affonso Augusto Moreira. *Discurso proferido pelo Deputado Affonso Penna Junior em a sessão de 6 de agosto de 1909 sob candidaturas presidenciais*. Bello Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1909. Projeto "Tratamento técnico e disponibilização, em meio digital, do Acervo de Obras Raras da Biblioteca Universitária da UFMG". Edital n.008/2002 FAPEMIG. BU - Luiz Camilo

PENNA, Affonso Augusto Moreira. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da Segunda Sessão da Sexta Legislatura pelo Presidente da República Affonso Augusto Moreira Penna. Rio de Janeiro, 1907*. Biblioteca da Presidência da República. IN: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/affonso-penna/mensagens-presidenciais-1/affonso-penna-mensagem-ao-congresso-nacional-1907/view, acessado em 10/01/2015.

PENNA, Affonso Augusto Moreira. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da Terceira Sessão da Sexta Legislatura pelo Presidente da Republica Affonso Augusto Moreira Penna*. Rio de Janeiro, 1908. Biblioteca da Presidência da República. IN: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/affonso-penna/mensagens-presidenciais-1/affonso-penna-mensagem-ao-congresso-nacional-1908/view, acessado em 10/01/2015.

PENNA, Affonso Augusto Moreira. *Discurso sobre a Lei de orçamento pronunciado na sessão de 6 de miao de 1879 pelo Deputado Affonso Augusto Moreira Penna*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879.

PENNA, Affonso Augusto Moreira. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da Primeira Sessão da Setima Legislatura pelo Presidente da Republica Affonso Augusto Moreira Penna*. Rio de Janeiro, 1909. Biblioteca da Presidência da República. IN: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/affonso-penna/mensagens-presidenciais-1/affonso-penna-mensagem-ao-congresso-nacional-1909/view, acessado em 10/01/2015.

RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

ROHAN, Henrique e Beaurepaire. *"O Futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil"*. Memória apresentada ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. São Paulo: Typografia a Vapor de Jorge Seckler, 1878.

SILVA, Hélio, *Os Presidentes - Afonso Pena*, Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Afonso Pena: o jardim da infância: 1906-1909*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVA, José de Anchieta da. *O centenário de falecimento do presidente Affonso Augusto Moreira Penna*. [S.I.:[s.n.],20]. Folhetos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

SILVEIRA, Alvaro Astolpho da. *Viagem pelo Brasil: 12 de maio a 24 de Agosto de 1906*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

WEINER, Jerry T. *Afonso Pena: Minas Gerais and the transition from empire to republic in Brazil*. Michigan: University Microfilms International, 1980.

Referencias Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 6ª Edição. 3ª Tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. *Pesquisa documental e bibliográfica: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n.1, jul 2009. IN: http://redenep.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf, acessado em 05/02/2015.

ALMEIDA, Daniela. *Memorial Affonso Penna*. Site da Prefeitura Municipal de Bárbara. Notícia publicada em 18/06/2010. IN: http://www.santabarbara.mg.gov.br/Materia_especifica/6521/Memorial-Affonso-Penna, acessado em 15/01/2016.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação*. 2ª Edição. São Paulo: EDUC, 2000.

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento. A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro, Paz & Terra/ Graal, 2002.

ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis criminologistas e juristas: saber jurídico e nova Escola penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.

ALVES, Cláudia Maria Costa. *Estado conservador e educação no Brasil: o caso do Liceu Provincial de Niterói (1847-1851)*. IN: NUNES, Clarice (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

ALVES, Cláudia. *Jean-Fronçois Sirinelli e o político como terreno da história cultural*. IN: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). *Pensadores Sociais da Educação II*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: O Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. *Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da Legislação aos Relatórios dos Presidentes (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2010.

ARNAUT, Luiz Duarte Haele. *Reinado do Direito (Minas Gerais – 1892-1911)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. (Orgs.). *Contribuições à História Intelectual do Brasil Republicano*. Ouro Preto/MG: Editora UFOP/PPGHIS, 2012).

AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 1999.

AZEVEDO, André Nunes. *Da Monarquia à República: Um Estudo dos Conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Dissertação de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História – Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARREIROS NETO, Jaime. *Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições*. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n.º 2162, 2 de junho de 2009. IN: https://jus.com.br/artigos/12872/historico-do-processo-eleitoral-brasileiro-e-retrospectiva-das-eleicoes, acessado em 10/06/2016.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: FFCL/USP, 1959.

BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. *Transportes, modernização e formação regional. Subsídios a história da Era Ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940*. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 2012. (Texto para discussão, 458).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (ORG). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e Historiografia*. IN: *Cultura Política, Memória e Historiografia*. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BLASENHEIM, Peter. L. *As Ferrovias de Minas Gerais no século XIX*. Locus Revista de História, V.2 Nº2: 81-110. Juiz de Fora. Julho/Dezembro. 1996. IN: http://www.ufjf.br/locus/files/2010/01/5-peter.pdf, acessado em 26 de janeiro de 2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOMENY, Helena (Org.) *Constelação Capanema: Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOMENY, Helena. *Novos talentos, vícios antigos: Os renovadores da política educacional*. Estudos Históricos – Os anos 20, vol. 06. nº 11, Rio de Janeiro, 1993, pág. 24-39. IN: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6744, acessado em 26/01/2016.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente: Os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. Brasília: L.G.E. Editora, 2008.

BONNY, Yves. *Sociologie du temps présent – modernité, avancée ou postmodernité*? Paris: Armand Colin, 2004.

BONTEMPI Jr., Bruno. *Roldão Lopes de Barros: um intelectual?* IN: NEPOMUCENO, Maria de Araújo; TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. *A educação e seus sujeitos na história*. Belo Horizonte: ARGVMENTVM, 2007.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, Claúdio. *Breve História da Ciência Moderna – Volume 4: A belle-époque da ciência (século XIX)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BRITO, Fabiano de Lemos. *Soldados e centauros: educação, filosofia e messianismo no jovem Nietzsche, 1858-1869*. 1º Edição. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2015.

BURKE, Peter. *Inevitáveis empréstimos culturais*. Folha de São Paulo, publicação de 27 de julho de 1997.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Volume VI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

CAMPOS NETO, Antonio Augusto Machado de. *Memórias de Júlio Frank*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Volume 98, 2003. IN: http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67613/70223, acessado em 12/05/2016.

CAMPOS, Bruno Nascimento. *Tropas de Aço: Os caminhos de ferro no Sul de Minas (1875-1902)*. Dissertação de Mestrado em História. São João del-Rei/MG: Universidade Federal de São João del-Rei, 2012.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *Um capital político multiplicado no trabalho genealógico*. Revista Pós Ciências Sociais, vol. 08, nº 25, São Luis/MA, 2011. IN: http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=470&catid=82&Itemid=114, acessado em 17/01/2016.

CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista, 1920-1945*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Professores da Faculdade de Direito de Minas Gerias em São Paulo*. Conferência realizada em Belo Horizonte, em 26 de julho de 1947. Rio de Janeiro: Revista Forense, volume CXIV, pág.263-272, novembro/1947.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *O Historiador e os Morcegos*. Revista Nossa História. Ano 1, nº 10, ago. 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e Bordados. Escritos de História e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891*. Belo Horizonte: Revista Varia História, volume 27, nº 45: pág. 141-157, jan/jun/2011. IN: http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n45/v27n45a07.pdf, acessado em 20/04/2016.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. *Moderno, modernidade, modernização: Polissemias e pregnâncias*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e. *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Volume 01. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2012.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (Org.) . *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Conferência promovida pelo Presidente da República no Centro Cultural de Belém, em 04 e 05 de março de 2005. Imprensa Nacional. IN: Biblioteca Autónoma de Lisboa: http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf, acessado em 10/05/2016.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Balanço historiográfico: a representatividade política em Minas na Primeira República*. IN: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Orgs.). *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto. Figuras do Pensável.* Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto*. Volume 01. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. (Coleção rumos da cultura moderna, volume 53).

CAVALCANTI, Francisco. *História das ideias jurídicas da administração pública brasileira*. IN: *História do direito e do pensamento jurídico em perspectiva*. BRANDÃO, Claudio; SALDANHA, Nelson; FREITAS, Ricardo (Coordenadores). São Paulo: Editora Atlas, 2012.

CHAMON, Carla Simone. *Educação, modernidade e protestantismo*. IN: VAGO, Tacísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (Orgs.). *Histórias de Práticas Educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

CHAMON, Carla Simone; GOODWIN Jr., James William. A incorporação do proletariado à sociedade moderna: a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). Revista Varia História, vol. 28, nº 47, 2012. pág. 319-340. IN: http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/15.pdf, acessado em 20/04/2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores no Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro,1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORRÊA, Giseli Rodrigues. *A Ficção e o Real: a importância da educação no século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de estudos pós-graduados em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos).

COSTA, Carlos Roberto da. *A revista no Brasil, o Século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2007.

COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras. Explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP, 2000a.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.* 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP/ Brasília: FLACSO, 2005.

DAROS, Maria das Dores. *Desenvolvimentismo e políticas educativas no Brasil nos anos 1950-1960: Transnacionalização e Modernização*. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes; GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e. *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Volume 01. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2012.

DEAN, Warren. *A economia brasileira, 1870-1930*. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 5. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

DIAS, Fernando Correia. *Juristas: teoria social e ideias políticas*. Revista Sociedade e Estado, vol. 15, nº 02. Brasília: jun/dez, 2000. pág. 192-222. IN: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922000000200002&script=sci_arttext, acessado em 28/01/2016.

DUBY, Georges. *Histoire des mentalités*. In: SAMARAN, Charles (sous la dir. De*). L' histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, "Encyclopédie de la Pléiade", 1961.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

DULCI, Otávio Soares. *João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro.* IN: *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno*. GOMES, Ângela de Castro (Org.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou o progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 1996.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

EVERDELL, William R. *Os Primeiros Modernos. As origens do pensamento do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FALCON, Francisco. *História e Poder*. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da História. Ensaios da Teoria e Metodologia*. 5º Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

FANQUIN, Giovanni Stroppa. *"Políticos da nova raça": O Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora/MG: Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. 5ª edição. São Paulo, Globo Editora, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A legislação escolar como fonte para a História da Educação: Uma tentativa de Interpretação*. IN: VIDAL, D.G; GONDRA, J.G., FARIA FILHO, L. M. de; DUARTE, R.H. *Educação, Modernidade e Civilização: Fontes e Perspecitvas de Análise*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e. *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Volume 01. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2012.

FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. *III. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

FERES JÚNIOR, João; NORONHA DE SÁ, Maria Elisa. *Civilização*. IN: *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. FERES JÚNIOR, João (Org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FONSECA, *Celso Suckow da. História do ensino profissional*. Volume 01. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociedade na América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Trilhando caminhos, buscando fronteiras: Sérgio Buarque de Holanda e a História da Educação no Brasil*. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Pensadores sociais e História da Educação*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

FREITAS, Gustavo de. 900 *Textos e documentos de História*. Vol. 03. Lisboa: Plátano, 1977. IN: http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/prdferro.PDF, acessado em 10/12/2015.

FREITAS, Ricardo. *Condenados à Civilização: o positivismo naturalista e a repressão penal no alvorecer da República*. IN: *História do direito e do pensamento jurídico em perspectiva*. BRANDÃO, Claudio; SALDANHA, Nelson; FREITAS, Ricardo (Coordenadores). São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GIFFONI, José Marcello Salles. *Trilhos arrancados: História da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1878-1966)*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

GOLDSMITH, Raymond W. *Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. São Paulo, Harper & Row, 1986.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de Si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *Essa Gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Angela de Castro. *História, ciência e historiadores na Primeira República*. IN: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MauadX/Faperj, 2010.

GOMES, Angela de Castro. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *A Formação do Sujeito Trabalhador na República: O ensino técnico profissional e a criança desvalida da fortuna*. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Vitória. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. VITÓRIA: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. v. Único. p. 45-60.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Congresso Legislativo Mineiro e Educação Profissional: leitura partilhada para construção da República.* IN: *Progresso, Trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais*. GONÇAVES, Irlen Antonio (ORG). Belo Horizonte, Mazza Edições, 2012. pág.13-40.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Educação, *Trabalho e República: o processo de escolarização das atividades manuais nos anos iniciais da República brasileira*. In: SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de; LAUDARES, João Bosco. (Org.). *Diálogos Conceituais sobre Trabalho e Educação*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2011, v., p. 166-182.

GONÇALVES, Irlen Antônio; CHAMON, Carla Simone. *O Congresso Mineiro e a educação profissional em Minas Gerais: o ensino técnico primário*. Belo Horizonte: Educação em Revista, vol. 28, nº2, jun/2012.

GONÇALVES, Irlen Antônio; NOGUEIRA, Vera Lúcia. *Educação e Escolarização em Minas Gerais: o Legislativo e o Executivo como produtores da representação dos trabalhadores*. IN: *Progresso, Trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais*. GONÇAVES, Irlen Antonio (ORG). Belo Horizonte, Mazza Edições, 2012. pág. 41-60.

GONÇALVES, Irlen Antônio; NOGUEIRA, Vera Lúcia. *Educação e escolarização em Minas Gerais: o legislativo e o executivo como produtores da representação dos trabalhadores.* Saeculum (UFPB), v. 22, p. 85-101, 2010.

GONDRA, José G. *Artes de Civilizar. Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: USP/FE, 2000.

GOODWIN JÚNIOR, James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HANSEN, João Alfredo. *Política católica, instituição retórica e oratória sacra no Brasil colonial*. IN: COUVERTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª. ed. revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Editora Thomson, 2003.

HIMMELFARB, Gertrude. *"História com a política deixada de fora"*. IN: *Nova História em Perspectiva*. Volume 02. NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da. (Orgs.). São Paulo: Casac Naify, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1975)*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.

HOBSBAWM, Eric. J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *A questão da representação política na Primeira República*. Dossiê. Caderno CRH, Salvador, vol. 21, nº 52, p.25-35, janeiro/abril de 2008. IN: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a03v2152.pdf, acessado em 10/04/2016.

INÁCIO, Marcilene Soares; FARIA FILHO, Luciano Mendes; ROSA, Walquíria Miranda; SALES, Zeli E. Santos de. *Escola, Política e Cultura*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2006.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. História do Instituto Oswaldo Cruz. Site do Instituto Oswaldo Cruz, texto publicado no ano 2000. IN: http://www.ioc.fiocruz.br/pages/historia_right.htm, acessado em 21/01/2016.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3ª Edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Arlette Farge e os modos de apreensão da existência no passado*. IN: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs). *Pensadores sociais e a história da educação*. Volume 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. IN: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1943. (Coleção Biblioteca Histórica Brasileira)

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LACAPRA, Dominick. *Intellectual History and its ways*. The American Historical Review, 1992. Volume 97, issue 2, p. 425-439. IN: http://xroads.virginia.edu/~DRBR2/lacapra.pdf, acessado em 15/05/2016.

LAGES, Rita Cristina Lima. *As vitrines da civilização: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

LAGES, Rita Cristina Lima. *Sobre educação moderna no século XIX: Minas Gerais/Brasil*. IN: VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores (Org.). *Moderno, Modernidade, Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX*. Vol. 2. Belo Horizonte: Mazza, 2014, no prelo. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil).

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

LEÃO, Andréa Borges. *Charles Expilly, raça e civilização no Brasil imperial*. IN: GEBARA, Ademir; COSTA, Célio Juvenal; SARAT, Magda (Orgs.). *Leituras de Norbert Elias: processo civilizador, educação e fronteiras*. Maringá: Eduem, 2014.

LESSA, Renato. *"A invenção Republicana no Brasil: da aventura à rotina"*. IN: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LESSA, Renato. *O pacto dos estados. Após a instabilidade dos primeiros anos, a política dos governadores de Campos Sales consolida as instituições políticas e as normas de funcionamento do novo regime*. Revista de História.com.br. Publicação de 19 de setembro de 2007. IN: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-pacto-dos-estados, acessado em 10/04/2016.

LESSA, Simone Narciso. *Trem de ferro: Do Cosmopoltismo ao Sertão*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. IN: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

LIMA, Alceu Amoroso. *A voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira*. 2º edição revisada. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

LIMA, Bárbara Braga Penido. *A educação no projeto de progresso mineiro: repertórios dos discursos do senado*. VIII Congresso Brasileiro de História da Educação: Matrizes interpretativas e internacionalização. Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 29 de junho a 02 de julho, 2015.

LIMA, Bárbara Braga Penido; GOODWIN Jr., James William. *A E.F. Leopoldina e o engrandecimento mineiro sob a perspectiva do senador Afonso Pena*. Diamantina: XVI Seminário de Economia Mineira: Repensando o Brasil. CEDEPLAR, 2014.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *Ferrovia, Sociedade e Cultura, 1850-1930*. Belo Horizonte, Argumentum Editora, 2009.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Editora Ícone, 2007.

LOPES, Marcos Antônio; MARTINS, Marcos Lobato. *A peste das almas. Histórias de fanatismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, M.C.G. *Rui Barbosa: Pensamento e Ação*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2005.

MACHADO, Raphael Ribeiro. *A construção de uma cultura política republicana em Minas Gerais nos discursos das reformas da educação pública nas primeiras décadas da República (1891-1910)*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2013.

MACHADO, Vinícius Azevedo. *Produtor, Político e Bacharel: João Pinheiro da Silva e a educação do trabalhador do campo*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2010.

MAIA, Andréa Casa Nova. *Encontros e Despedidas. História de Ferrovias e Ferroviários de Minas*. Coleção História. Belo Horizonte: ARGVMENTVM, 2009.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II: a grande escola prática da nascente Engenharia Civil no Brasil oitocentista*. Topoi (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, vol. 16, nº 30, p. 203-233, jan/jun. 2015. IN: http://www.scielo.br/pdf/topoi/v16n30/2237-101X-topoi-16-30-00203.pdf, acessado em 16/02/2016.

MATTOS, Hebe. *A vida Política*. IN: SCWARCZ, Lilia Moritz (Direção). *História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Volume 03. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987. (Coleção Estudos Históricos).

MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007.

MENDONÇA, Ana Walesca P. Campos. *A Gênese do conceito de educação pública*. *IN:* RAMOS, Lílian M. P. C. (org.). *Igreja, estado e educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005.

MESQUITA, Ilka Miglio de. *Doutor em Ciências Jurídicas: traços da cultura nas teses/dissertações da Academia de Direito de São Paulo (1850-89)*. IN: VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores (Org.). *Moderno, Modernidade, Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX*. Vol. 2. Belo Horizonte: Mazza, 2014, no prelo. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil).

MITRE, Antonio. *O dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). *USP 70 Anos: Imagens de uma história vivida*. São Paulo: Editora Edusp, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. *Ciência, civilização e República*. IN: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MauadX/Faperj, 2010.

NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 5º Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Nação, região e geografia*. IN: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MauadX/Faperj, 2010.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *O pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais (1889-1914)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. *O lugar do intelectual no prelúdio da modernidade: experiência e tradição seletiva na obra de José Francisco Rocha Pombo*. IN: VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores (Org.). *Moderno, Modernidade, Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX*. Vol. 2. Belo Horizonte: Mazza, 2014, no prelo. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil).

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização*: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1991.

OLIVEIRA, Pablo de Souza. *Quando o trem partiu? Ferrovia, cidade, memória e identidade em Novo Cruzeiro – MG. (1960 – 2007)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. São Paulo: Editora Pontes, 2009.

PÁDUA, Pedro Geraldo. *O Conceito de Progresso nas mensagens dos presidentes do Estado de Minas Gerais (1891-1930)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PAMPLONA, Marco A. *A Revolta era da Vacina?* IN: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MauadX/Faperj, 2010.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Volume 01, Nº 01, Julho/Dezembro, 2006, pág. 66-80.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Os passos do saber: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. *Dr. Simão da Cunha Pereira & Família*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1992. IN: http://www.geocities.ws/jorgecpf/DrSimao.pdf, acessado em 10/05/2016.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. *Entre Proteu e Prometeu: a retórica no humanismo do Renascimento europeu*. IN: COUVERTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Crônica: a leitura sensível do tempo*. Anos 90, Porto Alegre, nº. 7, jul/1997a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997b.

PIOVEZANI, Carlos. *Falar em público na política contemporânea: a eloquência pop e popular brasileira na Idade da Mídia*. IN: COUVERTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2013.

PRIORE, Mary del. (Org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

QUELUZ, Gilson Leandro: *Rocha Pombo: romantismo e utopias (1880-1905)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 1994.

RAMA, Ángel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMOS, Jair de Souza. *Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / CCBB. 1996. p. 59-82.

REIS, Daniel Aarão. *À procura de modernidades alternativas: a aventura política dos intelectocratas russos em meados do século XIX*. IN: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O novo PRM 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

RODRIGUES, Cândido; CLAVEL, Isabelle. Entrevista com Jean-François Sirinelli. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, núm. 01, jan/jun, 2015. IN: www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/.../pdf, acessado em 10/11/2015.

RODRIGUES, Nina Trícia Disconzi. *O federalismo e o desenvolvimento nacional*. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2010.

ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a idea de progresso*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SALES, Zeli Efigênia Santos de. *O Conselho Geral da província e a política de instrução pública em Minas Gerais (1825-1835)*. IN: VAGO, Tacísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (Orgs.). *Histórias de Práticas Educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SALIBA, Elias Thomé. *Cultura/As apostas na República*. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Direção). *História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Volume 03. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SALLES, Iraci. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada*: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889). São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória. 1986. (Coleção Estudos Históricos).

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação*. Revista de História, nº 01, vol. 2, 2009. IN: http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a02.pdf, acessado em 20/03/2016.

SANTUÁRIO DO CARAÇA. *Centenário de Falecimento do ex-Presidente Afonso Pena*. Site do Santuário do Caraça, notícia publicada em 30 de abril de 2009. IN: http://www.santuariodocaraca.com.br/aconteceu-no-caraca-em-2009/centenario-de-falecimento-do-ex-presidente-afonso-pena/, acessado em 15/01/2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As marcas do período*. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Direção). *História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Volume 03. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *População e Sociedade*. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Direção). *História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Volume 03. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. *A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 5, v. 2, p. 47-66, 1987.

SCWARCZ, Lilia Moritz (Direção). *História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo: 1889-1930*. Volume 03. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SEYFERTH, Giralda. *Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / CCBB. 1996. p. 41-58.

SILVA, José Anchieta da. *Affonso Augusto Moreira Penna: duas vezes o criador da primeira Faculdade de Direito em Minas Gerais*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Edição comemorativa dos 120 anos da Faculdade de Direito da UFMG (1892-2012), nº 40, pág. 177-192, 2012. IN: http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/179, acessado em 15/01/2016.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SILVA, Maxwel Ferreira da Silva. *"Vivendo no século do trabalho e da indústria [...]": Tarquinio de Souza Filho e o discurso nobilitante das artes mecânicas no Brasil no final do século XIX*. 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia/SNHCT. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

SILVA, Maxwel Ferreira da. *Indústria, trabalho e ensino profissional nos discursos (1918042) de Roberto Cichrane Simonsen: Os sentidos do Americanismo*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2015.

SILVEIRA, José Mauro Pires. *O café e a Estrada de Ferro Leopoldina: uma confluência de interesses – 1874-1898*. Revista de Ciências Humanas, vol. 09, nº 01, p.107-117, jan/jun. 2009. IN: http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo8vol9-1.pdf, acessado em 14/02/2016.

SILVEIRA, Márcio Rogério da. *A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. IN: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. Préface. IN: Histoire des droites. Vol. 2. Paris: Gallimard, 1992.

SOUZA, Hozana Penha de. *Representações sobre o trabalhador nos discursos dos presidentes de estado de Minas Gerais (1891-1930)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2014.

SOWELL, Thomas. *Os Intelectuais e a Sociedade*. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

SWINLER, Ann. *Culture in action: symbols and strategies*. American Sociological Review, v.51, 1986.

TILLY, Charles. *Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834*. Social Science History, v.17.n.2, 1993.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1987.

VALADARES, Antonio Carlos de. *A ascendência portuguesa do presidente Afonso Pena*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1978.

VALLE, Ione Ribeiro. *O lugar da educação nos projetos de modernidade: escola e diferenciação social*. IN: VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores (Org.). *Moderno, Modernidade, Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX*. Vol 2. Belo Horizonte: Mazza, 2014, no prelo. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil).

VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores (Org.). *Moderno, Modernidade, Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX*. Vol 2. Belo Horizonte: Mazza, 2014, no prelo. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil).

VEIGA, Cynthia Greive. *A tessitura das relações de dependência entre alunos e professores na dinâmica histórica da experiência escolar*. IN: NEPOMUCENO, Maria de Araújo; TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. *A educação e seus sujeitos na história*. Belo Horizonte: ARGVMENTVM, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação nas tramas da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH Série Historiografia).

VEIGA, Cynthia Greive. *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial*. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Revista Brasileira de Educação, vol. 13, n. 39, set/dez/2008, pág.502-516.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

VERSIEUX, Daniela Pereira. *Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915)*. Dissertação de Mestrado. Minas Gerais: Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 2012.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pena, Afonso*. IN: *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. ABREU, Alzira Alves de (Coordenação Geral). Livro digital. Fundação Getúlio Vargas: Editora FGV, 2015. pág. 4028-4041.

WAGNER, Eugênia Sales. *Hannah Arendt & Karl Marx: o mundo do trabalho*. 2ª Edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

WIRTH, John D. *O Fiel da balança: Minas Gerias na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

WOLKMER, Antonio. *História do Direito no Brasil*. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.